

## Requerimento de Comissão

FICPRM **103/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e para a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), pedido de informação sobre nascentes e/ou afloramento de água na Serra.

Cabe informar que moradores do Bairro Serra estão sofrendo com grandes infiltrações em suas casas, em virtude de nascentes, também conhecida como mina d'água. Ressalta-se que há risco de desabamento e conseqüentemente morte.

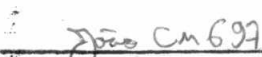
Com o objetivo de informar a localização, informamos os seguintes locais mais afetados:

- Beco Silva nº 1250, Vila Marçola. (casa e nas propriedades ao lado)
- Flor de maio nº 284 Vila Nossa Sra de Fátima. (A região da casa está muito comprometida)
- Beco Jarpruca nº 96 Vila Nossa Senhora de Fátima

Diante do ocorrido, solicitamos as seguintes informações:

1. Existe algum plano de intervenção, projeto de revitalização, estudo ou levantamento de nascentes ou afloramento de água nos locais supra informados? Sem sim, apresentar tais documentos.
2. A PBH mantém cadastro/registro de informações de relatos da população informado a situação? Se sim, quantas pessoas são afetadas?
3. A Defesa Civil realizou vistoria no local? Se sim, enviar o relatório.

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**  
10 / 02 / 2023

  
**Responsável pela distribuição**

Por derradeiro, renovo votos de distinta consideração e efetivo apreço a Vossa Excelência.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Patrus', is written over the printed name.

Pedro Patrus  
Vereador do PT

Ao Senhor Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

### PARECER EM SEGUNDO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 132/2021

#### RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 132/2021, que “Altera a Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009, que dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, a partir da Mensagem nº 08, de 13/05/2021.

O projeto foi instruído com a legislação correlata à matéria e anexos com informações sobre a alteração pretendida.

Distribuído à Comissão de Legislação e Justiça (fl. 264), apreciou-se a matéria e concluiu-se em parecer pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, às fls. 265/266.

Posteriormente, recebeu parecer da Comissão de Administração Pública, que emitiu parecer pela aprovação do projeto, fls. 269/270.

No primeiro turno, ainda passou pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que também emitiu parecer pela aprovação do projeto (fls. 272/275).

A proposição foi aprovada em primeiro turno com apresentação de uma Emenda Aditiva (Emenda 1), pelo que se passou à emissão de pareceres das comissões em segundo turno.

A Comissão de Legislação e Justiça opinou pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da emenda aditiva nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 132/2021 (fls. 281/284) e houve parecer pela aprovação pela Comissão de Administração Pública (fls. 289).

Tendo sido designado relator para o parecer em segundo turno da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana (fl. 292),



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

passo a emitir parecer sobre o projeto nos termos do Regimento Interno desta Casa.

## FUNDAMENTAÇÃO

Como relatado em parecer de primeiro turno, baseado no art. 52, IV, alíneas “d” e “e” do Regimento Interno desta casa, o projeto inicial encontra-se de acordo com a legislação atual sobre o tema e com a base territorial do IBGE, razão pela qual o parecer em relação ao mesmo foi pela aprovação.

Ressalte-se, portanto, que a análise do Projeto de Lei se deu a partir dos temas “direito urbanístico local” e “política de desenvolvimento e planejamento urbano”.

Quanto à Emenda Aditiva protocolizada pelas vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, que visa o não impedimento ao reconhecimento de assentamentos informais e à instalação de serviços públicos essenciais em caráter provisório ou permanente, passa-se à análise.

Como se observa na inserção proposta:

Art. 1º - Acrescente-se ao PL 132/2021, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - A delimitação dos bairros prevista na Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009, não gera impeditivos ao reconhecimento dos assentamentos informais e à instalação de serviços públicos essenciais, em caráter provisório ou permanente.

Nota-se, portanto, no que compete a esta comissão, que a proposta versa sobre assunto que tangencia a questão urbanística.

Contudo, observa-se que a Emenda Aditiva nº 1 não guarda relação direta com o tema abordado no Projeto de Lei nº 132/2022.

Enquanto o projeto inicial trata de assuntos referentes à reorganização de bairros, em caráter objetivo do ponto de vista geográfico, inclusive atendendo a orientações trazidas pelo IBGE, conforme exposto no parecer anterior e na justificativa apresentada na Mensagem do Executivo, a emenda trata de assunto diferente e de natureza diversa.

A inclusão proposta pela Emenda Aditiva nº 1 aponta direcionamento de políticas públicas que não se encontram no escopo previamente trazido. Cumpre observar que tal objeto também não guarda relação direta com as



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

normas previamente estabelecidas na Lei nº 9691/2009, que igualmente possui caráter objetivo e organizacional.

Ainda que apresente uma postura em consonância com o conteúdo do ordenamento jurídico sobre o assunto, não guarda vínculo de pertinência temática com o projeto de lei ao qual pretende ser adicionada, razão pela qual seria melhor empregada em outra norma que verse diretamente sobre o assunto e que apresente a mesma natureza normativa pretendida, bem como o mesmo objeto temático.

Há, portanto, violação ao art. 128, §1º, II, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que estabelece:

(...)

§ 1º - A apresentação de emenda observará as seguintes regras, além das contidas no art. 99:

(...)

**II - quanto à sua admissibilidade, deve ser:**

**a) pertinente ao assunto contido na proposição principal;(…)**

De acordo com o exposto, houve violação ao requisito de pertinência temática, uma vez que a Emenda Aditiva nº 1 veicula matéria estranha à versada no projeto original, bem como naquela versada na lei que está em vigor e que o Projeto de Lei nº 132/2021 visa alterar.

Diante da não observância ao que estabelece o art. 128, §1º, II, a, do Regimento Interno desta Casa, necessária se faz a rejeição da emenda proposta.

### CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, concluo pela reprovação da Emenda Aditiva nº 1 apresentada ao Projeto de Lei nº 132/2021, por ausência de pertinência temática em relação ao assunto contido na proposição principal.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2022.

WANDERLEY DE  
ARAUJO PORTO  
FILHO:05239801673

Assinado de forma digital por  
WANDERLEY DE ARAUJO PORTO  
FILHO:05239801673  
Dados: 2022.12.26 10:16:54 -03'00'

**Vereador Wanderley Porto**

**PATRIOTA**

## Assinatura Digital > Validar Assinatura

**O arquivo Parecer PL 132-2 - Meio Ambiente - assinado.pdf possui 1 assinatura(s) ICP Brasil:**

**WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:05239801673 - válida**

Data da assinatura: Mon Dec 26 10:16:54 BRT 2022

Message digest: SHA-256

Informações do assinante:

- Assinante: WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:05239801673
- Dados ICP-Brasil
- Tipo de certificado: A3

**FAZER UMA NOVA VALIDAÇÃO**



OF. SMGO/DALE Nº J.003 /2022

Belo Horizonte, 28 / 12 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 346/2022** – Autoria do Vereador Wanderley Porto – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 840/2022, de 22/03/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 346/2022, de autoria do Vereador Wanderley Porto, que solicita informações sobre o banco de dados de gatos que foram recolhidos e abrigados no CCZ pelo Município.

Consultada, a Secretaria Municipal de Saúde emitiu resposta por meio do OF. SUPVISA/DALE nº 0903/22, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL



Ofício SUPVISA/DALE n.º 0903/2022

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2022.

Assunto: TAG 350245

Senhora Diretora,

Em atenção à solicitação de resposta à demanda registrada no Sistema TAG - Gestão de Demandas sob o n.º 350245, que encaminha o Requerimento de Comissão n.º 346/2022 de autoria da Ex.<sup>ma</sup> Sr. Vereador Wanderley Porto, prestamos a V.Sa. os seguintes esclarecimentos:

**1. Quantos gatos foram recolhidos e abrigados no CCZ no segundo semestre de 2021?**

O Centro de Controle de Zoonoses recolheu em via pública 463 gatos.

**2. Cópia dos prontuários, exames, documentos de saúde e administrativos de todos os gatos do período segundo semestre de 2021.**

Com relação às cópias dos documentos solicitados, informamos que se trata de dados sensíveis relativos a terceiros, que estão sob a responsabilidade da SMSA e, considerando a Lei Geral de Proteção de Dados, não nos é facultado oferecer as informações.

**3. Quais procedimentos são adotados para gatos desde a chegada até o abrigamento?**

Os procedimentos são: avaliação clínica, vacinação antirrábica e triplice viral conforme a idade, medicação para pulga, carrapato e vermifugação. Aplicação de outras medicações conforme avaliação clínica.

**4. Imagens do local de abrigamento dos gatos.**

Em anexo.

**5. Os gatos têm acesso ao sol? Se sim, quantas vezes ao dia?**

O acesso é limitado ao período em que o sol atinge os gatis.

**6. Qual o procedimento para abrigamento de gatos com doenças transmissíveis?**

Avaliação clínica, isolamento fora do gatil em gaiolas, medicação quando indicado.

**7. Gatos com doenças transmissíveis a outros gatos são separados dos demais?**

Sim

**8. Quantos gatos foram adotados no segundo semestre de 2021? Cópia dos documentos.**

Foram adotados 32 gatos. Com relação às cópias dos documentos informamos que se trata de dados sensíveis relativos a terceiros, que estão sob a responsabilidade da SMSA e, considerando a Lei Geral de Proteção de Dados, não nos é facultado oferecer as informações.



**9. Quantos óbitos de gatos ocorreram no CCZ no segundo semestre de 2021?**

60 óbitos.

**10. Quais ações de promoção de adoção são realizadas para os gatos abrigados no CCZ?**

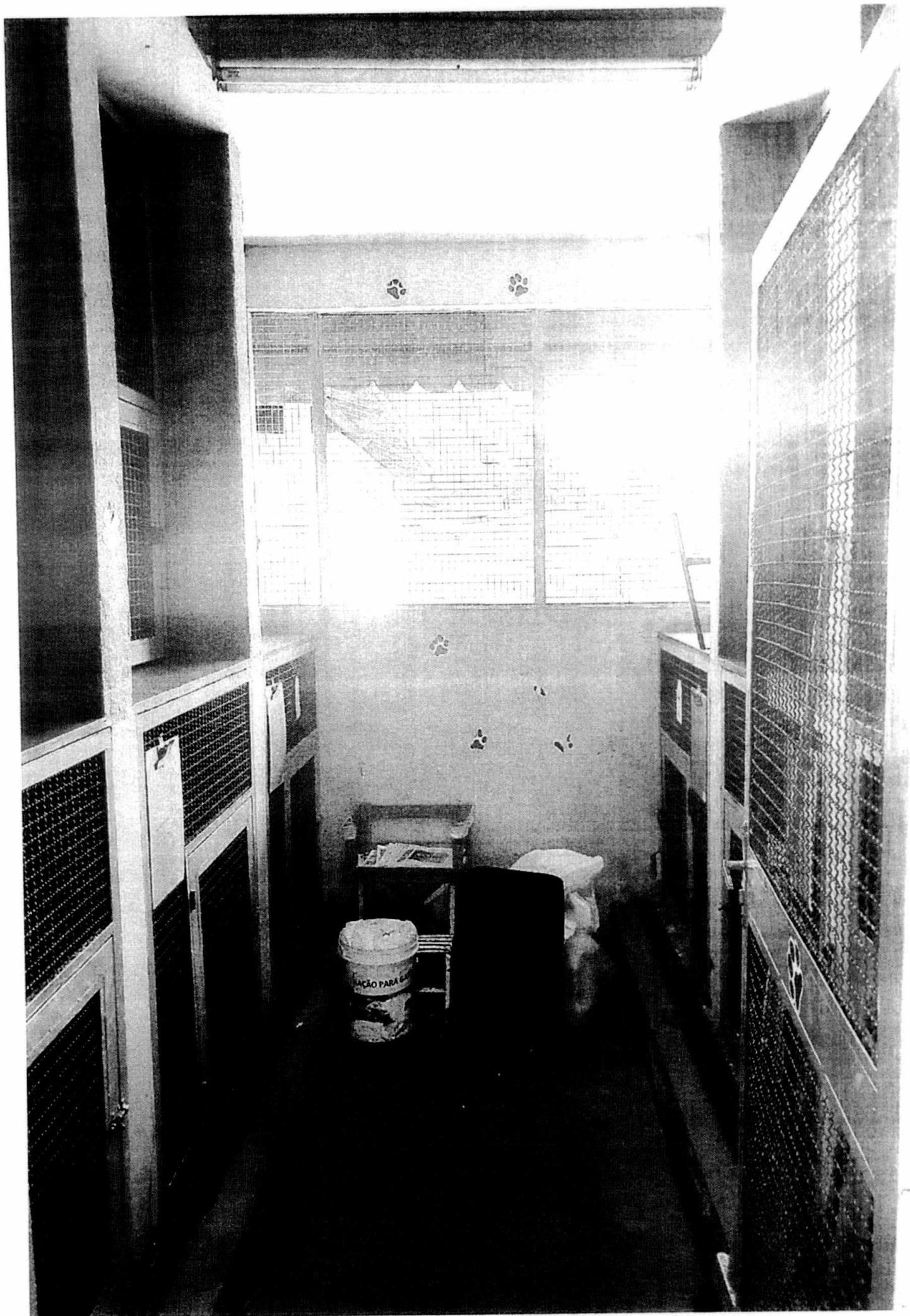
O setor de adoção do Centro de Controle de Zoonoses está aberto de segunda a sexta feira de 08:00 às 17:00 para atendimento a possíveis adotantes.

**11. Quais os critérios de avaliação para adoção de gatos no CCZ?**

Os prováveis adotantes precisam apresentar documentação pessoal e assinam termo de responsabilidade.

**Fabiano Geraldo Pimenta Júnior**  
Subsecretário  
Subsecretaria de Promoção e Vigilância à Saúde  
Secretaria Municipal de Saúde- SMSA

Ilma. Sra.  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretora  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo (DALE)









AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 23 / 01 / 2023

João cm 697  
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 1.005 /2022

Belo Horizonte, 28 / 12 /2022

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 556/2022** – Vereadores Fernanda Pereira Altoé e Braulio Lara – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.381/2022, de 19/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 556/2022, de autoria dos Vereadores Fernanda Pereira Altoé e Braulio Lara, que solicitam informações sobre a Praça Governador Israel Pinheiro, mais conhecida como Praça do Papa.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Obras - SMOBI, a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU e a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH emitiram respostas por meio dos ofícios SMOBI Nº 428/2022, SMPU/SUGOV-DALE nº 609/2022 e DESPACHO N.º 029/2022-GC, já remetidos a essa Câmara Municipal por meio do OF.SMGO/DALE Nº 399/2022, de 03/06/2022.

Em complementação à referida resposta, segue anexa manifestação da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, conforme Ofício BHTRANS-DPR/DALE 726/2022.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

BHTRANS-DPR/DALE 726 /2022

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Requerimento de Comissão nº 556/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Fernanda Pereira Altoé e vereador Bráulio Lara

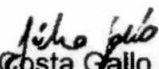
**Referência:** TAG 350726

Senhora Diretora,

Encaminhamos anexa a Informação Técnica BHTRANS/GEAPI nº 047/2022, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 556/2022.

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

  
Júlia Costa Gallo – BT90030  
Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhora  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS GEAPI Nº 047/2022, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*Informação técnica elaborada pela GEAPI (Gerência de Análise e Processamento de Infrações da BHTRANS), acerca da solicitação do Exmo. Sr. Vereador Bráulio Lara e da Exma. Vereadora Fernanda Pereira, através do Requerimento de Comissão N.º 556/2022, datado de 13 de abril de 2022 (CMBH).*

**1. Da solicitação constante no Requerimento de Comissão N.º 556/2022:**

O Exmo. Sr. Vereador Bráulio Lara e a Exma. Sra. Vereadora Fernanda Pereira solicitaram, especificamente no subitem 6 do Requerimento de Comissão nº 556/2022, informações sobre o número de multas aplicadas no entorno da Praça do Papa, das 21:00 às 07:00h, por estacionamentos em locais proibidos. Perguntaram também, sobre as rondas realizadas pela Guarda Municipal e pela BHTRANS, no intuito de coibir os desrespeitos no local supracitado.

**2. Das informações prestadas pela GEAPI:**

A GEAPI é a gerência responsável pelo processamento das infrações ocorridas nas vias sob jurisdição do Município de Belo Horizonte, lavradas pelos agentes da autoridade de trânsito devidamente credenciados, pelos descumprimentos às normas de trânsito estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro.

Para o levantamento dos dados solicitados, foram consideradas as infrações lavradas nos seguintes locais:

- Praça Governador Israel Pinheiro;
- Rua Juventino Dias;
- Rua Professor Lair Remusat Renó.

Neste contexto, num período dos 4 últimos anos, os resultados obtidos na extração foram os seguintes, relativos aos códigos de infrações relacionados aos estacionamentos proibidos:

ANO	Nº AUTOS DE INFRAÇÃO
2018	4
2019	38
2020	256
2021	376
2022 (primeiro semestre)	138
<b>TOTAL</b>	<b>812</b>

O detalhamento dos dados apresentados anteriormente está estratificado no anexo desta Informação Técnica.

Esta é a informação disponível.

Leonardo Rios  
Bronzo -  
BT001135

Assinado de forma digital  
por Leonardo Rios Bronzo  
- BT001135  
Dados: 2022.12.22  
14:36:45 -03'00'

Leonardo Rios Bronzo de Almeida – Mat. 1135  
Gerente de Análise e Processamento de Infrações – GEAPI

NUMERO_AI	PLACA	CODIGO INFRACAO	DATA INFRACAO	HORARIO INFRACAO	LOCAL INFRACAO	NUMERO IMOVEL	COMPLEMENTO_LOCAL
AE06929285	HKZ5721	54600	01-set-18	21:00	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	105	
AM00321445	HIA0901	54524	15-dez-18	22:30	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00078950	GOL5448	54524	20-dez-18	22:00	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO Nº225
AM00321460	PUC4117	54524	20-dez-18	22:00	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AK00251998	OXE3719	54524	01-jan-19	21:08	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AK00251997	GYX2940	54524	01-jan-19	21:10	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07036267	MNO1472	54870	27-jan-19	01:05	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07036269	QOO1461	54870	27-jan-19	00:50	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AM00449288	PVE7377	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449291	PZH8327	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449292	PWB3848	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AA05125160	HCF0435	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449285	KUR3687	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449286	PYM1992	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449287	OPX2253	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449290	HDL2008	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449293	OQS9700	54524	09-fev-19	00:35	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449294	PYC3119	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM00449289	ORC0617	54524	09-fev-19	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07049295	QPR4903	54870	11-fev-19	00:02	RUA JUVENTINO DIAS	15	
AE07072103	HND8361	54600	16-fev-19	01:50	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	
AE07066982	HHG3527	54870	23-fev-19	21:57	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	225	
AE07066983	PVG2749	54870	23-fev-19	21:59	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	225	
AE07084194	HJJ5807	53800	13-abr-19	00:05	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA SALOMAO DE VASCONCELOS -
AE07215337	QNG8361	54870	17-jun-19	22:15	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07257372	HMJ8484	55250	08-set-19	21:50	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	240	
AM00485853	IAI9086	55090	15-set-19	21:24	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AM00485851	PZP9703	55090	15-set-19	21:24	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AM00845221	GZT4863	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845225	HGL1714	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00876866	GXZ9764	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845230	HEB9106	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00876865	PZL4445	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -



AM00845222	HAZ3401	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00876868	OGG4266	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845223	HHB9842	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845224	ORA3239	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845226	QNT2541	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845227	PWM0587	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00845229	GSH9967	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AM00876867	HDS4547	55680	15-set-19	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AE07286429	HMY1974	53800	22-set-19	01:51	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQ. RUA PROFESSOR LOURENCO MENICUCCI SOBRINHO -
AM00361927	HLQ3193	55680	02-abr-20	21:50	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 156
AM00361928	PZE0698	55680	02-abr-20	21:51	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 156
AE07333751	NXX6695	54527	14-ago-20	21:58	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 309
AE07333752	HEL7951	54527	14-ago-20	22:01	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 309
AE07333753	HFI1037	54527	14-ago-20	22:05	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 309
AE07352551	QPZ4325	54526	28-ago-20	21:48	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07352552	GYG6128	54526	28-ago-20	21:48	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07333790	NUO9627	54870	28-ago-20	00:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 15
AM02099193	PVB5377	53800	30-ago-20	03:20	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AM02099194	GZF5349	53800	30-ago-20	03:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AM02099195	PWA2378	53800	30-ago-20	03:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AM02099218	HKW3135	55411	30-ago-20	03:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AM02099192	GUL2135	55411	30-ago-20	03:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AE07333800	HIO2533	54526	31-ago-20	21:33	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07363053	PUP7908	54527	01-set-20	01:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07363055	PZH4002	54527	01-set-20	01:45	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº205
AE07363056	HAE2871	54527	01-set-20	01:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07363057	ODR6970	54527	01-set-20	01:48	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº205
AE07363058	HZQ8572	54600	01-set-20	01:43	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07352684	OWP0559	54870	01-set-20	21:38	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	135	
AE07349281	HEM5314	55090	01-set-20	01:50	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 205
AE07352556	GYB8880	54526	02-set-20	23:00	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07352555	HNZ2760	54526	02-set-20	22:51	RUA JUVENTINO DIAS	155	

AE07349291	PVQ6D12	54527	02-set-20	23:48	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 205
AE07349287	QXF9721	54870	02-set-20	23:40	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 205
AE07349288	ECS9002	54870	02-set-20	23:43	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 205
AE07349289	HGU3309	54870	02-set-20	22:46	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 205
AE07349290	GLF6920	54870	02-set-20	23:44	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 205
AE07350803	QEQ9629	54526	05-set-20	21:25	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07352560	HAR9325	54526	05-set-20	21:31	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07352558	OQX6184	54526	05-set-20	21:26	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07350802	OMH3391	54526	05-set-20	21:30	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07354115	OWS2378	54526	05-set-20	06:52	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 225
AM01583992	GQL5611	55090	05-set-20	23:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AM01583993	GMG1531	55090	05-set-20	23:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AM01583994	BML8333	55090	05-set-20	23:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AM01583995	QNG9717	55090	05-set-20	23:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AM01586212	FBI9820	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01676055	GYV1495	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AM01676057	OMG7152	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AM01583996	HDQ6312	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01583997	HIM8241	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AM01583999	GYO9337	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AM01586213	DNQ8779	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01586214	KFY6688	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AM01586215	HLX3100	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01586217	HJW3702	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01586218	GXP4990	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01586219	NXX2986	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01586220	NFW4090	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01622001	PVF1845	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01622002	HOB1351	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01622003	HMO6714	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01583998	LAB1551	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AM01586216	NTI2950	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO N° 156
AM01676056	PUJ2258	55680	05-set-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AA05019148	HLB9010	55500	07-set-20	00:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AA05019150	GNV5478	55500	07-set-20	00:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AA05019152	HNG9278	55500	07-set-20	00:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AM01201790	HDJ2C72	55500	07-set-20	00:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AM01201791	GZM3934	55500	07-set-20	00:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AM01201792	HMR9127	55500	07-set-20	00:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AM01201793	OXA9011	55500	07-set-20	00:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AM01201794	OXE1676	55500	07-set-20	00:03	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°



AM01201795	HJE0614	55500	07-set-20	00:03	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AA05019149	HJB6404	55500	07-set-20	00:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AA05019151	HMY8966	55500	07-set-20	00:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM Nº
AE07355122	OXD9612	55680	07-set-20	00:52	RUA JUVENTINO DIAS	155	
AE07386781	OMB9141	55680	08-set-20	00:50	RUA JUVENTINO DIAS	158	
AE07386782	GVT6412	55680	08-set-20	00:50	RUA JUVENTINO DIAS	158	
AE07386785	PVP0005	55680	08-set-20	00:50	RUA JUVENTINO DIAS	158	
AE07348960	HHW2360	55680	08-set-20	00:50	RUA JUVENTINO DIAS	158	
AM01450645	GMV3490	55090	11-set-20	00:27	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	225	
AE07353809	HGH5405	54526	13-set-20	01:20	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07353811	LSL0897	54526	13-set-20	01:21	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07355130	GVX8075	54527	20-set-20	00:11	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 205
AE07355123	HMR6486	54527	20-set-20	00:05	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07348967	QWR0318	55680	25-set-20	23:45	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO -
AE07348969	NYT5398	55680	25-set-20	23:50	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO -
AE07348970	HNI6613	55680	25-set-20	23:52	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO -
AE07348968	HKZ5491	55680	25-set-20	23:45	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO -
AE07333336	QOP8320	55680	27-set-20	21:24	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07333337	NYD4556	55680	27-set-20	21:25	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07333338	OHC6112	55680	27-set-20	21:26	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07333339	PUD0632	55680	27-set-20	21:27	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07333340	AOT9230	55680	27-set-20	21:28	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07352694	GXU3863	54870	30-set-20	01:00	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07402458	OLS5001	54526	01-out-20	00:26	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AE07402460	HNN9322	54526	01-out-20	00:28	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AE07333754	QWV8453	54526	03-out-20	23:35	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07390131	OLW1474	54526	03-out-20	23:36	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07333755	GNI2231	54526	03-out-20	23:27	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07348915	GZW1791	54526	03-out-20	23:09	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07348917	QPV6329	54526	03-out-20	23:12	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07348918	GWC9655	54526	03-out-20	23:15	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07348919	PUW9994	54526	03-out-20	23:15	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07348916	PVM5167	54526	03-out-20	23:10	RUA JUVENTINO DIAS	122	
AE07407342	OPM8926	54870	09-out-20	01:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	
AE07407341	HHY5941	54870	09-out-20	01:00	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	
AE07374060	BVR8D92	55680	09-out-20	01:16	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -

AE07407334	PUH0725	54527	10-out-20	00:03	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07407337	OPL8834	54527	10-out-20	00:11	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N°110
AE07407339	HFD5846	54527	10-out-20	00:13	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407292	GUL8810	54527	10-out-20	00:10	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407302	HLX3704	54527	10-out-20	00:15	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407303	GXK3118	54527	10-out-20	00:16	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407304	OLX5443	54527	10-out-20	00:16	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407301	HMR6806	54527	10-out-20	00:15	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407340	HMO8613	54527	10-out-20	00:14	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407338	HLH5405	54527	10-out-20	00:12	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407305	HJG2833	55090	10-out-20	00:31	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	225	
AE07333347	HOF2375	55680	10-out-20	23:40	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO N° 156
AE07333348	GRG8984	55680	10-out-20	23:41	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO N° 156
AE07333350	GTG8817	55680	10-out-20	23:43	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO N° 156
AE07333349	OWT5189	55680	10-out-20	23:42	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO N° 156
AE07407335	HGV9465	55680	10-out-20	00:04	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07402470	JSZ3162	55680	12-out-20	23:18	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AE07348943	HDI6842	55680	12-out-20	22:25	RUA JUVENTINO DIAS	123	
AE07407310	HLQ3199	54527	13-out-20	00:19	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407296	HIB7910	54527	18-out-20	03:20	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07386756	PUM8845	55680	18-out-20	22:05	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07386757	GSJ9016	55680	18-out-20	22:06	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07386760	HAM8J51	55680	18-out-20	22:07	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07386759	HHX4336	55680	18-out-20	22:08	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07407319	PXL6840	54527	19-out-20	01:09	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07407311	QNK3878	54527	19-out-20	00:59	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407313	HKJ0620	54527	19-out-20	01:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407316	JHL1176	54527	19-out-20	01:05	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	235	
AE07407317	OXX6179	54527	19-out-20	01:07	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07407318	NXV4226	54527	19-out-20	01:08	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07407329	HLH7914	54527	19-out-20	01:00	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07407314	HMB7641	54527	19-out-20	01:03	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 110
AE07405204	NWR6152	54527	23-out-20	01:32	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N°165
AE07405205	JIT9810	54527	23-out-20	01:33	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	165	
AE07405206	PUD0048	54527	23-out-20	01:34	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N°165
AE07405203	PWH8982	54527	23-out-20	01:31	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 165
AE07405202	PXM1980	54527	23-out-20	01:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N°165

AE07405217	RFB7B54	54527	23-out-20	01:46	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405211	HMI5179	54527	23-out-20	01:39	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 100
AE07405212	HFD3G44	54527	23-out-20	01:40	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405208	GYJ1856	54527	23-out-20	01:36	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405209	PYK6071	54527	23-out-20	01:37	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405213	HJA4656	54527	23-out-20	01:41	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405215	QOY0378	54527	23-out-20	01:43	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405216	NXX2481	54527	23-out-20	01:44	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405218	GZB3554	54527	23-out-20	01:47	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405214	OPE6771	54527	23-out-20	01:42	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405210	OQT6E13	54527	23-out-20	01:38	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405219	AWJ1J03	54527	23-out-20	01:48	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AM01556984	QQD4999	55680	23-out-20	23:40	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 157
AM01556983	HFI9970	55680	23-out-20	23:40	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 157
AE07405207	DVA8899	54527	25-out-20	01:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07348947	HFO4006	54527	28-out-20	22:10	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 205
AE07348948	HAK7461	54527	28-out-20	22:12	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 205
AE07348949	KRW0287	54527	28-out-20	22:17	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 205
AE07348950	GTW7617	54527	28-out-20	22:50	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 205
AE07391956	PWR1E34	54524	29-out-20	22:14	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM01618584	GSN1970	54870	31-out-20	23:46	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07391959	PYB0685	55680	02-nov-20	23:00	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07391960	GYD4670	54524	07-nov-20	22:50	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07391965	QNE0104	54524	07-nov-20	23:43	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07405228	PXQ8287	54870	07-nov-20	02:46	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07391961	CFB6358	55680	07-nov-20	22:55	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07391963	DUN7D34	55680	07-nov-20	22:57	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AE07391967	HNH0879	55680	07-nov-20	23:50	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07391968	GXE0406	55680	07-nov-20	23:52	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07391964	GUS4679	55680	07-nov-20	22:58	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AE07391962	PUN1131	55680	07-nov-20	22:56	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07391969	HAO7329	54524	08-nov-20	03:41	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07405231	HDF1830	54527	10-nov-20	03:07	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07405237	GTP3830	54527	10-nov-20	03:12	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07405249	GLO4686	54527	14-nov-20	02:17	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405194	PYD7757	54521	15-nov-20	02:21	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405197	QOQ4379	54527	15-nov-20	02:23	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07405199	OLP8826	54527	15-nov-20	02:25	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07405200	OPJ5773	54527	15-nov-20	02:26	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165



AE07428141	FTU2490	54527	15-nov-20	02:16	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428143	HLB0D05	54527	15-nov-20	02:18	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428144	HNY9896	54527	15-nov-20	02:19	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428145	HGE9271	54527	15-nov-20	02:20	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428146	GZO1365	54527	15-nov-20	02:21	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428147	RFW5C88	54527	15-nov-20	02:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428148	HNN0472	54527	15-nov-20	02:22	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428149	HKL0928	54527	15-nov-20	02:23	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428150	HOH6240	54527	15-nov-20	02:24	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428191	OXI4504	54527	15-nov-20	02:41	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428194	PXX3911	54527	15-nov-20	02:45	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428197	PUR5791	54527	15-nov-20	02:13	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428199	QQW0058	54527	15-nov-20	02:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428200	GVV1172	54527	15-nov-20	02:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428201	HLB0445	54527	15-nov-20	02:26	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428193	MTR9717	54527	15-nov-20	02:43	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428202	HWE7753	54527	15-nov-20	02:10	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428198	NHL0249	54527	15-nov-20	02:14	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07405198	HLG7842	54527	15-nov-20	02:24	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428195	NLB1918	54527	15-nov-20	02:11	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428196	PWV4J06	54527	15-nov-20	02:12	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428142	PYZ8773	54527	15-nov-20	02:17	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07428192	HHF0609	54527	15-nov-20	02:42	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07405248	PXX0111	54527	15-nov-20	02:17	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405193	HKT6793	54527	15-nov-20	02:20	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405250	GWO5300	54527	15-nov-20	02:18	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405195	GEG5048	54527	15-nov-20	02:21	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405191	PWS8335	54527	15-nov-20	02:19	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405192	OYK6860	54527	15-nov-20	02:19	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07405196	HJZ9042	54527	15-nov-20	02:22	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07430035	HIC5185	55680	28-nov-20	23:57	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430031	OTS6I89	55680	28-nov-20	23:53	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430032	PVB9948	55680	28-nov-20	23:54	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430033	HGH4101	55680	28-nov-20	23:55	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430034	KIO4621	55680	28-nov-20	23:56	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430036	GZK2897	55680	28-nov-20	23:58	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430039	QOX5618	55680	29-nov-20	00:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07430214	HKQ4383	54870	06-dez-20	00:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07430215	HKZ6618	54870	08-dez-20	21:34	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	30	
AE07430220	HMC2A81	54870	10-dez-20	21:42	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AE07374806	HMR3870	54526	12-dez-20	23:12	RUA JUVENTINO DIAS	156	

AE07374807	QQU7776	54526	12-dez-20	23:14	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07374810	BHJ2B58	54526	12-dez-20	23:16	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424341	HBH7885	54526	12-dez-20	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07374809	PWJ1304	54526	12-dez-20	23:18	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424811	HGG2533	54526	12-dez-20	23:20	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424342	OPA8899	54526	12-dez-20	23:33	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398291	HAI7719	54526	13-dez-20	22:00	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424347	HMM1154	54526	13-dez-20	21:20	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424348	QUL1502	54526	13-dez-20	21:22	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424349	PWZ8219	54526	13-dez-20	21:24	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424350	HGJ4383	54526	13-dez-20	21:27	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424813	HLN1678	54526	13-dez-20	21:42	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424812	HMM6220	54526	13-dez-20	21:40	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424814	HGV6043	54526	13-dez-20	21:44	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424815	HAM1166	54526	13-dez-20	21:45	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424816	PZL5350	54526	13-dez-20	21:35	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424819	NZB8I80	54526	13-dez-20	21:52	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424820	HGO0298	54526	13-dez-20	21:55	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07424817	HCP5983	54526	13-dez-20	21:37	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07391941	HFW1537	54524	20-dez-20	22:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07391902	HMP4705	54524	20-dez-20	23:58	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07391942	PVD9845	54524	21-dez-20	00:05	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07407361	KFX9995	54526	27-dez-20	00:15	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07407362	HNY8532	54526	27-dez-20	00:17	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07407363	PZF9799	54526	27-dez-20	00:18	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07348989	HMY1628	54527	27-dez-20	00:07	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07348990	OLV0946	54527	27-dez-20	00:09	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375092	PVP2892	54527	27-dez-20	00:12	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375093	MPO3I17	54527	27-dez-20	00:15	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375094	GYA6279	54527	27-dez-20	00:17	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375095	QOY0545	54527	27-dez-20	00:20	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375096	OQO2364	54527	27-dez-20	00:22	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375097	HJU8D74	54527	27-dez-20	00:25	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07375098	HNQ9065	54527	27-dez-20	00:27	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07407364	QUY0287	54527	27-dez-20	00:05	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375091	HKR9142	54527	27-dez-20	00:10	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375099	HNA0476	54870	27-dez-20	00:05	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07375100	OQW9803	54870	27-dez-20	00:10	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07557833	HHP1517	55090	31-dez-20	23:40	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	AO LADO DO NÚMERO 240
AE07557845	HEL0492	53800	01-jan-21	00:33	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07557834	HIJ8316	54870	01-jan-21	00:04	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	

AE07557847	GTB3215	55090	01-jan-21	00:42	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07557152	QXH3086	55090	01-jan-21	00:38	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07557844	HJU0B62	55090	01-jan-21	00:28	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07557848	DYJ1070	55090	01-jan-21	00:43	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07557846	QXZ1H37	55090	01-jan-21	00:37	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	25	CONDUTOR AUSENTE.
AE07557838	EVO0A81	55500	01-jan-21	00:13	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO NUMERO 165.
AE07557835	HOJ7161	55500	01-jan-21	00:07	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO NUMERO 165.
AE07557836	HKR3707	55500	01-jan-21	00:10	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO NUMERO 165.
AE07557837	GSG6772	55500	01-jan-21	00:11	RUA JUVENTINO DIAS	0	PROXIMO AO NUMERO 165.
AE07431792	HKJ7375	54870	02-jan-21	21:15	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº225
AE07426650	HDD9742	54526	04-jan-21	23:55	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AE07397071	NUB9696	54526	04-jan-21	23:58	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AE07397073	QPR9033	54527	05-jan-21	00:01	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AE07397074	KWW8H36	54527	05-jan-21	00:06	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AE07396560	DGZ1008	54870	05-jan-21	22:44	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07391948	NAL5394	54524	06-jan-21	01:30	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07397075	GZW0573	54527	06-jan-21	21:25	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 240
AE07557952	QOR9282	54527	06-jan-21	23:35	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07557951	GZQ6505	54870	06-jan-21	23:27	Rua juventino dias	165	
AE07562735	GYS2965	54527	09-jan-21	23:54	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07562732	JGZ4803	54527	09-jan-21	23:38	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07562733	NYB4032	54527	09-jan-21	23:48	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07562734	DHO2943	54527	09-jan-21	23:51	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07562736	EGD6E90	54527	09-jan-21	23:56	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563273	HIM8241	54527	10-jan-21	23:16	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563274	HCC9761	54527	10-jan-21	23:18	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563275	OXF5109	54527	10-jan-21	23:20	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563276	RFU1H11	54527	10-jan-21	23:22	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563271	HDM5276	54527	10-jan-21	23:12	Rua juventino dias	205	OPOSTO
AE07563272	OPW4813	54527	10-jan-21	23:14	Rua juventino dias	205	OPOSTO
AE07430013	NYG8139	54527	10-jan-21	02:29	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430014	NOW4056	54527	10-jan-21	03:00	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430015	GXP2E82	54527	10-jan-21	03:01	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430016	GTV5743	54527	10-jan-21	03:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430017	HEF8963	54527	10-jan-21	03:03	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430012	NHE0432	54527	10-jan-21	02:28	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430044	OWQ2552	54527	10-jan-21	02:20	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110
AE07430045	PXI0232	54527	10-jan-21	02:21	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110
AE07430048	OQD8712	54527	10-jan-21	02:24	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110
AE07430046	OLV5C40	54527	10-jan-21	02:22	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110
AE07430049	PWO6634	54527	10-jan-21	02:25	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110



AE07430047	AUE6517	54527	10-jan-21	02:23	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110
AE07562740	EGD5363	54600	10-jan-21	21:49	Rua Juventino dias	105	
AE07430050	QMU2562	54600	10-jan-21	02:26	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07430011	HLZ4994	55680	10-jan-21	02:27	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430018	HKC5928	54527	11-jan-21	02:16	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº110
AE07430023	QQG5J26	54870	11-jan-21	02:29	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº155
AE07430021	GPX7942	55680	11-jan-21	02:28	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430022	GYA7487	55680	11-jan-21	02:29	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430024	RMF2I86	55680	11-jan-21	02:31	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430019	RFK0B49	55680	11-jan-21	02:26	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07430020	OPT9I43	55680	11-jan-21	02:27	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AE07563790	QNM9677	54527	12-jan-21	21:10	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07563784	OQX9187	54527	12-jan-21	21:00	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07563785	PWA7476	54527	12-jan-21	21:02	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07563786	KYY2808	54527	12-jan-21	21:03	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07563787	EUE8333	54527	12-jan-21	21:05	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07563788	FIC7A65	54527	12-jan-21	21:06	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07563789	QQZ5910	54527	12-jan-21	21:08	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM NUMERO
AE07430025	AHU5J61	54527	13-jan-21	02:31	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07430026	OPJ5775	54527	13-jan-21	02:32	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07430027	HCW5111	54527	13-jan-21	02:33	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	0	OPOSTO AO Nº 110
AE07430028	HOB5800	55680	13-jan-21	02:34	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07430029	HDD4165	55680	13-jan-21	02:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07430030	PZM3D42	55680	13-jan-21	02:36	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07563883	OPI2561	54527	14-jan-21	21:24	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563278	HFW2048	54527	14-jan-21	21:21	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563279	GV59337	55680	14-jan-21	21:30	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07397668	LTF8032	55680	15-jan-21	23:10	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397669	HKR9471	55680	15-jan-21	23:11	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397670	HIZ8708	55680	15-jan-21	23:12	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397671	OPX6386	55680	15-jan-21	23:12	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397672	GNO9490	55680	15-jan-21	23:13	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397673	PWZ0911	55680	15-jan-21	23:14	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397674	HJN5646	55680	15-jan-21	23:15	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397675	GWBO387	55680	15-jan-21	23:16	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07567883	HNS8B01	55680	15-jan-21	21:24	Rua Juventino Dias	0	com prof. Otávio C. De Mag
AE07567882	OQW0700	55680	15-jan-21	21:23	Rua Juventino Dias	0	com Prof. Otávio C. De Mag
AE07391907	PUT5J09	54524	17-jan-21	22:20	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07391908	HFO2103	54524	17-jan-21	22:21	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07391910	MSJ3H33	55680	17-jan-21	22:35	RUA JUVENTINO DIAS	113	
AE07391909	HOI3909	55680	17-jan-21	22:34	RUA JUVENTINO DIAS	113	

AE07397684	RFT3F28	54527	20-jan-21	22:40	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397676	GZC2321	54527	21-jan-21	02:37	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397680	HKK2380	54527	21-jan-21	02:37	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397681	HBE6297	54527	21-jan-21	02:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07397682	HED0989	54527	21-jan-21	02:31	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07563795	GBU0564	54526	23-jan-21	21:06	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	CONDUTOR AUSENTE
AE07563796	HMR7886	54526	23-jan-21	21:08	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	CONDUTOR AUSENTE
AE07563797	QQH6203	54526	23-jan-21	21:09	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	165	CONDUTOR AUSENTE
AE07563798	HHJ8865	54526	23-jan-21	21:11	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	275	CONDUTOR AUSENTE
AE07563794	PVQ2610	54526	23-jan-21	21:04	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	
AE07399002	PYJ0773	55680	23-jan-21	01:31	RUA JUVENTINO DIAS	113	
AE07563816	PXM1J72	54526	24-jan-21	21:19	Rua juventino dias	165	
AE07563818	MLA8057	54526	24-jan-21	21:23	Rua juventino dias	165	
AE07563819	DMM0079	54526	24-jan-21	21:25	Rua juventino dias	16	
AE07563815	HFX2E68	54526	24-jan-21	21:17	Rua juventino dias	165	
AE07563814	HOI6155	54526	24-jan-21	21:15	Rua juventino dias	165	
AE07563813	ORC0731	54526	24-jan-21	21:11	Rua juventino dias	165	
AE07563817	PYK0J87	54526	24-jan-21	21:20	Rua juventino dias	165	
AE07563806	HIX0848	54527	24-jan-21	21:00	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07563808	PXE6762	54527	24-jan-21	21:03	RUA JUVENTINO DIAS	175	
AE07563809	OPN4253	54527	24-jan-21	21:05	RUA JUVENTINO DIAS	175	
AE07563280	JIE5537	54527	24-jan-21	23:11	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07567271	HKR8364	54527	24-jan-21	23:15	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07567272	HKH6680	54527	24-jan-21	23:17	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07567273	HIK6184	54527	24-jan-21	23:19	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07567274	RGD1B53	54527	24-jan-21	23:29	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07567275	GXU3958	54527	24-jan-21	23:33	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07563884	MNX4246	54527	24-jan-21	23:15	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO AO NÚMERO 205
AE07563807	NYD5909	54527	24-jan-21	21:02	Rua Juventino Dias	175	
AE07563812	OQV2198	54527	24-jan-21	21:10	Rua juventino dias	165	
AE07563811	EBQ3935	54527	24-jan-21	21:08	Rua juventino dias	165	
AE07563810	GNJ0603	54527	24-jan-21	21:06	Rua juventino dias	165	
AE07567886	HAC9880	54527	25-jan-21	00:51	RUA JUVENTINO DIAS	165	VEÍCULO ESTACIONADO AO LADO DA PRAÇA.
AE07567887	KPL2202	54527	25-jan-21	00:52	RUA JUVENTINO DIAS	165	VEÍCULO ESTACIONANDO AO LADO DA PRAÇA
AE07573781	NCR2174	54526	27-jan-21	00:53	RUA JUVENTINO DIAS	225	CONDUTOR AUSENTE
AE07573782	JPO7945	54526	27-jan-21	00:54	RUA JUVENTINO DIAS	225	CONDUTOR AUSENTE,
AE07573783	GIB1026	54526	27-jan-21	00:55	RUA JUVENTINO DIAS	225	CONDUTOR AUSENTE.
AE07567889	HBG2877	54527	27-jan-21	01:09	RUA JUVENTINO DIAS	205	



AE07567888	GZW3661	54527	27-jan-21	00:50	RUA JUVENTINO DIAS	205	VEÍCULO ESTACIONADO AO LADO DA PRAÇA.
AE07567890	ELZ5316	54527	27-jan-21	00:51	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07563824	NXY7H92	54526	28-jan-21	21:33	Rua juventino dias	155	
AE07573785	QUU9147	54527	28-jan-21	21:41	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07563826	GXW7640	54527	28-jan-21	21:43	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07573786	NXZ0172	54527	28-jan-21	21:49	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07573784	PVI3053	54527	28-jan-21	21:37	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07563827	QQJ7934	54527	28-jan-21	21:47	Rua juventino dias	165	
AE07563825	RGB9J30	54527	28-jan-21	21:41	Rua juventino dias	205	
AE07563828	OWK1930	54527	28-jan-21	21:50	Rua juventino dias	165	
AE07563823	HFW9051	54870	28-jan-21	21:29	Rua juventino dias	155	
AE07573787	HAL8489	55680	28-jan-21	21:53	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07398303	RFB9J25	54526	29-jan-21	22:35	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398299	GSF8364	54526	29-jan-21	22:15	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398300	PUX4847	54526	29-jan-21	22:20	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398301	HLT6614	54526	29-jan-21	22:25	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398302	NXY7C83	54526	29-jan-21	22:30	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398304	RFR9E03	54526	29-jan-21	22:40	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398305	HCS3255	54526	29-jan-21	22:45	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07398306	HIM2909	54526	29-jan-21	22:50	RUA JUVENTINO DIAS	156	
AE07563885	GYA1E14	54527	30-jan-21	01:35	RUA JUVENTINO DIAS	225	OPOSTO
AE07399005	KOS6005	54524	31-jan-21	22:37	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07399004	GST9992	54524	31-jan-21	23:36	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07399007	QQW3981	54524	01-fev-21	00:24	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07399006	HNY0054	54524	01-fev-21	00:23	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07577931	HNB7259	54527	01-fev-21	21:03	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07577810	HJF6569	54527	01-fev-21	21:00	RUA JUVENTINO DIAS	205	VEÍCULO ESTACIONADO AO LADO DA PRAÇA.
AE07563830	HGR2859	54526	03-fev-21	21:03	Rua juventino dias	205	
AE07573741	PXH0102	54527	06-fev-21	22:54	Rua juventino dias	205	
AE07573746	QXQ3A97	55680	11-fev-21	21:18	Rua juventino dias	205	
AE07589375	GNT0I75	55680	16-fev-21	00:35	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589374	OJD1H02	55680	16-fev-21	00:33	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589373	PVS5G99	55680	16-fev-21	00:31	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589372	HMA9770	55680	16-fev-21	00:27	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589371	FFT4844	55680	16-fev-21	00:17	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589380	HMD1396	55680	17-fev-21	22:07	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589376	NYA7837	55680	17-fev-21	21:41	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07399011	HBM1990	54524	19-fev-21	23:31	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07399010	FNK2643	54524	19-fev-21	23:30	RUA JUVENTINO DIAS	225	

AE07589393	QNX1296	53800	22-fev-21	00:19	Praça Governador Israel Pinheiro	0	ESQUINA Rua Salomão de Vasconcelos
AE07589392	GYG6333	53800	22-fev-21	00:14	Praça Governador Israel Pinheiro	0	ESQUINA Rua Salomão de Vasconcelos
AE07589394	OPW6765	55090	22-fev-21	00:22	Juventino dias	225	
AE07589395	HKH8648	55680	22-fev-21	00:25	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589403	QOZ9214	54527	23-fev-21	22:11	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589409	JPB3909	54527	23-fev-21	22:17	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07589404	HCA7608	54527	23-fev-21	22:12	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589405	QPO5023	54527	23-fev-21	22:13	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589408	HIL2190	54527	23-fev-21	22:16	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589410	PZV5431	54527	23-fev-21	22:18	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07589406	HJK6969	54527	23-fev-21	22:14	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589407	PVU5407	54527	23-fev-21	22:15	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07573750	HAI5408	54527	25-fev-21	21:37	Rua juvenino dias	205	
AE07573751	PVT2124	54527	25-fev-21	21:41	Rua juvenino dias	205	
AE07573753	OPZ5672	54527	25-fev-21	21:49	Rua juvenino dias	205	BAIRRO MANGABEIRAS
AE07573752	QUP2G89	54527	25-fev-21	21:44	Rua juvenino dias	205	BAIRRO:MANGABEIRAS.
AE07573754	RFN7H67	54527	25-fev-21	22:01	Rua Prof Lair Remusat Renó	420	BAIRRO:MANGABEIRAS.
AE07573755	HIX4456	54527	26-fev-21	22:28	Rua juvenino dias	205	BAIRRO: MANGABEIRAS.
AE07589421	HGI2428	54527	01-mar-21	22:07	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589425	QUW9256	54527	01-mar-21	22:11	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589419	OWT2448	54527	01-mar-21	22:03	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589422	RFK9F39	54527	01-mar-21	22:08	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589420	NYD5E52	54527	01-mar-21	22:06	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589424	PUY4067	54527	01-mar-21	22:10	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589423	HNQ6535	54527	01-mar-21	22:08	Rua Juventino Dias, oposto ao número 225, Bai	0	S/N
AE07589428	HJG3696	54600	06-mar-21	22:01	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589427	HGE8705	55680	06-mar-21	21:59	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07589426	PVN2708	55680	06-mar-21	21:57	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07399013	MQH2454	55680	06-mar-21	03:29	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07573759	FQP7B87	55090	07-mar-21	22:31	Rua juvenino dias	205	BAIRRO MANGABEIRAS
AE07607490	GUF0G12	55680	23-abr-21	23:45	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07609841	OQK6A57	55680	23-abr-21	23:48	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07609842	GUG8906	55680	23-abr-21	23:49	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07644122	EKA0171	54100	24-abr-21	22:31	RUA JUVENTINO DIAS	1560	
AE07644124	GYO9556	54100	24-abr-21	22:37	RUA JUVENTINO DIAS	120	
AE07627970	OMB0527	54100	24-abr-21	22:24	Rua Juventino dias	220	
AE07627968	NSK5682	54100	24-abr-21	22:17	Rua juvenino dias	205	
AE07644121	HNK5796	54100	24-abr-21	22:29	Rua juvenino dias	133	
AE07627969	BF89H79	54100	24-abr-21	22:19	Rua juvenino dias	205	
AE07644123	FZA2A04	54100	24-abr-21	22:33	Praca do papa	0	S/N
AE07631048	HJU5334	54527	24-abr-21	02:07	Praca governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO

AE07631037	RMU0E06	54527	24-abr-21	00:40	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631053	EEG0B91	54527	24-abr-21	02:46	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631049	OPZ9C94	54527	24-abr-21	02:09	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631040	HIW0850	54527	24-abr-21	01:46	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631044	OQC0J60	54527	24-abr-21	01:53	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631045	HOI3909	54527	24-abr-21	01:56	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631041	HLH8809	54527	24-abr-21	01:48	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631052	RMS9H51	54527	24-abr-21	02:42	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631042	HJU1591	54527	24-abr-21	01:49	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631050	HCW5675	54527	24-abr-21	02:12	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631043	HDY7G66	54527	24-abr-21	01:51	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631046	PWL6D79	54527	24-abr-21	01:58	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631047	NXY2135	54527	24-abr-21	01:47	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631051	PVN7801	54527	24-abr-21	02:15	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631039	PVG5G62	55090	24-abr-21	01:43	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07631036	QNV4053	55411	24-abr-21	00:31	Praça governador israel pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07604014	OQP0114	54526	25-abr-21	21:52	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07573766	DRS9G74	54526	25-abr-21	21:52	Rua juvenino dias	225	MANGABEIRAS
AE07573767	EMT7G85	54526	25-abr-21	21:56	Rua juvenino dias	225	LADO OPOSTO
AE07424541	GYA6908	55680	25-abr-21	21:35	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQ. RUA PROFESSOR OCTAVIO COELHO DE MAGALHAES -
AE07399018	PYZ4659	55680	25-abr-21	01:26	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07399019	HJI0827	55680	25-abr-21	01:27	RUA JUVENTINO DIAS	133	
AE07399020	HHB5713	55680	25-abr-21	01:28	RUA JUVENTINO DIAS	113	
AE07386656	GTT5823	54870	30-abr-21	22:14	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	155	
AE07647253	HDM1163	54100	01-mai-21	01:51	Juventino dias	225	
AE07647252	JUZ5784	54100	01-mai-21	01:49	Juventino dias	225	
AE07629066	KLI2902	54526	02-mai-21	21:31	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07629065	GSA6948	54526	02-mai-21	21:28	Rua juvenino dias	205	OPOSTO
AE07629062	NXX3646	54527	02-mai-21	21:21	RUA JUVENTINO DIAS	202	OPOSTO
AE07629063	RMX1A26	54527	02-mai-21	21:23	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07629064	QUU5722	54527	02-mai-21	21:24	RUA JUVENTINO DIAS	205	OPOSTO
AE07629061	QMW6E91	54527	02-mai-21	21:16	RUA JUVENTINO DIAS	202	VEÍCULO ESTACIONADO SEM CONDUTOR PRESENTE
AE07421434	GZT8B86	54870	02-mai-21	21:23	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07584865	HKT2866	54526	07-mai-21	23:13	Rua juvenino Dias	225	
AE07584866	QXC5374	55412	07-mai-21	23:21	Rua juvenino Dias	255	
AE07422546	HKK1688	55500	08-mai-21	21:29	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AE07422544	HGO2300	55500	08-mai-21	21:25	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AE07422545	HEL0236	55500	08-mai-21	21:32	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°
AE07386659	QMV8112	55500	08-mai-21	21:22	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	SEM N°



AE07386658	PUH2601	55500	08-mai-21	21:21	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	S/Nº
AE07386660	PZW6200	55500	08-mai-21	21:23	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	S/Nº
AE07422542	QQI2427	55500	08-mai-21	21:24	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	S/Nº
AE07665789	OWZ5301	54870	16-mai-21	00:13	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665793	GPC6055	54870	16-mai-21	00:17	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665794	CXM8273	55500	16-mai-21	23:46	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665795	HEI0I88	55500	16-mai-21	23:47	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665796	GXH9944	55500	16-mai-21	23:48	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665797	PWU3367	55500	16-mai-21	23:49	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07665798	HIC9117	55500	16-mai-21	23:51	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07665799	OPO7729	55500	16-mai-21	23:52	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07665800	RFX4D24	55500	16-mai-21	23:53	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07665790	HNG3122	55500	16-mai-21	00:14	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665788	OWL0714	55500	16-mai-21	00:10	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665791	PXE7G07	55500	16-mai-21	00:15	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665792	HIM7047	55500	16-mai-21	00:16	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665834	JHV8056	53800	17-mai-21	00:02	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	253	
AE07665833	PWU9276	55500	17-mai-21	00:00	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	110	
AE07665835	QUS4796	55500	18-mai-21	23:22	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07665837	HLZ6482	55500	18-mai-21	23:32	Rua Prof. Lair Remusat Reno, Mangabeiras.	110	
AE07665836	PYC6244	55500	18-mai-21	23:27	Rua Prof. Lair Remusat Reno, Mangabeiras.	110	
AE07584886	QNT2208	54526	20-mai-21	23:58	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07672601	HEX7326	54526	21-mai-21	23:31	Rua juvenino Dias	225	
AE07672602	KPV5092	54870	21-mai-21	23:34	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07672603	PXY1281	54870	21-mai-21	23:38	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07673434	MCD6J77	54526	23-mai-21	21:15	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA Rua do amendoim
AE07673435	GWC7896	54526	23-mai-21	21:18	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA Rua do amendoim
AE07604026	HKT1714	54526	23-mai-21	21:16	Rua juvenino dias	0	ESQUINA Rua do amendoim
AE07604024	PVG3E06	55500	23-mai-21	23:23	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07673432	PWG0791	55500	23-mai-21	21:09	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07673433	HLN9H29	55500	23-mai-21	21:11	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07604025	QQX0015	55500	23-mai-21	21:12	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07604027	OWN0309	55500	23-mai-21	21:32	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07604023	HIS1E92	55500	23-mai-21	23:20	Rua juvenino dias	205	
AE07673444	HCS1411	54010	29-mai-21	01:50	Praça Governo Israel Pinheiro	15	
AE07418015	HLG4567	54600	29-mai-21	00:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	105	
AE07605626	PZU7993	54870	29-mai-21	21:22	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	15	
AE07673447	HEL6477	54870	29-mai-21	01:25	Praça governador Israel Pinheiro	105	
AE07572164	PUV9357	55090	29-mai-21	21:14	RUA JUVENTINO DIAS	0	LADO OPOSTO PRAÇA GOV. ISRAEL PINHEIRO.
AE07673446	NXX3824	55090	29-mai-21	01:28	Praça Governador Israel Pinheiro	15	

AE07673445	MZG2F18	55090	29-mai-21	01:44	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	30	
AE07680493	JMV8400	55090	29-mai-21	01:44	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	30	
AE07673440	HHJ1899	55090	29-mai-21	01:41	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	30	
AE07680491	QNY1127	55090	29-mai-21	01:44	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	30	
AE07680492	HEL5314	55090	29-mai-21	01:43	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	30	
AE07604030	PVLOC98	55500	29-mai-21	01:33	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07673442	NMO5423	55500	29-mai-21	01:37	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07673437	QXJ1195	55500	29-mai-21	01:33	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07673441	HBU8969	55500	29-mai-21	01:36	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07673438	PWN1579	55500	29-mai-21	01:33	RUA JUVENTINO DIAS	205	
AE07673443	GXZ4741	55500	29-mai-21	01:38	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07604029	HFD1987	55500	29-mai-21	01:32	Rua Juventino Dias	205	
AE07605625	QOT6652	55680	29-mai-21	21:08	RUA JUVENTINO DIAS	0	EM FRENTE A PRAÇA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO.
AE07674782	LNG8E95	55500	30-mai-21	03:03	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674783	HOI7F69	55500	30-mai-21	03:04	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674784	RFI8A95	55500	30-mai-21	03:06	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674785	HEF8217	55500	30-mai-21	03:08	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674786	GTK4770	55500	30-mai-21	03:09	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674787	GYJ7425	55500	30-mai-21	03:11	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674788	OUK7990	55500	30-mai-21	03:14	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AM01945274	OOV8626	55500	30-mai-21	01:25	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939107	HFY1688	55500	30-mai-21	01:29	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945278	HEI7010	55500	30-mai-21	01:29	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945273	OQA5H38	55500	30-mai-21	01:25	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939105	PWS1381	55500	30-mai-21	01:28	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939106	GYV5535	55500	30-mai-21	01:29	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945275	HJR5A72	55500	30-mai-21	01:27	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945276	HNX7100	55500	30-mai-21	01:28	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945277	HGX2314	55500	30-mai-21	01:28	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945279	HKT2486	55500	30-mai-21	01:28	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945280	HFQ4646	55500	30-mai-21	01:28	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AE07674781	JEQ2233	55500	30-mai-21	03:00	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07674790	RMH6B24	55500	30-mai-21	03:22	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	
AM01945270	HMO6H12	55680	30-mai-21	01:13	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945272	QWX2637	55680	30-mai-21	01:34	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939108	PYF7A78	55680	30-mai-21	01:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939109	FCC4110	55680	30-mai-21	01:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939110	HFN6056	55680	30-mai-21	01:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01939111	HGF6C24	55680	30-mai-21	01:30	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165
AM01945271	HAE3325	55680	30-mai-21	01:32	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº165

AE07674789	HFN6056	55680	30-mai-21	03:16	RUA JUVENTINO DIAS	165	
AE07681262	PUO9862	54600	31-mai-21	02:05	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	
AM01869227	QWU4405	55500	31-mai-21	00:16	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	165	
AM01869228	QQZ6858	55500	31-mai-21	00:17	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	165	
AM01950926	FFV2996	55500	31-mai-21	00:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	205	
AM01950927	GXQ1H95	55500	31-mai-21	00:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	205	
AM01869226	QNJ2858	55500	31-mai-21	00:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	205	
AM01869229	OLW4431	55680	31-mai-21	00:18	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	157	
AE07685678	DIF2367	54600	03-jun-21	23:42	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	105	
AE07605628	QQA6427	55680	03-jun-21	21:20	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07605630	OPR1869	55680	03-jun-21	21:23	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07605629	QWU0571	55680	03-jun-21	21:21	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07605627	HFS6160	55680	03-jun-21	21:16	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO
AE07685708	RGA9E04	54526	04-jun-21	23:03	RUA JUVENTINO DIAS	225	OPOSTO.
AE07685707	AWV1180	55090	04-jun-21	23:02	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07685702	GOU1116	55090	04-jun-21	00:23	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07681299	JGO7697	55500	04-jun-21	00:12	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO.
AE07681300	PXJ2410	55500	04-jun-21	00:13	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07685709	HOG3A94	53800	05-jun-21	03:06	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	
AM01945252	QOO0057	54870	10-jun-21	00:58	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	165	
AE07687067	QMR4846	54527	25-jul-21	02:22	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	110	LADO OPOSTO.
AE07687066	HCY8663	54527	25-jul-21	01:21	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	110	LADO OPOSTO.
AE07743777	QUX0829	54527	27-jul-21	22:08	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07743778	OQV9455	54527	27-jul-21	22:09	RUA JUVENTINO DIAS	225	OPOSTO.
AE07743779	PXI3397	54527	27-jul-21	22:15	RUA JUVENTINO DIAS	165	OPOSTO.
AE07743776	GZP6389	54527	27-jul-21	22:05	RUA JUVENTINO DIAS	225	OPOSTO.
AE07743783	OWZ0034	54527	02-ago-21	21:01	RUA JUVENTINO DIAS	225	OPOSTO.
AE07743784	QMU2554	54527	02-ago-21	21:02	RUA JUVENTINO DIAS	225	OPOSTO.
AE07743785	ALK9989	54527	02-ago-21	21:03	RUA JUVENTINO DIAS	165	OPOSTO.
AE07418733	NUQ0720	54527	19-set-21	23:17	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO Nº 30
AE07444252	GNI4381	54527	03-out-21	21:10	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AE07444253	HCN8D76	54527	03-out-21	21:16	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 225
AE07444254	HHE7469	54527	03-out-21	21:25	RUA JUVENTINO DIAS	0	OPOSTO AO Nº 165
AE07784308	LLK8G68	54527	03-out-21	21:06	RUA JUVENTINO DIAS	225	
AE07838564	OWI8476	54527	14-nov-21	22:09	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	824	
AE07838562	PVI3472	54527	14-nov-21	22:07	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	824	
AE07838721	OPF9481	54527	14-nov-21	22:11	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	824	



AE07838563	PWJ7842	54527	14-nov-21	22:08	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	824	
AE07838561	OPH4417	54527	14-nov-21	22:05	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	824	
AE07838565	RFK3G99	54527	14-nov-21	22:10	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	824	
AE07838751	NXY1G61	55411	14-nov-21	22:31	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	175	
AE07838726	NTJ7D62	55411	14-nov-21	22:21	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	345	
AE07838723	OWM8159	55411	14-nov-21	22:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	30	
AE07838722	HJB9562	55411	14-nov-21	22:12	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	30	
AE07838732	NYC2364	55411	14-nov-21	22:27	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	277	
AE07838731	HJN1964	55411	14-nov-21	22:26	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	277	
AE07838735	LRG2729	55411	14-nov-21	22:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	277	
AE07838734	QXP8C88	55411	14-nov-21	22:28	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	277	
AE07838733	HDX5610	55411	14-nov-21	22:28	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	277	
AE07838730	PUD7E37	55411	14-nov-21	22:25	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	307	
AE07838729	PVB0504	55411	14-nov-21	22:24	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	307	
AE07838728	HNE4174	55411	14-nov-21	22:23	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	307	
AE07838727	HLX0I92	55411	14-nov-21	22:22	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	345	
AE07838725	NWN5618	55411	14-nov-21	22:18	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	345	
AE07838724	QOX8I84	55411	14-nov-21	22:16	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	30	
AE07443264	PYX6818	54527	22-jan-22	22:51	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443261	JPP3C64	54527	22-jan-22	22:57	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443262	HDX2F50	54527	22-jan-22	22:50	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443263	HKC8011	54527	22-jan-22	22:52	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443266	GXW8494	54527	22-jan-22	22:59	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443267	RFT1B25	54527	22-jan-22	23:10	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443268	HMV9489	54527	22-jan-22	23:11	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07443270	HBP7A79	54527	22-jan-22	22:49	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07888240	RNT6G40	54527	22-jan-22	23:01	Praça do Papa	0	S/N
AE07888257	HFW2G92	54527	22-jan-22	23:43	Praça do Papa	0	S/N
AE07888246	OPL1853	54527	22-jan-22	23:22	Praça do Papa	0	S/N
AE07888212	RMZ5D64	54527	22-jan-22	22:46	Praça do Papa	0	S/N
AE07888215	MQM1463	54527	22-jan-22	22:52	Praça do Papa	0	S/N
AE07888236	HDL6643	54527	22-jan-22	22:54	Praça do Papa	0	S/N
AE07888249	HIU0468	54527	22-jan-22	23:28	Praça do Papa	0	S/N
AE07888250	HNC3F66	54527	22-jan-22	23:31	Praça do Papa	0	S/N
AE07888252	PXH6449	54527	22-jan-22	23:33	Praça do Papa	0	S/N
AE07888214	QXI8675	54527	22-jan-22	22:51	Praça do Papa	0	S/N
AE07888247	HJZ7374	54527	22-jan-22	23:24	Praça do Papa	0	S/N
AE07888255	HFE2447	54527	22-jan-22	23:40	Praça do papa	0	S/N
AE07888237	QUC3H14	54527	22-jan-22	22:57	Praça do papa	0	S/N
AE07888258	QNU0054	54527	22-jan-22	23:44	Praça do papa	0	S/N
AE07888259	PWA6028	54527	22-jan-22	23:45	Praça do papa	0	S/N

AE07888244	PYU5285	54527	22-jan-22	23:11	Praça do papa	0	S/N
AE07888253	HHF7949	54527	22-jan-22	23:38	Praça do papa	0	S/N
AE07888254	HEF7765	54527	22-jan-22	23:39	Praça do papa	0	S/N
AE07888213	OPO4I81	54527	22-jan-22	22:49	Praça do papa	0	S/N
AE07888241	RNR8D36	54527	22-jan-22	23:03	Praça do papa	0	S/N
AE07888242	QWV3969	54527	22-jan-22	23:04	Praça do papa	0	S/N
AE07888238	OWY1G61	54527	22-jan-22	22:58	Praça do papa	0	S/N
AE07888239	RGA6I12	54527	22-jan-22	22:59	Praça do papa	0	S/N
AE07888245	QXT9B63	54527	22-jan-22	23:21	Praça do papa	0	S/N
AE07888248	OXE3J34	54527	22-jan-22	23:26	Praça do papa	0	S/N
AE07888251	QQD8F85	54527	22-jan-22	23:32	Praça do papa	0	S/N
AE07888256	IVF5B59	54527	22-jan-22	23:41	Praça do papa	0	S/N
AE07888211	PWD1982	55680	22-jan-22	22:25	Rua juvenino dias	0	ESQUINA Rua professor otavio coelho de Magalhães
AE07888511	PUO5140	54527	23-jan-22	21:47	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888512	JGV7891	54527	23-jan-22	21:51	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888499	GZT2241	54527	23-jan-22	21:51	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888498	PWB5E46	54527	23-jan-22	21:50	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888491	QUD1020	55411	23-jan-22	21:20	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888487	HBQ3924	55411	23-jan-22	21:32	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888495	HJQ6A43	55411	23-jan-22	21:33	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888510	HGF2D67	55411	23-jan-22	21:46	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888488	HNP3589	55411	23-jan-22	21:34	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888506	OQY5320	55411	23-jan-22	21:34	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888507	HGK5493	55411	23-jan-22	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888493	QFV2I65	55411	23-jan-22	21:30	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888494	KVH9E90	55411	23-jan-22	21:32	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888486	GBN1122	55411	23-jan-22	21:22	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888490	QM0012	55411	23-jan-22	21:40	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888509	GZK3209	55411	23-jan-22	21:43	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07878354	QOJ9A89	55411	23-jan-22	21:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07878355	QUX9005	55411	23-jan-22	21:16	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07864069	RF55G05	55411	23-jan-22	21:16	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07864070	PZK1628	55411	23-jan-22	21:18	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888492	PYQ2I25	55411	23-jan-22	21:23	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07878353	PUI8B47	55411	23-jan-22	21:11	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07888489	HET7531	55411	23-jan-22	21:35	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE07864065	HBG0765	55411	23-jan-22	21:07	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA Av agulhas negras
AE07864066	OXH4G60	55411	23-jan-22	21:11	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA Av agulhas negras
AE07864067	QXY9H25	55411	23-jan-22	21:13	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA Av agulhas negras
AE07864068	RFO2E46	55411	23-jan-22	21:15	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	ESQUINA Av agulhas negras



AE07878420	KWD6B73	55411	23-jan-22	06:21	RUA PROFESSOR LAIR RAMUSAT RENNO	824	PRAÇA DO PAPA
AE07443265	OXH4869	54527	27-jan-22	22:59	PCA GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	0	OPOSTO AO N° 15
AE07892340	RFN6B54	54527	28-jan-22	00:55	RUA JUVENTINO DIAS	165	OPOSTO
AE07892339	PJG1915	54527	28-jan-22	00:54	RUA JUVENTINO DIAS	165	OPOSTO
AE07892357	HMK8B00	54527	28-jan-22	01:26	Rua Juventino Dias,	165	OPOSTO.
AE07892358	HLN3164	54527	28-jan-22	01:28	Rua Juventino Dias, Mangabeiras	165	OPOSTO.
AE07892342	HCF0475	54527	28-jan-22	01:01	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892344	HFY7742	54527	28-jan-22	01:05	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892349	HOI7903	54527	28-jan-22	01:16	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892347	QNF4809	54527	28-jan-22	01:11	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892346	PWR6H32	54527	28-jan-22	01:09	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892345	PWA0830	54527	28-jan-22	01:07	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892350	KVV8F93	54527	28-jan-22	01:19	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892356	PYF6460	54527	28-jan-22	01:22	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO
AE07892343	JHY8735	54527	28-jan-22	01:02	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO.
AE07892341	GZP1694	54527	28-jan-22	00:59	Rua Professor Lair Remusat Reno, Mangabeiras	110	OPOSTO.
AE07892330	PVW9656	55411	28-jan-22	00:36	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO
AE07892331	NYD3J89	55411	28-jan-22	00:38	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO
AE07892332	HAI1607	55411	28-jan-22	00:40	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO
AE07892334	PWI6315	55411	28-jan-22	00:43	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO.
AE07892335	HDY0602	55411	28-jan-22	00:47	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO
AE07892336	HIY0320	55411	28-jan-22	00:48	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO.
AE07892337	RMT8H71	55411	28-jan-22	00:50	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO
AE07892338	HNP7579	55411	28-jan-22	00:52	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPOSTO.
AE07892326	PJA9A77	55411	28-jan-22	00:20	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	OPOSTO
AE07892327	HDY1901	55411	28-jan-22	00:23	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	OPOSTO
AE07892329	PZU1D52	55411	28-jan-22	00:27	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	OPOSTO
AE07782994	RFL9J56	55411	28-jan-22	00:13	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	OPOSTO
AE07782995	RTH2177	55411	28-jan-22	00:17	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	OPOSTO.
AE07892333	OMG1833	55411	28-jan-22	00:41	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	105	OPSTO.
AE07892328	QNW1C76	55411	28-jan-22	00:25	Praça Governador Israel Pinheiro, Mangabeiras	155	OPOSTO
AE07792477	HIU0468	55411	08-fev-22	00:40	Praça Governador Israel Pinheiro	155	
AE07792478	OUN0319	55411	08-fev-22	00:49	Praça Governador Israel Pinheiro	15	
AE07792479	GZQ6528	55411	08-fev-22	00:54	Praça Governador Israel Pinheiro	15	
AE07920639	PUE6731	54870	27-mar-22	03:01	Praça Israel Pinheiro	0	SEM NÚMERO
AE07939023	GYD9G62	55411	31-mar-22	02:18	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939026	RFS0J68	55411	31-mar-22	02:26	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939022	PUO4G42	55411	31-mar-22	02:18	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939020	HNE7D44	55411	31-mar-22	02:12	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939019	HGZ1419	55411	31-mar-22	02:20	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939012	OMG0070	55411	31-mar-22	02:15	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS

AE07939025	HGU5035	55411	31-mar-22	02:21	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939024	HMO5188	55411	31-mar-22	02:26	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939018	HNY6405	55411	31-mar-22	02:14	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939017	OQK3276	55411	31-mar-22	02:17	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939016	OQO2552	55411	31-mar-22	02:12	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939015	RNA3J03	55411	31-mar-22	02:18	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939014	OUN0319	55411	31-mar-22	02:18	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939011	HBB7964	55411	31-mar-22	02:16	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07937888	HFO9G89	55411	31-mar-22	02:10	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07937890	QPW2033	55411	31-mar-22	02:20	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07937891	HHQ2A78	55411	31-mar-22	02:11	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939007	RTF3G38	55411	31-mar-22	02:15	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939008	BEA4A52	55411	31-mar-22	02:10	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939009	HJO5199	55411	31-mar-22	02:17	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939010	HHV4B38	55411	31-mar-22	02:15	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07939013	HCI6911	55411	31-mar-22	02:18	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07928556	OQG1830	55411	31-mar-22	02:02	Praça Governador Israel Pinheiro	0	BAIRRO MANGABEIRAS
AE07928554	NYA0103	55411	31-mar-22	02:51	Praça Governador Israel Pinheiro	0	S/N
AE07937889	RNL8F83	55411	31-mar-22	02:15	Praça Governador Israel Pinheiro	0	MANGABEIRAS
AE07946343	HBZ1136	54600	08-abr-22	22:45	Rua Juventino Dias	135	
AE03415806	HMQ6089	55090	11-jun-22	22:54	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03415805	QWW4391	55090	11-jun-22	22:53	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03415804	HOC3236	55090	11-jun-22	22:51	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03415810	QOAS150	55500	11-jun-22	23:01	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03415809	KXX0352	55500	11-jun-22	22:59	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03415808	HNK6718	55500	11-jun-22	22:58	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03415807	HIM4828	55680	11-jun-22	22:56	RUA JUVENTINO DIAS	0	SEM NÚMEROPRAÇA DO PAPA
AE03429995	FTO8045	55500	26-jun-22	21:16	RUA JUVENTINO DIAS	111	
AE03429993	GXI7H68	55500	26-jun-22	21:14	RUA JUVENTINO DIAS	111	
AE03429805	RNS2I69	55500	26-jun-22	21:15	RUA JUVENTINO DIAS	111	
AE03429994	PWF4639	55500	26-jun-22	21:15	RUA JUVENTINO DIAS	111	
AE03429804	KYF5902	55680	26-jun-22	21:04	RUA JUVENTINO DIAS	155	VEÍCULO ESTACIONADO DO LADO OPOSTO AO N° 155
AE03429992	OLR0D99	55680	26-jun-22	21:05	RUA JUVENTINO DIAS	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS
AE03467461	PZR6147	55680	10-ago-22	05:08	Juventino Dias	0	ESQUINA AVE AGULHAS NEGRAS L

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 23 / 01 / 2023

por C. M. 697

Responsável pela distribuição



M.A.

OF. SMGO/DALE Nº 1006 /2022

Belo Horizonte, 28/12/2022

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 970/22** – Autoria do Vereador Professor Juliano Lopes – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.998/22, de 07/06/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 970/22, de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes, que solicita informações referente à existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao número 229, bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro) para receber linhas de ônibus na via.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 680/2022, já remetida a essa Câmara Municipal por meio do OF.SMGO/DALE Nº 554/2022, de 28/07/2022.

Em complementação à referida resposta, segue a manifestação da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, por meio do Ofício BHTRANS-DPR/DALE 723/2022.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

CHGH\_DIRLEG-29/dez/22-13:57:15-000542-2



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

BHTRANS-DPR/DALE 723 /2022

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Requerimento de Comissão nº 970/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Professor Juliano Lopes

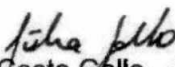
**Referência:** TAG 351639

Senhora Diretora,

Encaminhamos anexo o Parecer Técnico BHTRANS/DRO/GARBO 474/2022, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 970/2022.

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

  
Júlia Costa Gallo – BT90030  
Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhora  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO

---

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

[www.bhtrans.pbh.gov.br](http://www.bhtrans.pbh.gov.br)

Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 – Bairro Buritis  
Belo Horizonte – MG – CEP 30455-902

**PARECER TÉCNICO BHTRANS/DRO/GARBO Nº 474 /2022,  
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022  
RETIFICA E SUBSTITUI O PARECER TÉCNICO BHTRANS/DRO/GARBO Nº 164/2022**

**Referência:** Requerimento de Comissão 970/2022.

**Assunto:** Projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, Bairro Santa Cecília.

**Interessado: Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH.**

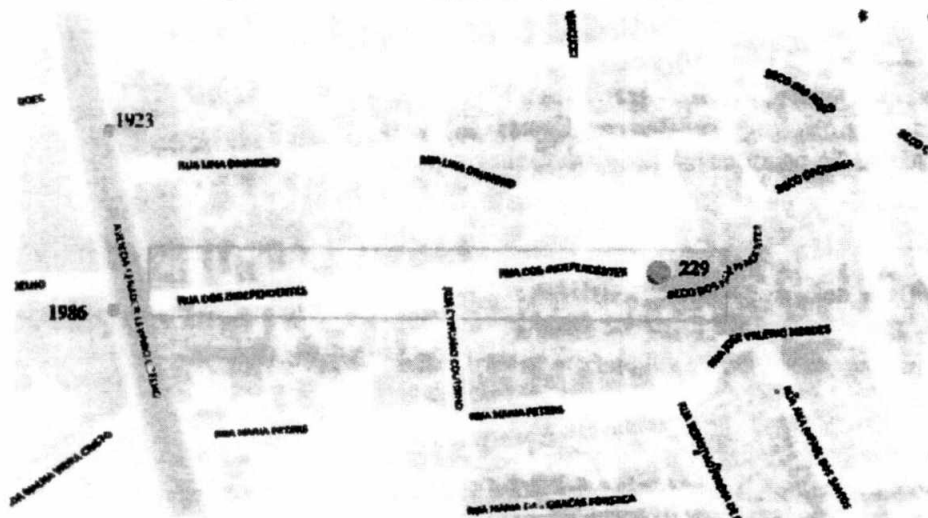
## 1 - Considerações gerais

Por meio do requerimento acima referenciado, a Câmara Municipal de Belo Horizonte-CMBH solicita informação sobre a existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao número 229, Bairro Santa Cecília, para receber linhas de ônibus na via.

## 2 - Análise Técnica

**A Rua dos Independentes, Bairro Santa Cecília, é classificada como via local, conforme a Lei nº 11.181/2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, e suas atualizações.**

**Figura 1 - Rua dos Independentes, Bairro Santa Cecília**



Fonte - <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/>

Para acessar o transporte coletivo, o usuário, com origem nas proximidades do nº 229 da Rua dos Independentes, pode se deslocar até o ponto de embarque de passageiros (PED) regulamentado na Av. Senador Levindo Coelho, nº 1923, e embarcar em uma das cinco linhas do serviço de transporte coletivo municipal que param no local: 305 (Estação Diamante/ Mangueiras), 309 (Estação Diamante/ Bairro Petrópolis), 310 (Estação Diamante/ 3ª e 4ª Seção), 311 (Estação Diamante/ Independência), 326 (Estação Barreiro/ Vale do Jatobá) e 330 (Estação Barreiro/ Independência).

Fl. 1/2






**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**BHTRANS - Empresa de Transportes  
e Trânsito de Belo Horizonte**


continuação do Parecer Técnico BHTRANS/DRO/GARBO nº 474/2022

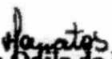
No retorno, o desembarque poderá ocorrer no PED da Av. Senador Levindo Coelho, 1986. Em ambos os sentidos, o caminharmento é inferior a 600 metros, distância máxima definida nos critérios mínimos para prestação dos serviços pelos consórcios operadores, conforme contratos de concessão vigentes.


A BHTRANS desconhece a existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao número 229, para circulação de linhas de ônibus na via.

  
p/ Fernando de Paula e Rezende – BT002105  
Analista de Transportes e Trânsito – GARBO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS

De acordo:

  
Maria Inês Oliva F. Franco – BT000281  
Gerente de Ação Regional Barreiro/Oeste – GARBO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS

  
Maria Odila de Matos – BT000653  
Superintendente de Ação Regional – SARE  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

  
Deusuete Matos Pereira de Assis – BT00140  
Diretora de Ação Regional e Operação – DRO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Fl. 2/2





OF. SMGO/DALE N° 554/2022

Belo Horizonte, 28/07/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão n° 970/22** – Autoria do Vereador Professor Juliano Lopes – encaminhado pelo ofício Dirleg n° 2.998/22, de 07/06/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão n° 970/22, de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes, que solicita informações referente à existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao número 229, bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro) para receber linhas de ônibus na via.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 680/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo

Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL



**REF.: TAG 351639**

Prezado senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 970/2022, de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes, que apresenta pedido de informação referente à existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao nº229, bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro) para receber linhas de ônibus na via.

Os questionamentos são os seguintes:

1. *Os moradores da Rua dos Independentes, do bairro Santa Cecília, no Vale do Jatobá, alegam terem recebido informação sobre um possível projeto de obra para ampliar a rua com o objetivo de receber itinerário de linhas de ônibus. Existe algum projeto de obra de infraestrutura no local?*
  2. *A possível obra ocasionaria a desapropriação de algumas das moradias da Rua dos Independentes? Se sim, haveria a previsão de quantas moradias seriam desapropriadas?*
  3. *Qual seria a previsão para o início de tal obra e da consequente desapropriação dos imóveis da Rua dos Independentes, no bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro)?*
- Pergunta prejudicada em razão da resposta anterior.

Consultada, a Diretoria de Planejamento – DPL URBEL informou que a Rua dos Independentes tem início no bairro Santa Cecília e continua no interior da Vila Jardim do Vale.

No interior da Vila Jardim do Vale, de acordo com o Plano Global Específico – PGE, não há previsão de alargamento da Rua Independentes, mas há previsão de alargamento de um trecho viário (denominado no PGE como Rua N - na cor laranja na figura abaixo).



Imagem retirada do PGE.

Ao senhor

**Felipe Prates Rozenberg**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



SMOBI N.º679/2022 (continuação 2/2)

Este alargamento (Rua N) já foi executado pelas intervenções do Programa Federal PAC Encostas, que incluiu obras de alargamento, pavimentação, muros de contenção e a praça na Rua dos Independentes, incluindo todas as remoções necessárias para viabilizar as intervenções.

Consultando o número informado no Requerimento da Comissão da Câmara, o número 229 citado se encontra no Beco dos Independentes, para o qual o PGE apontou sua regularização, sem previsão de remoções:

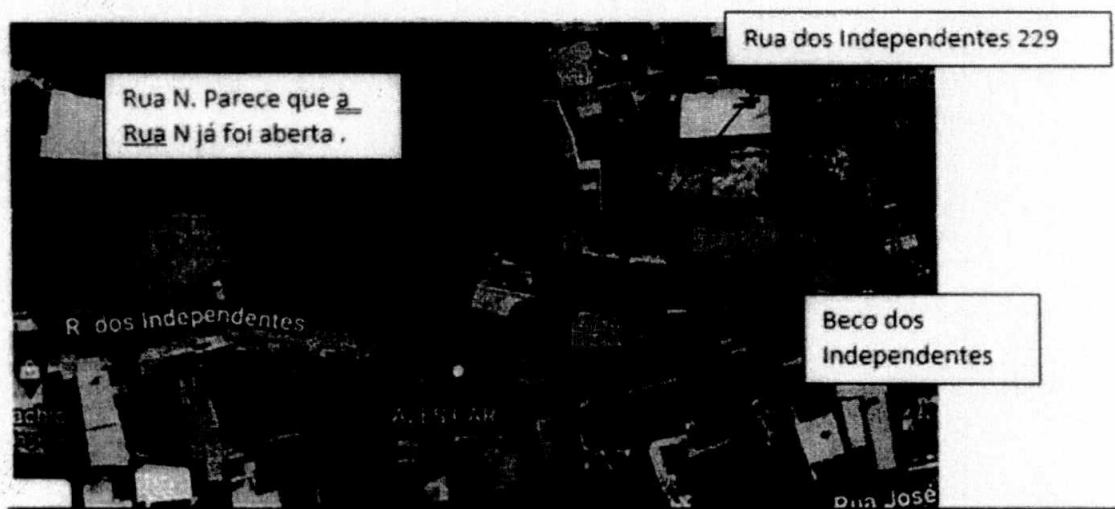
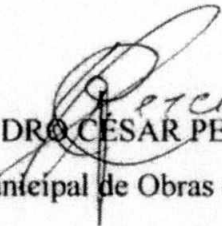


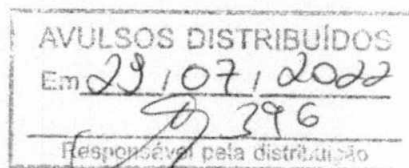
Imagem retirada do PEG.

Informou, por fim, não haver previsão de outras intervenções promovidas pela Urbel próximo ao nº 229.

Atenciosamente,

  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**970/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Secretário Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte, Sr. **João Antônio Fleury Teixeira**, pedido de informação referente à existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao número 229 – bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro) para receber linhas de ônibus na via.

Segue o questionamento:

1. Os moradores da Rua dos Independentes, do bairro Santa Cecília, no Vale do Jatobá, alegam terem recebido informação sobre um possível projeto de obra para ampliar a rua com o objetivo de receber itinerário de linhas de ônibus. Existe algum projeto de obra de infraestrutura no local?
2. A possível obra ocasionaria a desapropriação de algumas das moradias da Rua dos Independentes? Se sim, haveria a previsão de quantas moradias seriam desapropriadas?
3. Qual seria a previsão para o início de tal obra e da consequente desapropriação dos imóveis da Rua dos Independentes, no bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro)?

Belo Horizonte, 30 de maio de 2022.

Vereador Professor Juliano Lopes  
CM: 20129

**Vereador Professor Juliano Lopes**  
**AGIR**

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 23 / 01 / 2023

Ass. Cm 697  
Responsável pela distribuição

Ao Senhor  
Vereador Wanderley Porto  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

Proposição inicial  
Avisos distribuídos em:

16 / 22

Ass. 697  
Responsável pela distribuição

CM: 20129-31/Mai/22-15:53:21-44426-1



Mão AmB.

OF. SMGO/DALE Nº 019 /2023

Belo Horizonte, 20 /01 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.628/22** – Autoria do Vereador Pedro Patrus – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.913/22, de 21/09/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.628/22, de autoria do Vereador Pedro Patrus, que solicita informações a respeito da revitalização da Avenida Afonso Pena.

Consultada, a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício SUMOB/SMGO Nº 217/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

**Ofício SUMOB/SMGO N° 217/2022****Ref.:** Requerimento de Comissão 1628/2022.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2022.

Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, trata-se de Requerimento de Comissão n° 1628/2022, de autoria do Vereador Pedro Patrus, solicitando informações sobre o projeto de revitalização da Avenida Afonso Pena.

Em resposta ao Requerimento, encaminhamos as informações abaixo, considerando os questionamentos recebidos:

**1. Em que consiste a realização dos Projetos?**

É um projeto de implantação de intervenções para prioridade ao transporte coletivo, melhoria do trânsito, intervenções para acessibilidade universal e implantação da ciclovia. No projeto da Avenida Afonso Pena, também serão revitalizados os jardins do canteiro central, com novo paisagismo e o plantio de mais 52 árvores.

Encaminhamos link com a apresentação do projeto:

- **Afonso Pena:** <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/material-ilustrado-etapa-2-afonso-pena.pdf>
- **Demais vias:** <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/material-ilustrado-etapa-2-projeto-de-prioridade-do-tc.pdf>

Ilmo. Sr.

**Josué Costa Valadão**

Secretário Municipal

Secretaria Municipal de Governo



**2. Qual é o impacto ambiental estimado pela revitalização?**

Por se tratar de uma obra de revitalização o impacto mais significativo é a supressão de algumas árvores existentes, a serem devidamente compensadas, de acordo com os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental nº 008/22 e 014/22. O impacto ambiental mais positivo é a redução da emissões de gás carbônico, gases efeito estufa e poluentes locais, devidamente comprovado no estudo de simulação de tráfego.

**3. Quais segmentos da sociedade civil foram consultados?**

O projeto da Avenida Afonso Pena foi colocado em consulta pública junto com outros projetos de prioridade ao transporte coletivo. A Consulta Pública nº 001/2022 foi publicada no Diário Oficial do Município - DOM no dia 06/04/2022 e ficou disponível aos interessados para o envio de contribuições e sugestões pelo prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação.

Encaminho o link da publicação no DOM:

[https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/12882#state=396317eb-399c-4ef4-b9ab-2b1ef5b76c50&session\\_state=b41b0579-e590-4dc7-8ef6-0bb8773049bb&code=ea148b51-8b57-4feb-be37-8d66ed3005f6.b41b0579-e590-4dc7-8ef6-0bb8773049bb.b119622a-06b6-465b-b551-d7dce86b197f](https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/12882#state=396317eb-399c-4ef4-b9ab-2b1ef5b76c50&session_state=b41b0579-e590-4dc7-8ef6-0bb8773049bb&code=ea148b51-8b57-4feb-be37-8d66ed3005f6.b41b0579-e590-4dc7-8ef6-0bb8773049bb.b119622a-06b6-465b-b551-d7dce86b197f)

Encaminho link da consulta pública:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/licitacao/consulta-publica-001-2022>

Após a consulta pública, foram realizadas as seguintes reuniões:

- I. 25/05/2022 - Reunião Pública, através da plataforma Zoom;
- II. 26/04/2022 e 25/05/2022 - Reunião com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - SETRA-BH;
- III. 12/07/2022 e 19/08/2022 - Reunião na Câmara de Dirigentes Lojistas de BH - CDL-BH;
- IV. 20/06/2022 e 20/07/2022 - Reunião com o GT Pedala e
- V. 25/08/2022 - Audiência Pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte.
- VI. 28/09/2022 - Reunião com a Associação Comercial de Minas Gerais



VII. 21/11/2022 – Reunião com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Há previsão de realização de novas reuniões com as partes interessadas.

**4. Qual foi a forma de consulta e respostas recebidas pelas consultas realizadas?**

Além das reuniões públicas realizadas, foi possível o recebimento de contribuições e pedidos de esclarecimentos durante o período que ficou em consulta pública, na segunda etapa do projeto de implantação de intervenções para prioridade ao transporte coletivo, para os seguintes trechos: Av. Afonso Pena; Rua Prof. Moraes; Rua São Paulo; Rua Curitiba/ Rua Santa Catarina (único corredor); Av. João Pinheiro/ Praça da Liberdade/ Av. Cristóvão Colombo (único corredor); ciclovia da Rua Goiás/ Rua Sergipe.

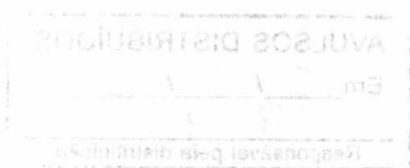
Encaminhamos link com o resultado da consulta:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/forum/5042/contribuicoes-sobre-consulta-publica-no-012022>

**5. Qual a previsão para início e fim da execução dos Projetos?**

O projeto executivo foi concluído em fevereiro de 2022, entretanto, em função de demandas apresentadas no âmbito das reuniões com a sociedade civil, alguns trechos do projeto passaram por revisão. Em paralelo, a Prefeitura de Belo Horizonte continua com o diálogo aberto com representantes da sociedade civil com o intuito de apresentar o projeto, dirimir dúvidas, colher sugestões e, eventualmente, adequar pontos específicos, incluindo o cronograma das obras.

O processo licitatório para execução das obras não foi iniciado e o prazo estimado para execução das obras é de 12 (doze) meses.



**6. Os projetos preveem a retirada de árvores da Avenida Afonso Pena, seja do canteiro central ou da calçada? Se sim, quais árvores serão retiradas?**

Sim. Está prevista a supressão de 64 elementos arbóreos: sendo 22 árvores de pequeno porte, 8 árvores médio porte, 10 árvores de grande porte e 24 arbustos/plantas ornamentais, nas seguintes localizações e quantidades (entre parênteses): Entre Av. Amazonas e R. Espírito Santo (corte na calçada) (1); Esquina Rua dos Tupis (2); Canteiro central próx. Rua da Bahia (1); próximo a Av. Alvares Cabral (corte calçada) (1); Canteiro Central prox. Palácio das Artes (2); Esquina Av. Brasil (7); Esquina Rua Rio Grande do Norte (1); Esquina Av. Getúlio Vargas (5); Canteiro Central Getúlio Vargas próx. Piauí (1); Rua Piauí (8); Esquina Getúlio Vargas (28); Afonso Pena com Piauí (1); Canteiro Central Av. Afonso Pena próx. Maranhão (1); Esq. com Contorno (4); Entre Rua Cobre e Ouro Fino (1).

De acordo com os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental nº 008/22 e 014/22 deverão ser plantadas 182 mudas para fins de compensação.

Também está previsto no projeto paisagístico o plantio de 52 árvores, sendo 3 jequitibás rosa nas interseções com Av. Brasil; Av. Getúlio Vargas e Av. do Contorno.

**7. Solicitamos o envio do projeto e cronograma completo e detalhado da revitalização da Avenida Afonso Pena.**

O projeto executivo da Avenida Afonso Pena e de outras vias que deverão receber projetos de priorização do transporte público podem ser encontrados no link da consulta pública: <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/licitacao/consulta-publica-001-2022>. Como dito na resposta do item 5, ainda não está definido o cronograma de obra.

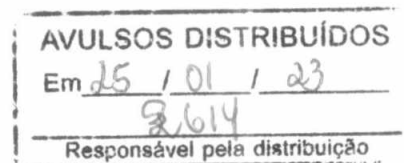
Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

ANDRE SOARES  
DANTAS:89881  
613604

Digitally signed by  
ANDRE SOARES  
DANTAS:89881613604  
Date: 2022.12.28  
15:29:47 -03'00'

André Dantas  
**Superintendente de Mobilidade  
SUMOB**





Maio AmB

OF. SMGO/DALE Nº 024 /2023

Belo Horizonte, 20 /01 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.718/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.108/22, de 18/10/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.718/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito do Parque Municipal do Bairro Trevo, localizado na Rua Comendador Barbosa Melo, s/n (defronte o número 62), no Bairro Trevo.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Política Urbana e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiram respostas por meio do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1445/2022 e do Ofício SMOBI Nº 1157/2022, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1445/2022**

**Ref.:** Pedido de informação - TAG 353654 - Requerimento de Comissão Nº 1.718/22;

**Autoria:** Vereador Nikolas Ferreira

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2022

Prezada Diretora,

Trata-se de Demanda TAG 353654, encaminhada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, referente ao Requerimento de Comissão nº 1.718/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito do Parque Municipal do Bairro Trevo, localizado na Rua Comendador Barbosa Melo, s/n (defronte o número 62), no Bairro Trevo.

Em resposta aos questionamentos que são atribuições da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), informamos o que se segue.

Em relação as providências adotadas quanto as constantes queimadas no local, sugerimos consulta à Gerência Regional de Manutenção Pampulha (GERMAP), tendo em vista que identificamos que se trata de área pública municipal.

Esclarecemos ainda que, identificamos registro de consulta realizada em novembro de 2018 sobre possibilidade de sancionamento ou veto por parte do Prefeito na ocasião da aprovação da Proposição de Lei Nº 56/2018;

- na ocasião a SMPU manifestou o veto integral da Proposição em virtude da tramitação do processo de reparcelamento da planta CP que continha tal área;

- tal processo de reparcelamento é resultante do licenciamento urbanístico do empreendimento Residencial Trevo, que gerou a demanda de criação de uma área para Equipamento Urbano Comunitário (EUC), a ser demarcada em parte do lote gravado como área verde pública;

**Ilma. Sra.**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE**

**Avenida Afonso Pena, 1212 – 2º andar – Centro – BH/MG**





- é importante destacar que tal área para EUC, no caso um centro de saúde, resultou na redução de 3 mil m<sup>2</sup> da área verde pública, área está devidamente compensada com o acréscimo de Espaço Livre de Uso Público (ELUP) na forma de parque linear no entorno imediato, entre outras áreas;

- como justificativa para a sugestão de veto, foi ressaltada a importância da destinação de área pública para atendimento às demandas comunitárias para os serviços de saúde local;

- ainda na justificativa para a sugestão de veto, foi também sugerido que a incorporação da área, tal como proposta pelo Legislativo, fosse realizada em momento posterior, quando a criação do EUC estivesse efetivada, o que demonstra que não havia discordância de mérito em relação ao projeto de lei aprovado pelo Legislativo Municipal, mas apenas necessidade de ajuste de forma e tempo para que fosse alcançado o objetivo pretendido com o mesmo;

- por fim, após a citada manifestação feita em novembro de 2018, esta Secretaria não foi novamente consultada sobre o encaminhamento da demanda até o conhecimento posterior de que a lei então aprovada tinha sido vetada.

Tudo isto posto, e considerando que o requerimento não trata deste assunto específico relativo ao licenciamento urbanístico do empreendimento vizinho à área questionada, entendo que esta Secretaria não tem mais informações sobre a demanda em questão.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**

---

**Fwd: PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG 353654 - REQUERIMENTO DE COMISSÃO  
Nº 1.718/22**

---

**Subsecretaria de Regulação Urbana** <sureg@pbh.gov.br>  
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>  
Cc: Dirlaine Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

4 de novembro de 2022 12:40

Prezada Cida Tomaz,

Gentileza inserir resposta no sistema TAG.  
Trata-se da demanda TAG nº 353654.

Atenciosamente,

Alcione da C. Santos Rocha  
Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG  
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG  
(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**

Date: sex., 4 de nov. de 2022 às 12:20

Subject: Re: PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG 353654 - REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 1.718/22

To: Gabinete da SUREG <sureg@pbh.gov.br>

De acordo



**OF. 1445-2022 - TAG 353654 - PARQUE MUNICIPAL DO BAIRRO TREVO\_rev01.pdf**  
217K



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
<i>mfl</i>	<i>63</i>

OF. DIRLEG Nº 17/19

Belo Horizonte, 5 de fevereiro de 2019

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência que a Câmara Municipal de Belo Horizonte, em reunião realizada no dia 4/2/19, manteve o Veto Total à Proposição de Lei nº 56/18, que "Altera a Lei nº 10.441/12, que 'Cria o Parque Municipal do Bairro Trevo', acrescentando parágrafo ao art. 1º", originária do Projeto de Lei nº 481/18, de autoria do vereador Edmar Branco.

Atenciosamente,

  
Vereadora Nely Aquino  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Alexandre Kalil  
Prefeito de Belo Horizonte  
/mfl

Recebido por: <u>BRUNO C.</u>
NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: <u>88428</u>
Órgão: <u>DIRLEG - GP</u>
Em <u>6/2/19</u> Hora: <u>11:30</u>



**OF. DE VETO Nº 32**

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2018.

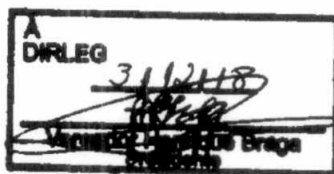
Senhor Presidente,

Cumpro o dever de encaminhar a Vossa Excelência, para a necessária apreciação dessa Egrégia Câmara, as razões que me levaram a vetar, integralmente, a Proposição de Lei nº 56, de 2018, que altera a Lei nº 10.441/12, que "Cria o Parque Municipal do Bairro Trevo", acrescentando parágrafo ao art. 1º.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e a seus pares protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

  
**Alexandre Kalil**  
**Prefeito de Belo Horizonte**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - 30/NOV/2018 14:49 000011560

**Excelentíssimo Senhor**  
**Vereador Henrique Braga**  
**Presidente da Câmara Municipal da**  
**CAPITAL**





## PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 56/18

Altera a Lei nº 10.441/12, que “Cria o Parque Municipal do Bairro Trevo”, acrescentando parágrafo ao art. 1º.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE** decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 1º da Lei nº 10.441, de 28 de março de 2012, o seguinte parágrafo único:

“Art. 1º - [...]”

Parágrafo único - Integram ainda o parque a que se refere o *caput*:

I - a área verde do quarteirão 20 do CP 243004K, de cerca de 28.000m<sup>2</sup> (vinte e oito mil metros quadrados), de propriedade da Prefeitura;

II - a via projetada Rua Hermelindo Paixão, código 114411, do CP 243004K, localizada entre a via projetada Rua Comendador Barbosa Melo e a Rua Carlos Lacerda;

III - o trecho da Rua Comendador Barbosa Melo, código 114380, compreendido entre a via projetada Rua Hermelindo Paixão e o ponto de alinhamento dos lotes 16/17 do quarteirão 38 do CP 243004k.”. (NR)

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Veto, integralmente, a presente Proposição de Lei.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2018.

*Alexandre Kalil*

**Prefeito de Belo Horizonte**



## RAZÕES DO VETO

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 92 da Lei Orgânica – LOMBH –, decidi vetar integralmente, por considerar inconstitucional e contrária ao interesse público, a Proposição de Lei nº 56, de 2018, que altera a Lei nº 10.441, de 28 de março de 2012, que cria o Parque Municipal do Bairro Trevo.

A proposição de lei pretende ampliar a área verde do Parque Municipal do Bairro Trevo, uma das áreas já administradas pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB. Em que pese a referida ampliação representar um fato positivo e de relevância ambiental, instada a se manifestar, a Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU – esclareceu que a alteração integral da área verde para Parque Municipal, como consta na proposição, mostra-se inviável porque compromete as possibilidades de uso futuro de parte desta área para implantação de equipamentos públicos, inclusive os de saúde e educação que representam uma demanda atual da região.

Isto porque, estão em processo de licenciamento urbanístico empreendimentos de significativo impacto em terrenos próximos à área objeto da referida proposição de lei, com capacidade de atrair aproximadamente 2.500 moradores, o que representará significativo adensamento ao Bairro Trevo e aumentará a demanda por infraestrutura e equipamentos públicos.

Por outro lado, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB – observou que, no momento, a ampliação da área verde representaria ônus ao Poder Executivo e que a proposição de lei não trouxe a estimativa de impacto orçamentário-financeiro. Ressalte-se que tais despesas não estão contempladas no orçamento atual da Fundação.

Em consideração à manifestação da FPMZB, anote-se, por fim, que a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal durante a tramitação legislativa manifestou-se pela rejeição da proposta, sob o argumento de que esta não traz a estimativa de impacto orçamentário-financeiro ou a origem dos recursos para ampliação do Parque, o que implica em afronta aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ao inciso II do art. 161 da Constituição do Estado de Minas Gerais e ao inciso II do art. 134 da LOMBH.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levam a vetar integralmente a proposição em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores membros da Câmara Municipal.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2018.

<b>AVULSOS DISTRIBUIDOS</b>
EM 03 / 12 / 2018
1-594
Responsável pela distribuição

Alexandre Kalil  
Prefeito de Belo Horizonte

PUBLICAÇÃO NO "DOM"  
30 / 11 / 2018  
GEIC/SMGO



**REF.: TAG 353654**

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1718/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito do Parque Municipal do Bairro Trevo, localizado na Rua Comendador Barbosa Melo, s/n (defronte o número 62), no Bairro Trevo.

- 1) Há alguma previsão de execução de obras de reforma no parque? Em caso positivo, gentileza enviar programação de execução.
- 2) O estudo e projeto técnico para realização da referida obra foi iniciado? Em caso positivo: A) quem é o responsável pela sua elaboração? B) qual a previsão para início da execução da obra? Em caso negativo: qual a previsão para início da elaboração dos estudos?

Encaminhamos, em anexo, ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI nº 406/2022, em resposta aos itens 1 e 2.

- 3) Gentileza informar o responsável pela manutenção do parque.

A GERMA é responsável pela manutenção da área pública e realiza consertos no passeio e no alambrado.

- 4) Quais as providências serão tomadas pela Prefeitura em relação as constantes queimadas que ocorrem no local, considerando que o parque preserva parte da vegetação que compõe a macrobacia do Onça e a bacia do Córrego Olhos D'água?

Não faz parte das atribuições da manutenção regional ações relativas à contenção dos incêndios.

Atenciosamente,

LEANDRO CÉSAR PEREIRA

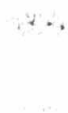
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 406/2022

SIPROT 243552

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2022.

À Senhora

Renata Lúcia de Oliveira e Silva

Gabinete da SMOBI

Rua dos Guajajaras 1107, 18º andar, Lourdes – Belo Horizonte – MG

Assunto: Requerimento de Comissão 1718/2022 - TAG 353654 – Parque Municipal do Bairro Trevo, Rua Comendador Barbosa Melo, s/ nº (defronte o nº 62), Bairro Trevo.

Prezada Chefe de Gabinete,

A fim de subsidiar resposta da SMOBI ao Requerimento de Comissão 1718/2022, foi solicitado à GSTIE verificar se existe na SUDECAP algum empreendimento previsto para o Parque Trevo e área lindeira.

Após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos – GPLEM/SD e da Gerência de Controle de Empreendimentos – GECEM/SD, não foram encontrados empreendimentos previstos para o Parque Trevo e área lindeira.

Consta no Plano de Obras o empreendimento 1382 : P1-S-LAZ-13 : Parque Trevo, executado em 2019 pela Diretoria de Manutenção – DMAN/SD, que tinha como proposta a reforma do portão de entrada, recuperação do passeio, recuperação da cerca, recuperação do alambrado, reforma dos vestiários, reforma e pintura da quadra poliesportiva, capina e limpeza geral.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.



fl. 2/2 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 406/2022

Atenciosamente,



Engº Carlos Edmundo Ottoni – ST2538-1

Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

De acordo,



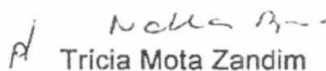
Reinaldo da Silva Lucas – ST2690-6

Gerente de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP



Ricardo Cezar Duarte – ST2455-5

Gerente do Departamento de Informações e Procedimentos Técnicos – DPIT/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP



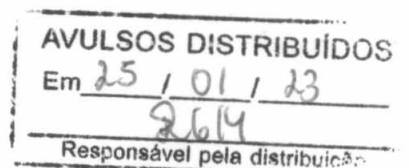
Trícia Mota Zandim

Natália Maria Teixeira Braga

SD 002437-7

Assessora – SUDECAP

Diretora de Planejamento e Controle de Empreendimentos – DPLC/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP





OF. SMGO/DALE Nº 1.015 /2022

Belo Horizonte, 28/12/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.887/22** – Autoria do Vereador Wilsinho da Tabu – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.538/22, de 22/11/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.887/22, de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que solicita informações sobre o inventário das árvores de Belo Horizonte.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 1274/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

CHBH\_DIRLEG-29/dez/22-14:03:45-000553-1



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

SMOBI N.º 1274/2022

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

**REF.: TAG 353982**

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1887/2022, de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que apresenta pedido informações sobre o inventário das árvores de Belo Horizonte, seguem informações:

**1. Existe um levantamento das condições fitossanitárias das árvores de Belo Horizonte;**

A prefeitura, através das gerências regionais de manutenção, faz avaliações rotineiras nos indivíduos arbóreos localizados em áreas públicas do Município de Belo Horizonte. Adicionalmente, a mesma equipe técnica pode ser acionada por munícipes para realizar essas avaliações tanto em áreas públicas, como em lotes privados.

**2. Como é feito o acompanhamento da saúde das árvores da capital;**

O acompanhamento é feito por vistorias rotineiras objetivando a avaliação técnica, que indicam necessidade de manejo, podas ou supressões.

**3. Quais as medidas mitigadoras de acidentes como quedas de árvores baseado no grande número de espécimes que caíram devido às chuvas do dia 16/11/2022 na capital?**

As medidas de manutenção como podas e supressões evitam quedas de indivíduos não saudáveis, entretanto o evento do dia 16/11/2022 não pode ser previsto devido ao alto nível registrado de rajadas de ventos. As árvores, em sua grande maioria, estavam em boas condições fitossanitárias. Algumas regiões de Belo Horizonte tiveram registros de rajadas de vento de 63 km/h, o que ocasionou as quedas.

Atenciosamente,

  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo

AVULSOS DISTRIBUÍDOS  
Em 23 / 01 / 2023  
por CM 697  
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 039/2023

Belo Horizonte, 31/01/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.889/22** – Autoria da Vereadora Marcela Trópia – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.539/22, de 22/11/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.889/22, de autoria da Vereadora Marcela Trópia, que solicita informações sobre a coleta seletiva no Município de Belo Horizonte.

Consultada, a Superintendência de Limpeza Urbana emitiu resposta por meio do OFÍCIO 010/2023/SLU/SMGO, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL





**OFÍCIO 010/2023/SLU/SMGO**

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2023.

Assunto: **Requerimento de Comissão nº 1889/2022 - TAG 353983.**

Prezado Secretário,

Tendo como referência o Requerimento de Comissão nº 1889/2022 - TAG 353983, seguem respostas aos questionamentos realizados pela Vereadora Marcela Trópia à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU.

- 1. Quantos bairros são atendidos diretamente pela coleta seletiva? Solicita-se envio da relação dos bairros atendidos por cada cooperativa.*

O município de Belo Horizonte é beneficiado por duas modalidades de coleta seletiva pública: a ponto a ponto e a porta a porta. O sistema ponto a ponto pressupõe que a população separe os recicláveis gerados (papel, metal, plástico e vidro) e os deposite em contêiner instalados pela Prefeitura em locais estratégicos da cidade. Quanto ao sistema porta a porta, a população segrega em seu domicílio e acondiciona, em um mesmo saco plástico, os recicláveis papel, metal, plástico e vidro e expõe esse saco no passeio para o recolhimento semanal, em dia e horário pré-determinados pela SLU.

Atualmente, pelo sistema de coleta seletiva porta a porta são atendidos 55 bairros, utilizando-se os serviços de seis cooperativas e associações contratadas e distribuídas em seis lotes. O quadro a seguir sumariza os bairros atendidos por lote e cooperativa.

Ao Senhor

**JOSUÉ COSTA VALADÃO**

Secretaria Municipal de Governo - SMGO

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

Belo Horizonte – Minas Gerais



QUADRO RESUMO - COLETA SELETIVA PORTA A PORTA - ANO 2022	
COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO RESPONSÁVEL PELA COLETA	BAIRROS ATENDIDOS
LOTE 1 – COOPESOL LESTE	<b>CENTRO-SUL:</b> São Lucas (parte), Serra (parte), Santo Antônio (parte), Sion (parte), Savassi (parte), Lourdes (parte), Anchieta (parte), Santa Lúcia (parte), São Bento (parte). <b>LESTE:</b> Colégio Batista (parte), Floresta (parte). <b>NORDESTE:</b> Cidade Nova. <b>OESTE:</b> Alto Barroca, Barroca (parte), Grajaú (parte).
LOTE 2 – COOMARP PAMPULHA	<b>CENTRO-SUL:</b> Anchieta (parte), Cruzeiro (parte), Santo Antônio (parte), Belvedere (parte), São Pedro (parte). <b>OESTE:</b> Buritis (parte), Betânia (parte), Cinquentenário (parte), Bairro das Indústrias II (parte). <b>PAMPULHA:</b> Castelo (parte), São José, São Luiz (parte).
LOTE 3 – COOPERSOLIBARREIRO	<b>CENTRO-SUL:</b> Serra (parte), Santo Antônio (parte), Barro Preto (parte), Mangabeiras (parte), Anchieta (parte), Cruzeiro (parte), Funcionários. <b>BARREIRO:</b> Barreiro (parte). <b>NOROESTE:</b> Coração Eucarístico, Minas Brasil. <b>OESTE:</b> Buritis (parte), Estoril (parte), Olhos D'água (parte), Santa Lúcia (parte), Alto Barroca (parte), Gutierrez (parte), Grajaú (parte).
LOTE 4 – COOPEMAR OESTE	<b>CENTRO-SUL:</b> Serra (parte), Luxemburgo (parte), Vila Paris (parte), Coração de Jesus (parte), Belvedere (parte), Comiteco (parte), Sion (parte), Santo Antônio (parte), São Pedro (parte). <b>OESTE:</b> Gutierrez (parte), Grajaú (parte), Estoril (parte), Havaí (parte), Buritis (parte).
LOTE 5 - ASMARE	<b>CENTRO-SUL:</b> Anchieta (parte), Carmo (parte), Cruzeiro (parte), Luxemburgo (parte), Vila Paris (parte), Coração de Jesus (parte), Savassi (parte), Região da Boa Viagem (parte), Sion (parte), Carmo (parte), Santa Lúcia (parte), São Bento (parte). <b>OESTE:</b> Buritis (parte), Prado (parte).
LOTE 6 - ASSOCIARECICLE	<b>CENTRO-SUL:</b> Serra (parte), Cidade Jardim, Luxemburgo (parte), Santo Antônio (parte), Coração de Jesus (parte), Lourdes (parte), Mangabeiras (parte), Anchieta (parte), Cruzeiro (parte), Sion (parte), Comiteco (parte). <b>LESTE:</b> Sagrada Família (parte), Santa Efigênia (parte). <b>NORDESTE:</b> União (parte). <b>NOROESTE:</b> Carlos Prates (parte), Padre Eustáquio (parte). <b>NORTE:</b> Planalto (parte), Campo Alegre (parte), Vila Clóris (parte). <b>VENDA NOVA:</b> Copacabana (parte), Céu Azul (parte), Jardim Leblon (parte).
<b>TOTAL</b>	<b>55 bairros</b>

Fonte: DCRG-SLU/2022

Em bairros não atendidos pela coleta seletiva porta a porta, é oferecida à população a alternativa do sistema de coleta ponto a ponto, com locais para entrega voluntária. Desde outubro de 2019, este sistema está sendo modernizado com vistas a ampliar seu atendimento e tornar esse serviço mais rápido e eficiente por meio da implantação dos chamados Pontos Verdes, com contêineres maiores e coleta mecanizada, em substituição aos antigos equipamentos de LEVs.



Atualmente, são 76 locais de entrega voluntária com 177 contêineres para deposição dos recicláveis, instalados em todas as regiões da cidade de Belo Horizonte, sendo 36 com 78 equipamentos do modelo antigo e 40 do modelo novo, os Pontos Verdes, com 98 equipamentos.

2. *Qual a razão que impede a cobertura total da cidade com coleta seletiva de resíduos?*

A ampliação do Programa Municipal de Coleta Seletiva, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte – PMGIRS-BH, demanda investimento no sistema de coleta, além da ampliação e reestruturação dos galpões de triagem existentes, utilizados pelas associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis parceiras da prefeitura, conforme preconizado pela Lei Municipal 10534/2012.

O sistema de coleta seletiva envolve uma cadeia de ações que se iniciam com a separação dos resíduos e a sua disposição em local adequado pelos geradores, a logística de coleta pelos caminhões e ajudantes, a triagem, o enfardamento, a comercialização dos recicláveis e a coleta dos rejeitos nos galpões pela SLU. Cada etapa tem o seu planejamento e custo específico, sendo as obrigações distribuídas entre esta Superintendência e cooperativas. Além das etapas citadas, é também necessário que haja mercado para comercialização e capacidade instalada para reciclagem dos materiais.

Para promoção da coleta seletiva porta a porta a Superintendência de Limpeza Urbana contratou seis cooperativas e associações habilitadas para a prestação desse serviço. Além disso, na forma da legislação em vigor, o Município de Belo Horizonte concedeu permissão de uso de galpões de sua propriedade às cooperativas e associações para que essas pudessem desenvolver os trabalhos de coleta, triagem, processamento, enfardamento e comercialização dos materiais coletados.

Além de conceder permissão de uso dos galpões públicos, de propriedade pública ou alugados para esse fim, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da SLU, disponibiliza os caminhões de coleta, equipamentos e outros subsídios, tais como: manutenções, pagamento das contas de energia elétrica, água e telefone, além da coleta dos rejeitos (resíduos não recicláveis) nos galpões. Todo o processo de comercialização é feito pelas cooperativas que, também gerenciam o resultado apurado com a venda dos materiais recicláveis.

Com vistas a tornar o sistema mais produtivo e eficiente, bem como o ambiente de trabalho mais adequado aos trabalhadores das cooperativas, a SLU vem buscando recursos, tais como a contratação de financiamento no valor de R\$ 19,3 milhões, junto ao Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Regional, para contemplar parte das ações necessárias a modernização dos galpões.

Além desses investimentos, é importante mencionar os recursos assegurados no Fundo Municipal de Saneamento, com vistas a viabilizar as reformas e adequações dos galpões de triagem cedidos às cooperativas.

No entanto, todos estes esforços não são suficientes para garantir a cobertura total da cidade pelo serviço de coleta seletiva e, dentre os principais desafios para a otimização e ampliação desse serviço, além dos custos, destacam-se o alto índice de vandalismo e mau uso dos equipamentos disponibilizados para coleta de recicláveis na modalidade ponto a ponto, causando contaminação e, conseqüentemente, elevados índices de rejeitos que resultam na baixa rentabilidade do sistema de coleta seletiva.

3. *O recolhimento dos resíduos recicláveis são feitos em horários específicos em cada bairro? Quais são esses horários? Como foram definidos?*

Os dias de coleta porta a porta são definidos a partir do planejamento dos roteiros e comunicados previamente aos moradores, mas não há definição precisa do horário em cada bairro, uma vez que diversos fatores podem interferir na velocidade da coleta. As atividades são programadas para iniciar às 08h00min e terminar por volta de 16h00min, de segunda a sábado, para que haja tempo suficiente para fazer a descarga nos galpões de destino.

4. *Quais são os caminhões utilizados na coleta de resíduos recicláveis, compactadores ou baú? Qual o motivo dessa decisão?*

Atualmente utiliza-se o veículo coletor compactador, com capacidade de carga de 3,0 toneladas para execução dos serviços de coleta seletiva ponto a ponto e porta a porta.

O serviço de coleta seletiva porta a porta é realizado utilizando-se o caminhão compactador (cedido pela SLU às cooperativas e associações), que além de melhor ergonomia, possui maior capacidade de carga, imprimindo maior velocidade à execução do serviço. A maior produtividade do caminhão compactador possibilita o atendimento de uma área mais abrangente da cidade pelo mesmo equipamento, reduzindo custos e emissão de gases do efeito estufa. Vale esclarecer que há uma adaptação do sistema de compressão que impede a



ociosidade no sistema. Sendo assim, todo material recolhido pelo caminhão não é triturado e mantém as características originais, podendo ser comercializado pelas associações e cooperativas.

A redução da guarnição também é outro fator que contribui para o menor custo do serviço de coleta realizada com o caminhão compactador. Isso porque a guarnição necessária para a execução da coleta com o caminhão compactador é composta por um motorista e dois garis, enquanto a anteriormente utilizada, com o caminhão baú, era composta por um motorista e três garis, visto ser necessário o apoio de um gari para organizar a carga.

Para a coleta dos materiais destinados aos Pontos Verdes, são utilizados dois caminhões coletores automatizados, adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Saneamento. Esse sistema conta com caminhões para o basculamento mecanizado dos contêineres e para execução de higienização e lavagem mecanizada.

5. *Quais são os meios para consórcio de novas cooperativas de reciclagem? Quando foi o último edital?*

Em novembro de 2018, foi realizado pela SLU o Chamamento Público nº 001/2018, que teve como objeto credenciar associações e cooperativas de catadores e trabalhadores com materiais reutilizáveis e recicláveis, localizadas no limite do município de Belo Horizonte, para cadastro do programa municipal de coleta seletiva. Esse processo viabilizou a contratação das cooperativas e associações credenciadas para coletar todo o material reciclável proveniente do sistema de coleta seletiva municipal porta a porta.

Dessa forma, a partir de 2019 a coleta seletiva porta a porta passou a ser realizada por cooperativas e associações, em várias regiões da cidade, com ampliação de atendimento à população. No ano de 2021, foi realizada a renovação desses contratos, sendo ainda possível nova renovação.

A inclusão de novas cooperativas ou associações depende de novo Chamamento Público, ainda sem previsão. No entanto, as associações ou cooperativas que hoje atuam em Belo Horizonte, podem incorporar novos cooperados a qualquer momento.

6. *As cooperativas têm acesso a oportunidades de especialização e investimento em novas tecnologias e equipamentos?*



Sim, a continuidade e ampliação da coleta seletiva na cidade estão vinculadas à realização de investimentos próprios pela PBH/SLU, assim como a captação de recursos para ampliação do serviço de coleta e infraestrutura das cooperativas e associações, conforme já mencionado na pergunta 02. Os apoios contribuem com a promoção e o acesso a oportunidades de especialização e com investimento em novas tecnologias e equipamentos, destacam-se:

- Aquisição de 03 Balanças de pesagem móveis; 07 Prensas hidráulicas; 07 Empilhadeiras com garfo; 04 Esteiras de triagem para otimizar o processamento e triagem dos recicláveis;
- Aquisição de 06 veículos coletores compactadores para a coleta seletiva porta a porta;
- Execução do Plano de Trabalho Social da Coleta Seletiva (PTS-CS), contratado em maio de 2022 com o objetivo de fornecer capacitação técnica aos catadores de materiais recicláveis das cooperativas parceiras do programa de Coleta Seletiva Solidária Municipal. A formação foca na modernização dos processos de trabalho, tendo em vista o investimento que está sendo realizado em equipamentos para otimização das atividades de triagem e processamento de materiais recicláveis. Esta capacitação foi estruturada a partir das informações obtidas no diagnóstico realizado em 2018, por meio do qual as cooperativas apresentaram uma série de demandas e necessidades para aprimorar o processo de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis nos respectivos galpões.

Por fim, é importante mencionar que as cooperativas também realizam, por outras parcerias, captação de recursos e outros investimentos para manutenção, mobilização social, especialização de atividades e ampliação das suas atividades.

7. *O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi cumprido no que se propunha até o ano de 2022? Existe algum desafio que impossibilite 100% de eficiência até 2034?*

Considera-se que as metas propostas pelo PMGIRS-BH vem sendo alcançadas. O Plano determina a ampliação da abrangência do Programa de Coleta Seletiva para os recicláveis - papel, metal, plástico e vidro, e a melhoria da rede de unidades de processamento de materiais recicláveis.

Conforme já mencionado, desde outubro de 2019, o sistema de coleta seletiva ponto a ponto está sendo modernizado com vistas a ampliar seu atendimento e tornar esse serviço mais rápido e eficiente por meio da implantação da coleta mecanizada, com contêineres específicos. Além disso, a modalidade porta a porta

abrange partes das regiões Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

Como exposto anteriormente, a continuidade e ampliação da coleta seletiva na cidade estão vinculadas a investimentos da PBH/SLU. Além de investimentos próprios, a PBH/SLU realiza também captação de recursos para ampliação dos serviços de limpeza urbana e da infraestrutura das cooperativas e associações.

8. *Existe alguma interação da Prefeitura com centros de reciclagem privados regularizados?*

O Programa Municipal de Coleta Seletiva, em Belo Horizonte, prevê a participação de cooperativas ou associações de catadores, em atendimento ao disposto no Art. 151, VII, da Lei Orgânica Municipal, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12305/2010 e seus regulamentos) e na Lei Municipal nº 10.534/2012. Na busca de preservar o trabalho dos catadores e trabalhadores com materiais recicláveis e consequentemente, seu meio de vida, todo o material coletado é destinado às cooperativas e associações. Os rendimentos provenientes da comercialização dos recicláveis são distribuídos entre os associados/cooperados, de acordo com critérios definidos no Regimento Interno das entidades a que se encontram vinculados.

Por outro lado, centros de reciclagem privados regularizados podem também receber recicláveis gerados por particulares independentemente da atuação da SLU.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



GENEDILPSEY BICALHO CRUZ

**SUPERINTENDENTE DE LIMPEZA URBANA – SLU**

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 07 / 02 / 2023
FC 713
Responsável pela distribuição



M.A.

OF. SMGO/DALE Nº 1021/2022

Belo Horizonte, 28 / 12 / 2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.912/22** – Autoria da Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.640/22, de 29/11/2022.


Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.912/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informação a respeito do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI).

Consultadas, a Fundação Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiram respostas por meio do ofício GAB-FMC/GP nº 249/2022, do Ofício GAB-SMMA/DALE nº 2810/22, do Ofício SUREM.DALE-SURIN Nº 180.2022 e do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1598/2022, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

DIRLEG-29/dez/22-14.06.36-00561-1

**Ofício GAB-FMC / GP nº 249 / 2022**

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2022.

**Ref.: TAG 354015 — Requerimento de Comissão nº 1.912/22 - de autoria da Vereadora Duda Salabert**

Prezado Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao requerimento de Comissão nº 1.912/22 - de autoria da Vereadora Duda Salabert, encaminhamos anexo o Ofício DPCA/FMC nº 0859/2022, elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público desta Fundação Municipal de Cultura, com informação a respeito do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA - - Empresa de Mineração Pau Branco S.A..

Sem mais para o momento, despedimo-nos.

Cordialmente,



Luciana Rocha Féres

**Presidente da Fundação Municipal de Cultura**

**Ao Senhor  
Gustavo de Castro Magalhães  
Diretor de Protocolo, Informação e Controle de Atos  
Gabinete do Prefeito  
gabpref@pbh.gov.br**

Ofício DPCA-FMC/ GAB-FMC Nº 0859/2022

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2022.

**Ref.: Resposta TAG 354015 - Requerimento de Comissão nº 1.912/22 solicitando informação a respeito do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA - Empresa de Mineração Pau Branco S.A.**

Prezada Senhora,

Com nossos cordiais cumprimentos, informamos que, após pesquisas realizadas nos arquivos da Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público– DPCA, nos últimos 3 (três) anos não houve nenhuma solicitação de análise de empreendimento de mineração na Serra do Curral por nenhuma empresa, nem a emissão de qualquer documento relacionado a essa atividade.

Informamos que as deliberações 023/2002, 024/2002, 025/2002 e 026/2002, que encaminhamos anexas, vedam esse tipo de atividade na área tombada do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, conforme transcrito abaixo:

Das restrições às novas atividades minerárias

O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que **as áreas da Serra do Curral, objeto do presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.**

Informamos que o Departamento Nacional de Produção Mineral foi comunicado conforme estabelecido na Deliberação.

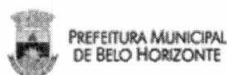
A Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público – DPCA encontra-se à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Guilherme Maciel Araújo - Mat. 000792-6  
Diretor de Patrimônio Cultural e Arquivo Público – DPCA  
Fundação Municipal de Cultura – FMC

Ilma Sra  
**Luciana Rocha Féres**  
**Presidente da Fundação Municipal de Cultura.**  
Rua da Bahia, 888 – 13º Andar – Centro  
Capital





# BELO HORIZONTE

## Diário Oficial do Município - DOM

Sábado, 29 de Junho de 2002

Ano XXVI - Edição N.: 1652

Calendário ano de: 2002 ▼

Poder Executivo

Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental - CDPCM

### DELIBERAÇÃO Nº 23/2002

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM-BH, nos termos do disposto na Seção II, do Capítulo III, do Título VIII da Constituição Federal; na Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Constituição do Estado de Minas Gerais e no Capítulo VI, do Título VI da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em conformidade com o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o Decreto Legislativo n.º 74, de 30 de junho de 1977; o Decreto Federal, 80.978, de 12 de dezembro de 1977; a Lei Municipal n.º 3.802, de 06 de julho de 1984; e o Decreto Municipal n.º 5.531, de 17 de dezembro de 1986, reunido em sessão extraordinária realizada em 13 de junho de 2002, deliberou aprovar o tombamento provisório da Serra do Curral - Subárea 1 - Barreiro - Processo nº.: 01.045030.02.07, definindo o perímetro de tombamento da referida área e as diretrizes de proteção.

Todos os imóveis inseridos no perímetro de tombamento ficam sujeitos a diretrizes especiais de proteção.

#### Descrição do perímetro de tombamento

Partindo do PONTO 0, situado na crista da Serra do Curral, tendo vértice de coordenadas 601.834,0E e 7.785.045,2N; deste, seguindo orientação NE por 328,1 metros até o eixo da rua Raul de Barros Fernandes, estando o vértice nas coordenadas 602.057,8E e 7.785.286,4N, denominado PONTO 1; deste, seguindo orientação NE por 207,7 metros até o vértice de coordenadas 602.195,1E e 7.785.442,8N, denominado PONTO 2; deste, seguindo orientação NE por 375,3 metros até o vértice de coordenadas 602.369,8E e 7.785.774,7N, denominado PONTO 3; deste, seguindo orientação NE por 228,6 metros até o vértice de coordenadas 602.511,3E e 7.785.954,0N, denominado PONTO 4; deste, seguindo orientação NE por 695,2 metros até o vértice de coordenadas 602.843,2E e 7.786.564,9N, denominado PONTO 5; deste, seguindo orientação N-NE por 109,8 metros até o vértice de coordenadas 602.872,5E e 7.786.670,6N, após o cruzamento com o Ramal Ferroviário Ibirité-Águas Claras, denominado PONTO 6; deste, seguindo o eixo do Ramal Ferroviário Ibirité-Águas Claras na orientação E por 975,9 metros até o vértice de coordenadas 603.809,6E e 7.786.918,4N, situado no encontro das ruas D e Antônio Eustáquio Ribeiro e denominado PONTO 7; deste, seguindo orientação E-NE, acompanhando o eixo da rua D por 599,7 metros até o encontro com o eixo da rua Augusto Degois no vértice de coordenadas 604.325,1E e 7.787.206,0N, denominado PONTO 8; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx, tomando orientação Norte e acompanhando o eixo das ruas Augusto Degois, Brusque, Intersindical, Solidariade, Flávio de Oliveira e Itapetininga até o encontro com o córrego do Barreiro, no vértice de coordenadas 604.534,2E e 7.788.347,2N, denominado PONTO 9; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx, acompanhando o leito do córrego do Barreiro, tomando o curso do afluente da margem esquerda, com orientação SE até o vértice de coordenadas 604.591,3E e 7.788.241,8N, denominado PONTO 10; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx, com orientação NE por 104,1 metros até encontrar o eixo do afluente da margem direita do córrego do Barreiro, no vértice de coordenadas 604.670,9E e 7.788.307,0N, denominado PONTO 11; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx, com orientação NW por 108,2 metros até o vértice de coordenadas 604.589,6E e 7.788.378,4N, denominado PONTO 12; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx até o vértice de coordenadas 605.225,2E e 7.788.301,7N, denominado PONTO 13; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx, com orientação E-NE por 55,6 metros até o vértice de coordenadas 605.278,7E e 7.788.316,8N, denominado PONTO 14; deste, segue perfazendo o limite do Parque Municipal Burle Marx, com orientação SE por 308,1 metros até o vértice de coordenadas 605.412,8E e 7.788.039,4N, denominado PONTO 15; deste, seguindo orientação SE por 108,2 metros até o vértice de coordenadas 605.507,1E e 7.787.986,3N, denominado PONTO 16; deste, seguindo orientação NE por 299,9 metros até o vértice de coordenadas 605.779,6E e 7.788.111,2N, denominado PONTO 17; deste, cruzando sobre o Ramal Ferroviário Ibirité-Águas Claras com orientação SE por 599,8 metros até o vértice de coordenadas 606.310,7E e 7.787.832,2N, denominado PONTO 18; deste, segue perfazendo o limite do Parque Estadual do Rola Moça, com orientação E-SE por 307,4 metros até o vértice de coordenadas 606.606,4E e 7.787.748,2N, denominado PONTO 19; deste, segue no eixo da rua São Pedro da Aldeia, perfazendo o limite do Parque Estadual do Rola Moça, por 437,2 metros até o vértice de coordenadas 607.029,7E e 7.787.638,9N, denominado PONTO 20; deste, segue pelo divisor de águas das bacias do Barreiro e Bom Sucesso até o vértice de coordenadas 607.207,8E e 7.787.238,0N, denominado PONTO 21; deste, seguindo pela crista da Serra do Curral, perfazendo o limite municipal de Belo Horizonte até o PONTO 0.

#### Das diretrizes de proteção

Das intervenções necessárias à proteção do bem tombado

Resaltadas as intervenções estritamente necessárias à preservação da Serra do Curral, previamente aprovadas pelo CDPCM-BH, bem como as previstas nas Diretrizes Especiais, é vedado edificar, descaracterizar ou abrir vias em praças, unidades de conservação e demais espaços incluídos em seu perímetro de tombamento.

#### Da proteção à vegetação nativa

É de preservação permanente a vegetação nativa da Serra do Curral, devendo ser promovida a substituição dos espécimes exóticos, mediante plano a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

#### Das restrições às novas atividades minerárias

O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que as áreas da Serra do Curral, objeto do presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.

#### Dos passeios, gradis, muros e cercas

- a) Os passeios terão no mínimo 20% (vinte por cento) de sua área com cobertura vegetal, devendo sua largura ser projetada de modo a atender às normas de segurança para a circulação de pedestres e a garantir que os eventuais cortes de talude tenham altura máxima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).
- b) Os gradis, muros e cercas não podem constituir barreira visual ou elemento descaracterizador da paisagem natural.

#### Dos engenhos publicitários e placas de sinalização

É vedada a instalação de quaisquer engenhos de publicidade, excetuadas as placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos, observado o disposto na Deliberação CDPCM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

#### Da malha viária

- a) Das vias para circulação de veículos  
Observado o disposto na Diretriz no 01, o sistema viário deverá ser implantado de modo a minimizar os taludes de corte e aterro, cuja altura máxima não deverá ser superior a 3,00m (três metros). O recobrimento dos taludes e bermas deverá ser efetuado com espécies vegetais nativas da Serra do Curral.
- b) Das trilhas e vias de pedestres  
Para os fins de acesso e fruição do bem tombado, deve ser promovida a recuperação, sinalização e aparelhamento de trilhas para pedestres e ciclistas, mediante projeto a ser aprovado pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam.

#### Das antenas de telecomunicações e equipamentos afins

É vedado instalar novas antenas de telecomunicações ou equipamentos afins na área de tombamento, excetuadas as instalações destinadas à substituição vinculada ao compartilhamento das estruturas já existentes, mediante estudo que promova a mitigação do impacto ambiental e paisagístico, a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

#### Da prevenção de incêndios

A implementação das medidas de prevenção contra incêndios incumbe aos proprietários ou responsáveis pelos imóveis, cabendo ao Poder Público coordenar e integrar as diversas ações previstas em projeto aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

#### Das áreas de preservação

Junho, 2002						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

&lt; Anterior

Proximo &gt;

**Pesquisa**

Assunto:

Critério:

☒ Com **todas** as palavras

☐ Com **a expressão**

☐ Com **qualquer uma** das palavras

Período:

data inicial

data final

▶ Pesquisa

**Pesquisa Avançada**

▶ Clique aqui para encontrar a Edição/Artigo desejado através de critérios mais refinados de busca e identificação.

- a) Diante da existência de quaisquer formas de degradação ambiental ou paisagística, deve ser promovida, pelo proprietário ou possuidor do imóvel, a recuperação dessas áreas, de acordo com o projeto e cronograma previamente aprovados pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.
- b) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.
- c) As áreas classificadas como Área de Preservação 1 (APr1) deverão ser objeto de inventário a cargo do proprietário ou responsável pela área, condicionando-se quaisquer intervenções à apresentação de plano diretor contendo as diretrizes e medidas destinadas à preservação histórico-paisagística e ambiental, a ser aprovado pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam.
- d) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### Das áreas de recuperação

- a) As áreas com degradação ambiental e paisagística decorrente de atividade minerária ou de ocupação urbana deverão ser recuperadas de acordo com o plano respectivo a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH, observados os requisitos técnicos estabelecidos.
- b) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.
- c) As áreas classificadas como Área de Recuperação 3 (ARe3) admitem a instalação de equipamentos destinados exclusivamente à proteção do patrimônio cultural, em decorrência do plano referido na alínea "a", desde que sua ocupação seja efetuada de modo a minimizar o impacto paisagístico e ambiental.
- d) A área classificada como Área de Recuperação 5 (ARe5) corresponde à ocupação clandestina e irregular no interior do Parque Estadual do Rola Moça, devendo ser objeto de remoção de seus ocupantes, recuperação ambiental e paisagística, a fim de que seja reintegrada à APr contígua.
- e) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### Da área de entorno do bem tombado

Para a área classificada como entorno de proteção da Serra do Curral, deve ser instruído processo administrativo específico, a fim de que sejam estabelecidas diretrizes de ocupação que permitam resguardar sua integridade ambiental e paisagística, bem como sua articulação com a estrutura urbana de modo que seja utilizada como espaço de educação ambiental, lazer, recreação e fruição da comunidade de Belo Horizonte e seus visitantes.

#### Dos engenhos publicitários e placas de sinalização

A instalação de quaisquer engenho de publicidade, bem como de placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos depende de prévia aprovação do CDPCM-BH, observado o disposto na Lei Municipal no 3802, de 6 de julho de 1984, e na Deliberação CDPCM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

Esclarecemos que não se poderá no perímetro tombado e na vizinhança de coisa tombada fazer construção que lhe impeça ou reduza visibilidade ou nela colocar anúncios ou cartazes, sem prévia autorização do CDPCM-BH.

Os proprietários dos imóveis tombados poderão anuir ao tombamento ou oferecer, se quiserem, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, após recebimento da notificação do tombamento provisório, junto à Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, situada na Rua Sapucaí, 571 - 3º andar - Floresta - CEP.: 30.150-050.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2001

Maria Celina Pinto Albano  
Presidente

 Imprimir  Voltar



# BELO HORIZONTE

## Diário Oficial do Município - DOM

Sábado, 29 de Junho de 2002

Ano XXVI - Edição N.: 1652

Calendário ano de: 2002

Poder Executivo

Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental - CDPCM

### DELIBERAÇÃO Nº 24/2002

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM-BH, nos termos do disposto na Seção II, do Capítulo III, do Título VIII da Constituição Federal; na Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Constituição do Estado de Minas Gerais e no Capítulo VI, do Título VI da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em conformidade com o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o Decreto Legislativo n.º 74, de 30 de junho de 1977; o Decreto Federal, 80.978, de 12 de dezembro de 1977; a Lei Municipal n.º 3.802, de 06 de julho de 1984; e o Decreto Municipal n.º 5.531, de 17 de dezembro de 1986, reunido em sessão extraordinária realizada em 13 de junho de 2002, deliberou aprovar o tombamento provisório da Serra do Curral - Subárea 2 - Bom Sucesso - Cercadinho - Processo n.º: 01.045032.02.32, definindo o perímetro de tombamento da referida área e as diretrizes de proteção.

Todos os imóveis inseridos no perímetro de tombamento ficam sujeitos a diretrizes especiais de proteção.

#### Descrição do perímetro de tombamento

Partindo do PONTO 0, localizado na crista da Serra do Curral, nas coordenadas 607.207,8E e 7.787.2388,0N; seguindo pelo divisor das bacias dos córregos Barreiro e Bom Sucesso até o vértice localizado no eixo da rua São Pedro da Aldeia de coordenadas 607.029,7E e 7.787.638,9N, denominado PONTO 1; deste, seguindo por 1.613,0m até o vértice de coordenadas 608.413,2E e 7.788.402,1N, localizado no eixo da rua São Pedro da Aldeia, denominado PONTO 2; deste, seguindo orientação SE por 96,6m até o vértice nas coordenadas 608.502,1E e 7.788.336,4N, denominado PONTO 3; deste, seguindo pelo eixo da BR-356, cruzando o Trevo do Anel Rodoviário e prosseguindo até o cruzamento dessa rodovia com o Ramal Ferroviário Ibitiré - Águas Claras, no vértice de coordenadas 609.419,5E e 7.789.606,6N, denominado PONTO 4; deste, seguindo orientação SW por 388,5m no eixo do Ramal Ferroviário até o vértice de coordenadas 609.063,4E e 7.789.486,8N, denominado PONTO 5; deste, seguindo orientação NW por 313,3m até o vértice de coordenadas 608.844,0E e 7.789.733,5N, denominado PONTO 6; deste, seguindo orientação W por 310,2m até o vértice de coordenadas 608.533,9E e 7.789.772,5N, denominado PONTO 7; deste, seguindo orientação N por 198,7m até o vértice de coordenadas 608.517,2E e 7.789.922,4N, denominado PONTO 8; deste, seguindo orientação W por 279,2m até o vértice de coordenadas 608.238,4E e 7.789.907,9N, denominado PONTO 9; deste, seguindo orientação S por 145,8m até o vértice de coordenadas 608.243,7E e 7.789.762,2N, denominado PONTO 10; deste, seguindo orientação W por 225,7m até o vértice de coordenadas 608.018,6E e 7.789.745,2N, denominado PONTO 11; deste, seguindo orientação SW por 290,6m até o vértice de coordenadas 607.902,3E e 7.789.478,9N, denominado PONTO 12; deste, seguindo orientação NW por 355,7m até o vértice de coordenadas 607.608,1E e 7.789.678,6N, denominado PONTO 13; deste, seguindo orientação SW por 111,1m até o vértice de coordenadas 607.512,7E e 7.789.621,8N, denominado PONTO 14; deste, seguindo orientação SSE por 77,6m até o eixo do Anel Rodoviário no vértice de coordenadas 607.522,4E e 7.789.544,8N, denominado PONTO 15; deste, seguindo orientação SE por 283,6m até o vértice de coordenadas 607.661,3E e 7.789.315,1N, denominado PONTO 16; deste, seguindo orientação S por 244,1m até o vértice de coordenadas 607.616,5E e 7.789.078,88N, denominado PONTO 17; deste, seguindo orientação SE por 219,7m até o vértice de coordenadas 607.819,2E e 7.788.994,1N, denominado PONTO 18; deste, seguindo orientação NE por 120,5m até o vértice de coordenadas 607.867,1E e 7.789.104,6N, denominado PONTO 19; deste, seguindo orientação ENE por 44,9m até o vértice de coordenadas 607.909,5E e 7.789.119,4N, denominado PONTO 20; deste, seguindo orientação NNE por 61,5m até o vértice de coordenadas 607.924,3E e 7.789.179,1N, denominado PONTO 21; deste, seguindo orientação E por 64,4m, margeando o Anel Rodoviário até o vértice de coordenadas 607.994,5E e 7.789.183,6N, denominado PONTO 22; deste, seguindo orientação S por 103,0m até o vértice de coordenadas 607.990,74E e 7.789.080,6N, denominado PONTO 23; deste, seguindo orientação SE por 221,2 m até o vértice de coordenadas 608.153,3E e 7.788.931,0N, denominado PONTO 24; deste, seguindo orientação SW por 137,9m até o vértice de coordenadas 608.115,5E e 7.788.798,3N, denominado PONTO 25; deste, seguindo orientação SW por 100,2m até o vértice de coordenadas 608.033,2E e 7.788.741,20N, denominado PONTO 26; deste, seguindo orientação NW por 325,3m até o vértice de coordenadas 607.749,1E e 7.788.899,6N, denominado PONTO 27; deste, seguindo orientação WNW por 189,7m até o vértice de coordenadas 607.561E e 7.789.929,00, denominado PONTO 28; deste, seguindo orientação NW por 232,3m até o vértice de coordenadas 607.378,9E e 7.789.072,4N, denominado PONTO 29; deste, seguindo orientação W por 112,6m até o vértice de coordenadas 607.266,4E e 7.789.077N, denominado PONTO 30; deste, seguindo orientação NW por 260,6m até o vértice de coordenadas 607.122,7E e 7.789.294,4N, denominado PONTO 31; deste, seguindo orientação NE por 131,0m até o vértice de coordenadas 607.185,5E e 7.789.409,4N, denominado PONTO 32; deste, seguindo orientação NW por 154,0m até o vértice de coordenadas 607.095,0E e 7.789.534,0N, denominado PONTO 33; deste, seguindo orientação SW por 78,7m até o vértice de coordenadas 607.021,3E e 7.789.506,3N, denominado PONTO 34; deste, seguindo orientação SSW por 51,9m até o vértice de coordenadas 606.997,4E e 7.789.460,3N, denominado PONTO 35; deste, seguindo orientação Sul por 144,0m até o vértice de coordenadas 607.006,6E e 7.789.316,5N, denominado PONTO 36; deste, seguindo orientação NW por 234,2m até o vértice de coordenadas 606.809,7E e 7.789.443,31N, denominado PONTO 37; deste, seguindo orientação SW por 89,6m até o vértice de coordenadas 606.737,9E e 7.789.389,8N, denominado PONTO 38; deste, seguindo orientação SE por 662,4m até o vértice de coordenadas 607.053,4E e 7.789.807,29N, denominado PONTO 39; deste, seguindo orientação SE por 52,8m até o vértice de coordenadas 607.008,4E e 7.788.779,8N, denominado PONTO 40; deste, seguindo orientação NW por 202,8m até o vértice de coordenadas 606.862,6E e 7.788.920,6N, denominado PONTO 41; deste, seguindo orientação NW por 323,6m até o vértice de coordenadas 606.694,5E e 7.789.197,2N, denominado PONTO 42; deste, seguindo orientação WNW por 64,4m até o vértice de coordenadas 606.634,8E e 7.789.221,6N, denominado PONTO 43; deste, seguindo orientação W por 25,8m até o vértice de coordenadas 606.609,1E e 7.789.223,2N, denominado PONTO 44; deste, seguindo orientação NNW por 92,3m até o vértice de coordenadas 606.591,5E e 7.789.313,8N, denominado PONTO 45; deste, seguindo orientação NW por 137,0m até o vértice de coordenadas 606.511,2E e 7.789.424,7N, denominado PONTO 46; deste, seguindo orientação NE por 427,8m até o vértice de coordenadas 606.699,0E e 7.789.809,1N, denominado PONTO 47; deste, seguindo orientação SE por 245,5m até o vértice de coordenadas 606.900,5E e 7.789.668,9N, denominado PONTO 48; deste, seguindo orientação ESE por 171,9m até o vértice de coordenadas 607.066,1E e 7.789.622,8N, denominado PONTO 49; deste, seguindo orientação NE por 118,1m até o vértice de coordenadas 607.161,1E e 7.789.629,9N, denominado PONTO 50; deste, seguindo orientação SE por 203,9m até o vértice de coordenadas 607.344,7E e 7.789.604,2N, denominado PONTO 51; deste, seguindo orientação NE por 50,2m, cruzando o Anel Rodoviário, até o vértice de coordenadas 607.377,4E e 7.789.642,3N, denominado PONTO 52; deste, seguindo orientação Norte por 147,3m até o eixo da rua Moisés Kalil, vértice de coordenadas 607.376,9E e 7.789.789,6N, denominado PONTO 53; deste, seguindo orientação ENE por 470,2m até o vértice de coordenadas 607.842,1E e 7.789.858,7N, denominado PONTO 54; deste, seguindo orientação NE por 356,1m até o eixo da rua Amílcar Vianna Martins, vértice de coordenadas 608.179,1E e 7.789.973,6N, denominado PONTO 55; deste, seguindo o eixo da rua Amílcar Vianna Martins até o eixo da Via de Pedestre, vértice de coordenadas 607.940,2E e 7.790.053,4N, denominado PONTO 56; deste, seguindo orientação N pelo eixo da Via de Pedestre até o vértice de coordenadas 607.925,7E e 7.790.261,6N, denominado PONTO 57; deste, seguindo orientação W pelo eixo da rua Istria Ferraz por 157,9m até o vértice de coordenadas 607.772,3E e 7.790.240,2N, denominado PONTO 58; deste, seguindo orientação SW por 22,2m até o vértice de coordenadas 607.763,0E e 7.790.246,4N, denominado PONTO 59; deste, seguindo orientação SE-S pelo eixo da via de pedestre vinte até o eixo da rua Istria Ferraz, vértice de coordenadas 607.788,3E e 7.790.095,9N, denominado PONTO 60; deste, seguindo orientação SSE pelo eixo da Rua Istria Ferraz por 177,9m até o vértice de coordenadas 607.856,4E e 7.789.950,5N, denominado PONTO 61; deste, seguindo orientação SE até o eixo da Rua Amílcar Vianna Martins, vértice de coordenadas 607.891,3E e 7.789.917,0N, denominado PONTO 62; deste, seguindo orientação SW por 23,6m ao longo do eixo da Rua Amílcar Vianna Martins até o eixo da via de pedestre, vértice de coordenadas 607.877,3E e 7.789.898,0N, denominado PONTO 63; deste, seguindo orientação SE por 32,2m até o vértice de coordenadas 607.898,7E e 7.789.873,9N, denominado PONTO 64; deste, seguindo orientação SW por 58,6m ao longo da via de pedestre até o vértice de coordenadas 607.842,1E e 7.789.858,6N, denominado PONTO 65; deste, seguindo orientação N por 80,4m ao longo da via de pedestre até o eixo da Rua Istria Ferraz, vértice de coordenadas 607.834,8E e 7.789.938,7N, denominado PONTO 66; deste, seguindo orientação W por 29,0m ao longo do eixo da Rua Istria Ferraz até o eixo da Via de Pedestre Onze, prosseguindo pelo eixo dessa via até retornar ao eixo da Rua Istria Ferraz, vértice de coordenadas 607.576,8E e 7.789.927,7N, denominado PONTO 67; deste, seguindo orientação Sul por 21,9m ao longo do eixo da Rua Istria Ferraz até o eixo da via de pedestre e prosseguindo pelo eixo dessa via até o eixo da Rua Amílcar Vianna Martins, vértice de coordenadas 607.601,3E e 7.789.877,8N, denominado PONTO 68; deste, seguindo orientação SW por 39,3m ao longo do eixo da Rua Amílcar Vianna Martins até o vértice de coordenadas 607.572,3E e 7.789.851,3N, denominado PONTO 69; deste, seguindo orientação SSE por 31,1m ao longo do eixo da via de pedestre até o vértice de coordenadas 607.578,3E e 7.789.820,8N, denominado PONTO 70; deste, seguindo orientação WSW por 35,5m até o eixo da via de pedestre, vértice de coordenadas 607.543,5E e 7.789.813,3N, denominado PONTO 71; deste, seguindo orientação NNW por 33,9m ao longo da via de pedestre até o eixo da Rua Istria Ferraz, prosseguindo nessa rua com orientação W por 50,7m até o vértice de coordenadas 607.488,9E e 7.789.851,7N, denominado PONTO 72; deste, seguindo orientação NW ao longo da Via de Pedestre Dez até o eixo da Rua Conceição Pace Lasmar, vértice de coordenadas 607.407,6E e 7.790.306,7N, denominado PONTO 73; deste, seguindo orientação NE ao longo do eixo da Rua Conceição Pace Lasmar até o eixo da Av. Mário Werneck, vértice de coordenadas 607.653,5E e 7.790.862,1N, denominado PONTO 74; deste, seguindo orientação ENE por 69,3m ao longo do eixo da Av. Mário Werneck até o vértice de coordenadas 607.722,0E e 7.790.872,2N, denominado PONTO 75; deste, seguindo

Junho, 2002						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						
< Anterior			Próximo >			

Pesquisa

Assunto:

Critério:

☒ Com todas as palavras

☐ Com a expressão

☐ Com qualquer uma das palavras

Período:

data inicial

data final

➤ Pesquisa

Pesquisa Avançada

➤ Clique aqui para encontrar a Edição/Artigo desejado através de critérios mais refinados de busca e identificação.



orientação SW por 123,1m até o vértice de coordenadas 607.680,1E e 7.790.754,3N, denominado PONTO 76; deste, seguindo orientação SE por 66,7m até o eixo da Rua Alessandra Salum Cadar, vértice de coordenadas 607.731,1E e 7.790.711,4N, denominado PONTO 77; deste, seguindo pelo eixo das ruas Alessandra Salum Cadar, Antonio A. Pacheco e, sucessivamente, pelos eixos das ruas 88 (até o cruzamento com a Rua Esmeraldo Botelho) e 89 até o vértice de coordenadas 608.420,6E e 7.790.567,3N, denominado PONTO 78; deste, seguindo orientação SE por 162,3m até o vértice de coordenadas 608.502,9E e 7.790.427,4N, denominado PONTO 79; deste, seguindo orientação NE por 194,9m até o vértice de coordenadas 608.670,4E e 7.790.526,9N, denominado PONTO 80; deste, seguindo orientação NNE por 54,1m até o vértice de coordenadas 608.688,5E e 7.790.577,9N, denominado PONTO 81; deste, seguindo orientação NW por 48,5m até o vértice de coordenadas 608.669,4E e 7.790.622,5N, denominado PONTO 82; deste, seguindo orientação WSW por 45,0m até o eixo da Rua José Hemetério, vértice de coordenadas 608.624,7E e 7.790.616,9N, denominado PONTO 83; deste, seguindo orientação NW por 94,7m ao longo do eixo da Rua José Hemetério até o vértice de coordenadas 608.547,6E e 7.790.671,8N, denominado PONTO 84; deste, seguindo orientação NE, sucessivamente, pelo eixo das vias de pedestres Dois e Cinco até o vértice de coordenadas 608.751,9E e 7.790.724,2N, denominado PONTO 85; deste, seguindo orientação NE por 83,1m até o vértice de coordenadas 608.780,4E e 7.790.802,3N, denominado PONTO 86; deste, seguindo orientação NE por 87,8m até o eixo da Rua Gurupi, vértice de coordenadas 608.862,6E e 7.790.829,0N, denominado PONTO 87; deste, seguindo orientação S pelo eixo da Rua Gurupi por 73,0m até o vértice de coordenadas 608.863,4E e 7.790.756,4N, denominado PONTO 88; deste, seguindo orientação E por 65,1m até o vértice de coordenadas 608.928,4E e 7.790.760,2N, denominado PONTO 89; deste, seguindo orientação NNW por 202,3m até o vértice de coordenadas 608.914,6E e 7.790.962,0N, denominado PONTO 90; deste, seguindo orientação NW pelo eixo da Via de Pedestre Um até o eixo da Av. Eng. Carlos Goulart de onde segue orientação SW ao longo do eixo dessa rua e da Rua Libero Leone, vértice de coordenadas 608.527,4E e 7.791.046,5N, denominado PONTO 91; deste, seguindo orientação NE por 305,2m ao longo do eixo da Rua Igapó e, sucessivamente, ao longo do eixo da Av. Eng. Carlos Goulart e Rua Trombetas até o vértice de coordenadas 608.931,7E e 7.791.191,8N, denominado PONTO 92; deste, seguindo orientação NNE por 47,9m até o vértice de coordenadas 608.939,5E e 7.791.241,4N, denominado PONTO 93; deste, seguindo orientação NNW por 50,1m até o vértice de coordenadas 608.925,5E e 7.791.289,5N, denominado PONTO 94; deste, seguindo orientação N por 60,9m até o vértice de coordenadas 608.918,4E e 7.791.349,0N, denominado PONTO 95; deste, seguindo orientação NE por 55,6m até o eixo da Rua Senador Lima Guimarães, denominado PONTO 96; deste, seguindo orientação ENE por 94,4m até o vértice de coordenadas 609.037,0E e 7.791.439,8N, denominado PONTO 97; deste, seguindo orientação ENE por 331,2m até o vértice de coordenadas 609.367,7E e 7.791.458,8N, denominado PONTO 98; deste, seguindo orientação SE por 290,1m até o vértice de coordenadas 609.570,3E e 7.791.251,2N no final da Rua Acarahi, denominado PONTO 99; deste, seguindo orientação SE por 294,9m até o vértice de coordenadas 609.814,2E e 7.791.085,5N no final da Rua Agena, denominado PONTO 100; deste, seguindo pelo eixo da Rua Agena e, sucessivamente, pelo eixo da rua sem nome, orientação SW até o vértice de coordenadas 610.185,4E e 7.790.912,3N, denominado PONTO 101; deste, seguindo orientação SE por 58,4m até o eixo da BR-356, vértice de coordenadas 610.213,3E e 7.790.864,6N, denominado PONTO 102; deste, seguindo orientação SW por 116,9m ao longo do eixo da BR-356 até o vértice de coordenadas 610.173,5E e 7.790.754,7N, denominado PONTO 103; deste, seguindo orientação SE por 142,7m até o vértice de coordenadas 610.286,1E e 7.790.667,1N, denominado PONTO 104; deste, seguindo orientação SE por 228,3m até o vértice de coordenadas 610.365,7E e 7.790.453,1N, denominado PONTO 105; deste, seguindo orientação NE por 781,5m ao longo do eixo da Rua Rodrigo Otávio Coutinho e da Rua Diciola Horta até o vértice de coordenadas 611.408,2E e 7.791.049,9N, denominado PONTO 106; deste, seguindo orientação SSW por 40,6m até o vértice de coordenadas 611.390,3E e 7.791.013,5N, denominado PONTO 107; deste, seguindo orientação SW por 7,2m até o vértice de coordenadas 611.392,7E e 7.791.006,8N, denominado PONTO 108; deste, seguindo orientação ESE por 223,4m até o vértice de coordenadas 611.614,3E e 7.790.978,1N, denominado PONTO 109; deste, seguindo orientação NE por 57,9m até o vértice de coordenadas 611.640,8E e 7.791.029,6N, denominado PONTO 110; deste, seguindo orientação NNE por 60,8m até o eixo da Rua Jornalista Djalma Andrade, vértice de coordenadas 611.649,7E e 7.791.089,7N, denominado PONTO 111; deste, seguindo orientação NE por 156,3m ao longo do eixo da Rua Jornalista Djalma Andrade até o eixo da Rua Jorge Marini e prosseguindo pelo eixo dessa rua por 237,4m até o cruzamento com a via de pedestre, vértice de coordenadas 611.913,3E e 7.791.270,1N, denominado PONTO 112; deste, seguindo orientação WNW por 241,5m ao longo do eixo da via de pedestre até o vértice de coordenadas 611.681,3E e 7.791.325,4N, denominado PONTO 113; deste, seguindo orientação NNE por 209,6m ao longo do eixo da via de pedestre até o vértice de coordenadas 611.721,8E e 7.791.524,4N situado no divisor das bacias dos córregos Cercadinho e Acaba Mundo, denominado PONTO 114; deste, seguindo orientação SE por 106,6m ao longo do divisor das bacias dos córregos Cercadinho e Acaba Mundo até o vértice de coordenadas 611.774,5E e 7.791.434,2N, denominado PONTO 115; deste, seguindo orientação E por 294,6m ao longo do divisor das bacias dos córregos Cercadinho e Acaba Mundo, atingindo a crista da Serra do Curral no vértice de coordenadas 612.066,2E e 7.791.401,9N, denominado PONTO 116; deste, seguindo orientação SW ao longo da crista da Serra do Curral, acompanhando o limite municipal e cruzando o Ramal Ferroviário Ibitiré-Águas Claras, a MG-030 e a BR-356 até atingir o PONTO 0, vértice de coordenadas 607.207,8E e 7.787.2388,0N.

Das diretrizes de proteção

#### **Das intervenções necessárias à proteção do bem tombado**

Ressalvadas as intervenções estritamente necessárias à preservação da Serra do Curral, previamente aprovadas pelo CDPCM-BH, bem como as previstas nas Diretrizes Especiais, é vedado edificar, descaracterizar ou abrir vias em praças, unidades de conservação e demais espaços incluídos em seu perímetro de tombamento.

Da proteção à vegetação nativa

É de preservação permanente a vegetação nativa da Serra do Curral, devendo ser promovida a substituição dos espécimes exóticos, mediante plano a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

Das restrições às novas atividades minerárias

O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que as áreas da Serra do Curral, objeto do presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.

Dos passeios, gradis, muros e cercas

- a) Os passeios terão no mínimo 20% (vinte por cento) de sua área com cobertura vegetal, devendo sua largura ser projetada de modo a atender às normas de segurança para a circulação de pedestres e a garantir que os eventuais cortes de talude tenham altura máxima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).
- b) Os gradis, muros e cercas não podem constituir barreira visual ou elemento descaracterizador da paisagem natural.

Dos engenhos publicitários e placas de sinalização

É vedada a instalação de quaisquer engenhos de publicidade, excetuadas as placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos, observado o disposto na Deliberação CDPCM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

Da malha viária

- a) Das vias para circulação de veículos  
Observado o disposto na Diretriz no 01, o sistema viário deverá ser implantado de modo a minimizar os taludes de corte e aterro, cuja altura máxima não deverá ser superior a 3,00m (três metros). O recobrimento dos taludes e bermas deverá ser efetuado com espécies vegetais nativas da Serra do Curral.
- b) Das trilhas e vias de pedestres  
Para os fins de acesso e fruição do bem tombado, deve ser promovida a recuperação, sinalização e aparelhamento de trilhas para pedestres e ciclistas, mediante projeto a ser aprovado pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam.

Das antenas de telecomunicações e equipamentos afins

É vedado instalar novas antenas de telecomunicações ou equipamentos afins na área de tombamento, excetuadas as instalações destinadas à substituição vinculada ao compartilhamento das estruturas já existentes, mediante estudo que promova a mitigação do impacto ambiental e paisagístico, a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

Da prevenção de incêndios

A implementação das medidas de prevenção contra incêndios incumbe aos proprietários ou responsáveis pelos imóveis, cabendo ao Poder Público coordenar e integrar as diversas ações previstas em projeto aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

Das áreas de preservação

- a) As áreas classificadas como Área de Preservação (APr) são inaptas para a ocupação urbana, devendo ser mantida a constituição típica do monumento natural e prevenida a ocorrência de quaisquer danos ao patrimônio tombado.
- b) Diante da existência de quaisquer formas de degradação ambiental ou paisagística, deve ser promovida, pelo proprietário ou possuidor do imóvel, a recuperação dessas áreas, de acordo com o projeto e cronograma previamente aprovados pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

- c) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.
- d) As áreas classificadas como Área de Preservação 1 (APr1) deverão ser objeto de inventário a cargo do proprietário ou responsável pela área, condicionando-se quaisquer intervenções à apresentação de plano diretor contendo as diretrizes e medidas destinadas à preservação histórico-paisagística e ambiental, a ser aprovado pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam.
- e) As áreas classificadas como Área de Preservação 3 (APr3) são declaradas de utilidade pública, não tendo ocupação nem projetos aprovados, e se configuram de visibilidade regional em virtude de suas características determinantes da proteção dos elementos paisagísticos imprescindíveis à visualização do panorama e manutenção da paisagem em que estão inseridas, conforme o disposto no art. 15, II, da Lei 7.165/96. Essas áreas são objeto de proteção mediante a aplicação de instrumentos legais que promovam a sua preservação.
- f) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### Das áreas de recuperação

- a) As áreas com degradação ambiental e paisagística decorrente de atividade minerária ou de ocupação urbana deverão ser recuperadas de acordo com o plano respectivo a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH, observados os requisitos técnicos estabelecidos.
- b) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.
- c) As áreas classificadas como Área de Recuperação 4 (ARe4) admitem a instalação de equipamentos destinados exclusivamente à proteção do patrimônio cultural a fim de que sejam incorporadas às unidades de conservação contíguas (APr), em decorrência do plano referido na alínea "a". A instalação desses equipamentos deve ser efetuada de modo a minimizar o impacto paisagístico e ambiental.
- d) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### Da área de entorno do bem tombado

Para a área classificada como entorno de proteção da Serra do Curral, deve ser instruído processo administrativo específico, a fim de que sejam estabelecidas diretrizes de ocupação que permitam resguardar sua integridade ambiental e paisagística, bem como sua articulação com a estrutura urbana de modo que seja utilizada como espaço de educação ambiental, lazer, recreação e fruição da comunidade de Belo Horizonte e seus visitantes.

#### Dos engenhos publicitários e placas de sinalização

A instalação de quaisquer engenho de publicidade, bem como de placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos depende de prévia aprovação do CDPCM-BH, observado o disposto na Lei Municipal no 3802, de 6 de julho de 1984, e na Deliberação CDPCM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

#### Diretrizes Especiais da Área Polarizadora

##### Diretriz Especial 1 (DE1) - Do sistema de transporte urbano local

A implantação da edificação deverá acompanhar o perfil natural do terreno, visando seu confinamento na encosta delimitada pelo ramal ferroviário Ibitiré - Mina de Águas Claras, a fim de minimizar o impacto paisagístico, não obstruindo inclusive a visada oriunda do pórtico constituído pela interseção desse ramal com a MG030. A altimetria máxima da edificação será de 15,0m (quinze metros). O projeto deverá privilegiar as áreas permeáveis, a serem recobertas com vegetação nativa da Serra do Curral.

O sistema viário complementar à BR 356 e à MG 030 deverá ser implantado de modo a minimizar os taludes de corte e aterro, cuja altura máxima não deverá ser superior a 3,00m (três metros). O recobrimento dos taludes e bermas deverá ser efetuado com espécies vegetais nativas da Serra do Curral.

Recomenda-se que os terrenos de propriedade da PBH, situados às margens da MG-030 após a interseção com o ramal ferroviário, sejam incorporados à operação urbana para implantação da estação do BHBUS, de modo a consolidar a preservação ambiental e paisagística nos terrenos constituintes da cabeceira do córrego do Cercadinho (APr3).

Esclarecemos que não se poderá no perímetro tombado e na vizinhança de coisa tombada fazer construção que lhe impeça ou reduza visibilidade ou nela colocar anúncios ou cartazes, sem prévia autorização do CDPCM-BH.

Os proprietários do imóveis tombados poderão anuir ao tombamento ou oferecer, se quiserem, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, junto à Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, situada na Rua Sapucaí, 571 - 3º andar - Floresta - CEP.: 30.150-050.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2001

Maria Celina Pinto Albano  
Presidente

 Imprimir  Voltar





# BELO HORIZONTE

## Diário Oficial do Município - DOM

Sábado, 29 de Junho de 2002

Ano XXVI - Edição N.: 1652

Calendário ano de: 2002 ▼

Poder Executivo

Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental - CDPCM

### DELIBERAÇÃO Nº 26/2002

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM-BH, nos termos do disposto na Seção II, do Capítulo III, do Título VIII da Constituição Federal; na Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Constituição do Estado de Minas Gerais e no Capítulo VI, do Título VI da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em conformidade com o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o Decreto Legislativo n.º 74, de 30 de junho de 1977; o Decreto Federal, 80.978, de 12 de dezembro de 1977; a Lei Municipal n.º 3.802, de 06 de julho de 1984; e o Decreto Municipal n.º 5.531, de 17 de dezembro de 1986, reunido em sessão extraordinária realizada em 13 de junho de 2002, deliberou aprovar o tombamento provisório da Serra do Curral - Subárea 4 - Taquaril - Processo n.º.: 01.045036.02.93, definindo o perímetro de tombamento da referida área e as diretrizes de proteção.

Todos os imóveis inseridos no perímetro de tombamento ficam sujeitos a diretrizes especiais de proteção.

#### Descrição do perímetro de tombamento

Partindo do PONTO 0, situado na crista da Serra do Curral, vértice de coordenadas 615.879E e 7.794.072N; deste, seguindo no sentido NW ao longo do divisor de água das bacias dos córregos Acabamundo e Taquaril até o vértice de coordenadas 615.126E e 7.795.006N, denominado PONTO 1; deste, seguindo orientação NE por 59,4 metros até o vértice de coordenadas 615.177E e 7.795.036N, denominado PONTO 2; deste, seguindo orientação NW por 44,7 metros até o vértice de coordenadas 615.148E e 7.795.069N PONTO 3; deste, seguindo orientação W por 162,4 metros até o vértice de coordenadas 614.986E e 7.795.075N, denominado PONTO 4; deste, seguindo orientação N-NW por 174,7 metros até o vértice de coordenadas 614.936E e 7.795.246N, denominado PONTO 5; deste, seguindo orientação N-NE por 102,1 metros até o vértice de coordenadas 614.956E e 7.795.346N, denominado PONTO 6; deste, seguindo orientação N-NW por 372,7 metros até o vértice de coordenadas 614.862E e 7.795.707N, denominado PONTO 7; deste, seguindo orientação N por 66,9 metros até o vértice de coordenadas 614.860E e 7.795.744N, denominado PONTO 8; deste, seguindo orientação W por 28,2 metros até o vértice de coordenadas 614.833E e 7.795.783N, denominado PONTO 9; deste, seguindo por 170,3 metros até o vértice de coordenadas 614.811E e 7.795.952N, denominado PONTO 10; deste, seguindo orientação N-NE por 65,4 metros até o vértice de coordenadas 614.835E e 7.796.013N, denominado PONTO 11; deste, seguindo orientação N por 118,2 metros, até o túnel Taquaril, vértice 614.836E e 7.796.131N, denominado PONTO 12; deste, seguindo orientação NE por 484,1 metros, até o eixo da rua Benjamin Guimarães, vértice de coordenadas 615.213E e 7.796.434N, denominado PONTO 13; deste, seguindo orientação NE ao longo do eixo da rua Benjamin Guimarães e da rua de pedestre até o vértice de coordenadas 615.521E e 7.796.796N, denominado PONTO 14; deste, seguindo orientação NNE por 326,4 metros paralelo e ao longo da rua Coração Eucarístico até o eixo da rua Taquaril, vértice de coordenadas 615.552E e 7.797.104N, denominado PONTO 15; deste, seguindo orientação SE por 254,2 metros até a praça sem nome localizada na rua Dois, vértice de coordenadas 615.667E e 7.796.878N denominado PONTO 16; deste, seguindo ao longo do eixo da rua Dois e da via de pedestre sem nome até o limite do parque da Baleia, vértice de coordenadas 615.925E e 7.796.806N, denominado PONTO 17; deste, seguindo orientação SE ao longo do limites do parque da Baleia até o eixo da rua H, vértice de coordenadas 616.085E e 7.796.585N, denominado PONTO 18; deste, seguindo no sentido S ao longo do eixo das ruas H, G, rua sem nome, estrada antiga para Nova Lima até o vértice de coordenadas 616.665E e 7.795.986N, denominado PONTO 19; deste, seguindo orientação W por 83,5 metros até o vértice de coordenadas 616.582E e 7.795.995N, denominado PONTO 20; deste, seguindo orientação S por 220,0 metros até o vértice de coordenadas 616.594E e 7.795.775N, denominado PONTO 21; deste, seguindo orientação SW por 40,0 metros até o vértice de coordenadas 616.575E e 7.795.740N, denominado PONTO 22; deste, seguindo orientação SE por 93,4 metros até o eixo da rua Elisa Laura Schaper, vértice de coordenadas 616.661E e 7.795.702N, denominado PONTO 23; deste, seguindo orientação SE por 109,8 metros até o vértice de coordenadas 616.712E e 7.795.605N, denominado PONTO 24; deste, seguindo orientação S por 98,3 metros até o vértice de coordenadas 616.713E e 7.795.507N, denominado PONTO 25; deste, seguindo orientação SE por 59,5 metros até o vértice de coordenadas 616.7355E e 7.795.452N, denominado PONTO 26; deste, seguindo orientação por 395,2 metros até o vértice de coordenadas 616.527E e 7.795.116N, denominado PONTO 27; deste, seguindo orientação SW por 232,9 metros até vértice de coordenadas 616.369E e 7.794.945N, denominado PONTO 28; deste, seguindo orientação SW por 114,4 metros até o vértice de coordenadas 616.285E e 7.794.873N, denominado PONTO 29; deste, seguindo orientação SW por 67,0 metros até o vértice de coordenadas 616.250E e 7.794.816N, denominado PONTO 30; deste, seguindo orientação NE por 129,4 metros até o vértice de coordenadas 616.358E e 7.794.887N, denominado PONTO 31; deste, seguindo orientação SE por 35,9 metros até o vértice de coordenadas 616.390E e 7.794.871N, denominado PONTO 32; deste, seguindo orientação SE por 23,0 metros até o vértice de coordenadas 616.400E e 7.794.850N, denominado PONTO 33; deste, seguindo orientação E-NE por 53,6 metros até o vértice de coordenadas 616.452E e 7.794.864N, denominado PONTO 34; deste, seguindo orientação por 32,8 metros até o vértice de coordenadas 616.485E e 7.794.862N, denominado PONTO 35; deste, seguindo orientação N por 11,5 metros até o vértice de coordenadas 616.488E e 7.794.873N, denominado PONTO 36; deste, seguindo orientação E por 26,8 metros até o vértice de coordenadas 616.515E e 7.794.871N, denominado PONTO 37; deste, seguindo orientação SE por 50,0 metros até o vértice de coordenadas 616.550E e 7.794.835N, denominado PONTO 38; deste, seguindo orientação SE por 65,1 metros até vértice de coordenadas 616.569E e 7.794.773N, denominado PONTO 39; deste, seguindo orientação SE por 50,3 metros até o vértice de coordenadas 616.613E e 7.794.749N, denominado PONTO 40; deste, seguindo orientação E por 30,0 metros até vértice de coordenadas 616.643E e 7.794.749N, denominado PONTO 41; deste, seguindo orientação N-NE por 115,7 metros até o vértice de coordenadas 616.675E e 7.794.860N, denominado PONTO 42; deste, seguindo orientação NNW por 77,5 metros até o vértice de coordenadas 616.656E e 7.794.935N, denominado PONTO 43; deste, seguindo orientação NE por 57,7 metros até o vértice de coordenadas 616.707E e 7.794.962N, denominado PONTO 44; deste, seguindo orientação NE por 439,9 metros até o vértice de coordenadas 617.027E e 7.795.264N, denominado PONTO 45; deste, seguindo orientação N por 239,1 metros até o vértice de coordenadas 617.033E e 7.795.503N, denominado PONTO 46; deste, seguindo orientação N-NW por 60 metros até o eixo da rua Um, vértice de coordenadas 617.018E e 7.795.503N, denominado PONTO 47; deste, seguindo no sentido N ao longo do eixo das ruas Um e Três até o vértice de coordenadas 617.138E e 7.795.696N, denominado PONTO 48; deste, seguindo orientação NE por 169,9 metros até o eixo da rua Um, vértice de coordenadas 617.230E e 7.795.839N, denominado PONTO 49; deste, seguindo orientação NE por 117,2 metros até o fim da rua sem nome, vértice de coordenadas 617.323E e 7.795.910N, denominado PONTO 50; deste, seguindo orientação NW por 25,6 metros até o vértice de coordenadas 617.326E e 7.795.937N, denominado PONTO 51; deste, seguindo orientação NW por 74,2 metros até o vértice de coordenadas 617.279E e 7.795.994N, denominado PONTO 52; deste, seguindo orientação NE por 104,8 metros até o eixo da antiga estrada para Nova Lima no vértice de coordenadas 617.329E e 7.796.086N, denominado PONTO 53; deste, seguindo no sentido N ao longo do eixo da antiga estrada para Nova Lima até a crista da Serra do Curral, o vértice de coordenadas 618.348E e 7.796.584N, denominado PONTO 54; deste, seguindo ao longo da crista da Serra do Curral e ao longo do limite municipal até o PONTO 0.

Das diretrizes de proteção

Das intervenções necessárias à proteção do bem tombado

Ressalvadas as intervenções estritamente necessárias à preservação da Serra do Curral, previamente aprovadas pelo CDPCM-BH, bem como as previstas nas Diretrizes Especiais, é vedado edificar, descaracterizar ou abrir vias em praças, unidades de conservação e demais espaços incluídos em seu perímetro de tombamento.

Da proteção à vegetação nativa

É de preservação permanente a vegetação nativa da Serra do Curral, devendo ser promovida a substituição dos espécimes exóticos, mediante plano a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

Das restrições às novas atividades minerárias

O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que as áreas da Serra do Curral, objeto do presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.

Dos passeios, gradis, muros e cercas

a) Os passeios terão no mínimo 20% (vinte por cento) de sua área com cobertura vegetal, devendo sua largura ser projetada de modo a atender às normas de segurança para a circulação de pedestres e a garantir que os eventuais cortes de talude tenham altura máxima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

b) Os gradis, muros e cercas não podem constituir barreira visual ou elemento descaracterizador da paisagem natural.

Dos engenhos publicitários e placas de sinalização

Junho, 2002						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						
< Anterior			Proximo >			

**Pesquisa**

Assunto:

Critério:

☒ Com todas as palavras  
☐ Com a expressão  
☐ Com qualquer uma das palavras

Período:

data inicial

data final

► Pesquisa

**Pesquisa Avançada**

► Clique aqui para encontrar a Edição/Artigo desejado através de critérios mais refinados de busca e identificação.

É vedada a instalação de quaisquer engenhos de publicidade, excetuadas as placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos, observado o disposto na Deliberação CDCPM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

#### Da malha viária

##### a) Das vias para circulação de veículos

Observado o disposto na Diretriz no 01, o sistema viário deverá ser implantado de modo a minimizar os taludes de corte e aterro, cuja altura máxima não deverá ser superior a 3,00m (três metros). O recobrimento dos taludes e bermas deverá ser efetuado com espécies vegetais nativas da Serra do Curral.

##### b) Das trilhas e vias de pedestres

Para os fins de acesso e fruição do bem tombado, deve ser promovida a recuperação, sinalização e aparelhamento de trilhas para pedestres e ciclistas, mediante projeto a ser aprovado pelo CDCPM-BH, ouvido o Comam.

#### Das antenas de telecomunicações e equipamentos afins

É vedado instalar novas antenas de telecomunicações ou equipamentos afins na área de tombamento, excetuadas as instalações destinadas à substituição vinculada ao compartilhamento das estruturas já existentes, mediante estudo que promova a mitigação do impacto ambiental e paisagístico, a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDCPM-BH.

#### Da prevenção de incêndios

A implementação das medidas de prevenção contra incêndios incumbe aos proprietários ou responsáveis pelos imóveis, cabendo ao Poder Público coordenar e integrar as diversas ações previstas em projeto aprovado pelo Comam, ouvido o CDCPM-BH.

#### Das áreas de preservação

a) As áreas classificadas como Área de Preservação (APr) são inaptas para a ocupação urbana, devendo ser mantida a constituição típica do monumento natural e prevenida a ocorrência de quaisquer danos ao patrimônio tombado.

b) Diante da existência de quaisquer formas de degradação ambiental ou paisagística, deve ser promovida, pelo proprietário ou possuidor do imóvel, a recuperação dessas áreas, de acordo com o projeto e cronograma previamente aprovados pelo Comam, ouvido o CDCPM-BH.

c) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.

d) As áreas classificadas como Área de Preservação 1 (APr1) deverão ser objeto de inventário a cargo do proprietário ou responsável pela área, condicionando-se quaisquer intervenções à apresentação de plano diretor contendo as diretrizes e medidas destinadas à preservação histórico-paisagística e ambiental, a ser aprovado pelo CDCPM-BH, ouvido o Comam.

e) As áreas classificadas como Área de Preservação 2 (APr2) são de visibilidade regional, sendo suas características determinantes para a proteção dos elementos paisagísticos imprescindíveis à visualização do panorama e manutenção da paisagem em que estão inseridas, conforme o disposto no art. 15, II, da Lei 7.165/96. Essas áreas são objeto de proteção mediante a aplicação de instrumentos legais que promovam a sua preservação.

f) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDCPM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### Das áreas de recuperação

a) As áreas com degradação ambiental e paisagística decorrente de atividade minerária ou de ocupação urbana deverão ser recuperadas de acordo com o plano respectivo a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDCPM-BH, observados os requisitos técnicos estabelecidos.

b) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.

c) As áreas classificadas como Área de Recuperação 1 (ARe1) são áreas não-parceláveis e de visibilidade regional, portanto, *non edificandi*, devendo ser objeto de recuperação ambiental e paisagística, a fim de serem integradas à APr contígua.

d) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDCPM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### Da área de entorno do bem tombado

Para a área classificada como entorno de proteção da Serra do Curral, deve ser instruído processo administrativo específico, a fim de que sejam estabelecidas diretrizes de ocupação que permitam resguardar sua integridade ambiental e paisagística, bem como sua articulação com a estrutura urbana de modo que seja utilizada como espaço de educação ambiental, lazer, recreação e fruição da comunidade de Belo Horizonte e seus visitantes.

#### Dos engenhos publicitários e placas de sinalização

A instalação de quaisquer engenho de publicidade, bem como de placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos depende de prévia aprovação do CDCPM-BH, observado o disposto na Lei Municipal no 3802, de 6 de julho de 1984, e na Deliberação CDCPM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

Esclarecemos que não se poderá no perímetro tombado e na vizinhança de coisa tombada fazer construção que lhe impeça ou reduza visibilidade ou nela colocar anúncios ou cartazes, sem prévia autorização do CDCPM-BH.

Os proprietários do imóveis tombados poderão anuir ao tombamento ou oferecer, se quiserem, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, junto à Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, situada na Rua Sapucaí, 571 - 3º andar - Floresta - CEP.: 30.150-050.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2001

Maria Celina Pinto Albano  
Presidente

 Imprimir  Voltar

**DELIBERAÇÃO Nº 25/2002**

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM-BH, nos termos do disposto na Seção II, do Capítulo III, do Título VIII da Constituição Federal; na Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Constituição do Estado de Minas Gerais e no Capítulo VI, do Título VI da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em conformidade com o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o Decreto Legislativo n.º 74, de 30 de junho de 1977; o Decreto Federal, 80.978, de 12 de dezembro de 1977; a Lei Municipal n.º 3.802, de 06 de julho de 1984; e o Decreto Municipal n.º 5.531, de 17 de dezembro de 1986, reunido em sessão extraordinária realizada em 13 de junho de 2002, deliberou aprovar o tombamento provisório da Serra do Curral - Subárea 3 - Serra - Acaba Mundo - Processo nº.: 01.045035.02.20, definindo o perímetro de tombamento da referida área e as diretrizes de proteção.

Todos os imóveis inseridos no perímetro de tombamento ficam sujeitos a diretrizes especiais de proteção.

**Descrição do perímetro de tombamento**

Partindo do PONTO 0, situado na crista da Serra do Curral, vértice de coordenadas 601.097E e 7.791.431N; deste, seguindo orientação SW por 89,8 metros até o limite das bacias dos córregos Acaba Mundo e Bom Sucesso, vértice de coordenadas 611.011E e 7.791.404N, denominado PONTO 1; deste, seguindo orientação WNW por 238,8 metros até o limite das bacias dos córregos Acaba Mundo e Bom Sucesso, vértice de coordenadas 611.774E e 7.791.434N, denominado PONTO 2; deste, seguindo orientação NW por 106,6 metros até o vértice de coordenadas 611.720E e 7.791.526N no eixo da rua de pedestre, paralela à rua Jornalista Djalma Andrade, denominado PONTO 3; deste, seguindo, sucessivamente, pelos eixos da via de pedestre, da rua Jornalista Djalma Andrade, da av. Professor Cristovam dos Santos, da rua Carmine Zupo e da av. Celso Porfírio Machado até o vértice de coordenadas 611.549,2E e 7.792.242,3N, denominado PONTO 4; deste, seguindo orientação E por 44,5 metros até o vértice de coordenadas 611.593,7E e 7.792.245,0N, denominado PONTO 5; deste, seguindo orientação NNW por 122,8 metros até o vértice de coordenadas 611.590,1E e 7.792.367,8N, denominado PONTO 6; deste, seguindo orientação NW por 50,5 metros até o vértice de coordenadas 611.561,2E e 7.792.402,2N, denominado PONTO 7; deste, seguindo orientação NW por 111,3 metros até o vértice de coordenadas 611.466,5E e 7.792.467,7N, denominado PONTO 8; deste, seguindo orientação SW por 45,0 metros até o eixo da av. Celso Porfírio Machado, vértice de coordenadas 611.443,1E e 7.792.429,3N, denominado PONTO 9; deste, retornando ao eixo da av. Celso Porfírio Machado até o eixo da av. Presidente Eurico Dutra, seguindo o eixo dessa avenida até o eixo da av. José Maria Alkimi, seguindo o eixo dessa avenida até o vértice de coordenadas 610.649,8E e 7.791.819,6N, denominado PONTO 10; deste, seguindo orientação NW por 86,4 metros até o vértice de coordenadas 610.692,2E e 7.791.903,5N, no eixo da BR-356, denominado PONTO 11; deste, seguindo sentido NE ao longo do eixo da BR-356 até o vértice 610.933,1E e 7.792.309,0N, denominado PONTO 12; deste, seguindo orientação N por 146,3 metros até o eixo da Av. Presidente Eurico Dutra, vértice de coordenadas 610.937,4E e 7.792.455,2N, denominado PONTO 13; deste, seguindo orientação NW ao longo do eixo da Av. Presidente Eurico Dutra e da Rua Haiti até o vértice de coordenadas 610.964,0E e 7.792.769,0N, denominado PONTO 14; deste, seguindo orientação SE por 225,7 metros até o vértice de coordenadas 611.223E e 7.792.674N, denominado PONTO 15; deste, seguindo orientação SE por 88,3 metros até o eixo da rua Patagônia, vértice de coordenadas 611.309E e 7.792.656, denominado PONTO 16; deste, seguindo pelo eixo da rua Patagônia até o vértice de coordenadas 611.259E e 7.792.701N, denominado PONTO 17; deste, seguindo orientação NNE por 36,6 metros até o vértice de coordenadas 611.273E e 7.792.734N, denominado PONTO 18; deste, seguindo orientação NW por 64,3 metros até o eixo da rua Groenlândia, vértice de coordenadas 611.233E e 7.792.784N, denominado PONTO 19; deste, seguindo pelo eixo da rua Groenlândia até o vértice de coordenadas 611.325E e 7.792.889N, denominado PONTO 20; deste, seguindo com orientação E por 76,9 metros até o eixo da rua Assunção, vértice de coordenadas 611.402E e 7.792.885N, denominado PONTO 21; deste, seguindo orientação NW ao longo do eixo da rua Assunção até o vértice de coordenadas 611.385E e 7.792.959N, denominado PONTO 22; deste, seguindo orientação ENE por 42,0 metros até o vértice de coordenadas 611.424E e 7.792.973N, denominado PONTO 23; deste, seguindo orientação SE por 83,2 metros até o vértice de coordenadas 611.465E e 7.792.900N, denominado PONTO 24; deste, seguindo orientação NE por 24,2 metros até o vértice de coordenadas 611.481E e 7.792.918N, denominado PONTO 25; deste, seguindo orientação SE por 52,3 metros até o vértice da praça sem nome de coordenadas 611.525E e 7.792.890N, denominado PONTO 26; deste, seguindo orientação SW pelo eixo da rua Honduras até o vértice de coordenadas 611.390E e 7.792.774N, denominado PONTO 27; deste, seguindo orientação SE por 94,7 metros até o eixo da rua Patagônia, vértice de coordenadas 611.451E e 7.792.701N, denominado PONTO 28; deste, seguindo orientação NE pelo eixo da rua Patagônia até a Praça Dep. Renato Azeredo, vértice de coordenadas 611.607E e 7.792.910N, denominado PONTO 29; deste, seguindo orientação ESE por 151,6 metros até o vértice de coordenadas 611.755E e 7.792.878N, denominado PONTO 30; deste, seguindo orientação SSW por 33,2 metros até o vértice de coordenadas 611.749E e 7.792.846N, denominado PONTO 31; deste, seguindo orientação SE por 45,8 metros até o vértice de coordenadas 611.782E e 7.792.814N, denominado PONTO 32; deste, seguindo orientação NE por 28,8 metros até o vértice de coordenadas 611.803E e 7.792.833N, denominado PONTO 33; deste, seguindo orientação NNE por 34,3 metros até o eixo da rua Corrêas, vértice de coordenadas 611.810E e 7.792.867N, denominado PONTO 34; deste, seguindo orientação SE ao longo do eixo da Rua Corrêas até o vértice de coordenadas 611.935E e 7.792.250N, denominado PONTO 35; deste, seguindo orientação SE por 203,3 metros até o vértice de coordenadas 612.123E e 7.792.174N, denominado PONTO 36; deste, seguindo orientação NE por 205,2 metros até o vértice de coordenadas 612.194E e 7.792.367N, denominado PONTO 37; deste, seguindo orientação E por 87,6 metros até o vértice de coordenadas 612.282E e 7.792.365N, denominado PONTO 38; deste, seguindo orientação NNW por 125,2 metros até o eixo da rua Monte Azul, vértice de coordenadas 612.270E e 7.792.490N, denominado PONTO 39; deste, seguindo pelo eixo da rua Monte Azul e rua Cláudio Palhares até o vértice de coordenadas 612.410E e 7.792.591N, denominado PONTO 40; deste, seguindo orientação NW por 183,8 metros até o eixo da rua Walter Amadeu Pace, vértice de coordenadas 612.281E e 7.792.723N, denominado PONTO 41; deste, seguindo orientação N pelo eixo da rua Walter Amadeu Pace e rua Aldebaram até o vértice de coordenadas 612.317E e 7.792.853N, denominado PONTO 42; deste, seguindo orientação NNW por 40,3 metros até o vértice de coordenadas 612.308E e 7.792.892N, denominado PONTO 43; deste, seguindo orientação ENE por 45,3 metros até o vértice de coordenadas 612.352E e 7.792.901N, denominado PONTO 44; deste, seguindo com orientação NW por 159,4 metros até o eixo da rua Coronel Pacheco no vértice de coordenadas 612.302E e 7.793.053N, denominado PONTO 45; deste, seguindo com orientação SE por 292,7 metros até o vértice de coordenadas 612.502E e 7.792.839N, denominado PONTO 46; deste, seguindo pelos eixos da rua sem nome e rua Alcides Pereira Lima até o vértice de coordenadas 612.664E e 7.793.040N, denominado PONTO 47; deste, seguindo com orientação N por 13,0 metros até o vértice de coordenadas 612.665E e 7.793.053N, denominado PONTO 48; deste, seguindo com orientação NE por 60,8 metros até o vértice de coordenadas 612.717E e 7.793.084N, denominado PONTO 49; deste, seguindo com orientação SE por 65,9 metros até o vértice de coordenadas 612.773E e 7.793.049N, denominado PONTO 50; deste, seguindo com orientação NE por 65,3 metros até o vértice de coordenadas 612.832E e 7.793.076N, denominado PONTO 51; deste, seguindo com orientação E por 67,5 metros até o vértice de coordenadas 612.900E e 7.793.077N, denominado PONTO 52; deste, seguindo com orientação NE por 33,4 metros até o vértice de coordenadas 612.927E e 7.793.096N, denominado PONTO 53; deste, seguindo com orientação SE por 29,5 metros até o vértice de coordenadas 612.951E e 7.793.079N, denominado PONTO 54; deste, seguindo com orientação W por 24,1 metros até o vértice de coordenadas 612.927E e 7.793.077N, denominado PONTO 55; deste, seguindo com orientação S-SE por 93,9 metros até o vértice de coordenadas 612.955E e 7.792.987N, denominado PONTO 56; deste, seguindo com orientação SW por 173,0 metros até o vértice de coordenadas 612.787E e 7.792.946N, denominado PONTO 57; deste, seguindo com orientação NW por 43,6 metros até o vértice de coordenadas 612.751E e 7.792.971N, denominado PONTO 58; deste, seguindo com orientação SW por 89,0 metros até o vértice de coordenadas 612.690E e 7.792.906N, denominado PONTO 59; deste, seguindo com orientação NE por 55,4 metros até o vértice de coordenadas 612.744E e 7.792.922N, denominado PONTO 60; deste, seguindo com orientação SE por 309,6 metros até o vértice de coordenadas 612.945E e 7.792.686N, denominado PONTO 61; deste, seguindo com orientação NE por 137,4 metros até o vértice de coordenadas 613.060E e 7.792.760N, denominado PONTO 62; deste, seguindo com orientação N-NW por 146,8 metros até a rua Alcides Pereira Lima no vértice de coordenadas 613.019E e 7.792.901N, denominado PONTO 63; deste, seguindo com orientação E-NE ao longo do eixo da rua Alcides Pereira Lima até o vértice de coordenadas 613.145E e 7.792.948N, denominado PONTO 64; deste, seguindo com orientação NE por 184,6 metros até o vértice de coordenadas 613.287E e 7.793.066N, denominado PONTO 65; deste, seguindo com orientação N-NW por 141,7 metros até o vértice de coordenadas 613.269E e 7.793.207N, denominado PONTO 66; deste, seguindo com orientação E por 27,0 metros até o vértice de coordenadas 613.296E e 7.793.205N, denominado PONTO 67; deste, seguindo com orientação SE por 32,7 metros até o vértice de coordenadas 613.323E e 7.793.187N, denominado PONTO 68; deste, seguindo com orientação E por 50,2 metros até o eixo da rua Ministro Alfredo Vallado no vértice de coordenadas 613.373E e 7.793.185N, denominado PONTO 69; deste, seguindo com orientação SE ao longo do eixo das ruas Professor Salvio Nunes ; Henrique Quick; Praça Estado de Israel; Av. José do Patrocínio Pontes; rua Professor Lourenço Menicucci Sobrinho até o limite do Parque das Mangabeiras no vértice de coordenadas 614.354E e 7.793.144N,



denominado PONTO 70; deste, seguindo com orientação NW pelo limite do parque das Mangabeiras, passando pela rua Paschoal Riccio e contornando a Praça Luiz Otavio Fraga, retornando ao eixo da rua Paschoal Riccio, seguindo pelo limite do Parque das Mangabeiras até o eixo da rua Professor Djalma Guimarães de coordenadas 613.942E e 7.793.487N, denominado PONTO 71; deste, seguindo no sentido S pelo eixo das ruas Djalma Guimarães; Arquiteto Raffaello Berti, seguindo pelo eixo da rua Engenheiro Bady Salum até o limite do Parque das Mangabeiras, vértice de coordenadas 613.796E e 7.793.763N, denominado PONTO 72; deste, seguindo no sentido NW ao longo do limite do Parque das Mangabeiras até o vértice de coordenadas 613.645,7E e 7.793.928,2N, denominado PONTO 73; deste, seguindo com orientação NE por 171,8 metros até o vértice de coordenadas 613.769,6E e 7.794.047,2N, denominado PONTO 74; deste, seguindo pelo limite do Parque das Mangabeiras até o divisor de água das bacias dos córregos Acaba Mundo e Taquaril no vértice de coordenadas 615.126E e 7.795.006N, denominado PONTO 75; deste, seguindo pelo divisor de água até a crista da Serra do Curral, vértice de coordenadas 615.879E e 7.794.071N, denominado PONTO 76; deste, seguindo pelo crista da Serra do Curral ao longo do limite municipal até o PONTO 0 .

#### **Das diretrizes de proteção**

#### **Das intervenções necessárias à proteção do bem tombado**

Ressalvadas as intervenções estritamente necessárias à preservação da Serra do Curral, previamente aprovadas pelo CDPCM-BH, bem como as previstas nas Diretrizes Especiais, é vedado edificar, descaracterizar ou abrir vias em praças, unidades de conservação e demais espaços incluídos em seu perímetro de tombamento.

#### **Da proteção à vegetação nativa**

É de preservação permanente a vegetação nativa da Serra do Curral, devendo ser promovida a substituição dos espécimes exóticos, mediante plano a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

#### **Das restrições às novas atividades minerárias**

O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que as áreas da Serra do Curral, objeto do presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.

#### **Dos passeios, gradis, muros e cercas**

- a) Os passeios terão no mínimo 20% (vinte por cento) de sua área com cobertura vegetal, devendo sua largura ser projetada de modo a atender às normas de segurança para a circulação de pedestres e a garantir que os eventuais cortes de talude tenham altura máxima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).
- b) Os gradis, muros e cercas não podem constituir barreira visual ou elemento descaracterizador da paisagem natural.

#### **Dos engenhos publicitários e placas de sinalização**

É vedada a instalação de quaisquer engenhos de publicidade, excetuadas as placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos, observado o disposto na Deliberação CDPCM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

#### **Da malha viária**

- a) Das vias para circulação de veículos

Observado o disposto na Diretriz no 01, o sistema viário deverá ser implantado de modo a minimizar os taludes de corte e aterro, cuja altura máxima não deverá ser superior a 3,00m (três metros). O recobrimento dos taludes e bermas deverá ser efetuado com espécies vegetais nativas da Serra do Curral.

- b) Das trilhas e vias de pedestres

Para os fins de acesso e fruição do bem tombado, deve ser promovida a recuperação, sinalização e aparelhamento de trilhas para pedestres e ciclistas, mediante projeto a ser aprovado pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam.

#### **Das antenas de telecomunicações e equipamentos afins**

É vedado instalar novas antenas de telecomunicações ou equipamentos afins na área de tombamento, excetuadas as instalações destinadas à substituição vinculada ao compartilhamento das estruturas já existentes, mediante estudo que promova a mitigação do impacto ambiental e paisagístico, a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

#### **Da prevenção de incêndios**

A implementação das medidas de prevenção contra incêndios incumbe aos proprietários ou responsáveis pelos imóveis, cabendo ao Poder Público coordenar e integrar as diversas ações previstas em projeto aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.

#### **Das áreas de preservação**

- a) As áreas classificadas como Área de Preservação (APr) são inaptas para a ocupação urbana, devendo ser mantida a constituição típica do monumento natural e prevenida a ocorrência de quaisquer danos ao patrimônio tombado.
- b) Diante da existência de quaisquer formas de degradação ambiental ou paisagística, deve ser promovida, pelo proprietário ou possuidor do imóvel, a recuperação dessas áreas, de acordo com o projeto e cronograma previamente aprovados pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH.
- c) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.
- d) As áreas classificadas como Área de Preservação 1 (APr1) deverão ser objeto de inventário a cargo do proprietário ou responsável pela área, condicionando-se quaisquer intervenções à apresentação de plano diretor contendo as diretrizes e medidas destinadas à preservação histórico-paisagística e ambiental, a ser aprovado pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam.
- e) As áreas classificadas como Área de Preservação 2 (APr2) são de visibilidade regional, sendo suas características determinantes para a proteção dos elementos paisagísticos imprescindíveis à visualização do panorama e manutenção da paisagem em que estão inseridas, conforme o disposto no art. 15, II, da Lei 7.165/96. Essas áreas são objeto de proteção mediante a aplicação de instrumentos legais que promovam a sua preservação.
- f) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### **Das áreas de recuperação**

- a) As áreas com degradação ambiental e paisagística decorrente de atividade minerária ou de ocupação urbana deverão ser recuperadas de acordo com o plano respectivo a ser aprovado pelo Comam, ouvido o CDPCM-BH, observados os requisitos técnicos estabelecidos.
- b) A recuperação ambiental e paisagística deve adotar métodos de trabalho condizentes e harmônicos com a paisagem original da Serra do Curral, utilizando-se insumos típicos desse ambiente.
- c) A área classificada como Área de Recuperação 2 (ARe2) constitui foco de degradação do patrimônio tombado, devendo ser assegurada a estabilidade do maciço, bem como a contrapartida pelos danos causados.
- d) As áreas classificadas como Área de Recuperação 3 (ARe3) admitem a instalação de equipamentos destinados exclusivamente à proteção do patrimônio cultural,

em decorrência do plano referido na alínea "a", desde que sua ocupação seja efetuada de modo a minimizar o impacto paisagístico e ambiental.

e) Além das diretrizes constantes das alíneas *supra*, poderão ser definidas diretrizes específicas de preservação e de recuperação ambiental em regulamentação a ser baixada pelo CDPCM-BH, ouvido o Comam na matéria de cunho ambiental.

#### **Da área de entorno do bem tombado**

Para a área classificada como entorno de proteção da Serra do Curral, deve ser instruído processo administrativo específico, a fim de que sejam estabelecidas diretrizes de ocupação que permitam resguardar sua integridade ambiental e paisagística, bem como sua articulação com a estrutura urbana de modo que seja utilizada como espaço de educação ambiental, lazer, recreação e fruição da comunidade de Belo Horizonte e seus visitantes.

#### **Dos engenhos publicitários e placas de sinalização**

A instalação de quaisquer engenho de publicidade, bem como de placas de sinalização ou de identificação de estabelecimentos depende de prévia aprovação do CDPCM-BH, observado o disposto na Lei Municipal no 3802, de 6 de julho de 1984, e na Deliberação CDPCM-BH no 34/00, publicada no DOM em 15.12.2000.

#### **Diretrizes Especiais da Área Polarizadora**

##### **Diretriz Especial 2 (DE2) - Do Hospital Hilton Rocha**

A edificação deverá receber tratamento que permita a redução do impacto paisagístico, bem como ser objeto de inventário a cargo do proprietário, condicionando-se quaisquer intervenções à apresentação de plano diretor contendo as diretrizes e medidas destinadas à preservação histórico-paisagística e ambiental, a ser aprovado pelo CDPCM-BH.

Esclarecemos que não se poderá no perímetro tombado e na vizinhança de coisa tombada fazer construção que lhe impeça ou reduza visibilidade ou nela colocar anúncios ou cartazes, sem prévia autorização do CDPCM-BH.

Os proprietários dos imóveis tombados poderão anuir ao tombamento ou oferecer, se quiserem, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, junto à Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, situada na Rua Sapucaí, 571 - 3º andar - Floresta - CEP.: 30.150-050.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2001

*Maria Celina Pinto Albano*

**Presidente**



**Portal da Assinatura - PBH**

12 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022 às 11:51

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

2022\_of\_859\_mineração\_combinado.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022 às 11:51  
Assinante: GUILHERME MACIEL ARAUJO Matrícula: FC000792  
Hash da assinatura: 3348DA26C70A748D1D4EC3913E51669992712997 Para validar utilize o QR Code ao lado.



**Ofício GAB-SMMA/DALE nº 2810/22**

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.

**Assunto:** TAG: 354015

**Processo SMMA nº:** 01-124.854/03-49

**Cadastro SMMA nº:** 11192/22

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, acusamos recebimento do ofício em epígrafe que encaminha o o Requerimento de Comissão nº 1912/2022, de autoria da Vereadora Duda Salabert que solicita as seguintes informações com questionamentos sobre do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI), inscrita no CNPJ nº 17.157.082/0003-47, a qual formalizou o processo de licenciamento ambiental nº 2928/2022 junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). Na sequência, encaminhamos as respectivas respostas.

**1) A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), já tinha ciência da formalização deste processo de licenciamento ambiental?**

**Resposta:**

Sim, a SMMA tinha ciência em relação à formalização deste processo de licenciamento ambiental.

**Prezada Luana Magalhães**  
**DALE – Diretoria de Acompanhamento Legislativo**  
Avenida Afonso Pena, 1212, 5º andar, Centro-BH  
CEP 30130908  
e-mail: magalhaes.luana@pbh.gov.br

Avenida Afonso Pena, 342, Centro, CEP: 30130-009  
Belo Horizonte – MG – Telefone (31) 3246.0583, email: smma@pbh.gov.br





2) A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, realizou nos últimos 12 meses alguma reunião, encontro, debate a respeito da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), seja como o empreendedor, governos municipais, estaduais ou federal, ministérios públicos, polícias, institutos, empresas, ONGs, em suma, qualquer pessoa físicas ou jurídica? Em caso positivo, apresentar as atas das reuniões, bem como detalhar, no mínimo: data da realização, os participantes, assuntos tratados, definições, encaminhamentos, documentos apresentados e quais outros pontos a respeito da mineradora que foram tratados na reunião.

**Resposta:**

A SMMA participou da sessão conciliatória, referente ao processo judicial n. 1.0024.05.778262-5/002, que ocorreu no dia **26/10/2022, às 14:00 horas**, na sala de reuniões das Vice-Presidências do TJMG. Segue abaixo um resumo do caso Ministério Público de MG x EMBRAPA:

*Nos autos do cumprimento de sentença 0024.05.778262-5, houve a celebração de um termo de transação civil, entre o MPMG e a EMBRAPA, cujo objeto é a implementação de medidas de recuperação e de medidas emergenciais, além do pagamento de indenização pelos danos ambientais irreparáveis causados na área da Fazenda Corumi, localidade do Taquaril.*

*Em seguida, houve a pactuação de um aditivo nos termos do qual a empresa poderia retirar e comercializar o minério necessário ao retaludamento e reconformação da área, até o limite de 4 milhões de toneladas. Em 2017, a SMMA enviou ofício ao MPMG noticiando o descumprimento, por parte da empresa, da mencionada transação civil, consistente no desrespeito ao limite (4 milhões de toneladas) de extração permitido e na descon sideração do fato de que a área é tombada.*

*A empresa alegou que, após a transação civil feita com o MPMG, firmou TAC em 2015 com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), o qual teria substituído integralmente o acordo assinado com o MPMG, mediante o estabelecimento de obrigações distintas, inclusive no que diz respeito ao limite de extração permitido (superior a 4 milhões de toneladas).*

*O MPMG pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência, a qual foi indeferida em primeira instância. Interposto agravo de instrumento, não foi concedido o pedido de tutela liminar recursal.*





*O agravo de instrumento foi remetido ao CEJUSC Ambiental, onde já ocorreram várias tentativas de conciliação entre as partes, sendo que a próxima ocorreu em 26/10/2022, às 14:00.*

Nesta audiência de conciliação participaram representantes do MPMG, da SEMAD, do empreendedor, da PGM e da SMMA. Nessa ocasião, a SMMA se manifestou indicando ser favorável à concepção de novo PRAD mas que isso não implique diretamente no exercício da atividade no local. Ainda foi feita a ressalva de que a área possui polígnos que são tombados pelo município. Por fim, foi informado o reagendamento de nova audiência conciliatória para avaliação do Termo de Compromisso quer vem sendo discutido entre as partes para apresentação de Plano de Recuperação de Área Degradada pelo empreendedor, para o dia 25/01/2023, às 14h00.

**3) Já foi requerido à PBH suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, nos últimos 12 meses, pelo Governo do Estado de MG, Governo Federal, Ministérios Públicos, Polícias ou pelo empreendedor a emissão de algum documento, declaração, certidão, dados, informação ou qualquer ato no âmbito do referido processo de licenciamento ambiental ou a respeito de qualquer um dos CNPJs da mineradora EMPABRA? Se sim, apresentar mais informações sobre o pleito, bem como informar se os documentos foram ou não emitidos e apresentar cópia dos mesmos?**

**Resposta:**

Em pesquisa ao processo SMMA nº 01-124.854/03-49 (processo que avaliou o PRAD do empreendimento), nos últimos 12 meses não foi requerido à SMMA a emissão dos documentos referidos na pergunta.

**4) Diante da criação do corredor ecológico Espinhaço-Serra do Curral, o empreendimento que está inserido nessa área de abrangência é compatível com a preservação objetivada pela criação do corredor ecológico?**

**Resposta:**

O empreendimento não é compatível com a preservação objetivada pela criação do corredor ecológico Espinhaço-Serra do Curral.

**5) Frente a legislação vigente no município, a implantação deste tipo de atividade naquele local é permitida?**

**Resposta:**



A implantação do empreendimento não é permitida pela legislação municipal em virtude das restrições relativas ao patrimônio histórico municipal.

**6) Um dos documentos necessários para a continuidade do processo de licenciamento ambiental é a Declaração de Conformidade Locacional do empreendimento frente às regulamentações do Plano Diretor Municipal, a qual é emitida pelo Poder Executivo Municipal. Já foi solicitada ou emitida tal declaração por parte da PBH, suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, a respeito do empreendimento?**

**Resposta:**

A SMMA não emitiu Declaração de Conformidade Locacional do empreendimento.

**7) Caso ainda não tenha sido solicitada, mas o empreendedor o faça, a Prefeitura de Belo Horizonte como se manifestará a PBH a respeito do pedido para a implantação do empreendimento?**

**Resposta:**

A SMMA entende que a área deve ser recuperada em virtude das restrições legais existentes e da sua importância ambiental e cultural para o Município.

**8) A PBH tem ciência da realização de qualquer atividade operacional por parte da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa no referido local? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas?**

**Resposta:**

A SMMA, juntamente com a SUFIS, realizou vistoria hoje na Mineração e não constatou atividade operacional, somente manutenção do sistema de drenagem. Resposta mais detalhada será encaminhada pela SUFIS.

**9) Está sendo realizado pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), alguma atividade de recuperação de áreas degradadas na área em que foi pleiteado o**







processo de licenciamento ambiental? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas e quais as medidas de controle e fiscalização estão sendo realizadas pela PBH?

**Resposta:**

A SMMA, juntamente com a SUFIS, realizou vistoria hoje na Mineração e não constatou atividade operacional, somente manutenção do sistema de drenagem. Resposta mais detalhada será encaminhada pela SUFIS.

**10) Qual a situação tributária e fiscal da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), em relação ao município de Belo Horizonte? Existe alguma dívida da empresa em relação aos impostos municipais, em especial quanto ao IPTU da área ou ao ISS (Imposto Sobre Serviços) de todos os CNPJs relacionados a mineradora? Caso exista qualquer débito da empresa com a Prefeitura de Belo Horizonte, apresentar listagem detalhada dos valores.**

**Resposta:**

A resposta a essa pergunta deve ser fornecida pela SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda.

**11) Qual a situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área degradada pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47)? Apresentar relação detalhada da situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área em questão.**

**Resposta:**

A resposta a essa pergunta deve ser fornecida pela SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda.

**12) Tendo em vista que a recuperação da área em questão se arrasta por diversos anos, tendo inclusive sendo alvo de uma CPI junto a esta Câmara Municipal, quais ações práticas a Prefeitura de Belo Horizonte está empreendendo para garantir que a área seja restaurada?**

**Resposta:**





Até o ano de 2015, a SMMA vinha acompanhando a recuperação da área minerada. A partir desse ano, por requisição do MPMG, o processo foi encaminhado para SEMAD que firmou TAC com o empreendedor. Em 2016, a SMMA oficiou a SEMAD e o MPMG para que fosse tomadas providências, considerando que o TAC possibilitava a retirada de minério em quantidade superior ao que havia sido definido pelo COMAM. Em anexo segue histórico com detalhamento.

**13) Caso a implantação de um empreendimento desta natureza naquele local esteja em desacordo com a legislação vigente no município de Belo Horizonte, quais ações serão empreendidas pela PBH para que o processo de licenciamento ambiental não tenha continuidade?**

**Resposta:**

Como a Área Diretamente Afetada – ADA está inteiramente no município de Belo Horizonte, o licenciamento ambiental estadual não pode ser concluído sem a Certidão de Conformidade municipal. A SMMA entende que não é possível emitir essa certidão, pois contraria a legislação do município.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

Atenciosamente,

**Mário de Lacerda Werneck Neto – BM: 114.235-4**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente





Ofício SUREM/DALE-SURIN nº 180/2022

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

Assunto: Requerimentos de Comissão nº 1.912/2022 – TAG SMFA 354015

Senhora Diretora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão em referência, de autoria da Vereadora Duda Salabert, aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, por meio do qual foram apresentados à Secretaria Municipal da Fazenda questionamentos relacionados com possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI), inscrita no CNPJ nº 17.157.082/0003-47, apresentamos a seguir as considerações em relação às indagações contidas nos itens 8, 10 e 11 do requerimento em exame, que são afetas às competências desta Secretaria.

**8. A PBH tem ciência da realização de qualquer atividade operacional por parte da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa no referido local? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas?**

A empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA, CNPJ nº 17.157.082/0001-85, possui cadastro junto à Receita Federal do Brasil com data de abertura em 10/02/1960, com o endereço RUA ARAGUARI, 358 - LOJA 3 - BARRO PRETO - BELO HORIZONTE - MG. A empresa possui registro junto ao Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários - CMC, sob a Inscrição Municipal nº 0.404.879/001-2, também com data de início de atividades em 10/02/1960 e com o mesmo endereço registrado junto ao CNPJ da Receita Federal do Brasil. Esta empresa encontra-se registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE nº 31213549382.

Ilma. Sra.

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretora de Acompanhamento Legislativo – DALE/SURIN

PBH



Tanto no CNPJ quanto no CMC, as atividades declaradas pela empresa são:

- Atividade Principal:

CNAE 0710-3/01 - Extração de minério de ferro;

- Atividades Secundárias:

CNAE 6463-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings;

CNAE 4689-3/01 - Comércio Atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis;

CNAE 0990-4/01 - Atividades de apoio à extração de minério de ferro

A área utilizada que a empresa declarou para o exercício de suas atividades no endereço do estabelecimento foi de 10 m<sup>2</sup>. A alteração de endereço para este local e para esta área informada ocorreu em 25/08/2021 pela RedeSim, protocolo nacional RedeSim nº MGP2100724715.

Consta em seu quadro societário a empresa CORUMI PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA., CNPJ nº 31.893.003/0001-25. A empresa tem como sócio administrador o Sr. LUIS FERNANDO FRANCESCHINI DA ROSA.

Como sócia da CORUMI PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA consta a empresa GREEN METALS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 16.382.339/0001-30.

Esta, por sua vez, possui como sócia a empresa BURITI DA MATA - ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 11.800.643/0001-36. Esta última possui como sócia a empresa SILENDA PARTICIPACOES EIRELI. 24.494.453/0001-80. Sendo que esta é uma EIRELI registrada em nome do Sr. LUIS FERNANDO FRANCESCHINI DA ROSA.

Todas estas empresas possuem o mesmo endereço em BH (RUA ARAGUARI, 358, LOJA 3, BARRO PRETO CEP:30190-110 BELO HORIZONTE MG).

Existe, ainda a filial cuja inscrição no CNPJ é o de nº 17.157.082/0005-09, ROD MG030 PLANTA DO QUEIROZ NA CAVA DO ESPIRITO SANTO, SN, CEP 34.400-000, ZONA RURAL, RAPOSOS, MG.

**10. Qual a situação tributária e fiscal da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), em relação ao município de Belo Horizonte? Existe alguma dívida da empresa em relação aos impostos municipais, em especial quanto ao IPTU da área ou ao ISS (Imposto Sobre**



**Serviços) de todos os CNPJ's relacionados a mineradora? Caso exista qualquer débito da empresa com a Prefeitura de Belo Horizonte, apresentar listagem detalhada dos valores.**

O CNPJ 17.157.082/0003-47 é uma filial da empresa, cuja Matriz é o CNPJ 17.157.082/0001-85. O CNPJ da filial em questão foi cadastrado na Receita Federal do Brasil em 15/07/2003, quatro anos antes do Cadastro Sincronizado Nacional. Sendo assim, a empresa providenciou o registro da filial na Receita Federal do Brasil e na Junta Comercial de Minas Gerais e jamais solicitou o cadastramento dessa filial junto ao Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários - CMC.

O endereço dessa filial no cadastro CNPJ da Receita Federal do Brasil é GRANJA CORUMI - R.CEL. J. CUSTODIO VEIGA S/N SERRA DO CURRAL - TAQUARIL - CEP - 30285-650 - BELO HORIZONTE - MG

Existe, ainda a filial cuja inscrição no CNPJ é o de nº 17.157.082/0005-09, ROD MG030 PLANTA DO QUEIROZ NA CAVA DO ESPIRITO SANTO, SN, CEP 34.400-000, ZONA RURAL, RAPOSOS, MG.

A pesquisa do Sistema de Fiscalização da Administração Tributária Municipal demonstra que nenhuma presta serviço, mas possuem serviços tomados e inclusive com ISSQN retido na fonte de serviço de terceiros e recolhido ao Município.

O Documento Auxiliar da Certidão Positiva de Débitos anexo ao presente ofício detalha a situação da empresa. O débito inscrito na Dívida Ativa do Município de Belo Horizonte perfaz o montante atualizado de R\$1.686.041,12 (um milhão seiscentos e oitenta e seis mil, quarenta e um reais e doze centavos).

Esse débito é referente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do imóvel com endereço cadastral na "Est. das Antenas nº 2.287 - BALEIA", dos exercícios de 2008 a 2021 (exceto 2014 e 2017).

Apenas pelas imagens, que não estão nítidas, e informações constantes no requerimento, não é possível afirmar que se trata do imóvel objeto da atividade de mineração. A apuração do débito se deu pela raiz do CNPJ, incluindo matriz e filiais.

**11. Qual a situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área degradada pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA E MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47)? Apresentar relação detalhada da situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área em questão.**





Conforme informado anteriormente, o CNPJ 17.157.082/0003-47 é uma filial da empresa e que não possui cadastro no Município, pois foi feito em 2003 pela empresa, que em momento algum procurou o município para se cadastrar, conforme determina a legislação municipal.

Pelo endereço que consta junto ao cadastro CNPJ, informamos que nem o logradouro informado e o CEP informado no CNPJ existem. O logradouro não existe como logradouro junto ao município e o CEP não existe nos correios. Sendo assim, não existe elementos mínimos para localizarmos o local onde funciona tal mineração para, podermos informar se existe ou não imóvel cadastrado junto ao Cadastro Imobiliário.

Entretanto, mesmo que pelas imagens e informações constantes no requerimento, não seja possível identificar com exatidão o imóvel em questão, caso ele seja o de endereço cadastral "Est. das Antenas nº 2.287 - BALEIA", o débito do IPTU inscrito em Dívida Ativa, referente aos exercícios de 2008 a 2021 (exceto 2014 e 2017, para os quais não constam débitos) seria de R\$ 1.686.041,12 (um milhão seiscentos e oitenta e seis mil, quarenta e um reais e doze centavos), estando em aberto, também, o IPTU do exercício 2022.

Na expectativa de estarmos atendendo satisfatoriamente aos questionamentos afetos a esta Secretaria Municipal de Fazenda, colocamo-nos inteiramente à disposição para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

EUGENIO EUSTAQUIO  
VELOSO  
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por  
EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO  
FERNANDES:49606530604  
Dados: 2022.12.14 12:47:06 -03'00'

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes  
Subsecretário da Receita Municipal

"De acordo"

Leonardo Maurício Colombini Lima  
Secretário Municipal de Fazenda



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS**  
**PLENA PESSOA JURIDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **AHHLLOKKJL**

Documento/Certidão nº **20.966.017** Exercício: **2022**

Emissão em: **07/12/2022**

Requerimento em: **15:35:04**

Validade: **06/01/2023**

Nome: **EMPABRA EMPRESA DE MINERACAO PAU BRANCO LTDA**

CNPJ: **17.157.082.0001.85**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**RESSALVAS**

Existe(m) lançamento(s) com suspensão judicial

**PENDENCIAS**

Tipo	Numero Parcelamento	Parcelas em Atraso
PARCTO EM ATRASO;;;	1375854/2020	6
	1489232/2020	9
	1632897/2021	7
	1653504/2022	6
	3187838/2019	7

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220632475	440012W305 0010
	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	2022	13102220063060	04048790012

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendencias aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1598/2022**

**Ref.:** Demanda TAG nº 354015 – Requerimento de Comissão da CMBH nº 1.912/2022

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2022.

Prezada Diretora,

Trata-se do Requerimento em referência, que versa sobre o pedido de informações de Comissão da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), questionando *“a respeito do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO S/A (EMPABRA - GRANJA CORUMI), inscrita no CNPJ nº 17.157.082/003-47, a qual formalizou o [processo] de licenciamento ambiental nº 2928/2022 junto [à] Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD)”*.

Apresentam-se, a seguir, apontamentos no que se refere ao escopo da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), previsto na Lei nº 11.065/2017 (Art. 53), regulamentada pelo Decreto nº 16.885/2018.

Inicialmente, informa-se que, em atenção à presente demanda, foi realizada vistoria conjunta no local (Rua Professor Navantino Alves, nº 868, Jardim Taquaril) pela Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS) da SMPU, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB), e *“durante a conferência não foram constatadas atividades de operação de mineração”*. O Relatório Fiscal elaborado na oportunidade segue como Anexo I, do qual destacamos, para melhor contextualização:

Ao findar a vistoria, foi estabelecido contato via sala virtual com a Sra. Ana Laura Braga de Carvalho (responsável pela área de Relacionamento Institucional da empresa), que informou que, o objetivo atual da EMPABRA, é escoar os materiais estocados provenientes da limpeza dos SUMP'S para liberação de área de estoque e viabilizar o processo de recuperação ambiental.

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**  
**Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE**  
**Secretaria Municipal de Governo**  
**Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro**



Quanto aos questionamentos 1 a 3 e 6, esta Secretaria não noticia tais tratativas / encaminhamentos. Sobre a inserção no “corredor ecológico Espinhaço-Serra do Curral” (questão 4), sugere-se consultar, além da SMMA, a Secretaria Municipal de Cultura (Arts. 44 e 50, Lei nº 11.065/2017), considerando eventuais diretrizes de patrimônio cultural cabíveis.

Em atenção ao ponto 5, cabe esclarecer que, em consulta ao CNPJ informado (nº 17.157.082/0003-47) no Sistema de Administração Tributária e Urbana (SIATU: <https://siatu-producao.pbh.gov.br/>), nota-se que a empresa exerce quatro atividades, como se vê na imagem abaixo:

Inscrição Municipal 0.404.879/001-2 - EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA

Imprimir Imprimir Resumo Imprimir Sócios Excluídos Vol

Consulta de dados Cadastrais de Estabelecimento

Identificação Dados Complementares Responsável Sucessora Sócios Sócios Excluídos Atividades Qualificação/Sit.Especial Contador Sínops/MEI/Inova Eventos

**Atividades**

Descrição da Atividade

A EMPRESA TEM COMO OBJETO SOCIAL A COMPRA VENDA EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO COMPRA E VENDA DE DECRETO DE LAVRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NO SETOR MINERÁRIO O APROVEITAMENTO E EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS MINERAIS NO TERRITÓRIO NACIONAL EM TODAS AS SUAS MODALIDADES COMPRA VENDA PODENDO AMPLIAR O RAMO DAS SUAS ATIVIDADES A QUALQUER OUTROS NEGÓCIOS E AINDA EXERCER ATIVIDADES COMO IMPORTADORA OU EXPORTADORA DE QUALQUER ARTIGOS DE SEU INTERESSE COMPRA VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS BEM COMO A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES.

	Código	Principal	Atividade no local?	Descrição	Início	Fim
1.	071030100	Sim	Sim	EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	25/08/2021	
2.	646380000	Não	Sim	OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS	25/08/2021	
3.	468930100	Não	Sim	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DA EXTRAÇÃO MINERAL, EXCETO COMBUSTÍVEIS	25/08/2021	
4.	099040100	Não	Sim	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	25/08/2021	
5.	071030100	Sim	Sim	EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	27/04/2020	24/08/2021
6.	071030100	Sim	Sim	EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	27/04/2020	27/04/2020

A classificação de atividades econômicas é prevista no Anexo XIII do Plano Diretor (Lei nº 11.181/2019). Assim, tem-se que: (i) a atividade principal “extração de minério de ferro” não está prevista, então não é possível licenciá-la em Belo Horizonte; e (ii) as demais estão previstas, então são passíveis de licenciamento em local que forem admitidas.

Ao verificar o destaque em vermelho nas figuras 1 e 2 do Requerimento em apreço, identifica-se uma área de aproximadamente 600.000 m², integralmente inserida no zoneamento Preservação Ambiental 1 – PA-1 (Art. 93, Lei nº 11.181/2019).

Constata-se, ainda, que a localidade compreende os Lotes CTM 07.10318.11500 e 07.10318.00810. Este último está vinculado ao índice cadastral de IPTU 440012W305 0010, com uma área de 117.700m². O restante da área não possui índice cadastral de IPTU vinculado, então não temos como informar se esse terreno é particular ou de propriedade pública.



Essa informação é importante tendo em vista que “as porções territoriais de propriedade pública classificadas como PA-1 podem receber edificações destinadas exclusivamente a: serviço de apoio e manutenção das áreas; equipamentos de cultura, lazer, esportes; equipamentos destinados a práticas ambientais” (Art. 176, § 3º, Lei nº 11.181/2019).

No entanto, se considerarmos que o imóvel seja todo de propriedade particular, sinaliza-se que, consoante Art. 176 do Plano Diretor, são admitidas atividades de acordo com a permissividade de uso da via, porém todas as vias que dão acesso ao terreno são classificadas como VR (vias preferencialmente residenciais), que admitem apenas as atividades classificadas nos Grupos I e II do Anexo XIII da Lei nº 11.181/2019.

Ademais, outras duas atividades da empresa são classificadas nos Grupos III e IV, que não são admitidas no local, como pode ser visto na simulação de consulta prévia abaixo:

CONSULTA PRÉVIA SOBRE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES			
PESSOA JURÍDICA			
Consulta número:	9992210181962	Situação:	SUJEITA À ANÁLISE ESPECÍFICA
Data da solicitação:	20/12/2022	Data de validade:	18/06/2023
DADOS DO ESTABELECIMENTO			
Índice Cadastral do IPTU:	440012W305 0010	Regional:	
Endereço:	EST DAS ANTENAS		
Número:	2287		
Bairro:	BALEIA		
Município:	Belo Horizonte	CEP:	
Tipo de imóvel constante no IPTU:	LOTE VAGO	O local é residência de um dos sócios?	Não
Área a ser utilizada(m²):	600000,00		
INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL			
Permissividade da via:	Vias Preferencialmente Residenciais - VR		
Classificação da via:	LOCAL	Largura da via:	< 10 M
Zoneamento:	PA-1 - Preservação Ambiental - 1		
Área de Diretrizes Especiais (ADE):	ADE Serra do Curral		
Demais informações urbanísticas do imóvel: ADE Serra do Curral			
Áreas de Preservação Permanente - APP			
RESULTADO DA CONSULTA			
SUJEITA À ANÁLISE ESPECÍFICA			
Atividades consultadas:			
CNAE	Descrição	Tipologia: Atividade	Situação
0710301-00	EXTRACAO DE MINERIO DE FERRO		Não exercida no local
Subcategoria: SERVIÇO		Tipologia: Instituições de crédito, seguro, capitalização, comércio e administração de valores mobiliários	
6463800-00	OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPACAO, EXCETO HOLDINGS (Grupo I)		
Subcategoria: COMÉRCIO		Tipologia: Comércio atacadista de produtos diversos	
4689301-00	COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DA EXTRACAO MINERAL, EXCETO COMBUSTIVEIS (Grupo III)		
Subcategoria: SERVIÇO		Tipologia: Serviços auxiliares das atividades econômicas	
0990401-00	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE MINERIO DE FERRO (Grupo IV)		





Dessa forma, não há possibilidade de licenciamento da atividade pela legislação atual, que, porém, admite permanecer no local a atividade do Grupo III em funcionamento, se em data anterior a 09/08/2009 (Art. 180, Lei nº 11.181/2019). Isso não se aplica à atividade do Grupo IV nem à atividade principal, Extração de Minério de Ferro

Caso haja eventual requerimento que se proceda junto à SMPU, como indagado no item 7, tal avaliação irá considerar os termos do pleito, considerando toda a instrução que vier a ser constituída, e ordenamento aplicável.

Acerca da pergunta 8, remete-se ao citado Relatório Fiscal (Anexo I).

As questões 9 e 12 estão mais ligadas às atribuições da SMMA, e não às da SMPU.

Já a "*situação tributária e fiscal*" da empresa e do terreno (questões 10 e 11), por sua vez, deve ser aferida junto à Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA (Art. 48, Lei nº 11.065/2017).

Quanto à questão 13, entendemos que possíveis ações a serem empreendidas pelo Município quanto ao licenciamento no âmbito do Estado também não se inserem, diretamente, nas competências desta SMPU, que eventualmente poderá ser consultada a respeito de aspectos específicos.

Renovando os protestos de estima e consideração, colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO - SUFIS

#### RELATÓRIO FISCAL

**ASSUNTO:** VISTORIA CONJUNTA NA EMPABRA - MINERADORA PAU BRANCO REALIZADA FISCAIS DA SUFIS - SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, DA SMMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DA FPMZB – FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA

**ENDEREÇO:** RUA PROFESSOR NAVANTINO ALVES, Nº 868, CIDADE JARDIM TAQUARIL

**DATA DA VISTORIA:** 12/12/2022

A SUFIS / SMMA E FPMZB

Prezados,

Em atendimento a TAG Parlamentar nº 354015, foi realizada vistoria conjunta na EMPABRA – Mineração Pau Branco, por fiscais da SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da PBH, Técnicos da SMMA e Presidente da FPMZB – Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica.

Participaram da vistoria, o Diretor Regional de Fiscalização Leste, Sr. Wellington da Silveira, o Gerente Regional de Fiscalização Leste do Território 02 – Sr. Márcio Petrônio Breta, as Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental da SUFIS/GAAPO/DMAQ, Sra. Andréa Pereira Fróes e Sra. Simone Barbosa Marques.

Representaram a SMMA, o gerente da GELCA/SMMA Sr. Alessandro Moreira Pinheiro e a Geóloga da GELCP Sra. Taynara D'Angelo.

Representou a FPMZB – Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica o Sr. Sergio Augusto Domingues, Presidente da Fundação.

O trabalho de vistoria foi acompanhado pelo coordenador de projetos da EMPABRA, Sr. Daniel Gonçalves, CPF: 934812846-19, e teve início às 10h00min, do dia 12/12/2022, com verificação de toda a área da mineradora.

Segundo informações prestadas pelo Sr. Daniel, a mineradora conta atualmente com 03 (três) caminhões basculantes, estando 02 (dois) em manutenção, 01 (um) caminhão pipa, 01 (uma) patrol, 01 (uma) retroescavadeira e 01 (uma) pá carregadeira. Durante a conferência não foram constatadas atividades de operação de mineração.

Foram observadas ações de limpeza dos SUMP's 02 e 03. Foi informado pelo coordenador, que existem apenas 02 (dois) pontos dentro da área Nº 03 nos quais é autorizado o empilhamento do material proveniente da limpeza dos SUMP's. O montante acumulado estimado atual está entre 200 e 300 toneladas, sendo a capacidade prevista para esses 02 (dois) pontos de aproximadamente 500 toneladas.

Segundo o Sr. Daniel o projeto de descomissionamento da mina foi apresentado à SEMAD. Porém, antes do fechamento, é necessário que seja concedida autorização para liberação de novas áreas para estoque do material proveniente da limpeza dos SUMP's e de raspagem dos pátios.

O coordenador pontuou que as obras estão paralisadas há quase 02(dois) anos.

Ao longo do percurso foi observado que, devido às chuvas constantes, os SUMP's 03 e 04 estão recebendo grande quantidade de materiais carreados advindos das encostas.

A área 04 é a mais preocupante, pois conforme observações realizadas pelo Sr. Sergio Augusto (FPMZB), há um progressivo processo de intensificação da instabilidade do terreno pela ausência de tratamento e ações de recuperação ambiental (imagem de drone – fev 2021). Na vistoria foram observados indícios de instabilidade dos taludes, com instalação de processos erosivos em ravinas, desmoronamentos e carreamentos de sedimentos para os SUMP's, presença de fraturas e fissuras. O Sr. Sergio Augusto (FPMZB) também pontuou que a instabilidade já sinaliza possibilidade de comprometimento do talude de divisa com o Parque Estadual das Baleias e risco à via de acesso às antenas localizadas no Pico Belo Horizonte.

O Sr. Daniel relatou que os quadrantes (áreas) 01, 02 e 03 estavam liberados para a recuperação, porém em relação ao 4º quadrante, a empresa aguarda a aprovação da solicitação que foi encaminhada à SEMAD. Assim, aponta que devido ao impedimento de operação e de recuperação da área 04, o local está sem intervenção, não sendo possível realizar corte para reconformação dos taludes que apresentam os indícios de instabilidade constatados na vistoria.

Ao findar a vistoria, foi estabelecido contato via sala virtual com a Sra. Ana Laura Braga de Carvalho (responsável pela área de Relacionamento Institucional da empresa), que informou que, o objetivo atual da EMPABRA, é escoar os materiais estocados provenientes da limpeza dos SUMP'S para liberação de área de estoque e viabilizar o processo de recuperação ambiental. Também segundo ela, está em análise na SEMAD e Ministério Público um estudo para a elaboração de um novo PRAD, visto que atualmente está sendo executado o PRAD elaborado em 2015.

Outro ponto observado pela Sra. Ana seria de que o PRAD de 2019 foi elaborado e protocolado na SEMAD, mas ainda não foi analisado pelo órgão.

Encerramos os trabalhos repassando o e-mail institucional à Sra. Ana Laura, para que nos encaminhasse documentos referentes aos processos atuais em andamento.

Até o encerramento deste relatório em 19/12/2022, apesar da empresa ter enviado o arquivo de documentos via Drive, o mesmo não fora disponibilizado para consulta. Realizada solicitação de acesso ao documento, mas não obtivemos resposta, até a presente data.

Em relação às situações observadas e apontadas, seguem imagens obtidas.

## **SITUAÇÃO DOS SUMP'S**

No espaço ocupado pelo empreendimento foram observados 04(quatro) SUMP's estando eles com águas provenientes das chuvas e retenção de particulados finos provenientes do transporte de materiais dos taludes sem recobrimento vegetal e das pilhas de materiais de limpeza dos SUMP's que permanecem empilhados *in loco*, sem escoamento.

Logo na entrada da mina consta o SUMP 01 o qual apresentava com nível médio de água e ainda recebendo grande volume de escoamento constante dos outros SUMP'S (Fotos 01, 02 e 03). Situação visual do efluente com alto nível de turbidez. Segundo o técnico, os sedimentos são retidos, evitando escoamento para manancial fora do empreendimento (necessidade de comprovação do monitoramento)

O 2º (segundo) SUMP apresentava também volume médio de água e carreamento de materiais (Foto 11);

O 3º (terceiro) SUMP estava com volume menor de água, sendo observado grande quantidade de materiais carregados (Fotos 12 a 16);

O 4º (quarto) SUMP está localizado na cava da lavra que no momento da vistoria estava paralisada (Fotos 29 a 35);

Este último dispositivo de retenção apresentava volume médio de água, pois segundo o coordenador, o excesso fora drenado por ocasião do início das chuvas. Observados sinais de carreamento de materiais os quais eram provenientes dos taludes do entorno.

## **RECUPERAÇÃO DOS TALUDES DAS PILHAS DE RESÍDUOS.**

Em relação a vistoria efetuada em 2021, foi observado que os taludes das antigas pilhas de resíduos constam agora com vegetação em desenvolvimento.

## **RECUPERAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA DE DIVISA COM OS PARQUES DA BALEIA E MANGABEIRAS:**

Os taludes afastados da cava de lavra foram os primeiros a passar pelo processo de recuperação da vegetação. Na atual vistoria foi observado que havia uma quantidade significativa de vegetação em desenvolvimento, apesar da existência de pontos com indícios de deslizamentos de encosta (fotos 04 e 05).

## **RECUPERAÇÃO DOS TALUDES DOS QUADRANTES 02 E 03:**

Observada vegetação rasteira com pequenas gramíneas em crescimento (Fotos 06 a 10).

## **PILHAS DE RESÍDUOS:**

Próximos ao paredão, instaladas na área 03, foram constatadas pilhas de materiais carregados durante as chuvas.

Além deste local foram constatadas pilhas de materiais e resíduos mais recentes, os quais estavam armazenados nos mesmos espaços verificados na vistoria de 2018 e 2021. (Fotos 17 a 23).

## **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:**

Foi observado que máquinas e equipamentos instalados (esteiras, peneiras e trituradores) constavam inativos e em processo de deterioração. (Fotos 24 a 28)

## **SINALIZAÇÃO NAS REGIÕES LÍMITROFES**

Ao longo do perímetro do empreendimento, especialmente em áreas exposta ao fluxo de pedestres e veículos nas áreas limítrofes aos Parques das Mangabeiras e Baleia, não foram observados sinalizações e equipamentos para advertência e segurança dos transeuntes, sobretudo em área de alto risco de acidentes.

## **CRISTA DO PAREDÃO DE DIVISA COM O PARQUE DA BALEIA.**

Verificando as proximidades da área do SUMP 04, observamos aos fundos do talude de divisa com o parque da Baleia, há indícios de comprometimento da crista do talude.

Toda a encosta no entorno do SUMP 04 encontra-se sem ações de recuperação. Além disso, as imagens mostram erosões da encosta com formação de ravinas e possível evolução para voçoroca. (Fotos 33 a 35).

A sequência imagens extraídas Google Earth (imagens 36 a 45), exibe em duas visadas do talude da mina (setor 04) localizado junto à divisória (crista) com o Parque da Baleia no período de 2018 a 2022. A sequência, na visada 01 e 02, registra a instalação e a evolução de processos erosivos no talude. A falta de ações/obras visando a contenção dos processos instalados e a reconformação da geometria do talude compromete a integridade da estrutura e poderá resultar em perda de estabilidade no local.

Tendo isso posto, finalizamos o presente relatório deixando-o às considerações.

Atenciosamente.

Simone Barbosa Marques BM.117431-0

Andréa Pereira Fróes Mat. 10095-7

Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental

Gerência de Apoio Operacional da Fiscalização – GAAPO/SUFIS

Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS

Av. Álvares Cabral, 217 | 12º Andar | Centro | BH/MG/Tel.: 3246-0118

Wellington da Silveira BM 047936-9

Diretor Regional de Fiscalização Leste DIRF-L - Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS

Rua Salinas, 1447 / Santa Tereza / BH/MG Tel. 3277- 4826

Márcio Petrônio Breta BM 050638-2

Gerente Regional de Fiscalização Leste do Território 02 – GERFI2-L - Subsecretaria de

Fiscalização – SUFIS - Rua Salinas 1447 - subsolo | Bairro Santa Tereza | BH/MG

3277-4826/4322 | 98846-0563



Taynara D'Angelo BM 127208-8 – Geóloga - Gerência de Licenciamento de Comércio e Prestação de Serviço | GELCP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMMA

Alessandro Moreira Pinheiro BM 310.348-8 - Gerência de Licenciamento e Controle Ambiental - GELCA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMMA

Avenida Afonso Pena, 342, 9º. andar | Centro

Sergio Augusto Domingues – Presidente da FPMZB – Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica - **Rua** dos Timbiras, 628 - Funcionários

Sérgio Augusto  
Domingues

Assinado de forma  
digital por Sérgio  
Augusto Domingues  
Dados: 2022.12.21  
11:26:01 -03'00'

## IMAGENS DO LOCAL

### SUMP 01 E 02 EM 12/12/2022

Fotos 01 e 02- SUMP COM ÁGUA DE CHUVAS – 12/12/2022

01



02





1º

**SUMP COM PRESENÇA DE ÁGUA DAS CHUVAS. EM 29/04/2021**



**29.04.2021 10:24**



**VISTA DO TALUDE DIVISA COM PARQUE DA BALEIA, VEGETAÇÃO EM CRESCIMENTO EM 12/12/2022  
(PROXIMO A ENTRADA DA MINA)**

04



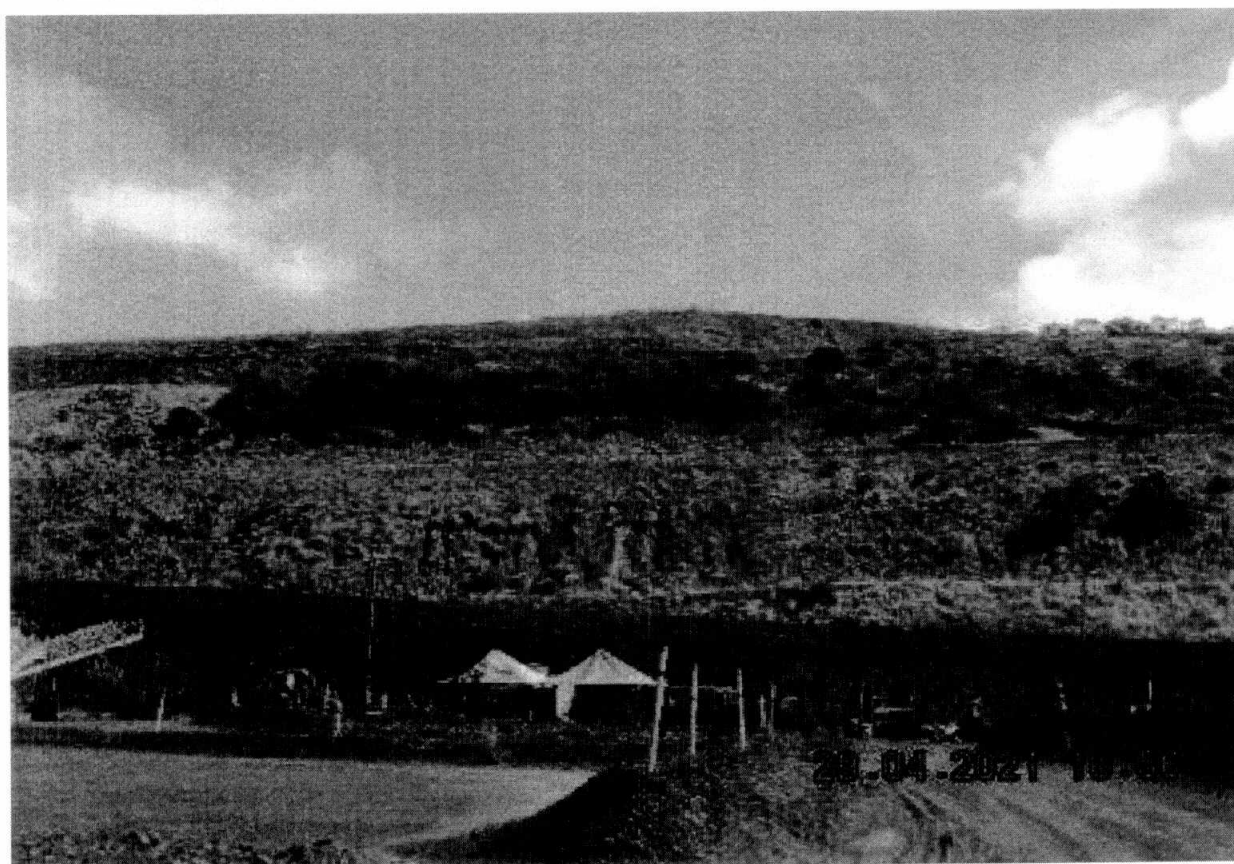




**VISTA DO TALUDE DIVISA COM PARQUE DA BALEIA, VEGETAÇÃO EM CRESCIMENTO, MAS CONSTAM AINDA ALGUNS PONTOS COM FALHAS COM RISCO DE EROSÃO EM 2021**







TALUDES EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO. - IMAGEM DE 2018

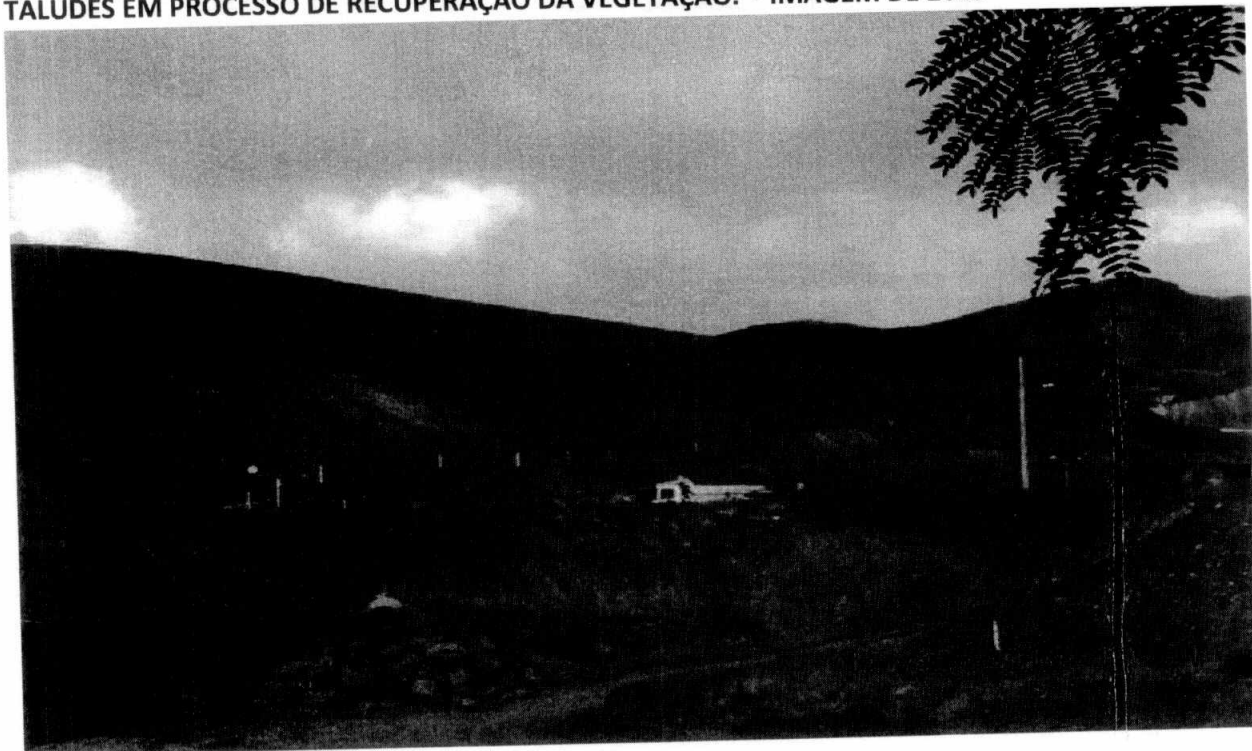
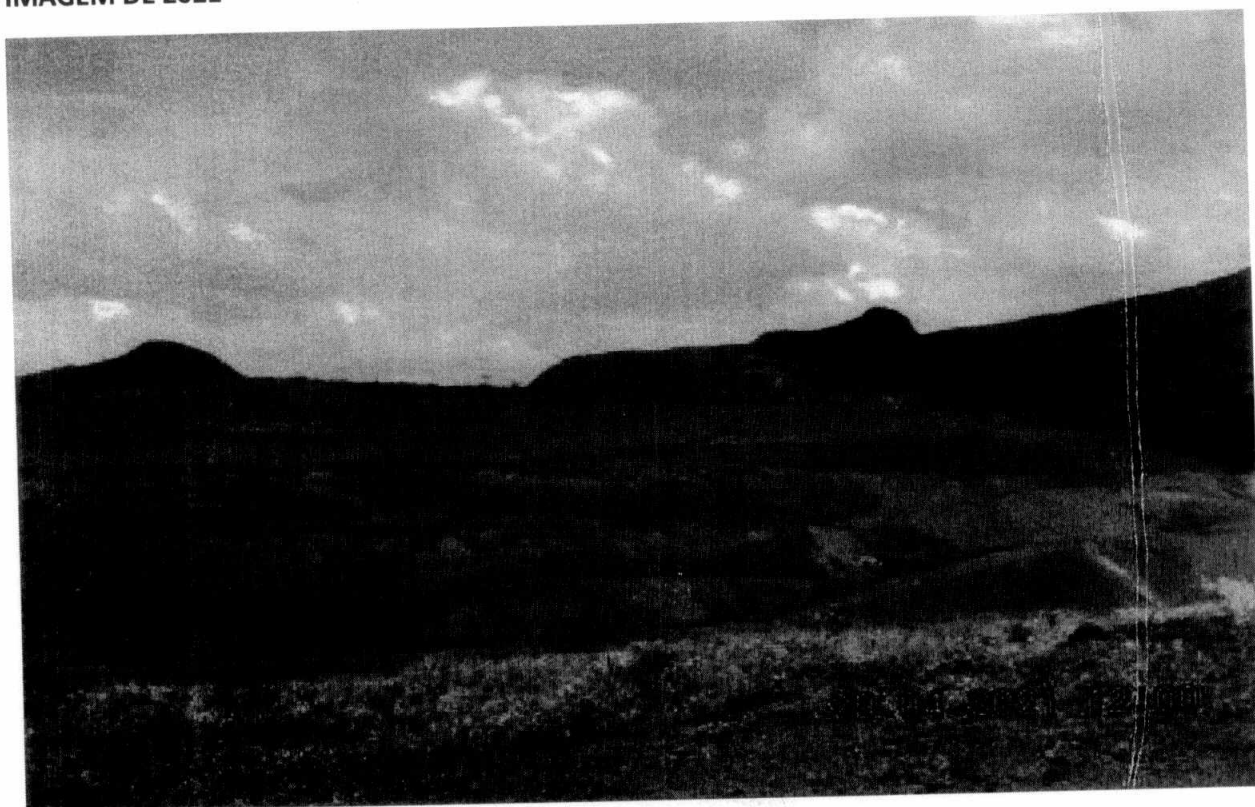
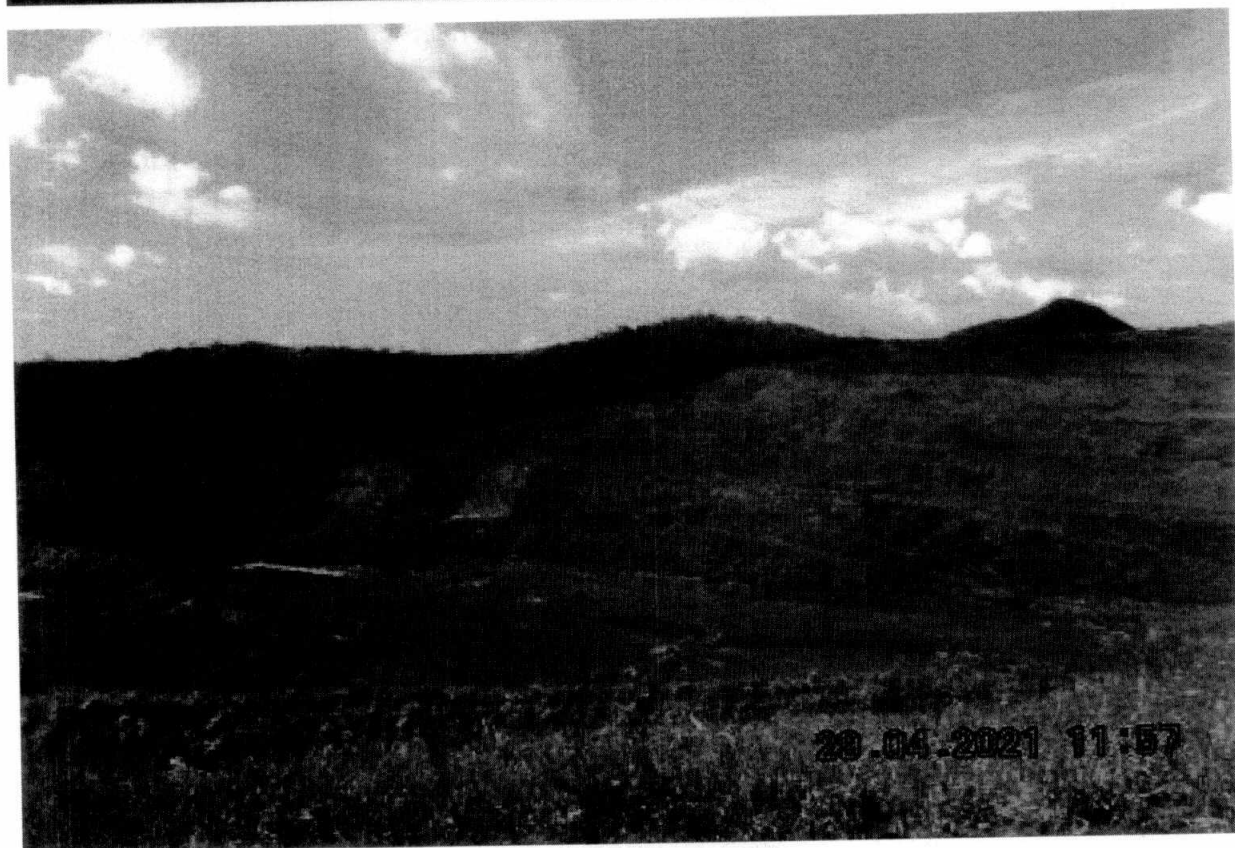


IMAGEM DE 2021

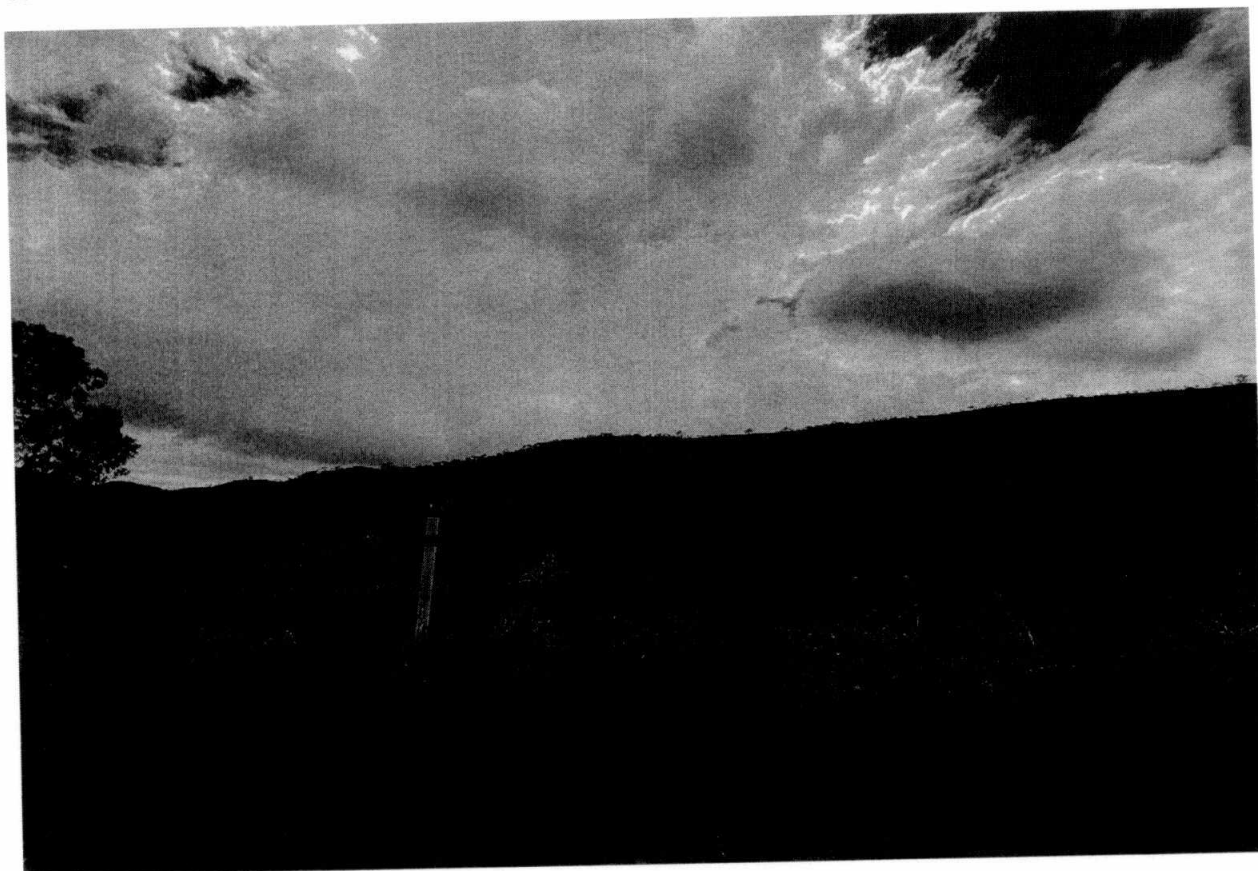






**TALUDES DO 2º E 3º QUADRANTES, EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO. IMAGENS**  
**12/12/2022**

06



07



08



09



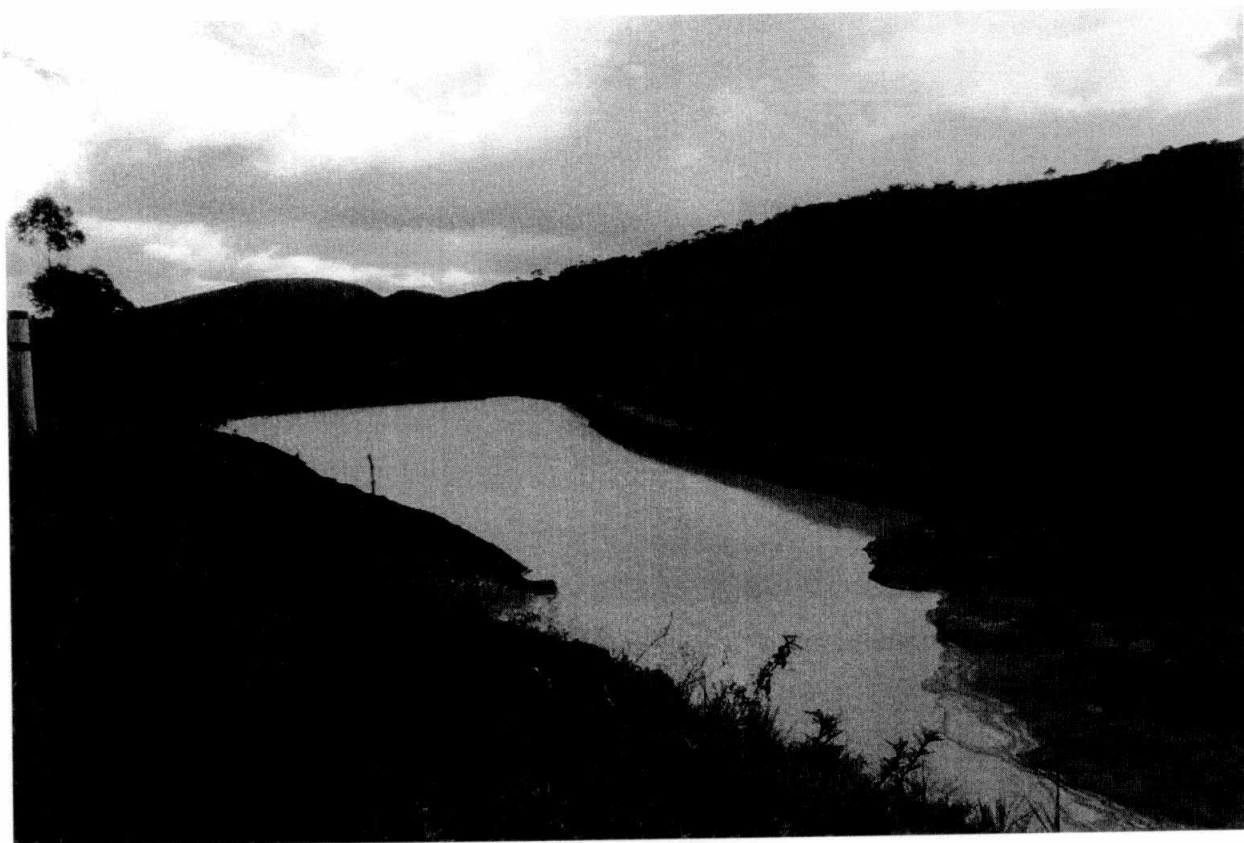


10



**2º SUMP COM ÁGUA DE CHUVA E RESÍDUOS PROVENIENTES DO CARREAMENTO – 12/12/2022**

11



2º SUMP COM ÁGUA DE CHUVA – 29/04/2021



3º

SUMP COM ÁGUA DAS CHUVAS GRANDE QUANTIDADE DE RESÍDUOS CARREADOS- 12/12/2022

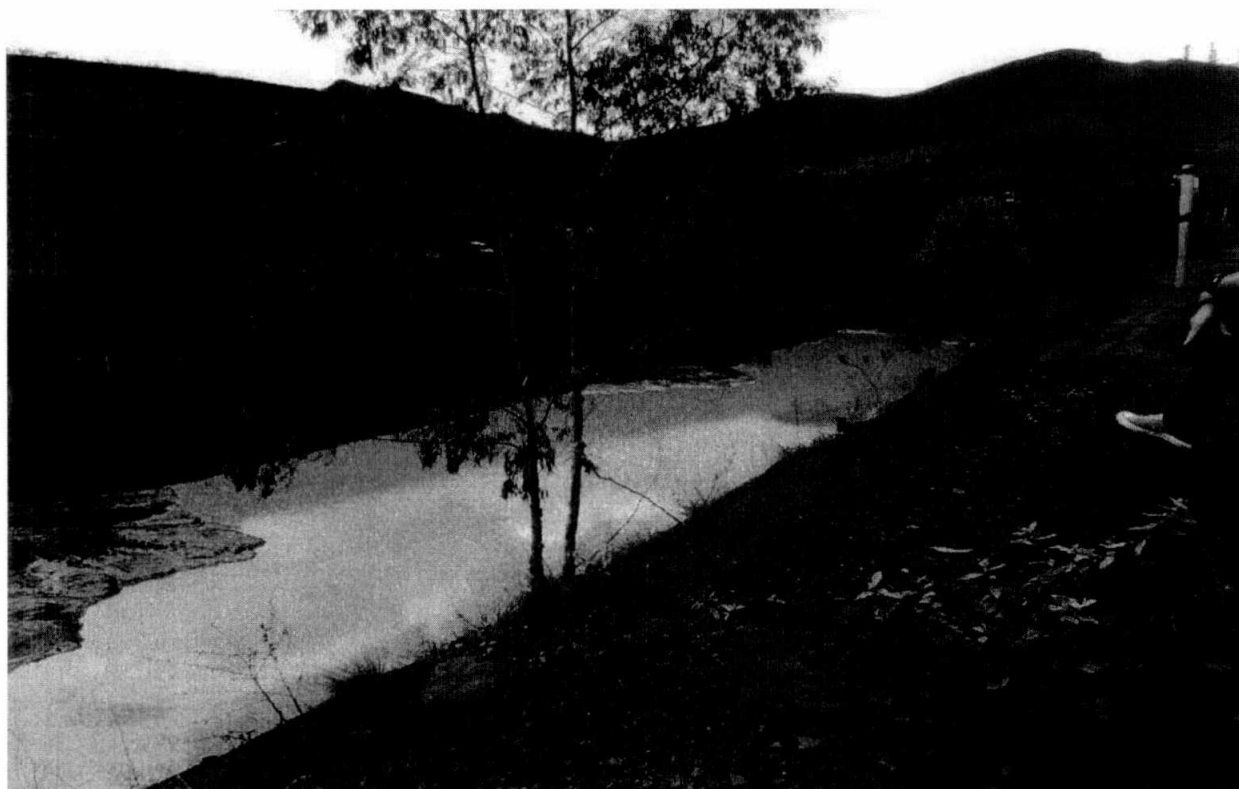
12



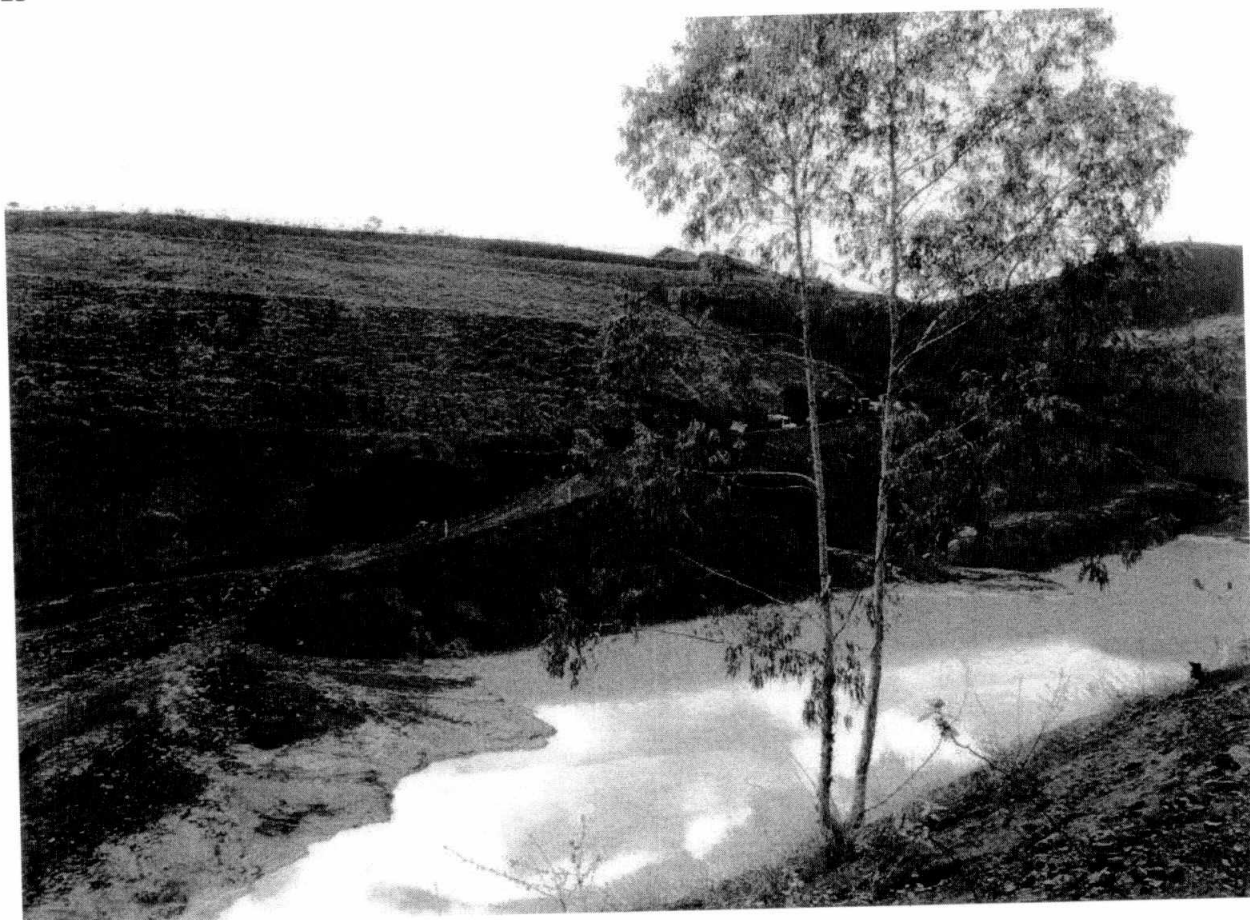
13



14



15

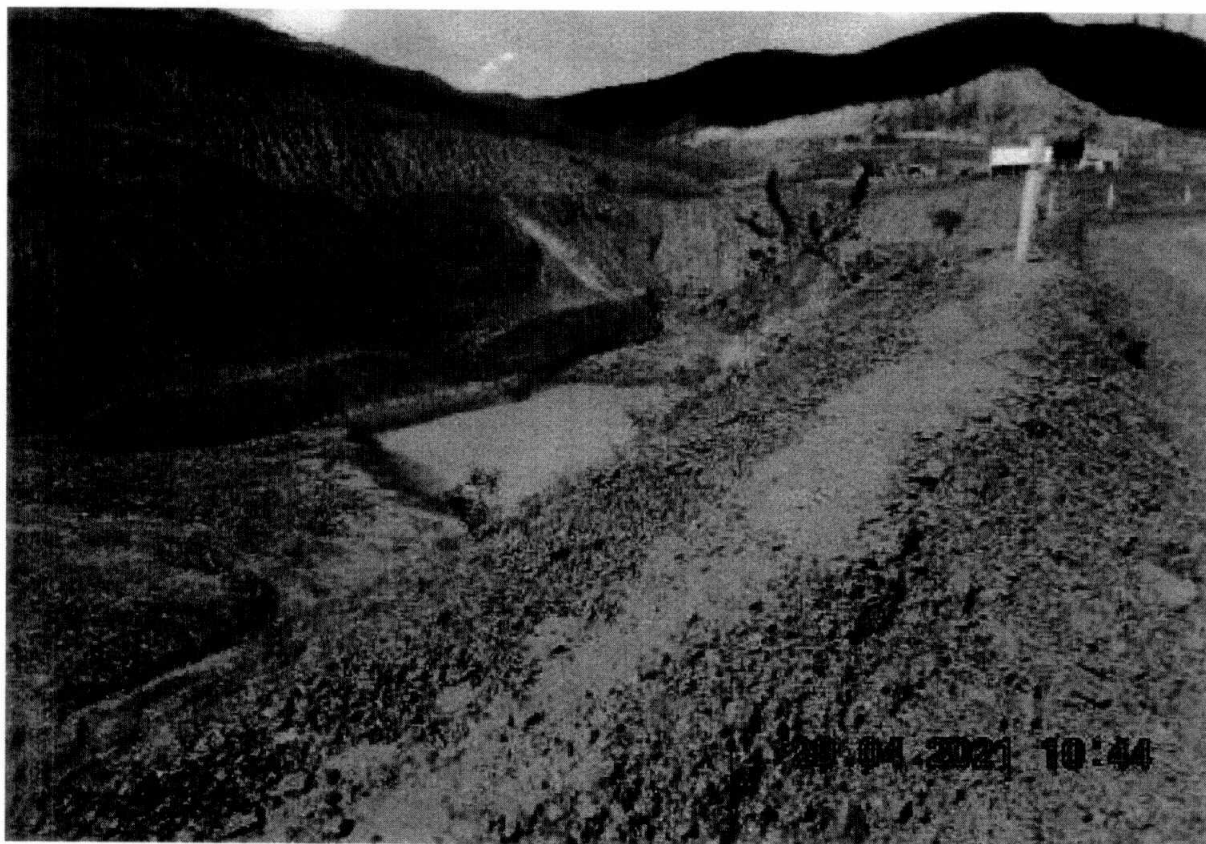


16





- 3º SUMP COM ÁGUA DAS CHUVAS- 29/04/2021



PILHAS DE MATERIAIS E RESÍDUOS EM 12/12/2022

17





18

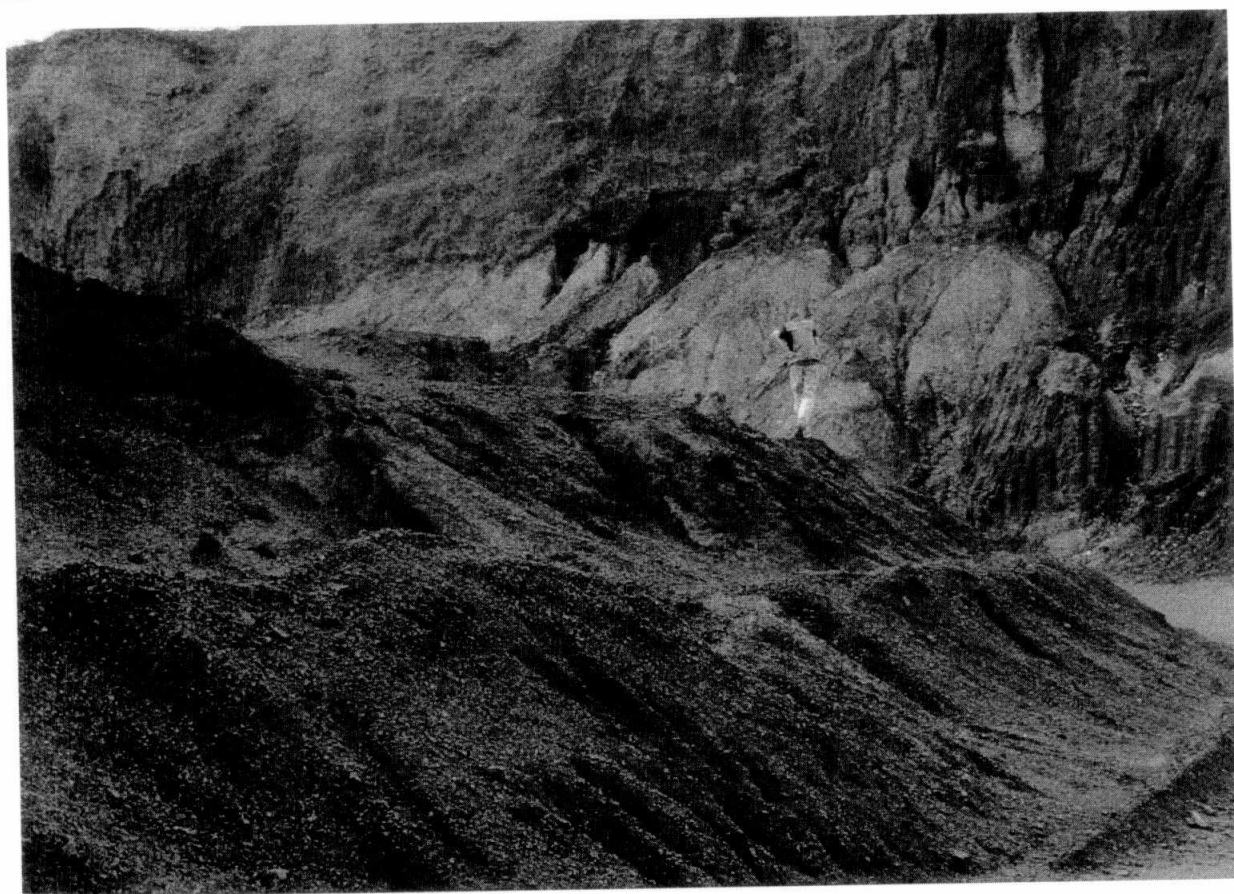


19





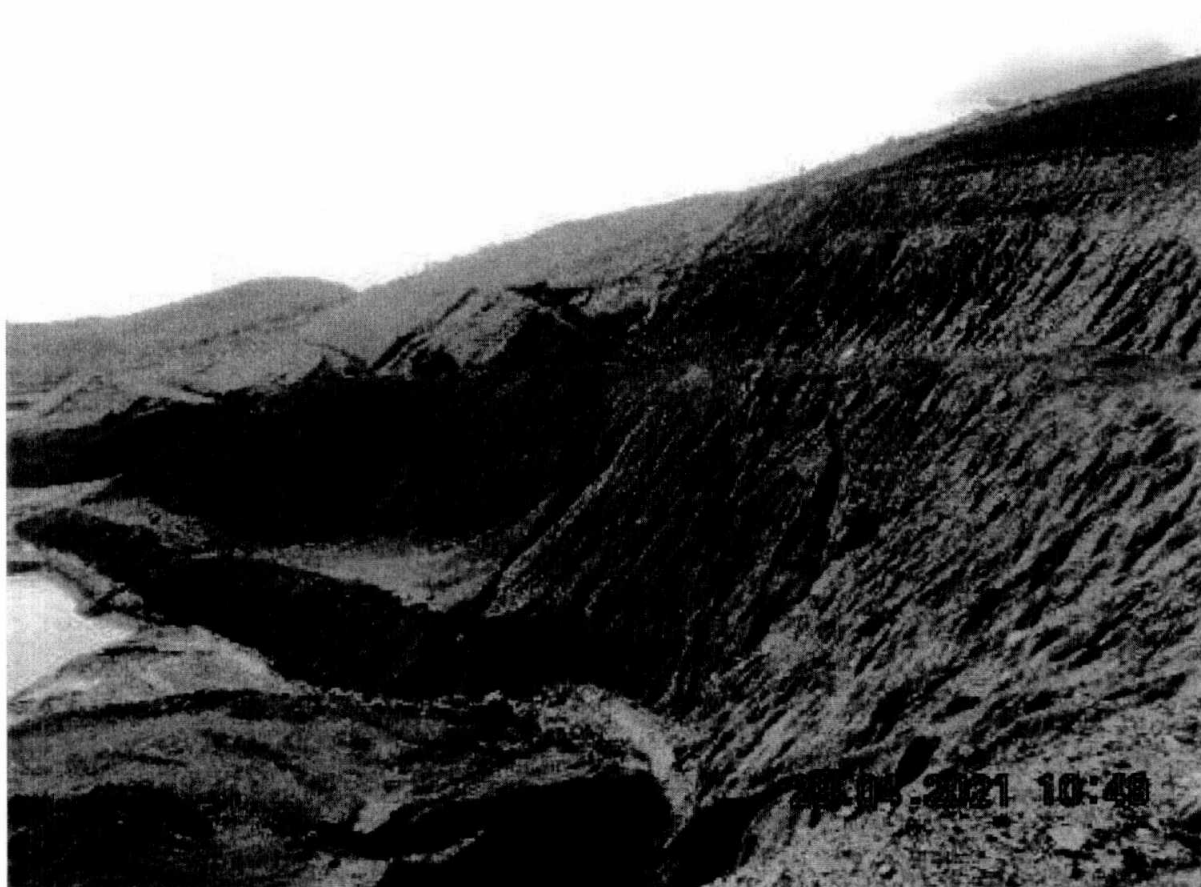
22



23



**PILHAS DE REJEITOS COM INÍCIO DE RAVINAS, RESÍDUOS FORAM PARA OS SUMPS. 29/04/2021**





**PILHAS DE MATERIAIS E RESÍDUOS - 29/04/2021**



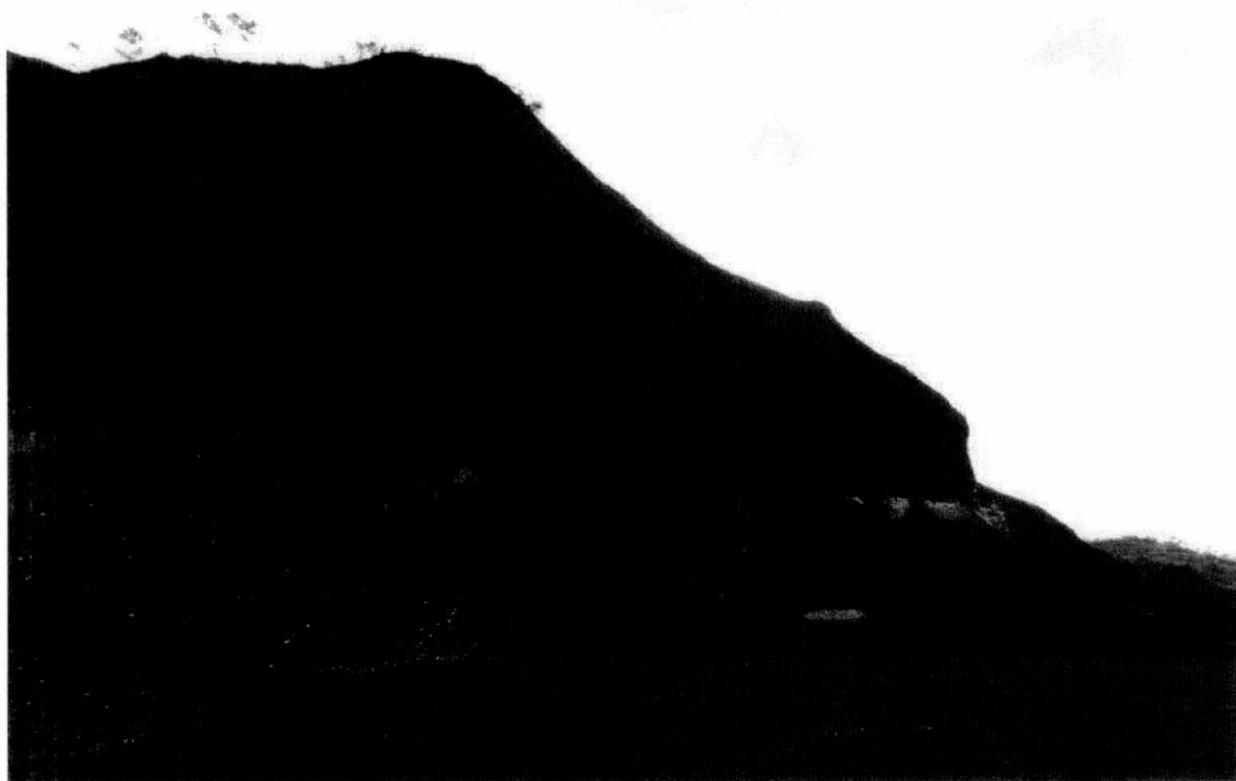


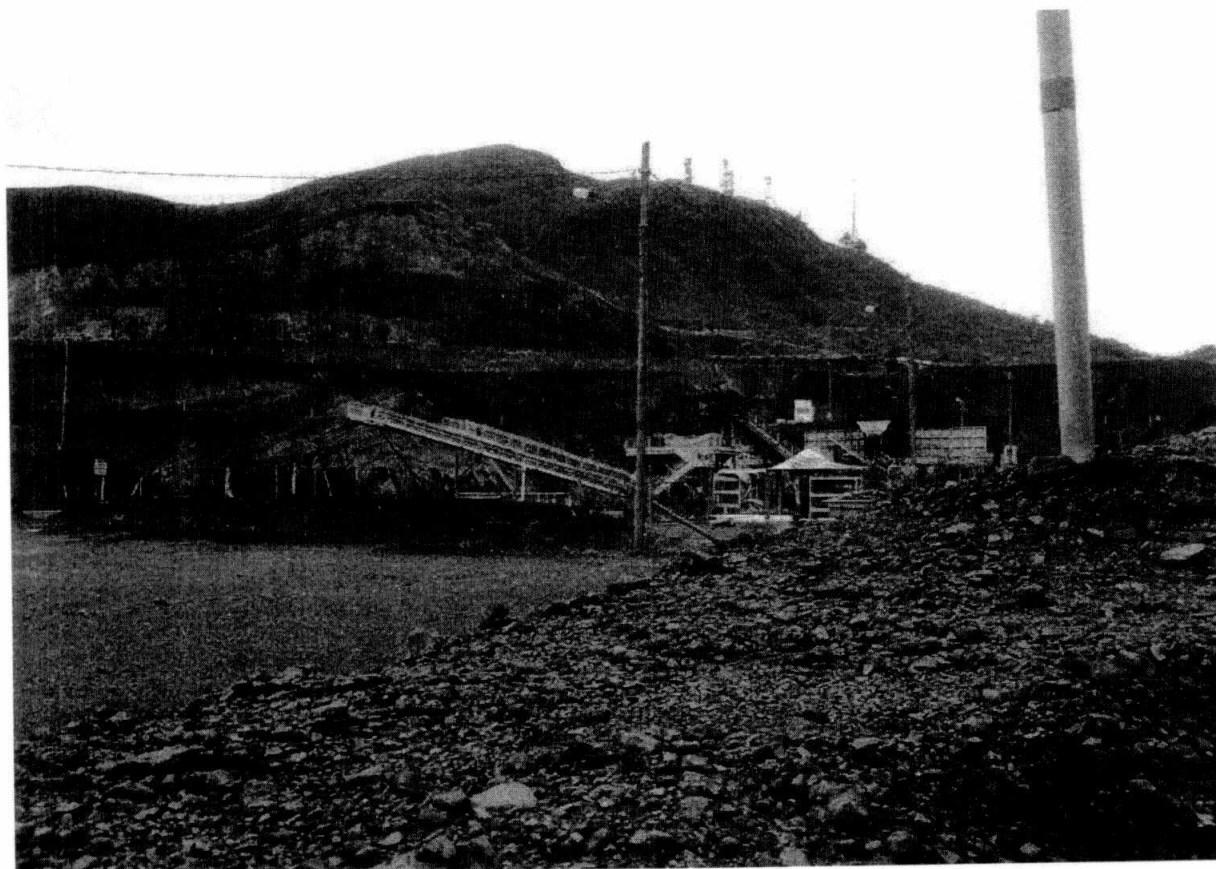
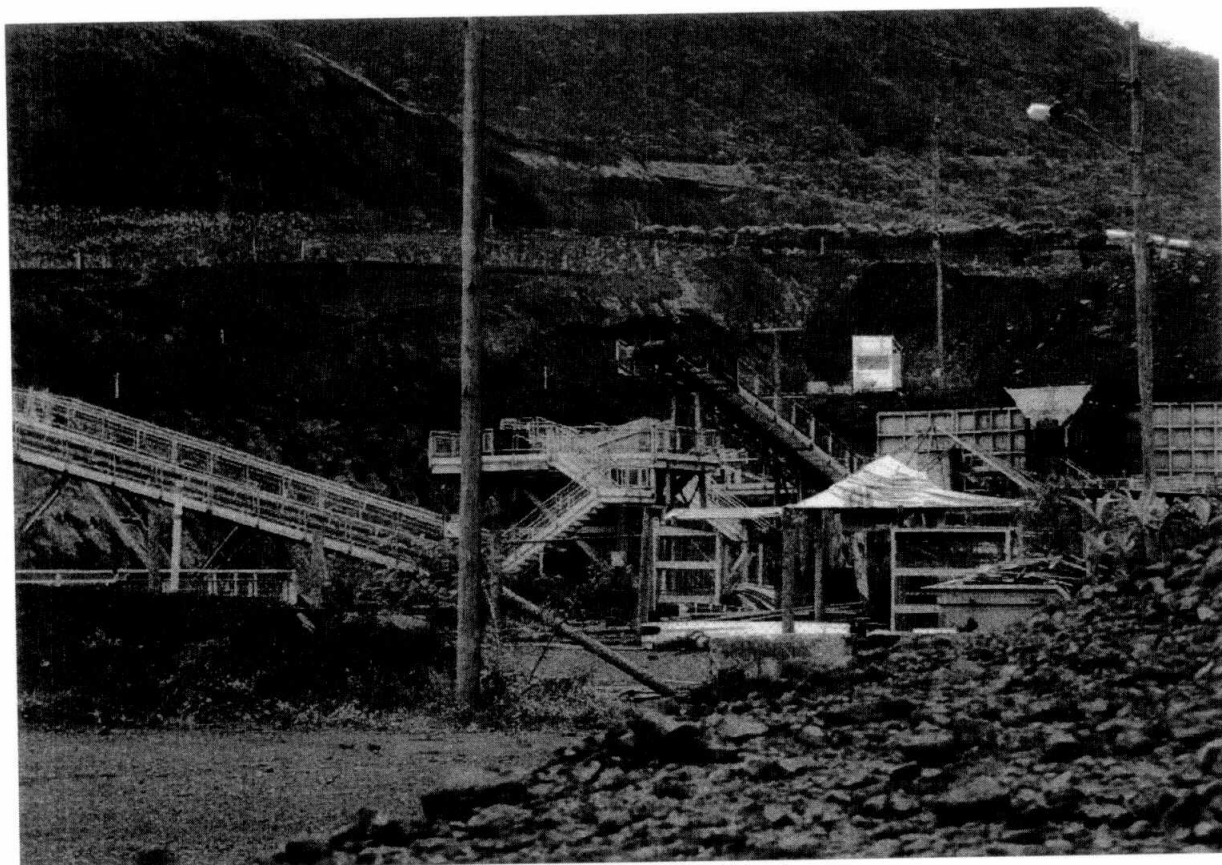




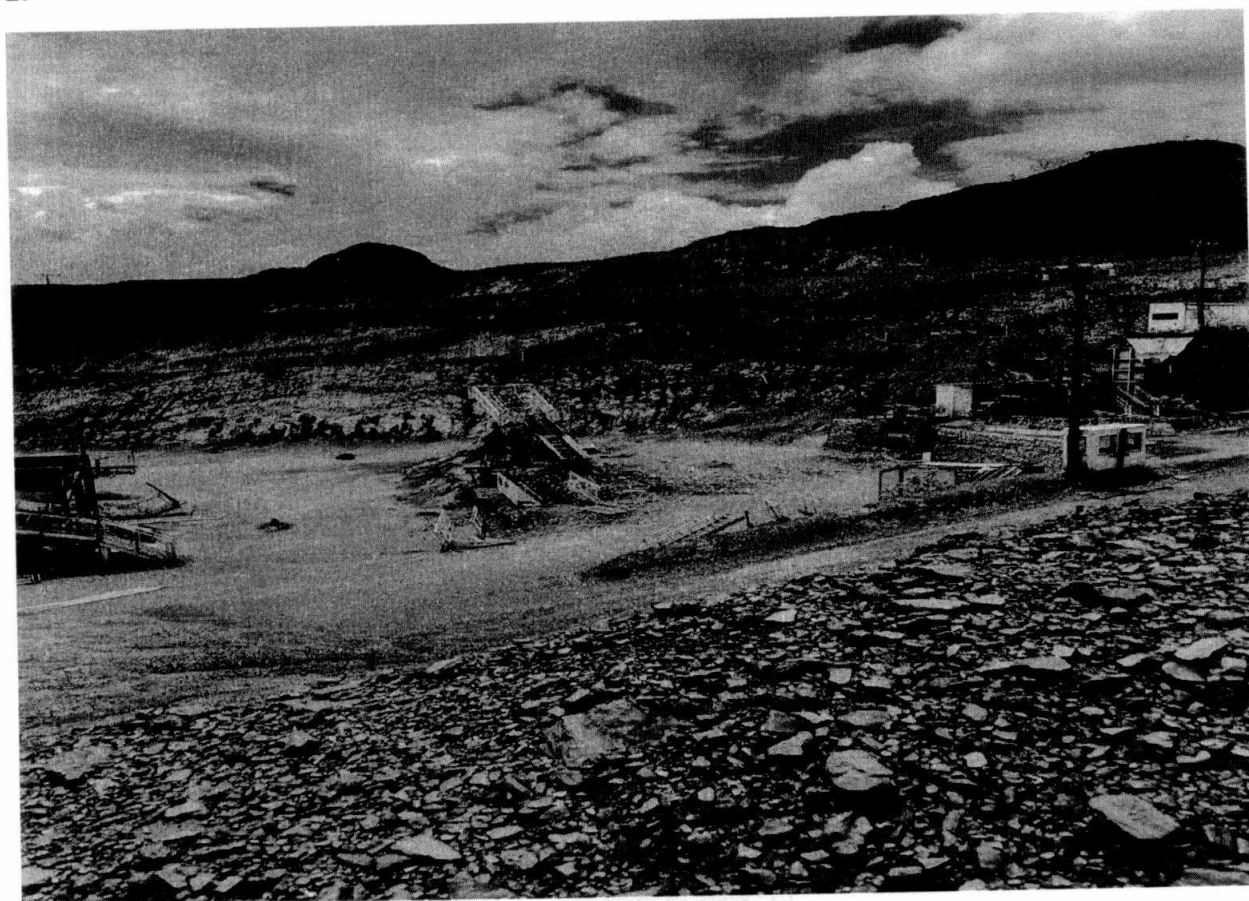
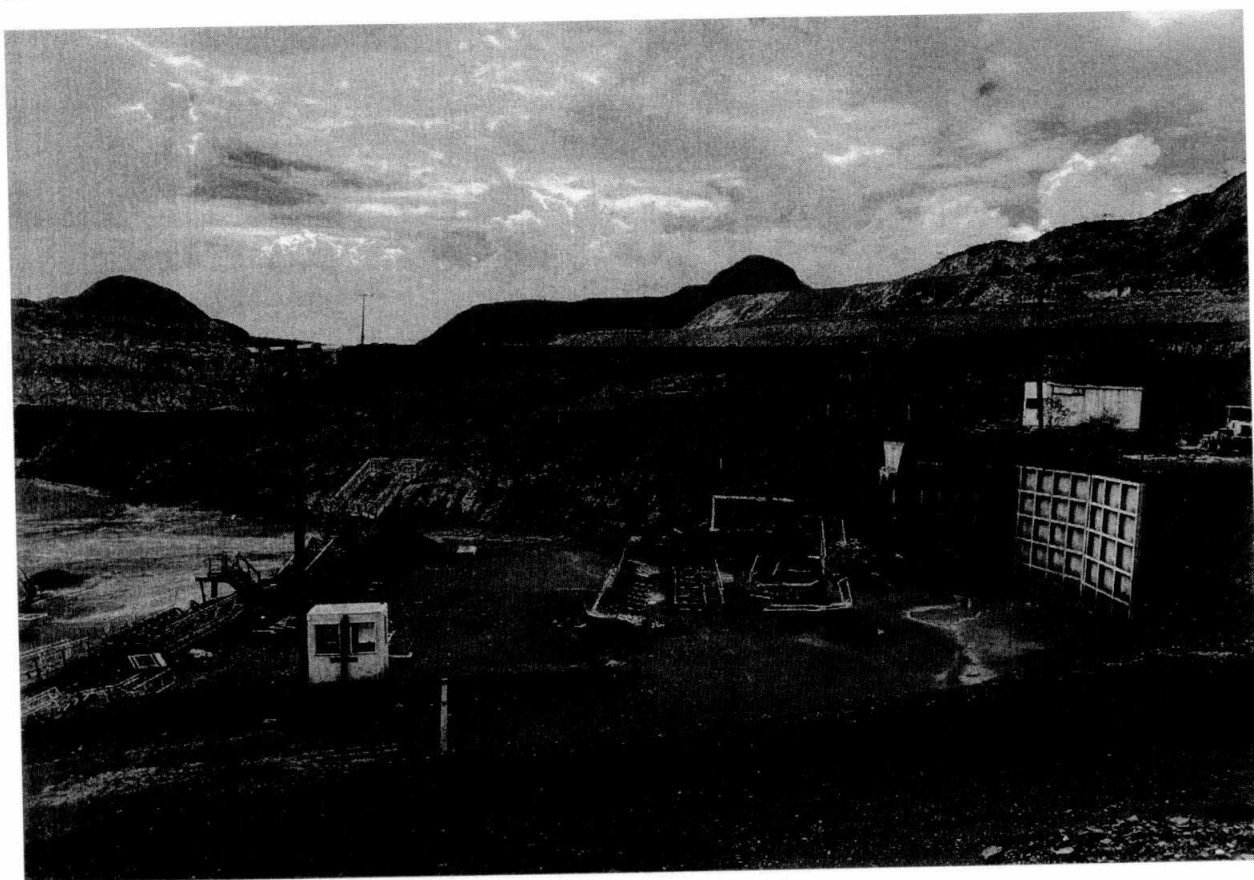


**ÁREA DE ENCOSTA DO PAREDÃO. 12/12/2022**

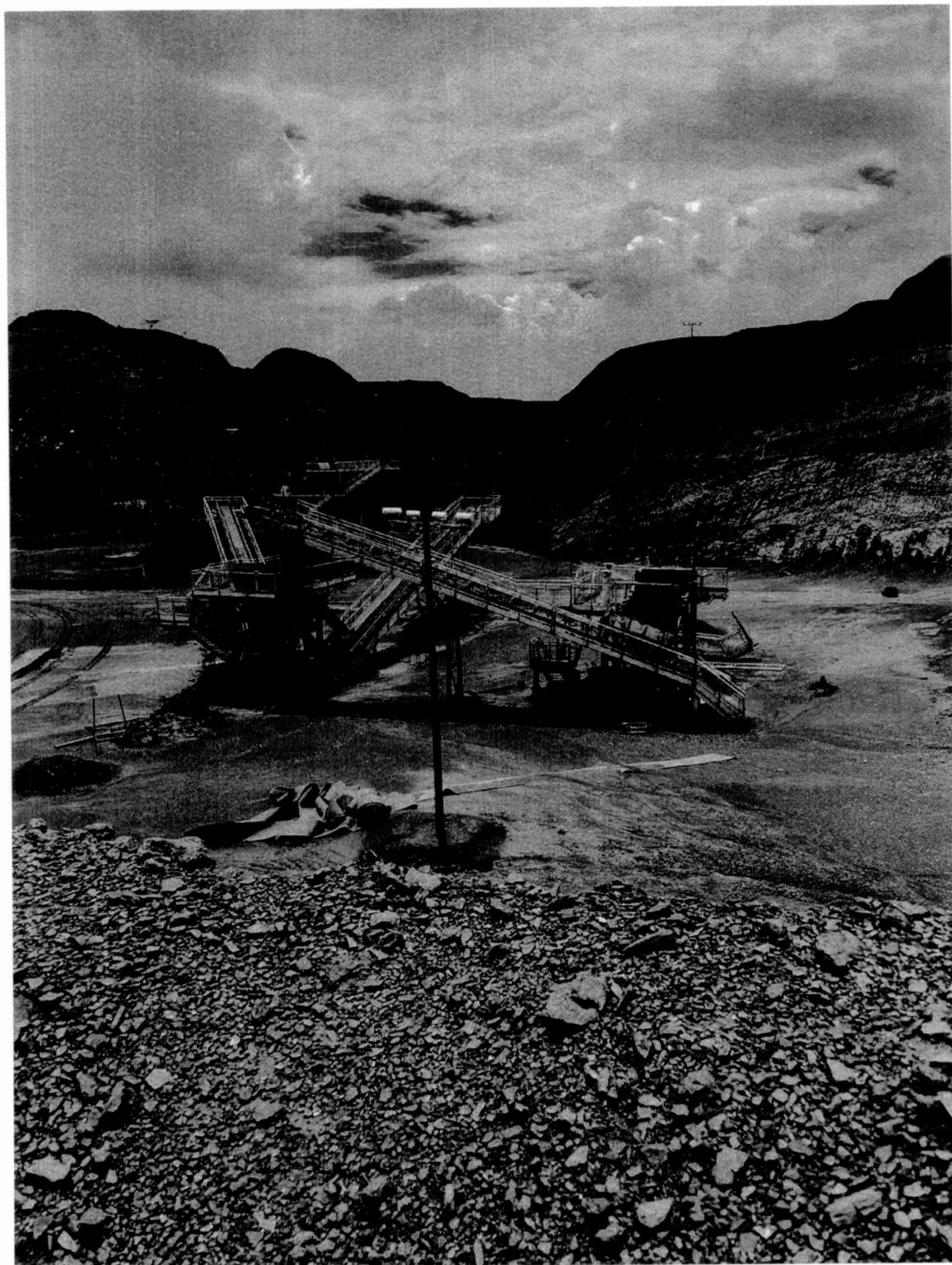












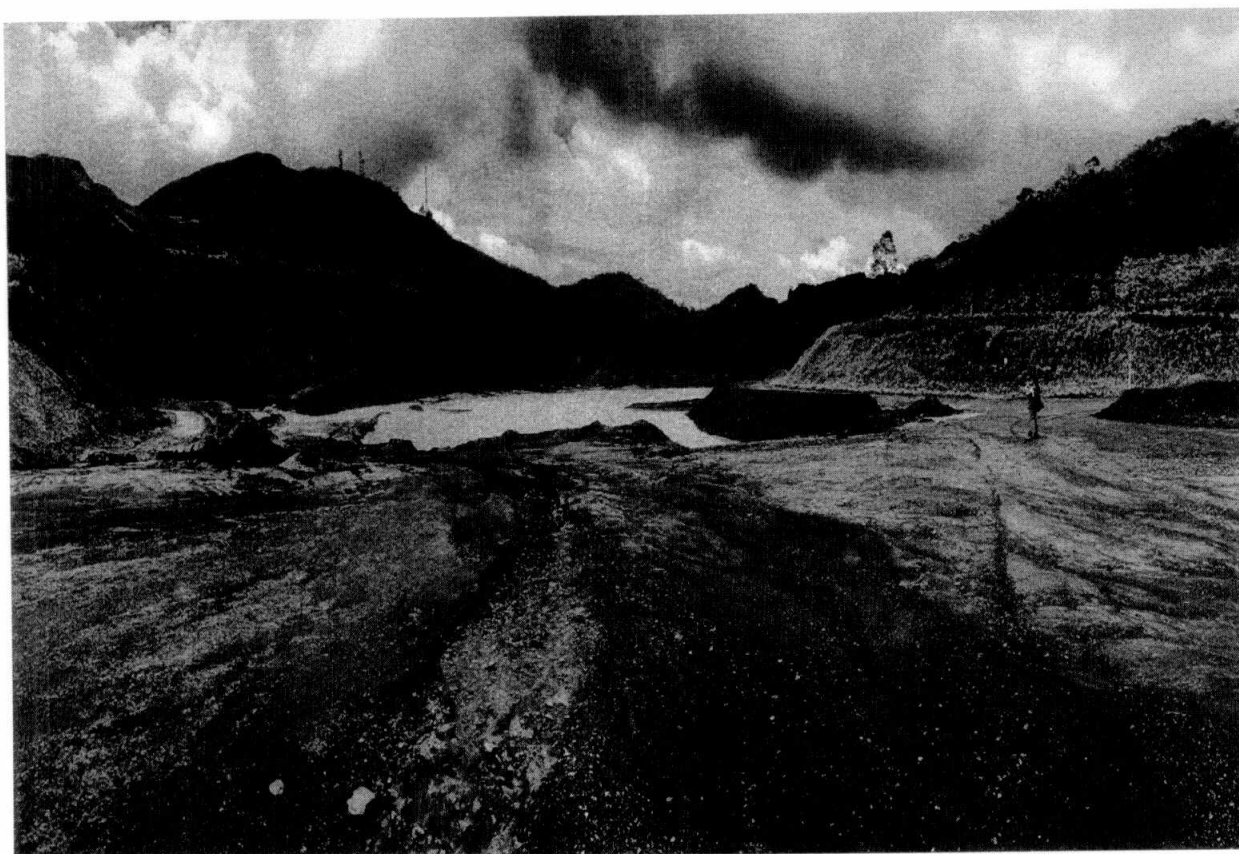
**MÁQUINAS INATIVAS. 29/04/2021**





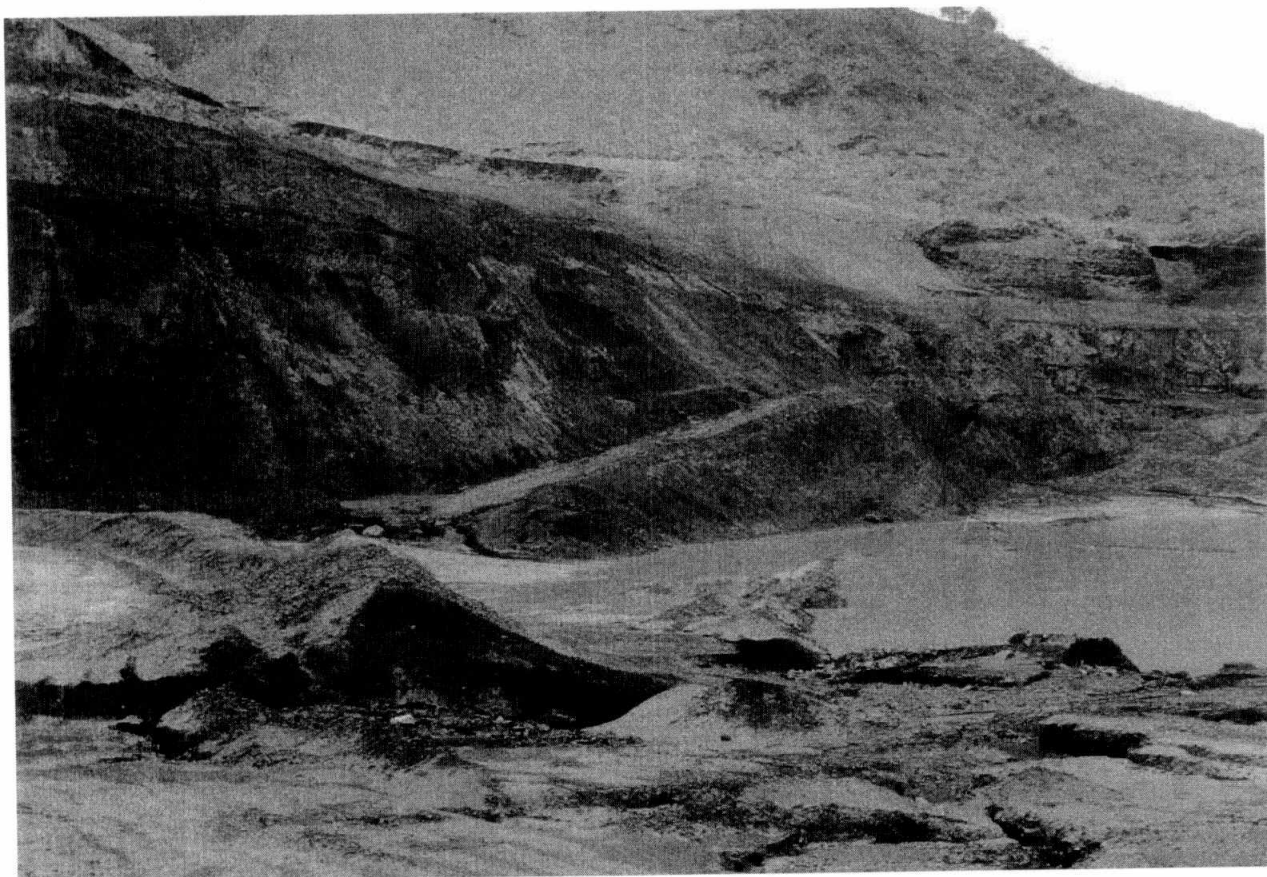
**ÁREA DO 4º SUMP COM VOLUME RAZOÁVEL DE ÁGUA PROVENIENTE DAS CHUVAS. 12/12/2022, EROSÕES NAS ENCOSTAS E CARREAMENTO DE MATERIAIS.**

29



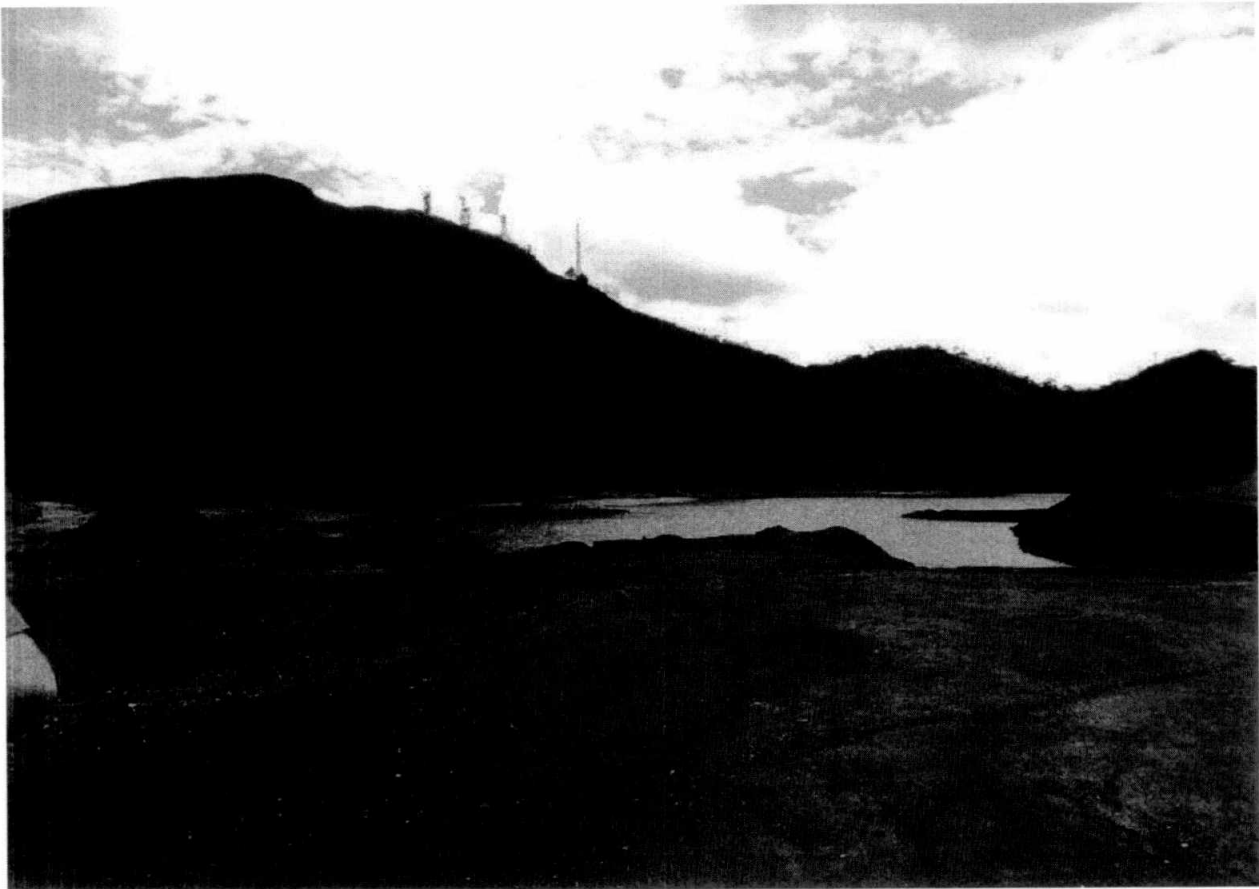


30



31

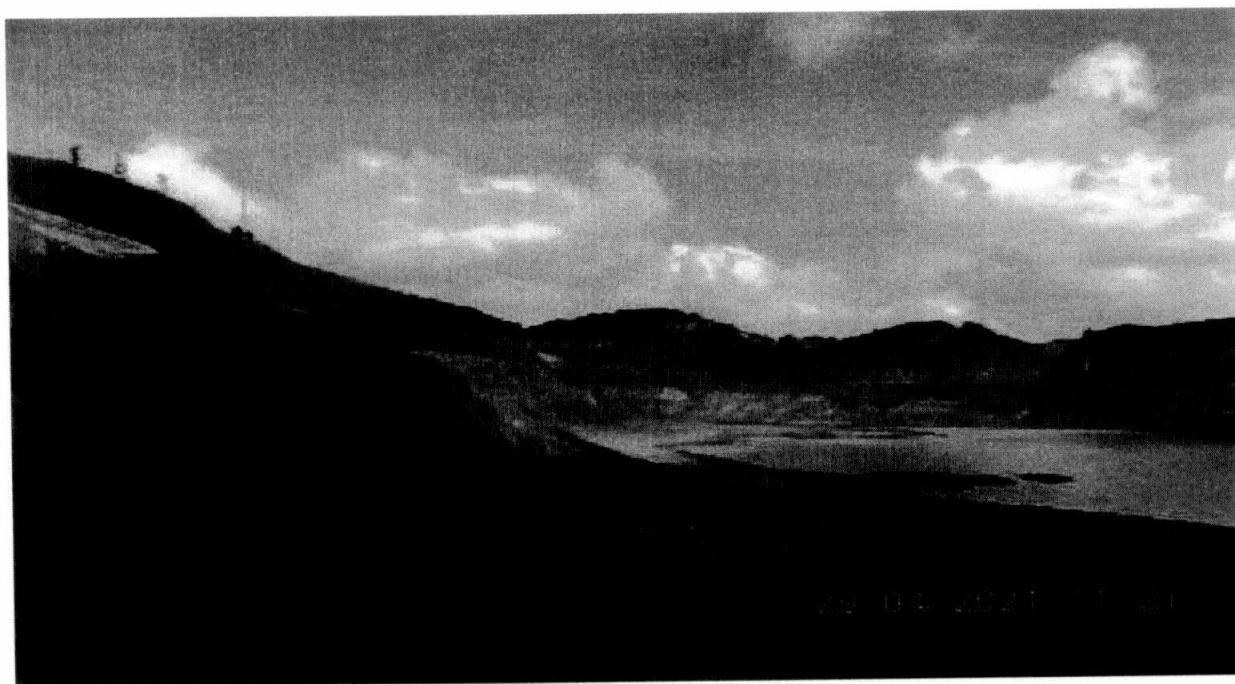




ÁREA DO 4º SUMP CONSTANDO INATIVA NO MOMENTO DA VISTORIA VOLUME RAZOÁVEL DE ÁGUA PROVENIENTE DAS CHUVAS. 29/04/2021



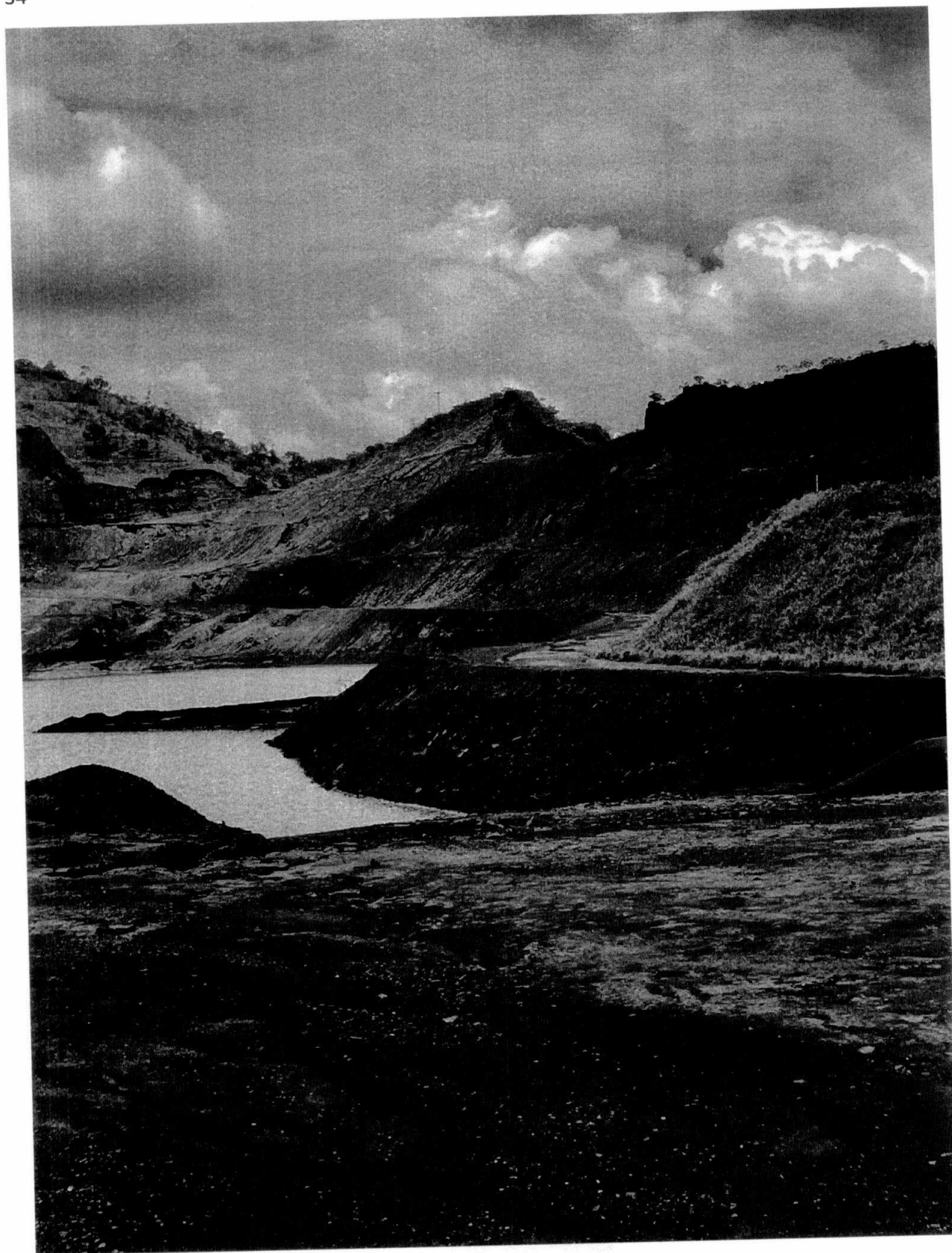




**TALUDES DE DIVISA COM OS PARQUES DA BALEIA E MANGABEIRAS APRESENTANDO AINDA SEM RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO. CRISTA DO TALUDE COM INDÍCIOS DE DESLIZAMENTO PARA O LADO DO PARQUE DA BALEIA.12/12/2022**

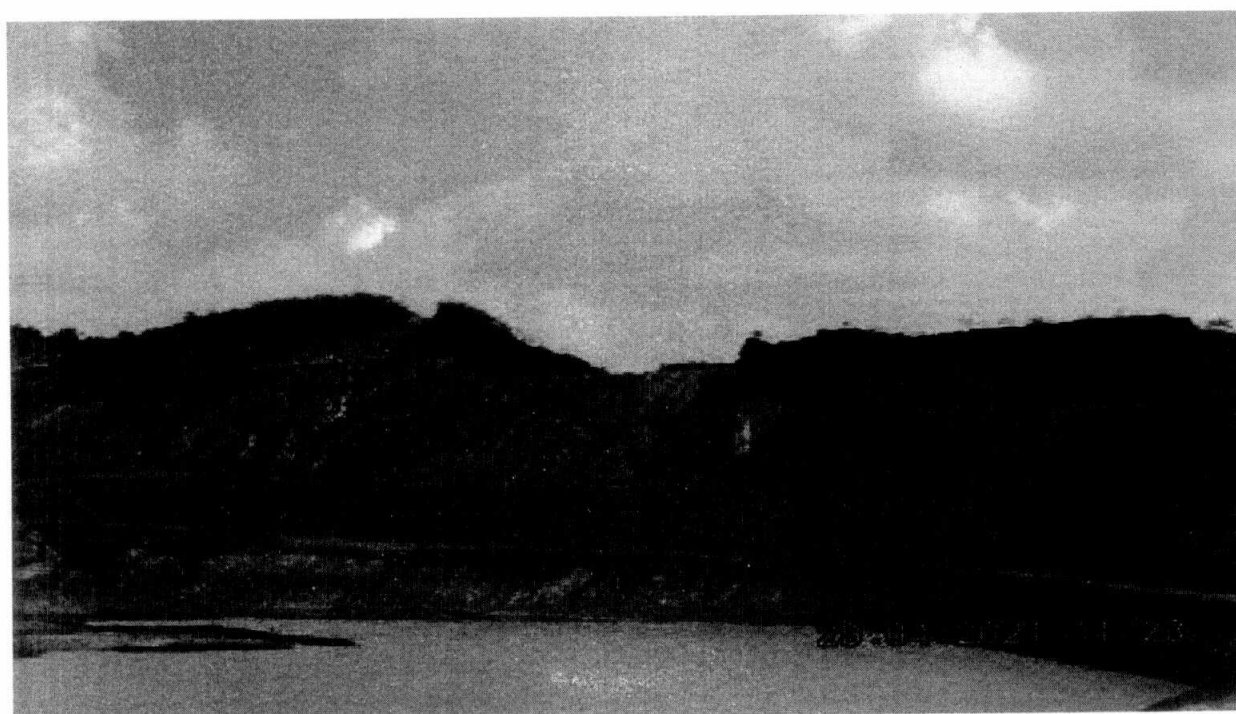
33







**TALUDES DE DIVISA COM OS PARQUES DA BALEIA E MANGABEIRAS APRESENTANDO AINDA SEM RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO. CRISTA DO TALUDE COM INDICATIVO DE DESLIZAMENTO PARA O LADO DO PARQUE DA BALEIA.29/04/2021**

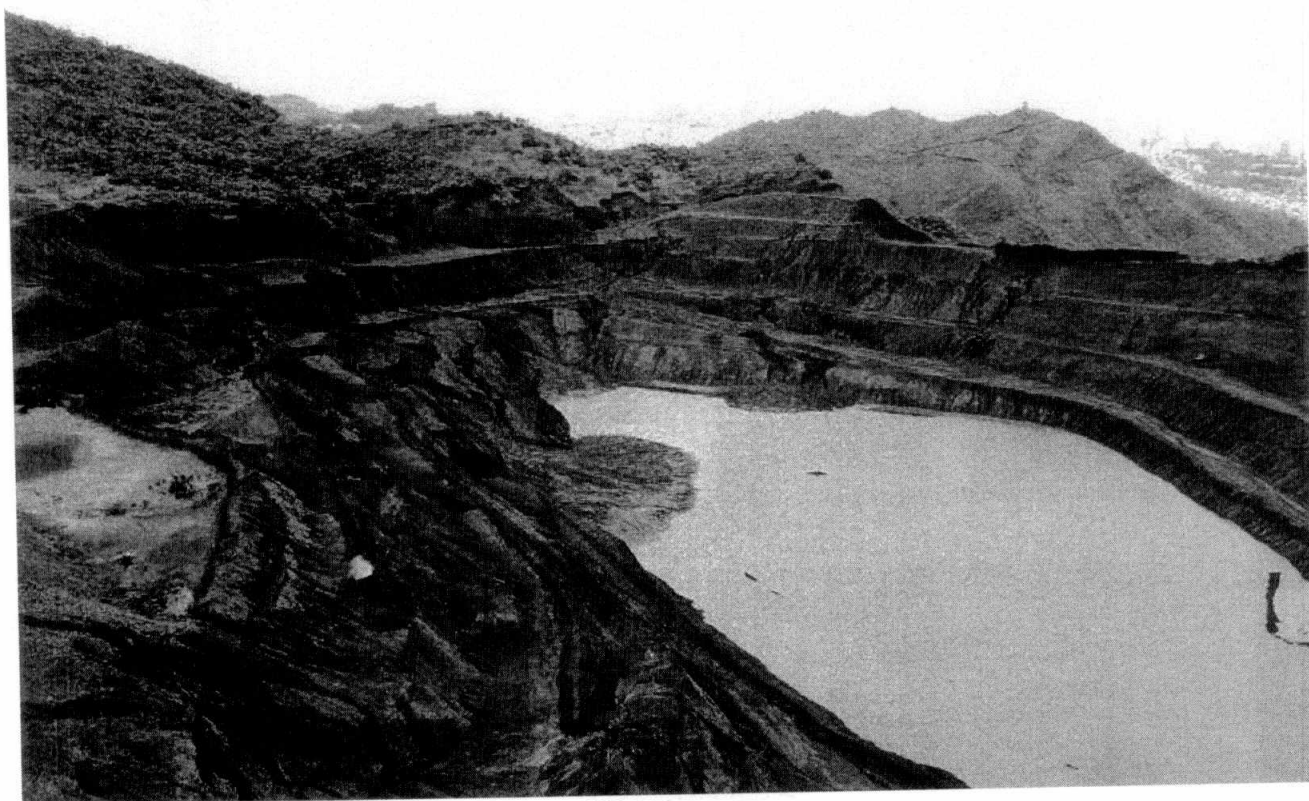




**DETALHE DA FALHA.**



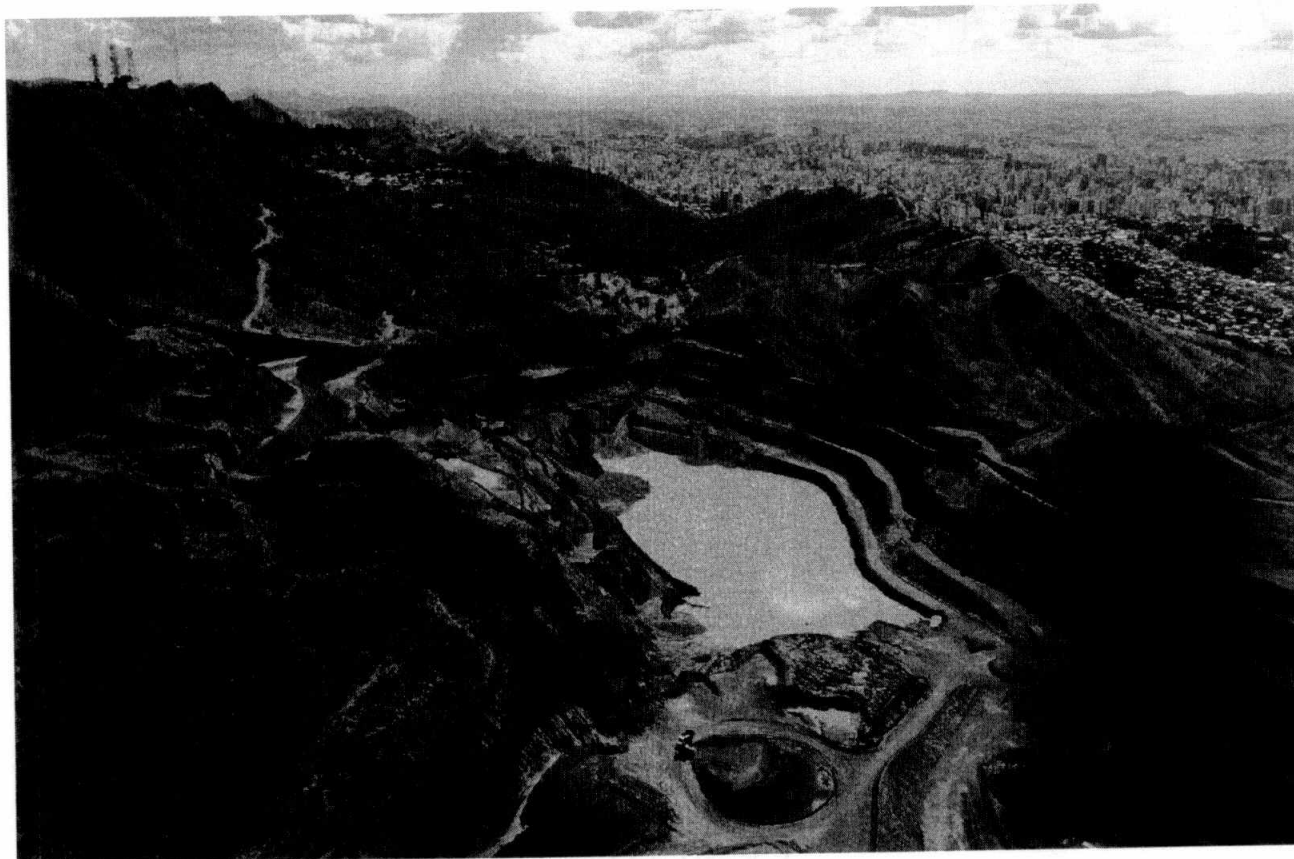
**IMAGENS REALIZADAS COM DRONE E FORNECIDAS PELA FPMZB ANOS 2021 E 2022  
FEVEREIRO DE 2021**



**2021**



**MAIO DE 2022**



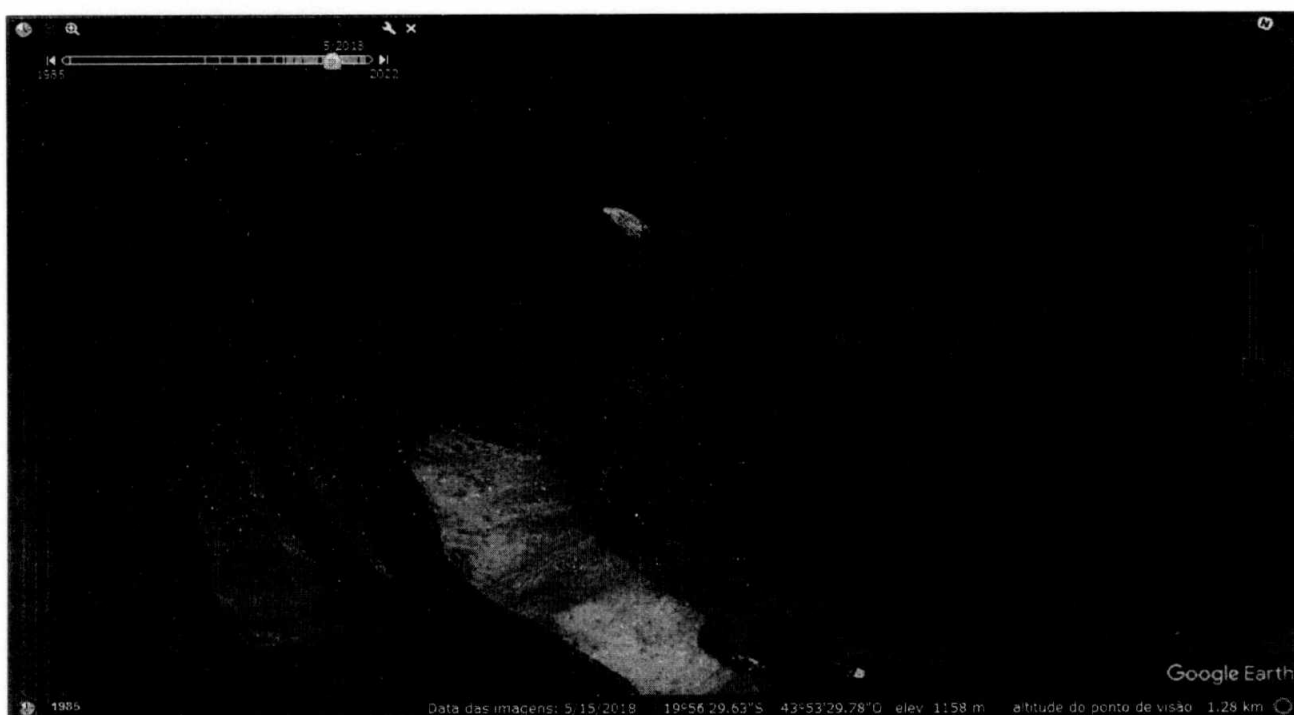


MAIO 2022

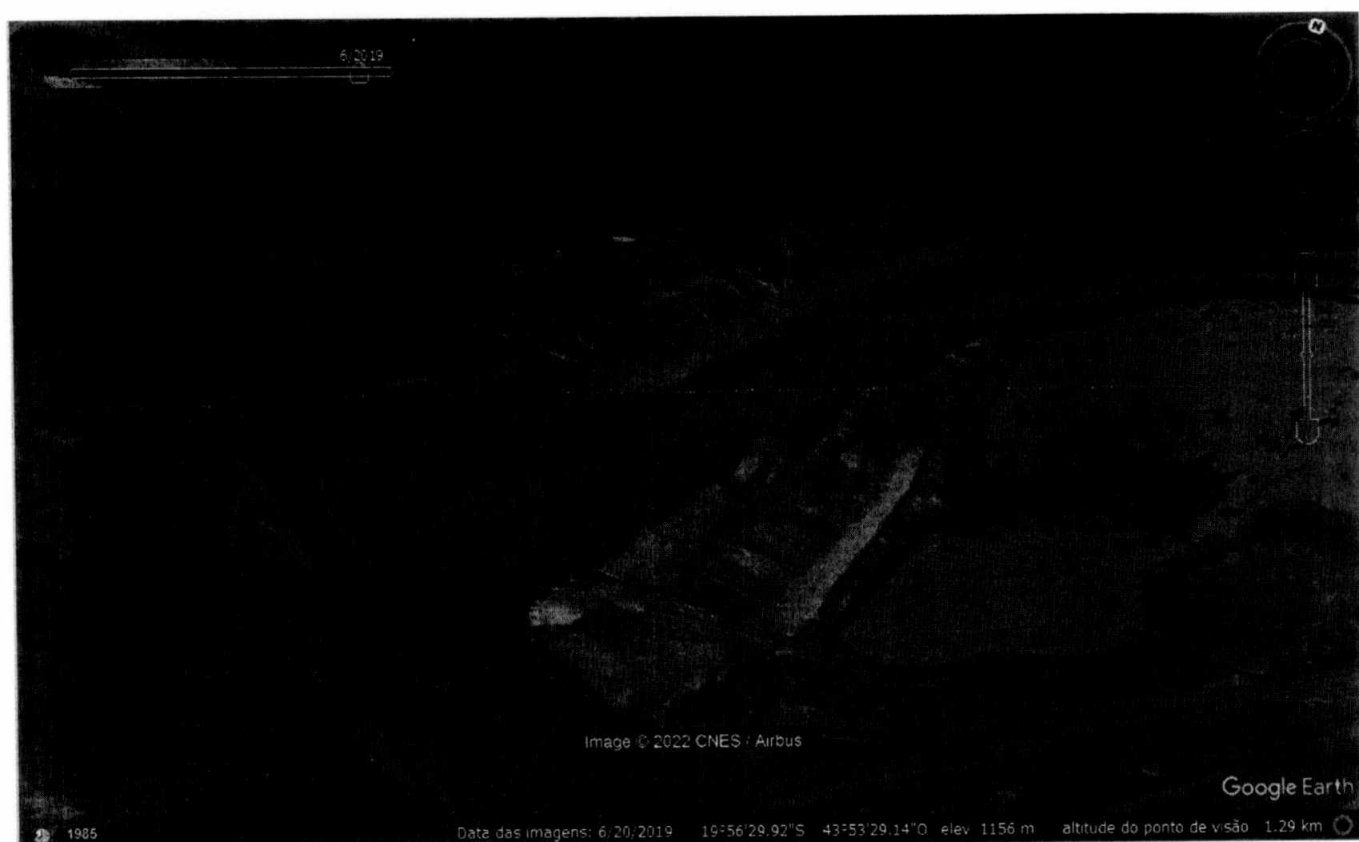


IMAGENS HISTÓRICAS EXTRAÍDAS DO GOOGLE EARTH - SITUAÇÃO DA CRISTA QUE DEMARCA A DIVISÃO ENTRE A MINA E O PARQUE DA BALEIA NO SETOR 04.

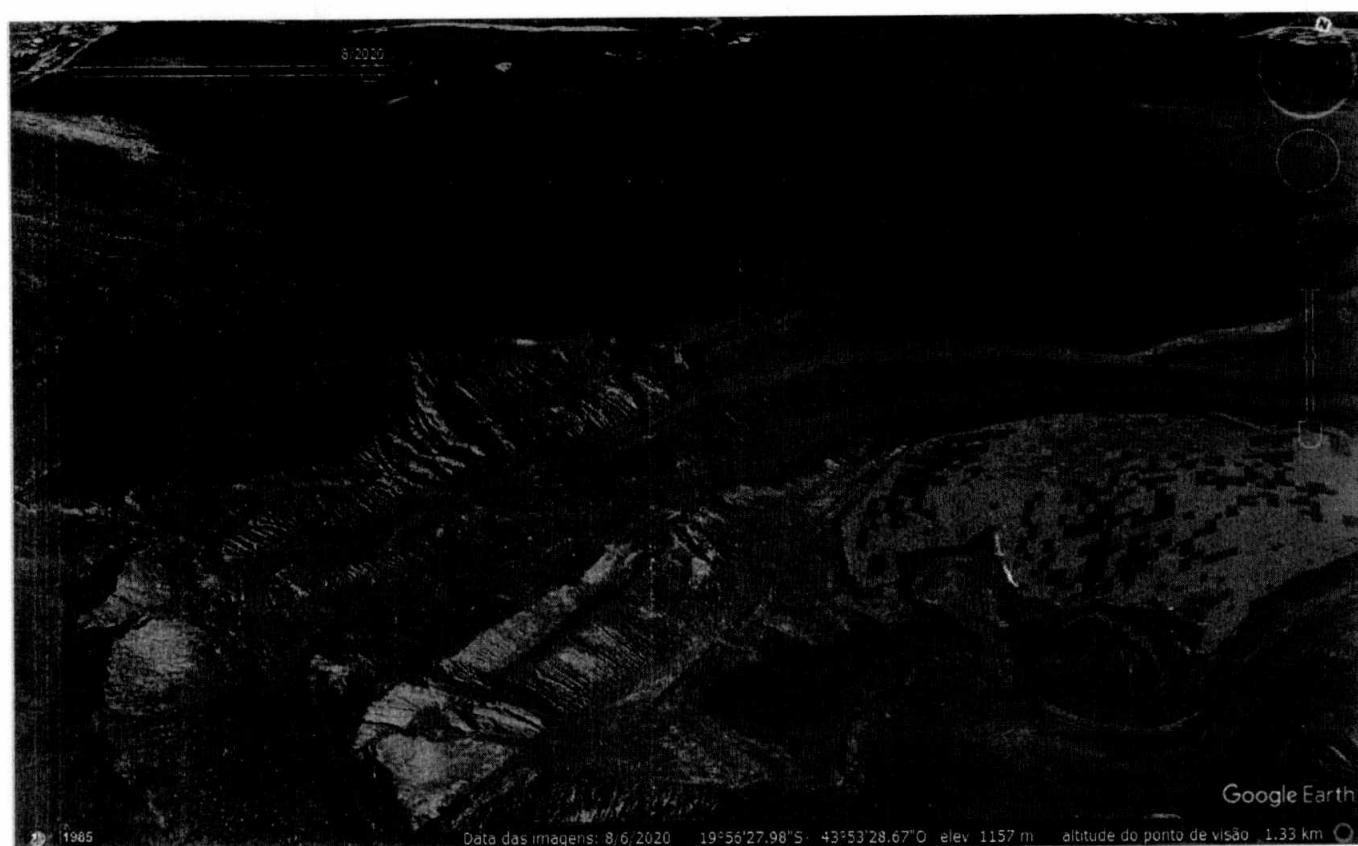
FIGURA 36 - 15/05/2018 – VISADA 01



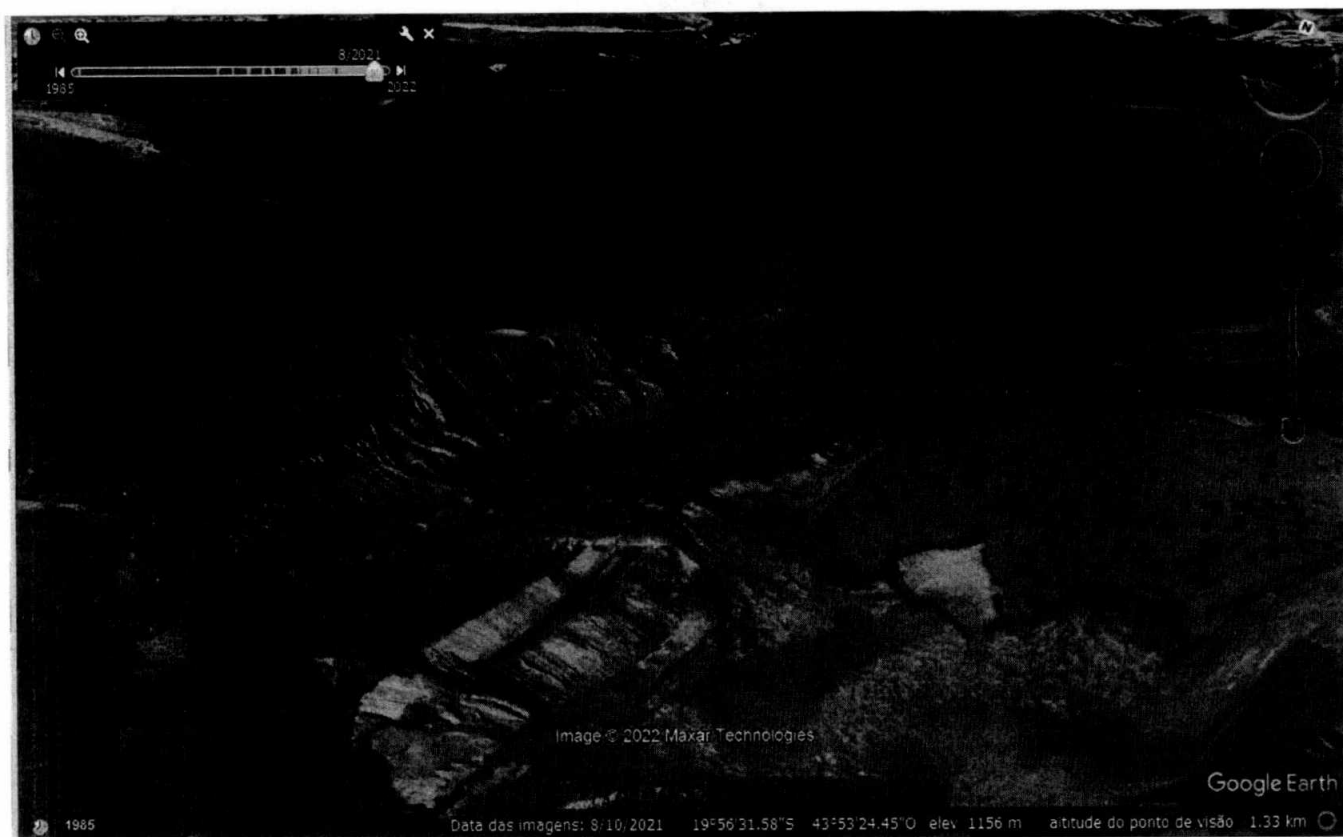
**FIGURA 37 - 20/06/2019 – Visada 01**



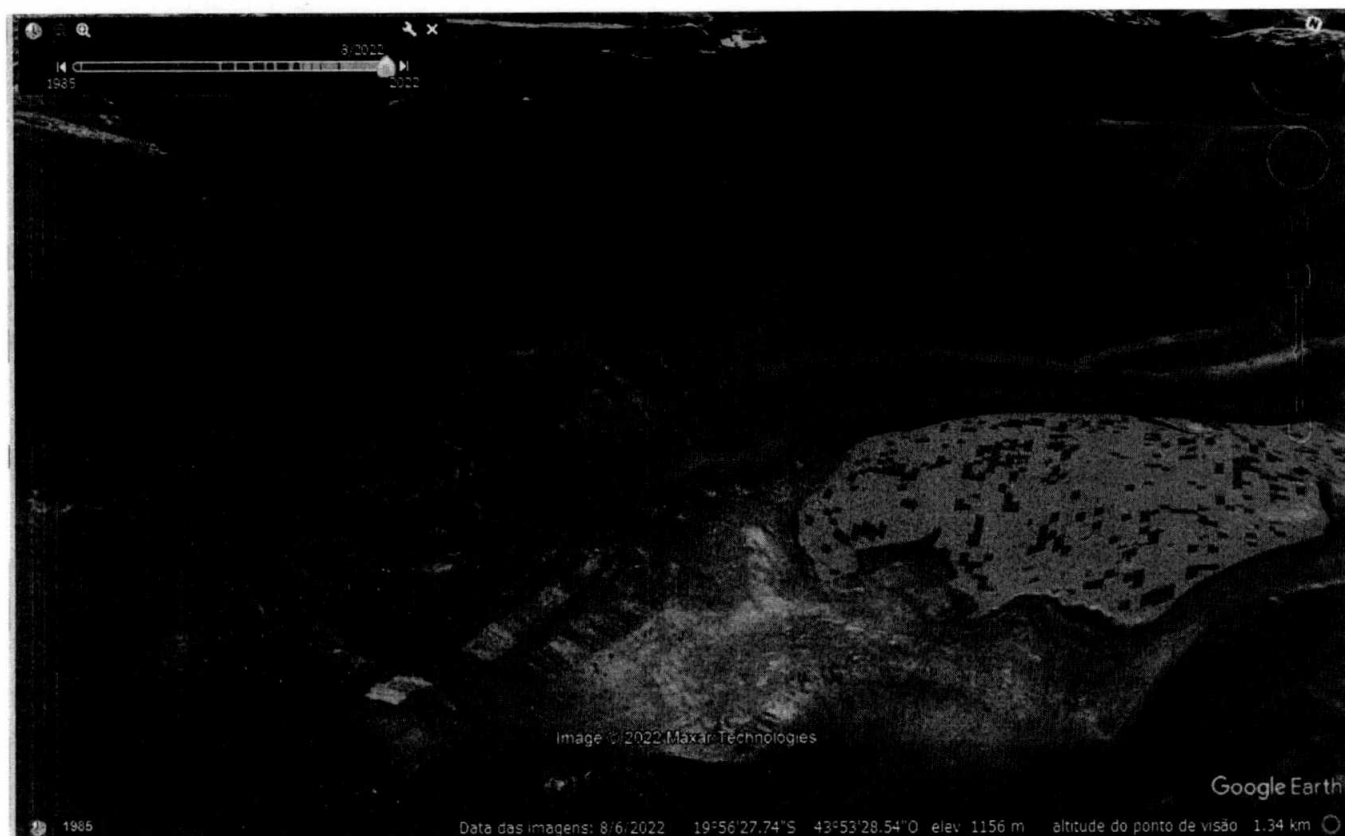
**FIGURA 38 - 06/08/2020 – Visada 01**



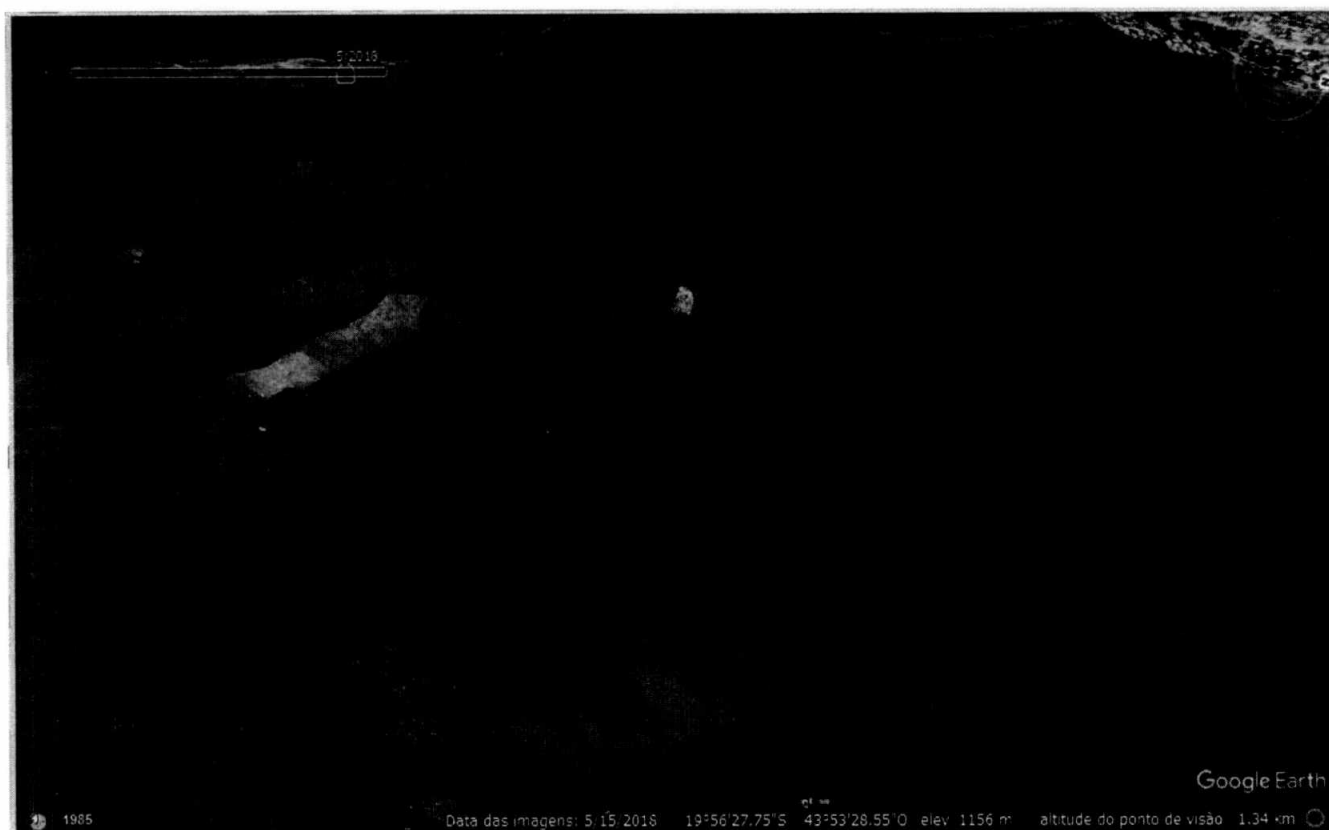
**FIGURA 39 - 10/08/2021 – Visada 01**



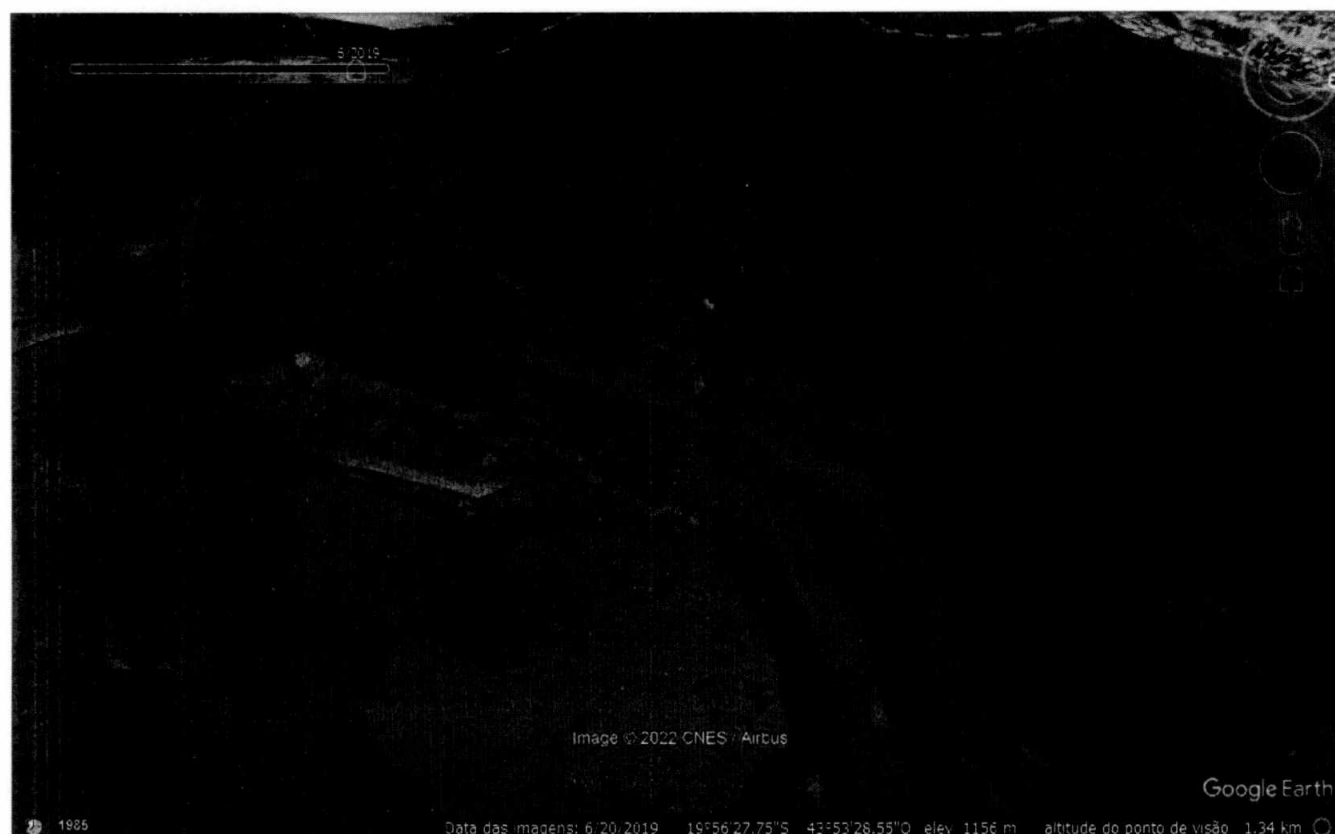
**FIGURA 40 - 06/08/2022 – Visada 01**



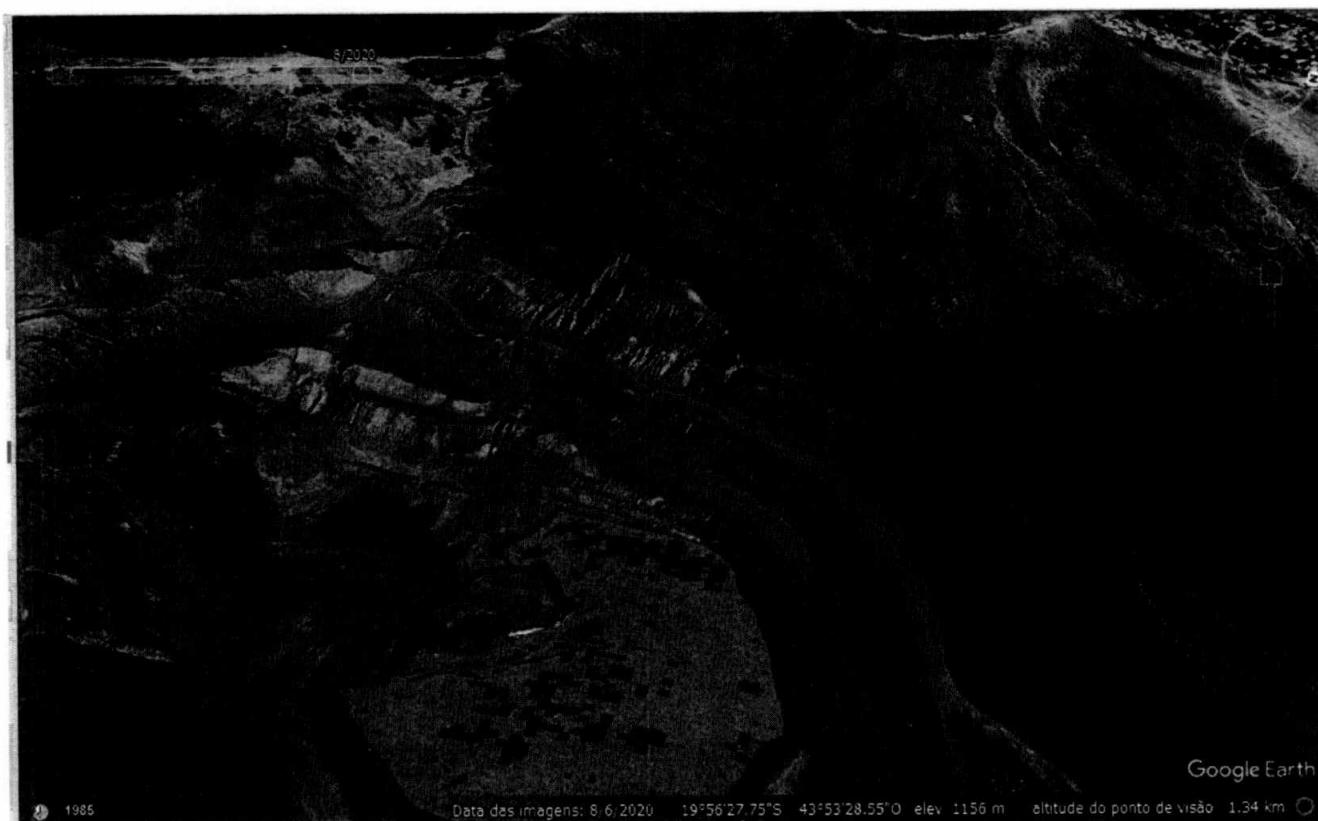
**FIGURA 41 - 15/05/2018 – Visada 02**



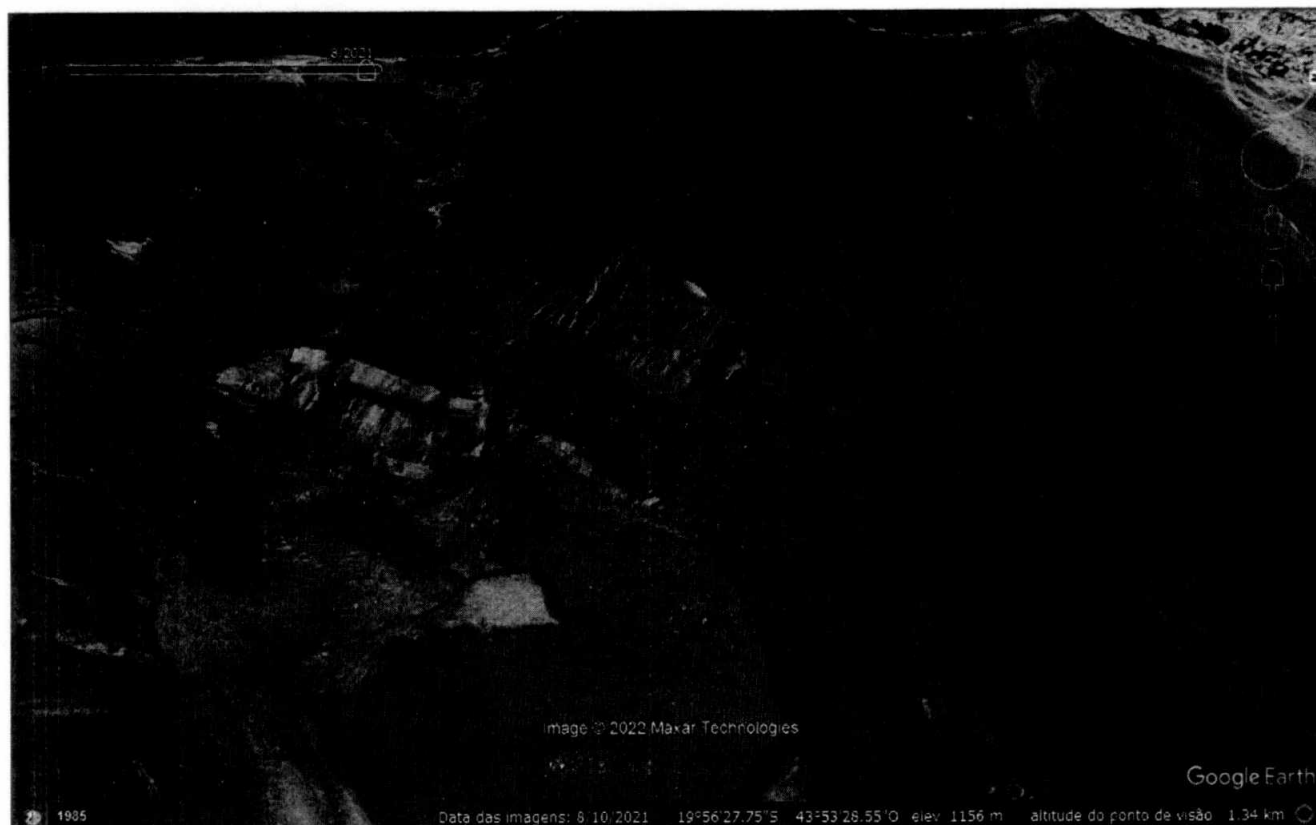
**FIGURA 42 - 20/06/2019 – Visada 02**



**FIGURA 43 - 06/08/2020 – Visada 02**



**FIGURA 44 - 10/08/2021 – Visada 02**





**FIGURA 45 - 06/08/2022 – visada 02**



**Portal da Assinatura - PBH**

46 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 10:10

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

## RELATÓRIO VISTORIA CONJUNTA NA EMPABRA - SUFIS - SMMA- FPMZB.ç

Sérgio  
Augusto  
Domingues

Assinado de forma  
digital por Sérgio  
Augusto Domingues  
Dados: 2022.12.21  
11:26:28 -03'00'

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 12:04  
Assinante: ALESSANDRO MOREIRA PINHEIRO Matrícula: PR00310348  
Hash da assinatura: 18F937F9CA2AEE77D2D488394201671462297432 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 11:54  
Assinante: TAYNARA DANIELO Matrícula: PRCP1272088  
Hash da assinatura: 37B1A519A952B3D846EEA2447A81671461680920 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 11:47  
Assinante: MARCIO PETRONIO BAETA DE SOUZA Matrícula: PR050638  
Hash da assinatura: 5F75D1A290F265216E4613D0DE21671461247239 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 11:36  
Assinante: WELLINGTON DA SILVEIRA Matrícula: PR047936  
Hash da assinatura: 8A73D8EE4CF9520588A7400EF981671460584414 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 11:32  
Assinante: ANDREA PEREIRA FROES Matrícula: LU010095  
Hash da assinatura: 0E466BA8E47053E13D48EF5FF0A1671460356647 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022 às 10:10  
Assinante: SIMONE BARBOSA MARQUES Matrícula: LU010372  
Hash da assinatura: B8D013BF35A2601F40CB70E3A031671455436005 Para validar utilize o QR Code ao lado.





Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

**Fwd: TAG 354015 - PARA DESPACHAR**

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>  
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>  
Cc: Dirlaine Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

23 de dezembro de 2022 às 10:12

Prezada Cida Tomaz,

Favor inserir resposta no sistema: Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1598/2022, Demanda **TAG nº 354015**,  
Requerimento de Comissão da CMBH nº 1.912/2022.

Atenciosamente,

Angela Papa Varela  
Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG  
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG  
(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

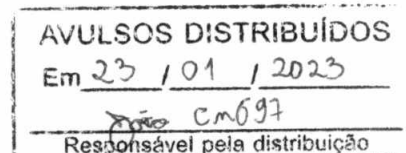
----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**  
Date: sex., 23 de dez. de 2022 às 09:59  
Subject: Re: TAG 354015 - PARA DESPACHAR

De acordo.

**João Fleury**  
**Secretário Municipal de Política Urbana**  
Avenida Álvares Cabral, 217 - 6º Andar

 **OF. 1598 E ANEXO.pdf**  
8633K





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

1/6

**SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE CELEBRAM A EMPABRA – EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA E A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD POR MEIO DA SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA PARA ADEQUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento, **EMPABRA – EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.157.082/0001-85, com sede na rua Desembargador Jorge Fontana, n.º 50, sala 807, bairro Belvedere, CEP 30.320-670, neste ato representada pelo seu procurador Ismael Leal, brasileiro, engenheiro elétrico, casado, portador da carteira de identidade n.º MG 1022947, inscrito sob CPF de n.º 010.638.708-10 doravante designada por **COMPROMISSÁRIA** firma o presente **ADITIVO ao TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL** perante a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD**, aqui representada pela **SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA – SUPRAM CM**, com sede na Rua Espírito Santo, n.º 495, Bairro Centro, em Belo Horizonte/MG, doravante denominada **COMPROMITENTE** ou **SUPRAM CM**, nos termos dos artigos 74, §1º, do Decreto Estadual n.º 44.844/08, observadas as cláusulas e condições seguintes.

**CONSIDERANDO** que em 14/12/2016 foi celebrado Primeiro Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta entre a SUPRAM CM e a Empabra – Empresa de Mineração Pau Branco;

**CONSIDERANDO** que o referido ajuste foi celebrado nos autos do processo administrativo n.º 28047/2014/001/2015 (LOC) com prazo de validade até 14/12/2017;

**CONSIDERANDO** que em 14/12/2017, sob a juntada de n.º R0311790/2017, foi solicitada a prorrogação do prazo de validade do TAC;

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana  
Bacia Paraopeba e Velhas. – SUPRAM CM

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30160-030 Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3228-7700

*[Assinatura]*  
Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

2/6

**CONSIDERANDO** que o processo administrativo nº 28047/2014/001/2015 (LOC) encontra-se em análise técnica;

**CONSIDERANDO** que incumbe à **COMPROMISSÁRIA** a comprovação da obediência às cláusulas, condições e prazos ajustados no presente instrumento, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis; e

**CONSIDERANDO** que o presente instrumento não autoriza qualquer intervenção ou supressão de espécies vegetacionais, intervenção ou supressão de Áreas de Preservação Permanente – APP ou uso de águas públicas estaduais outorgáveis;

As partes resolvem celebrar o presente aditivo ao termo de compromisso, mediante os seguintes termos:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado por 12 meses, a partir de 14/12/2017, o prazo de vigência do termo de compromisso de ajustamento de conduta, encerrando-se em 14/12/2018.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Tendo em vista o cumprimento das cláusulas fixadas no Termo de Ajustamento de Conduta anterior, conforme atestado pela equipe técnica, a **COMPROMISSÁRIA** se compromete a executar as medidas técnicas visando à regularização ambiental de sua atividade, observando rigorosamente os prazos assinalados nesta cláusula, adotando para tanto as seguintes medidas de controle e mitigação dos impactos negativos decorrentes das atividades do empreendimento:

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO	PRAZO
01	Apresentar ações proativas do empreendedor, através de relatório, com vistas a buscar um acordo com as Prefeituras de Sabará, Nova Lima e Rio Acima, entre outras, para implantação placas educativas e de sinalização nas vias públicas, onde se realizam o escoamento de minério de ferro da empresa. Tais placas deverão informar sobre velocidade máxima permitida, o cuidado com a fauna silvestre e com a população local.	Semestral

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana  
Bacia Paraopeba e Velhas. – SUPRAM CM

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30160-030 Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3228-7700

*Handwritten signature and stamp:*  
Assinado e Carimbado em 14/12/2017  
Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana  
[Stamp: SEMAD - SUPRAM CM]





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

3/6

2	<p>Apresentar Programa Executivo de Monitoramento das possíveis interferências do escoamento do minério nas vias públicas, que contemple avaliação das condições estruturais das vias, dos possíveis danos causados pela mineração em análise, dos incômodos causados as comunidades (poeira, barulho, etc), no prazo de 30 dias;</p> <p>Após aprovação do programa citado pelo órgão ambiental, deverá ser realizado o monitoramento imediatamente, com apresentação de relatórios trimestrais à Supram CM;</p>	<p>Projeto Executivo: 30 dias.</p> <p>Relatórios de monitoramento: Trimestral</p>
3	<p>Apresentar projeto executivo de treinamento com os funcionários sobre segurança e normas de trânsito, no prazo de 30 dias;</p> <p>Após aprovação da Supram CM, o empreendedor deverá executar o mesmo imediatamente, com apresentação de relatório técnico-fotográfico semestral;</p>	<p>Projeto Executivo: 30 dias</p> <p>Relatórios: Semestral</p>
4	<p>Realizar, Ionamento ao transportar o minério, nos ditames definidos no art. 15 da Resolução nº 293/2008 do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), com apresentação de relatório técnico-fotográfico;</p>	<p>Semestral</p>
5	<p>Realizar reuniões trimestrais com ONGs, associações, representantes de bairros, moradores pertencentes à AID do meio socioeconômico, etc. informando sobre as características do empreendimento, os impactos causados e as medidas mitigadoras e programas adotados, com apresentação de relatórios técnico-fotográfico;</p>	<p>Trimestral</p>
6	<p>Criar um canal de ouvidoria, com ampla divulgação do empreendimento junto à comunidade, no prazo de 20 dias. Este canal deverá ser obrigatoriamente apresentado nas reuniões referidas na</p>	<p>20 dias;</p> <p>Relatório Semestral</p>

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana  
Bacia Paraopeba e Velhas, - SUPRAM CM

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30160-030 Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3228-7700

*Uilhelmino Camarero Kato*  
Assp. 13720  
Superintendente Regional  
Central



# GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

4/6

	cláusula 05 deste TAC. Apresentar relatório identificando o(s) autor(es) e a data de contato(s) feito(s) por integrante(s) das comunidades da AID ou entidades sociais, a(s) respectiva(s) demanda(s) comunicada(s) e a(s) ação(ões) executadas(s) pelo empreendedor em resposta direta à(s) comunicação(ões) com seus prazos ou datas de realização;	
7	Instalar sistema de limpeza de rodas de caminhões no empreendimento, com apresentação de relatório técnico fotográfico descrevendo a metodologia e eficiência alcançada;	60 dias para instalação Relatório semestral
8	Realizar monitoramentos mensais de qualidade do ar (Conama nº 03/90), ruídos (NBR 10151), qualidade das águas – efluentes (Ferro solúvel, ferro total, Manganês solúvel e manganês total, OD, sólidos em suspensão, sólidos totais, temperatura, turbidez, SDO, óleos, graxas, PH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, surfactantes aniônicos). As análises da qualidade da água deverão ser realizada a montante e a jusante do empreendimento para os cursos d'água que sofrerão interferência.  Deverão ser encaminhados a Supram CM relatórios trimestrais, com ART e com os resultados dos monitoramentos supracitados. As anomalias detectadas deverão ser alvo de medidas de correção imediatas e mencionadas nos relatórios trimestrais subsequentes;	Monitoramento mensal Relatórios trimestrais
9	Não intervir ou causar danos na área de influência ou no interior das cavidades naturais subterrâneas (GMT 01 e GMT 02);	Durante a vigência do TAC
10	Realizar monitoramentos através de marcos topográficos, ou outra metodologia de eficiência comprovada, visando garantir a	Monitoramento mensal Relatórios trimestrais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana  
Bacia Paraopeba e Velhas. - SUPRAM CM

Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30160-030 Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3228-7700

*[Handwritten signature and stamp]*  
Carimbo: 157  
Carimbo: 157



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

5/6

	estabilidade geotécnica e das pilhas em reabilitação. Deverão ser encaminhados a Supram CM relatórios trimestrais com os resultados do monitoramento e a ART do profissional responsável;	
11	A produção bruta anual (ROM - RUN OF MINNING) não deve exceder 1,5 M (um milhão e quinhentas mil) toneladas/ano;	Durante a vigência do TAC
12	Apresentar o projeto de drenagem pluvial que deverá contemplar sump's e outras estruturas com vistas a não permitir o carreamento de sedimentos para os cursos d'água a jusante do empreendimento, bem como a não instalação de processos erosivos. Comprovar a eficiência do sistema de drenagem citado por meio de monitoramento;	Monitoramento mensal Relatórios trimestrais
13	Realizar as atividades de lavra respeitando os limites físicos da poligonal DNPM 72271957;	Durante a vigência do TAC
14	Garantir que as atividades inerentes ao empreendimento não intervenham nem causem danos nas áreas do Parque Estadual da Baleia e o Parque Municipal das Mangabeiras.	Durante a vigência do TAC

**\*Observação:** os prazos estabelecidos nesta cláusula contam-se a partir da vigência do presente termo de compromisso, isto é, 14/12/2017.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir questões decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem devidamente compromissadas, firmam as partes o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, passando todos os documentos referidos a fazer parte integrante deste, como se transcritos nele estivessem.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana  
Bacia Paraopeba e Velhas. – SUPRAM CM  
Rua Espírito Santo, 495, Centro, CEP 30160-030 Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3228-7700  
Masp: 13728-44  
Superintendente Regional de Meio Ambiente  
Carimbo e Assinatura



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

6/6

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2017.

Ismael Leal

**EMPABRA – EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO**

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto  
Superintendente Regional de Meio Ambiente  
**SURPRAM-CM**

Quarta-feira, 9 de Maio de 2018

Ano XXIV - Edição N.: 5528

Poder Executivo

**AA-Secretaria Municipal de Meio Ambiente - COMAM**

**COMUNICADO**

O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente comunica a todos os interessados as decisões da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, realizada no dia 03/05/2018 - quinta-feira, de 13:30h as 18:00h, no auditório Fênix, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC, localizado à Rua Cobre, nº. 200 Cruzeiro, BH/MG:

1) Assuntos Preliminares.

Assunto: Apresentada denúncia de atividade de mineração irregular

Desdobramentos: 1 - O COMAM deverá oficiar a SEMAD solicitando resposta ao ofício nº. 1849-16, e as providências que se fizerem necessárias. 2 – Encaminhamentos necessários a fiscalização no local. 3 - Convocação do empreendedor e do responsável técnico pelo empreendimento para esclarecimentos ao Comam.

2) Aprovação das Atas das reuniões do COMAM dos dias 28/02/2018 e 04/04/2018. - APROVADAS

3) Processo Administrativo para Análise de solicitação de supressão de espécimes arbóreos ipê-amarelo, em atendimento à Lei Estadual nº 9.743, de 15/12/1988 (N.º PROCESSO-INTERESSADO-EMPREENHIMENTO / ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO-RELATOR (A) – DELIBERAÇÃO):

3.1) Sol. 1570/17 - SMMA 20753/17 - Eliger Construtora Ltda.- Edificação residencial multifamiliar - Rua Mario Gomes dos Reis (lote 003, quarteirão 060), bairro Urucua, Regional Barreiro - Sérgio Augusto - CONCEDIDA a autorização para supressão com compensação.

3.2) Sol. 0424/18 - SMMA 07241/18 - Teixeira Participações Ltda - Edificação não residencial - Av. Itaité nº 732 (lote 020, quarteirão 054), bairro Mariano de Abreu, Regional Leste - Sérgio Augusto - CONCEDIDA a autorização para supressão com compensação.

3.3) Sol. 0451/18 - SMMA 07679/18 - Walter Luiz Brandão - R. dos Odontólogos 435, bairro Alípio de Melo, Regional Pampulha - Sérgio Augusto – CONCEDIDA a autorização para supressão com compensação.

4) Processos Administrativos para Análise de intervenção em ZPAM/APP/ZP1 (N.º PROCESSO-INTERESSADO-EMPREENHIMENTO / ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO-RELATOR (A) - DELIBERAÇÃO):

4.1) 01-090703-17-97 - Laurindo Rodrigues dos Santos - Regularização de Edificação Residencial em ZP1 - Rua Nossa Senhora Dos Remedios Nº: 422 Compl.: Lote 011, Quadra 028 Bairro: Belmonte – Regional Nordeste - Márcio Croso – CONCEDIDA a Autorização para Intervenção em ZP1, com medida compensatória.

4.2) 01-055.474/18-54 - Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Modernização dos Equipamentos de Infraestrutura do Teatro Francisco Nunes - Av. Afonso pena, S/Nº, Centro, Regional Centro-Sul (Parque Municipal Américo René Giannetti) – locanan Pinheiro – CONCEDIDA a Autorização para Intervenção em ZPAM com diretriz.

5) Processos Administrativos para Análise de Licença de Implantação (N.º PROCESSO-INTERESSADO-EMPREENHIMENTO / ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO-RELATOR (A) - DELIBERAÇÃO):

5.1) 01-167673/16-30 - EMCCAMP RESIDENCIAL SA - Residencial Vila Real - Rua dos Borges, s/n - Bairro: Jardim Vitória - Regional: Nordeste - Patrícia Pretti – CONCEDIDA Licença de Implantação com condicionantes, notas, diretrizes e validade de 4 anos.

5.2) 01-135544-13-95 - Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP - Tratamento de Fundo de Vale e Urbanização de Vias do Bairro Ouro Preto - Avenida Antonio Augusto da Silva, s/nº - Bairro: Ouro Preto - Regional: Pampulha - Márcio Croso – PEDIDO DE VISTAS DO CONSELHEIRO JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA

6) Processos Administrativos para Análise de Licença de Operação (N.º PROCESSO-INTERESSADO-EMPREENHIMENTO / ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO-RELATOR (A) - DELIBERAÇÃO):



6.1) 01-000605/03-25 - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL - Projeto Multissetorial Integrado - PMI - PGE do Aglomerado da Serra - Rua Nossa Senhora de Fatima, s/nº - Bairro: Nossa Senhora de Fátima - Regional: Centro-Sul - Cleinis de Faria - CONCEDIDA Licença de Operação com condicionantes, notas e validade de 10 anos.

6.2) 01-082854/11-21 - Associação dos Funcionários do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (Tenda Negócios Imobiliários Ltda.) - Residencial Mar Del Plata Life - Rua Maria da Conceição Patrus, s/nº - Compl.: Lote 02 a 04, Quadra 001 - Bairro: Santa Amélia - Regional: Pampulha – Liliane Ferreira Santos. – CONCEDIDA Licença de Operação Parcial com condicionantes, notas e validade de 5 anos.

6.3) 01-073301/08-46 - EPO Empreendimentos Participações e Obras Ltda-Edificação de uso não residencial com área construída superior a 6.000 m² “Edifício Savassi Mall” - Rua Sergipe, Nº. 1456 (Lotes 11A, 013, 015 e 021 do quarteirão 005) 11ª sessão urbana, Savassi - Paulo Freitas - CONCEDIDA Licença de Operação Parcial com condicionantes, medidas compensatórias, notas e validade de 1 ano.

7) Processos Administrativos para ratificação de Prorrogação de Prazo de Condicionantes (N.º PROCESSO-INTERESSADO-EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO-RELATOR (A) - DELIBERAÇÃO):

7.1) 01-011129-13-02 - MRV Engenharia - Residencial Mirante do Castelo - LI nº 0716/15, 16/09/15, Medida Compensatória afeta à SMMA. (Of. 0821/18). RATIFICADA

7.2) 01147790-13-07 - Abdo e Flores Empreendimentos Ltda. - Loteamento de Gleba - LI nº 0566/14, 23/09/14, Condicionantes nºs 09 e 11 afeta à SMMA. (Of. 0823/18 e 0937/18). RATIFICADA

8) Assuntos Gerais.

*Mário de Lacerda Werneck Neto*

**Secretário Municipal de Meio Ambiente**

**Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ver  
no  
sgce

7780  
f

021248540348

Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Fundação Municipal de Cultura

**Ofício GAB-SMMA/DIPC-FMC/EXTER nº 1849-16**

Belo Horizonte, 03 de junho de 2016.

Assunto: Mineração Corumi EMPABRA

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste prestar informações e solicitar providências em relação ao plano de recuperação da área degradada executada pela Empresa de Mineração Pau Branco – EMPABRA, situada no bairro Taquaril, Regional Leste do município de Belo Horizonte.

Conforme informado no ofício GAB-SMMA/EXTER n.º 1560/15 (em anexo), após acordos realizados na esfera judicial e administrativa, envolvendo o ministério público estadual, órgãos do patrimônio, esta SMMA e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte foi aprovado o referido PRAD.

Recentemente, a SEMAD interpretou que a atividade desenvolvida pelo empreendedor (PRAD) era passível de licenciamento ambiental e, por estar em divisa de municípios, a competência seria do Estado. Desse modo, avocou para si o licenciamento e celebrou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o empreendedor para que ele pudesse continuar suas atividades até que as devidas licenças forem expedidas.

Contudo, o mencionado TAC não contemplou os limites de extração de minério estabelecidos no acordo firmado com o município e demais órgãos e tampouco considerou tratar-se a área como tombada pelo patrimônio municipal.

Conforme informações constantes no processo administrativo nº 01-124.854/03-49, parecer técnico nº 1000/16 (em anexo) o interessado já extraiu 3.615.687,86 toneladas de minério (fev. 2016), equivalendo a aproximadamente 90% do montante de 4.000.000,00 aprovado no acordo e refletido no PRAD. Todavia, o TAC permitiu em sua cláusula segunda, na medida nº 21, que a produção bruta anual não deve exceder a 1.500.000,00 toneladas/ano, podendo ser renovado por mais um ano. Uma vez que, na ótica do PRAD, só restavam aproximadamente 400.000,00 toneladas de minério a serem retirados, o TAC contraria o objetivo inicial de recuperação da área

ff  
[Handwritten signature]

da área. Faz-se necessário esclarecer que os projetos executivos e os relatórios não foram apresentados à DIPC, estando em desconformidade com a referida deliberação.

Em 12 de maio de 2016 a Grebler Advogados, representantes da ETC – Empresa Taquaril de Terrenos e Construções Ltda., proprietária da área, protocolizou na DIPC requerimento endereçado ao Presidente do CDPCM-BH para tomada das providências necessárias para alertar o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, a Superintendência de Regularização ambiental – Central Metropolitana – SUPRAM/CENTRAL, o Ministério Público e demais autoridades das restrições existentes na área no intuito de evitar o agravamento da degradação ambiental verificada no local. Foi informado que os propósitos de recuperação ambiental vêm sendo seriamente desvirtuados pelas empresas responsáveis pelos trabalhos e verifica-se a intensificação das atividades mineradoras com a implantação de enormes bacias de retenção de água não previstas no PRAD.

Destarte, solicitamos a oitiva dos órgãos municipais que são favoráveis à recuperação da área degradada e desfavoráveis ao licenciamento de atividade minerária no local que não vise exclusivamente esse objetivo.

Sendo o que se apresenta no momento, colocamo-nos.

Atenciosamente,

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni – BM. 74.173-X

**Gerente da Gerência De Licenciamento Ambiental De Empreendimentos De Impacto**

Vasco de Oliveira Araujo – BM. 94.734-6  
**Secretário Municipal de Meio Ambiente**

Carlos Henrique Bicalho – Mat. 000080-7  
**Diretor de Patrimônio Cultural  
 Fundação Municipal de Cultura/FMC**

Em _____
RG nº _____
Recebi o original em _____
Assinatura _____

Ao  
 Ilmo. Sr.  
**Jairo José Isaac**  
 Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
 Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
 c/c  
**Anderson Silva de Aguiar**  
 Subsecretaria de Regularização Ambiental

Em _____
RG nº _____
Recebi o original _____
A _____

Número do SIPRO:	0128015-1170/2016-9
Número do SIGED:	00112151-1501-2016
Descrição:	ENVELOPE LACRADO
Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO
Data e hora do protocolo:	08/06/2016 - 10:30
Nome do atendente:	POLIANA DE OLIVEIRA LIMA
Destinatário:	SEMAD/SGRAI

Para mais informações sobre este documento favor acessar o site: [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br) e consultar no SIGED-WEB.

o Sustentável  
 CEP: 31.630-900 / Belo Horizonte – I  
 Jairo Cruzeiro, CEP 30.130-009  
 3277-5260 - E-mail: [smma@pbh.gov.br](mailto:smma@pbh.gov.br)

Número do SIPRO:	0128015-1170/2016-5
Número do SIGED:	00118168-1501-2016
Descrição:	ENVELOPE FECHADO
Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO
Data e hora do protocolo:	08/06/2016 - 10:30
Nome do atendente:	ARISTOTELES SANTOS
Destinatário:	SEMAD/GABINETE/CHEFGAB

Para mais informações sobre este documento favor acessar o site [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br) e consultar no SIGED-WEB.



**GAB-SMMA/EXTER/3183-16**

**Belo Horizonte, 09 de setembro de 2016**

Ilmo. Senhor(a) Promotor(a),

**Ref.: Situação atual PRAD Empabra e TAC firmado junto à SEMAD.**

#### **ANTECEDENTES**

Consta na SMMA o processo administrativo nº 01-124854/03-49, referente à avaliação da área degradada onde foi apresentado um Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, solicitado pelo Ministério Público. O referido PRAD foi analisado e aprovado pela SMMA.

Trata-se do cumprimento das determinações originadas da Transação Civil efetuada nos autos do processo judicial nº 0024.05778262-5 da 9ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte com participação do Ministério Público Estadual. A referida transação teve por objetivo obrigar a implementação de medidas de recuperação e pagamento de indenização pelos danos ambientais irreparáveis na área da antiga Mina Fazenda Corumi.

A área foi sede da extração de minério de ferro e solo laterítico/canga para uso em pavimentação de vias até o início da década de 1990. A atividade se desenvolveu sem controle ambiental eficiente e sem uma frente de lavra bem definida. Ao centro foi disposta uma grande pilha de finos que à época não tinha valor econômico. Por esses motivos, após várias autuações, a atividade foi embargada pela PBH. A paralisação das atividades de forma não planejada acarretou problemas de natureza ambiental, pois a pilha de finos começou a se desfazer pela ação das intempéries, assoreando a calha de drenagem. Em associação, inúmeros processos erosivos se instalaram nas áreas decapadas, contribuindo para a desestruturação do ecossistema local e para o assoreamento a jusante. Assim, ao longo de pouco mais de uma década, surgiu o aspecto lunar observado antes do início da execução do PRAD.

Pela grande extensão da área e de seu passivo, o proprietário sempre alegou falta de recursos para implementar as ações corretivas. O assunto foi levado ao Ministério Público que instaurou Inquérito Civil e posteriormente ajuizou ação judicial. Ao longo de vários anos o MP tentou intermediar soluções possíveis que financiassem a recuperação da área.

Em 2003, a EMPABRA, dentro do Inquérito Civil, protocolou requerimento em que foram descritas a situação da área e a seguinte proposta da empresa: a comercialização do fino do minério de ferro retirado no processo de recuperação da área, a fim de formar o capital para a execução da revitalização ambiental do terreno. A partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 03/06/2004, entre a EMPABRA e o MPMG, com interveniência da SMMA, a concepção da recuperação da área, incluindo a permissão para venda de certa quantidade de fino de minério de ferro, materializou-se como forma de financiar as medidas de restauração da área. Nesse documento, a EMPABRA obrigou-se a preparar o PRAD, a ser submetido ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

Em seguida, foi homologado Termo de Transação Civil entre o Ministério Público, EMPABRA e SMMA, em 04/07/2006, no qual a EMPABRA obrigou-se a implantar obras emergenciais descritas nesse Termo e a promover a recuperação da área degradada através das medidas reunidas no PRAD, o qual foi apresentado à SMMA em 19/07/2006. Esse Termo de Transação Civil manteve a concepção mencionada acima (recuperação da área degradada mediante a capitalização da empresa responsável com a venda da fração do minério existente necessária para tal). A retirada e comercialização do minério é obrigatoriamente concomitante aos trabalhos de recuperação da área. O PRAD passou por revisões de forma a atender aos questionamentos técnicos da SMMA e foi aprovado em dezembro/2008 pelo COMAM.

Em 06 de março de 2009, houve aditivo ao Termo de Transação, incluindo na cláusula 3ª a possibilidade de retirada e comercialização do minério necessário ao retaludamento e reconformação da área.

O PRAD contempla a revegetação em toda área, o projeto da estrada para o escoamento do minério, a retirada do próprio minério da antiga Mina Fazenda Corumi e a terraplanagem para correção das erosões e desníveis topográficos acentuados.

Foi prevista a apresentação semestral de relatórios de acompanhamento do PRAD, além da devida prestação de contas das medidas realizadas, conforme estabelecido no Termo de Transação Civil. Esses relatórios têm sido apresentados mensalmente à SMMA e, pelo que consta, ao MPMG.

## **DENÚNCIA**

Tendo em vista os fatos recentes ocorridos, em relação ao trabalho de recuperação ambiental desenvolvido na antiga Mina Fazenda Corumi, relatados abaixo, denunciemos o descumprimento do Termo de Transação Civil firmado pela EMPABRA com o MPMG. Vejamos:

Recentemente, a SEMAD interpretou que a atividade desenvolvida pelo empreendedor (PRAD) era passível de licenciamento ambiental e, por estar em divisa de municípios, a competência seria do Estado. Desse modo, avocou para si o licenciamento e celebrou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o empreendedor para que ele pudesse continuar suas atividades até que as devidas licenças forem expedidas.

Contudo, o mencionado TAC não contemplou os limites de extração de minério estabelecidos no Termo de Transação Civil e no PRAD aprovado pelo município e tampouco considerou tratar-se a área como tombada pelo patrimônio municipal. A SMMA encaminhou ofício nº 1849-16 em 03/06/16 com questionamentos à SEMAD, em anexo. Ainda não obtivemos retorno do Estado.

De acordo com informações constantes no processo administrativo nº 01-124.854/03-49, Parecer técnico nº 1000/16 (em anexo) o interessado já extraiu 3.615.687,86 toneladas de minério (fev. 2016), equivalendo a aproximadamente 90% do montante de 4.000.000,00 aprovado no acordo e refletido no PRAD. Todavia, o TAC permitiu em sua cláusula segunda, na medida nº 21, que a produção bruta anual não deve exceder a 1.500.000,00 toneladas/ano, podendo ser renovado por mais um ano. Uma vez que, na ótica do PRAD, só restavam aproximadamente 400.000,00 toneladas de minério a serem retirados, o TAC contraria o objetivo inicial de recuperação da área observando o limite estabelecido. O fato, a nosso ver, transforma a recuperação da área degradada em atividade produtiva, na modalidade extração mineral.

Constatam-se ainda irregularidades frente à legislação municipal de defesa do patrimônio histórico e cultural. A gleba supracitada encontra-se inserida, parcialmente, na área polarizadora da Subárea 4:



Taquaril, classificada como Área de Recuperação 1 (ARe1), estando sujeita portanto, às diretrizes de proteção estabelecidas na Deliberação nº 26/2002 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM/BH. A outra porção da área está localizada no perímetro de entorno da mesma subárea, classificada como Área de Recuperação 6 (ARe6) que se encontra sujeita às diretrizes de proteção estabelecidas na Deliberação nº 147/2003, devendo também serem observadas as demais deliberações do CDPCM/BH que dispõem sobre Serra do Curral.

A Deliberação 147/2003 traz a definição das áreas supracitadas:

*a) Áreas de preservação: áreas constituídas por unidades de conservação, praças e demais áreas verdes de domínio público e privado, assim como cristas, contrafortes, esporões e encostas de visibilidade regional, nas quais importa manter as suas condições naturais, com a finalidade de proteção do bem cultural tombado.*

*b) Áreas de recuperação: terrenos situados na vizinhança imediata da área polarizadora que sofreram intervenções modificadoras de suas condições naturais, nos quais devem ser adotadas medidas para reverter os danos ocasionados em suas características físicas, bióticas e paisagísticas,*

A Deliberação nº 26/2002, entre outras diretrizes, definiu para a área polarizadora em questão:

***Das intervenções necessárias à proteção do bem tombado***

*Ressalvadas as intervenções estritamente necessárias à preservação da Serra do Curral, previamente aprovadas pelo CDPCM-BH, bem como as previstas nas Diretrizes Especiais, é vedado edificar, descaracterizar ou abrir vias em praças, unidades de conservação e demais espaços incluídos em seu perímetro de tombamento.*

***Da proteção à vegetação nativa***

*É de preservação permanente a vegetação nativa da Serra do Curral, devendo ser promovida a substituição dos espécimes exóticos, mediante plano a ser aprovado pelo COMAM, ouvido o CDPCM-BH.*

***Das restrições às novas atividades minerárias***

*O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que as áreas da Serra do Curral, objeto do presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.*

Nesse sentido, a primeira versão do PRAD foi analisada e aprovada pelo CDPCM-BH através da Deliberação 098/2006. Em 2008 o CDPCM-BH analisou e aprovou a versão revisada do PRAD, o Censo Florestal e o Projeto de Reconstituição da Paisagem para a estrada a ser ampliada, ligando Sabará à Mina Corumi, conforme disposto na Deliberação 086/2008, na qual constava a recomendação para que fossem apresentados os projetos executivos de todas as intervenções civis e paisagísticas que se pretendia propor na área polarizadora, além da solicitação de encaminhamento à Diretoria de Patrimônio Cultural – DIPC de relatórios periódicos que permitissem acompanhar e documentar os diversos estágios da recuperação e reconfiguração da área. Faz-se necessário esclarecer que os projetos executivos e os relatórios não foram apresentados à DIPC, estando em desconformidade com a referida deliberação.

Em 19/07/2016 a EMPABRA protocolou o último Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental, Desenvolvimento do PRAD e Termo de Ajustamento de Conduta referente ao mês de maio/2016. Neste Relatório a SMMA é informada que já haviam sido removidos 4.090.456,62 de toneladas de minério. Reportando ao PT 1000/2016 vale ressaltar que, como previsto, em maio/2016 o montante de 4 000 000,00 de toneladas de minério já havia sido ultrapassado em aproximadamente 90 000,00 toneladas. Desta forma, a SMMA entende que, a esta altura e neste ritmo, a extração já tenha excedido em mais de 400 000,00 toneladas o estabelecido no acordo com o MPMG e que consta no PRAD, e ainda, desconhece o atual estágio de implantação das obras de recuperação da área, levando-se em consideração que, atualmente, a responsabilidade é da SEMAD.

Retomando o TAC firmado com o Estado de Minas Gerais, os responsáveis pelo PRAD solicitaram o

licenciamento de operação para atividade mineraria, conforme exigência do TAC, porém tal ação choca-se com as restrições da legislação municipal, as quais têm como consequência a rejeição pelo Município de nova atividade mineral no perímetro tombado da Serra do Curral, criando um impasse administrativo para o prosseguimento do processo de licenciamento em curso no órgão ambiental do Estado de Minas Gerais.

Assim sendo, solicitamos providências e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

*Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni – BM. 74.173-X*  
**Gerente da Gerência De Licenciamento Ambiental De Empreendimentos De Impacto**

*Vasco de Oliveira Araujo – BM. 94.734-6*  
**Secretário Municipal de Meio Ambiente**

Ao Ilmo. Dr.

**Mauro da Fonseca Ellovitch**

Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Bacia do Rio das Velhas e Paraopeba

Rua Dias Adorno, nº 367, 8º andar

Santo Agostinho, Belo Horizonte / CEP 30190-100

C/C

Ilma. Dra.

**Claudia Ferreira de Souza**

Ministério Público de Minas Gerais

Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural

Avenida Raja Gabaglia, 615 – 2º andar - bairro: Cidade Jardim

CEP: 30.380.103 / Belo Horizonte - MG

GAB

**EMPABRA**

Empabra Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.

SINAMA - Cadastro nº: 08752 / 18

Data Recebimento: 03 / 05 / 18

Ass. *WDC* EM: 982060

Belo Horizonte 16 de Abril de 2018

TAG 72343

Ao Ilmo Sr.  
Alexandre Kalil  
Prefeito de Belo Horizonte

**Assunto:** Pedido de Declaração de Conformidade de Uso do Solo para Licenciamento do Projeto Mina Corumi da Empresa de Mineração Pau Branco LTDA – EMPABRA

**Referência:** FCEI nº R423392/2015 e FOBI nº 0763362/2015 A, protocolados na SUPRAM Central.

Ilustríssimo Prefeito

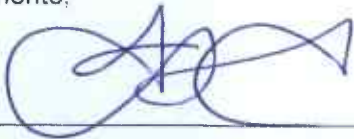
Solicitamos a Declaração de Conformidade de Uso do Solo para formalização do processo de licenciamento para obtenção de Licença de Operação Corretiva (LOC), Projeto Mina Corumi (EMPABRA), localizado na zona urbana de Belo Horizonte, local denominado Bairro Cidade Jardim Taquaril, com ponto de coordenada central X: 616433 / Y: 7794883, sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, Zona 23S.

Segue em anexo:

- Cópia do FCEI e FOBI protocolados na SUPRAM Central;
- Mapa de Localização do Empreendimento.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,



**EMPABRA - EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA.**

**ILMO. SR. ALEXANDRE KALIL**

Prefeito de Belo Horizonte

Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro, Belo Horizonte – MG

CEP: 30130-003

PBH - GABINETE DO PREFEITO

Recebido como: *em mão*

Data: 17 / 04 / 2018

Nome: *Andreia*

IME: 3074 Horário: 13:30

contato@empabra.com.br

Rua Desembargador Jorge Fontana, 50 — Conj. 807/8º Andar CEP 30320-670 Belvedere - Belo Horizonte/MG

Ao Sec. Mário Werneck.

Para análise e providências pertinentes.  
Favor dar retorno diretamente à  
EMPABRA, enviando cópia para  
conhecimento deste Gabinete.

Adriana Branco Cerqueira - BM 114.232-X

Chefe de Gabinete do Prefeito

GP

27/4/2018.

## **ANEXO 1**

(Formulário de Caracterização Integrado do  
Empreendimento – FCEI)





FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - FCE

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão social ou nome: EMPABRA EMPRESA DE MINERACAO PAU BRANCO LTDA

Nome Fantasia: EMPABRA -

CNPJ/CPF: 17.157.082/0001-85 Inscrição estadual: 062.616.344-0039

Endereço (Rua, Av. Rod. etc): RUA DESEMBARGADOR JORGE FONTANA Nº 50

Complemento: SALA 807 Bairro/localidade: BELVEDERE

Município: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30.320-670 Telefone: (31) 3287-4840

Fax: ( ) Caixa Postal: E-mail:

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Razão social ou nome: EMPABRA EMPRESA DE MINERACAO PAU BRANCO LTDA

Nome Fantasia: EMPABRA - GRANJA CORUMI

CNPJ/CPF: 17.157.082/0003-47 Inscrição estadual: 062.616.344-0110

Endereço (Rua, Av. Rod. etc): GRANJA CORUMI - R. CEL. J. CUSTODIO VEIGA Nº/km: S/N

Complemento: SERRA DO CURRAL Bairro/localidade: TAQUARIL

Município: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30.285-650 Telefone: (31) 3287-4840

Fax: ( ) Caixa Postal: E-mail:

Micro Empresa: ☒ NÃO ☐ SIM

3. ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA: ☐ REPETIR CAMPO 1 ☐ REPETIR CAMPO 2  
(informar endereço em área urbana, pois os correios não entregam correspondência em área rural)

Destinatário: Valéria da Rocha / Coordenadora de Meio Ambiente  
(nome da pessoa que vai receber a correspondência) (vínculo com a empresa)

Endereço (Rua, Av., etc.): Rua Paul Bouthilier Nº/km: 37

Complemento: casa Bairro/localidade: Mangabeiras

Município: Belo Horizonte UF: MG CEP: 30.315-010 Telefone: (31) 3269-0000 Cel: (31) 8486-7751

Fax: ( ) Caixa Postal: E-mail: valeria.rocha@fipbiogold.com

4. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

4.1 - A área do empreendimento abrange outros municípios? ☐ NÃO ☒ SIM (Se sim, informar): Sabará

4.2 - A área do empreendimento abrange outros estados? ☒ NÃO ☐ SIM (Se sim, informar):

4.3 - O empreendimento está localizado dentro de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável ou de proteção integral, criada ou implantada, ou em outra área de interesse ambiental legalmente protegida?

☒ NÃO ☐ SIM, nome:

4.4 - O empreendimento está localizado em sua zona de amortecimento (ou entorno, no raio de 10 km ao redor da UC), de alguma UC, exceto APA ou RPPN?

☐ NÃO ☒ SIM, nome: Parque Estadual da Baleia, Parque Estadual do Rola Moça (Proteção Integral) e Parque Municipal Mangabeiras.

5. USO DE RECURSO HÍDRICO

5.1 - O empreendimento faz uso ou intervenção em recurso hídrico? ☐ NÃO (passe ao item 6) ☒ SIM

5.2 - Utilização do Recurso Hídrico é/será exclusiva de Concessionária Local? ☒ NÃO ☐ SIM (passe ao item 6)

5.3 - Existe Processo de Outorga já solicitado junto ao IGAM (Em análise)

Nº Protocolo do IGAM: Nº Protocolo/ Ano / / /

5.4 - Não outorgado (ainda não possui Outorga)

Código do uso: 07 quantidade: 01 código do uso: quantidade: código do uso: quantidade:

Código do uso: quantidade: código do uso: quantidade: código do uso: quantidade:

5.5 - Uso de Volume Insignificante? ☒ NÃO ☐ SIM (Uso de volume insignificante é definido pela UPGRH em que o empreendimento está localizado. Informe-se no site do SIAM através DN CERH 09/2004):

Código do uso: quantidade: código do uso: quantidade: código do uso: quantidade:

5.6 - Utilização do Recurso Hídrico é ou será Coletiva? ☒ NÃO ☐ SIM (Informar: DAC/IGAM / )  
(A Declaração de Área de Conflito DAC/IGAM, deverá ser solicitada no IGAM ou através das SUPRAM's)

Código do uso: quantidade: código do uso: quantidade: código do uso: quantidade:

5.7 - Possui Outorga/Certidão de Uso Insignificante? (Portaria de Outorga publicada)

Nº da Portaria/ano: / ; Nº da Portaria/ano: / ; Nº da Portaria/ano: /

Nº da Certidão/ano: / ; Nº da Certidão/ano: / ; Nº da Certidão/ano: /

5.8 - Trata-se de Revalidação/Renovação de Outorga?

Nº da Portaria/ano: / ; Nº da Portaria/ano: / ; Nº da Portaria/ano: /

5.9 - Trata-se de Retificação de portaria de Outorga?









[ x ] Título autorizativo emitido pelo DNPM (Decreto de Lavra, Portaria de Lavra, Manifesto de Mina, Registro de Licenciamento, Registro de Extração, Permissão de Lavra Garimpeira)

7.6 – Direitos de Lavra Arrendados? [ x ] NÃO [ ] SIM

7.7 – Ampliação ou modificação de empreendimento já regularizado ambientalmente?

[x] NÃO (passe para o item 8) [ ] SIM, preencha abaixo:

Certificado de Autorização nº 128/08 COMAM-BH Autorização Ambiental de Funcionamento nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Fase atual da ampliação: [ ] Projeto [ ] instalação, iniciada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ [ x ] operação, desde 10/10/2012

7.7.1 – Dados referentes à ampliação

Código da atividade referente à ampliação ou modificação (DN 74/04)	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA*

7.7.2 – Dados da atividade principal do empreendimento já regularizada ambientalmente relacionada à ampliação

Código referente à atividade principal (DN 74/04)	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA*

\*Informar **SOMENTE** a unidade de medida específica para cada uma da(s) atividade(s), conforme Anexo I da DN COPAM 74/04.

7.8 – Está cumprindo as obrigações inerentes à licença vigente, inclusive suas condicionantes? [ ] NÃO [ ] SIM

7.9 – Quer fazer uso da prerrogativa do § 2º, art. 8º da DN 74/2004 (redução de 30% no custo de análise)? [ ] NÃO [ ] SIM

8. Selecione uma opção de Pagamento, tendo como referência a tabela anexa RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF/IGAM Nº 1919, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013:

8.1– [ x ] No ato da Formalização do processo, pagar o valor integral da tabela, e caso os custos apurados na planilha sejam superiores, pagar a diferença antes do julgamento

8.2– [ ] No ato da Formalização do processo, pagar 30% do valor da tabela e o restante em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, não inferiores a R\$ 1.000,00 (hum mil Reais) cada, e caso os custos apurados na planilha sejam superiores, pagar a diferença antes do julgamento Obs: incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) do valor das parcelas pagas após o vencimento

8.3– [ ] No ato da Formalização do processo, pagar 30% do valor da tabela e o restante de forma integral após a apresentação da planilha de custos

Nota 1: Ficam sujeitas ao pagamento integral do valor da tabela, as classes I e II referente a Autorização Ambiental de Funcionamento- AAF, não cabendo parcelamento vez que não atingem o valor mínimo de R\$ 1.000,00( hum mil reais) exigido para parcelamento.

Nota 2: Em qualquer das situações acima, ficam o julgamento e a emissão da Licença condicionados à quitação integral dos custos, conforme art. 7º, da DN COPAM n.º 74/2004

Nota 3: Os valores eventualmente pagos a maior em relação ao custo apurado na apresentação da Planilha referente a LP, LI e LO, classes III e IV, na hipótese das opções 5.1 e 5.2, serão ressarcidos ao empreendedor, desde que esses valores não sejam inferiores a 30% da tabela.

Nota 4: PAGUE A PRIMEIRA DAE (DE 30 %) SOMENTE APÓS REUNIR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, PARA EVITAR TER DE SOLICITAR O RESSARCIMENTO, CASO NÃO FORMALIZE O PROCESSO ATÉ DATA DE VALIDADE DO FOBI.

9. Declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais, c/c artigo 19, §3º, item 5, do decreto 39424/98, c/c artigo 19 da resolução CONAMA 237/97.

Data

Nome legível do responsável pelo preenchimento do FCEI

Assinatura

Vínculo com a empresa

OS FORMULÁRIOS COM INSUFICIÊNCIA OU INCORREÇÃO DE INFORMAÇÕES NÃO SERÃO DEVOLVIDOS E SE TORNARÃO SEM EFEITO EM 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA POSTAGEM OU PROTOCOLO. FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, DENTRO DESTES PRAZO, PARA MAIORES INFORMAÇÕES.

À

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL CENTRAL/METROPOLITANA

Prezados Senhores,

**EMPABRA – EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA.**, (“Empreendedor”), sociedade empresária limitada, com endereço na Granja Corumi, Rua João Custódio da Veiga, s/n, Bairro Taquaril, Belo Horizonte, MG, CEP: 30.285-650, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.157.082/0003-47, titular do Direito Minerário referente ao Processo DNPM 7227/1957, esclarece neste ato que a apresentação do FCE – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ocorre em observância do posicionamento da SEMAD acerca da competência para o licenciamento deste empreendimento. Todavia, não devido à localização do empreendimento integralmente dentro do Município de Belo Horizonte, onde os impactos da atividade ocorrerão, não é possível o recebimento do FCE no protocolo desta Superintendência, vez que é necessária a indicação de impactos da atividade em mais de um município. Desta forma, apenas fins de viabilização do protocolo indicou-se o Município de Sabará como afetado pelo empreendimento, vez que é o primeiro município pelo qual ocorre a utilização de uma estrada construída (já existente) para o escoamento da produção. O Empreendedor neste ato não abdica de sua visão de que os impactos diretos do empreendimento são restritos ao Município de Belo Horizonte, tampouco do seu direito de demonstrá-lo por meios dos estudos que serão apresentados no processo de licenciamento.

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2015.

  
**EMPABRA – EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA.**

Maurício Índio do Brasil

*Recebido*  
*02.08.15*  
  
*SECRETARIA*



## **ANEXO 2**

(Formulário de Orientação Básica Integrado do  
Empreendimento – FOBI)





**FORMULÁRIO DE ORIENTAÇÃO BÁSICA**

**Tipologia: Atividades Minerárias**

**O LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**Nº do Documento: 0763362/2015 A**

**FCEI de Referência: R423392/2015**

1- IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO A SER LICENCIADO: ( de acordo com o FCEI apresentado )  
Empreendedor: EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA CPF/CNPJ: 17157082000347  
Empreendimento: EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA  
Município: BELO HORIZONTE/MG

Objeto(s) Requerimento: LAVRA A CÉU ABERTO COM OU SEM TRATAMENTO A SECO- MINÉRIO DE FERRO, ESTRADAS PARA TRANSPORTE DE MINÉRIO/ESTÉRIL, OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (PÁTIOS DE RESÍDUOS E PRODUTOS E OFICINAS), PILHAS DE REJEITO/ ESTÉRIL, POSTOS REVENDÉDORES, POSTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALISTAS E POSTOS FLUTUANTES, UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS - UTM  
Atividade Principal: LAVRA A CÉU ABERTO SEM TRATAMENTO OU COM TRATAMENTO A SECO MINÉRIO DE FERRO

Outras Atividades: UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS UTM Obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas) ESTRADAS PARA TRANSPORTE DE MINÉRIO / ESTÉRIL Pilhas de rejeito / estéril POSTOS REVENDÉDORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALISTAS, POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDÉDORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO.

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA**

Nome do Responsável: VALÉRIA DA ROCHA  
Endereço: RUA PAUL BOUTHILIER Nº: 37  
Município (s): BELO HORIZONTE/MG  
Distr/Bairro: MANGABEIRAS  
CEP: 30315-010

2 - Coordenadas geográficas de 1 ponto no local de intervenção do empreendimento em um dos formatos

Formato	Latitude	Longitude
	DATUM:	Fuso:
Formato UTM (X,	Y=	
X=		

Observação: Quando informar em Latitude e Longitude o DATUM é obrigatório, e quando expressa em formato

3 - CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CONFORME DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/04

CLASSE DO EMPREENDIMENTO: 3

4 - TIPO DE REGULARIZAÇÃO: LOC - LICENÇA DE OPERAÇÃO EM CARATER CORRETIVO

Atividade: A-02-03-8 - LAVRA A CÉU ABERTO SEM TRATAMENTO OU COM TRATAMENTO A SECO MINÉRIO DE FERRO

Substância Mineral: FERRO  
Produção Bruta: 1500000t/ano  
Número DNPM/Ano: 7227/1957

Atividade: A-05-01-0 - UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS UTM  
Número DNPM/Ano: 7227/1957  
Produção Bruta: 1500000t/ano  
Substância Mineral: FERRO

Atividade: A-05-02-9 - Obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)  
Substância Mineral: FERRO  
Número DNPM/Ano: 7227/1957  
Área útil (ha): 20ha



Atividade: A-05-05-3 - ESTRADAS PARA TRANSPORTE DE MINÉRIO / ESTÉRIL  
Extensão (Km): 10Km  
Substância Mineral: FERRO  
Número DNPM/Ano: 7227/1957

Atividade: A-05-04-5 - Pilhas de rejeito / estéril  
Área útil (ha): 5ha  
Substância Mineral: FERRO  
Número DNPM/Ano: 7227/1957

Atividade: F-06-01-7 - POSTOS REVENDADORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS, POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDADORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO.  
Capacidade de armazenagem m3: 45m3

## 5 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

### 5.1) Documentos a serem entregues para a formalização de processo de Licenciamento

- FCEI - Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento - original assinado ou com assinatura eletrônica quando enviado pela internet.
- FOBI - Formulário de Orientação Básica - Integrado / original
- Procuração ou equivalente, que comprove vínculo com o empreendimento, da pessoa física que assina o FCEI (Quando for o caso).
- Requerimento de licença (conforme modelo emitido pelo site [www.semاد.mg.gov.br](http://www.semاد.mg.gov.br), anexo ao FOBI).
- Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento em Latitude, Longitude ou em formato UTM.
- Declaração original da(s) Prefeitura(s) Municipal(ais) informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município. (Conforme modelo emitido pelo site [www.semاد.mg.gov.br](http://www.semاد.mg.gov.br), anexo ao fobi)
- Cópia da Comunicação do DNPM julgando satisfatório o PAE - Plano de Aproveitamento Econômico ou Título Autorizativo do DNPM (Portaria de Lavra, Registro de Licenciamento, Registro de Extração ou PLG - Permissão de Lavra Garimpada) ou Guia de Utilização nos casos de Alvará de Pesquisa.
- Recibo do pagamento - DAE
- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal
- Cópia digital, acompanhada de declaração atestando que confere com o original entregue em documento impresso.
- RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, com respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica quitada, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
- EIA - Estudos de Impacto Ambiental, com respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica quitada, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
- Original e cópia para conferência, da publicação em periódico local ou regional, de grande circulação, do requerimento de licença nº 28047/2014.
- Cópia e original do comprovante referente ao recibo de emolumento.
- Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal
- Caso haja uso de volume insignificante apresentar a Certidão de Cadastro de Uso Insignificante de Recursos Hídricos. (Informe-se pelo site [usoinsignificante.igam.mg.gov.br](http://usoinsignificante.igam.mg.gov.br)).

### 5.2) Documentos a serem entregues para a formalização de processo de Outorga

Modo de uso (qtd):

#### - PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR(1)

- Requerimento para perfuração de poço tubular, conforme modelo disponível no site do IGAM.
- Recibo do pagamento - DAE
- Cópia e original do comprovante referente ao recibo de emolumento.
- Formulário técnico para perfuração de poço tubular por ponto de perfuração - conforme modelo IGAM
- Planta ou croqui de localização do ponto de locação do poço

Informativo: A arrecadação dos órgãos da Administração Pública por determinação do Decreto nº 44.180, de 22 de dezembro de 2005, será realizada através do DAE e não mais através de depósito identificado. Os Bancos autorizados a receber os DAE são: Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Mercantil de Brasil, Bancoob, Bradesco.

O DAE pode ser obtido através do site <http://www.siam.mg.gov.br> no link DAE On-line ou nos órgão seccional.

#### INDENIZAÇÃO DOS CUSTOS:

R\$36.780,55 (Indenização custos de análise da Licença Ambiental);

A indenização dos custos de análise dos pedidos de licenciamento poderá dividida em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas de valor não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme estabelecido pela Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004. Para outras opções de pagamento, entrar em contato com Órgão Seccional Competente.

R\$110,17 (Indenização dos custos de análise e publicação de Outorga);

#### OBSERVAÇÕES

- ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CAMPO 2 – COORDENADAS GEOGRÁFICAS, DEVIDAMENTE PREENCHIDO;
- A DOCUMENTAÇÃO ACIMA ASSINALADA SÓ SERÁ RECEBIDA QUANDO COMPLETA E NA ORDEM LISTADA;
- A CÓPIA DIGITAL DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME ORIENTAÇÃO ANEXA;
- PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ACIMA LISTADA – 180 DIAS DA DATA DO PROTOCOLO DO FOBI, SALVO PRAZO MENOR ESTABELECIDO PELO COPAM OU ÓRGÃO SECCIONAL DO SISEMA.
- OBSERVAR O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO SEMAD Nº 390, DE 11 DE AGOSTO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO EXECUTIVO DE MINAS GERAIS EM 13 DE AGOSTO DE 2005.
- APÓS CONSULTA, CASO SEJAM CONSTATADOS DÉBITOS AMBIENTAIS, O EMPREENDEDOR DEVERÁ QUITÁ-LOS, A FIM DE DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. VALE LEMBRAR QUE, SE TAIS DÉBITOS NÃO FOREM QUITADOS O PROCESSO NÃO PODERÁ SER JULGADO.
- O RCA/PCA E O EIA/RIMA DEVERÃO CONTEMPLAR TODAS AS ATIVIDADES SEPARADAMENTE.

BELO HORIZONTE, 15 de Dezembro de 2017

*Monique*

Monique Albuquerque Santos Oliveira,  
responsável/SUPRAMCM pela emissão desta Orientação.

Recebida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome legível / assinatura do representante do empreendimento

SIGLAS: IEF – Instituto Estadual de Florestas: (31) 3295-3216; IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das águas: (31) 2101-3355; FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente: (31) 3298-6200; NARC – Núcleo de Apoio as Regionais do COPAM – NARC Jequitinhonha (38) 3531-2650, NARC Triângulo Mineiro (34) 3237-3765, NARC Sul de Minas (35) 3223-7678, NARC Norte de Minas (38) 3212-3811, NARC Zona da Mata (32) 3531-4105, NARC Alto do São Francisco (37) 3216-1055, NARC Leste





**OFÍCIO GAB-SMMA/EXTERNO nº 1230/18**

Belo Horizonte, 08 de Maio de 2018.

Prezado Sr. Secretário

**Ref.:** Mineração Corumi EMPABRA

**Processo SMMA:** 01-124.854/03-49

O Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal n.º 4.253, de 04 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto n.º 16.529/16, na Lei Municipal n.º 7.166/96, na Lei Municipal n.º 7.277 de 17 de janeiro de 1997, em análise do Processo Administrativo em epígrafe, que trata do licenciamento ambiental do empreendimento **“PRAD – Mineração Corumi”** do empreendedor **“Empresa de Mineração Pau Branco Ltda – EMPABRA”** – CNPJ 17.157.082/0001-85, procedida na reunião ordinária do dia 03/05/2017, **deliberou**

- Pelo envio do presente comunicado à SEMAD com as seguintes solicitações:
  - seja procedida resposta ao ofício GAB-SMMA/DIPC-FMC/EXTER nº 1849-16 em anexo;
  - sejam tomadas, em caráter de urgência, as devidas providências, considerando as irregularidades apontadas pelo Laudo de Constatação 01/2017 – PE Baleia e o fato do TAC firmado entre a SEMAD e o empreendedor não ter contemplado os limites de extração de minério estabelecidos no acordo firmado com o município e demais órgãos e tampouco considerou tratar-se a área como tombada pelo patrimônio municipal, o que pode causar danos irreversíveis em área que deve ser recuperada, conforme demonstrado no ofício GAB-SMMA/DIPC-FMC/EXTER nº 1849-16.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

Respeitosamente,

Mário de Lacerda Werneck  
**Secretário Municipal**  
**Presidente do Conselho**

Ao  
Ilmo. Sr.

**Germano Luiz Gomes Vieira**

Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais

Rodovia Prefeito Américo Gianetti – Bairro Serra Verde - CEP: 31.630-900 / Belo Horizonte – MG

Número do SIPRO:	Não Possui.
Número do SIGED:	00680879-1501-2018
Descrição:	E.F OF.1230/18
Solicitante:	PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
Data e hora do protocolo:	15/05/18 10:12
Nome do atendente:	MARIA APARECIDA MARTINS
Destinatário:	SEPLAG/CSC SEI/DIGITALIZAÇÃO
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site: <a href="http://www.planejamento.mg.gov.br">www.planejamento.mg.gov.br</a> e consultar no SIGED-WEB.	



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Fundação Municipal de Cultura

Ofício GAB-SMMA/DIPC-FMC/EXTER nº 1849-16

Belo Horizonte, 03 de junho de 2016.

Assunto: Mineração Corumi EMPABRA

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste prestar informações e solicitar providências em relação ao plano de recuperação da área degradada executada pela Empresa de Mineração Pau Branco – EMPABRA, situada no bairro Taquaril, Regional Leste do município de Belo Horizonte.

Conforme informado no ofício GAB-SMMA/EXTER n.º 1560/15 (em anexo), após acordos realizados na esfera judicial e administrativa, envolvendo o ministério público estadual, órgãos do patrimônio, esta SMMA e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte foi aprovado o referido PRAD.

Recentemente, a SEMAD interpretou que a atividade desenvolvida pelo empreendedor (PRAD) era passível de licenciamento ambiental e, por estar em divisa de municípios, a competência seria do Estado. Desse modo, avocou para si o licenciamento e celebrou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o empreendedor para que ele pudesse continuar suas atividades até que as devidas licenças forem expedidas.

Contudo, o mencionado TAC não contemplou os limites de extração de minério estabelecidos no acordo firmado com o município e demais órgãos e tampouco considerou tratar-se a área como tombada pelo patrimônio municipal.

Conforme informações constantes no processo administrativo nº 01-124.854/03-49, parecer técnico nº 1000/16 (em anexo) o interessado já extraiu 3.615.687,86 toneladas de minério (fev. 2016), equivalendo a aproximadamente 90% do montante de 4.000.000,00 aprovado no acordo e refletido no PRAD. Todavia, o TAC permitiu em sua cláusula segunda, na medida nº 21, que a produção bruta anual não deve exceder a 1.500.000,00 toneladas/ano, podendo ser renovado por mais um ano. Uma vez que, na ótica do PRAD, só restavam aproximadamente 400.000,00 toneladas de minério a serem retirados, o TAC contraria o objetivo inicial de recuperação da área

Av. Afonso Pena n.º4000, Bairro Cruzeiro, CEP 30.130-009

Belo Horizonte, MG - Telefone (31) 3277-5260 - E-mail: [smma@pbh.gov.br](mailto:smma@pbh.gov.br)

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - TNDQPEB6Z8JAGU

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SERGIO SIEBLER GOMES

*[Handwritten signature and initials]*



7781  
8

da área. Faz-se necessário esclarecer que os projetos executivos e os relatórios não foram apresentados à DIPC, estando em desconformidade com a referida deliberação.

Em 12 de maio de 2016 a Grebler Advogados, representantes da ETC – Empresa Taquaril de Terrenos e Construções Ltda., proprietária da área, protocolizou na DIPC requerimento endereçado ao Presidente do CDPCM-BH para tomada das providências necessárias para alertar o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, a Superintendência de Regularização ambiental – Central Metropolitana – SUPRAM/CENTRAL, o Ministério Público e demais autoridades das restrições existentes na área no intuito de evitar o agravamento da degradação ambiental verificada no local. Foi informado que os propósitos de recuperação ambiental vêm sendo seriamente desvirtuados pelas empresas responsáveis pelos trabalhos e verifica-se a intensificação das atividades mineradoras com a implantação de enormes bacias de retenção de água não previstas no PRAD.

Destarte, solicitamos a oitiva dos órgãos municipais que são favoráveis à recuperação da área degradada e desfavoráveis ao licenciamento de atividade minerária no local que não vise exclusivamente esse objetivo.

Sendo o que se apresenta no momento, colocamo-nos.

Atenciosamente,

*Pedro Francisco*  
Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni – BM. 74.173-X

**Gerente da Gerência De Licenciamento Ambiental De Empreendimentos De Impacto**

*Vasco*  
Vasco de Oliveira Araujo – BM. 94.734-6  
**Secretário Municipal de Meio Ambiente**

*Carlos Henrique*  
Carlos Henrique Bicalho – Mat. 000080-7  
**Diretor de Patrimônio Cultural  
Fundação Municipal de Cultura/FMC**

Em _____
Nº _____
Recebi o original em _____
Assinatura _____

Ao  
Ilmo. Sr.  
Jairo José Isaac  
Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
c/c  
Anderson Silva de Aguiar  
Subsecretaria de Regularização Ambiental

Em _____
Nº _____
Recebi o original em _____

Número do SIPRO: 0128015-1170/2016-9  
Número do SIGED: 00112151-1501-2016  
Descrição: ENVELOPE LACRADO  
Solicitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO  
Data e hora do protocolo: 08/06/2016 - 10:30  
Nome do atendente: POLIANA DE OLIVEIRA LIMA  
Destinatário: SEMAD/SGRAI  
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br) e consultar no SIGED-WEB.

o Sustentável  
CEP: 31.630-900 / Belo Horizonte –

Jairo Cruzeiro, CEP 30.130-009  
3277-5260 - E-mail: [smma@pbh.gov.br](mailto:smma@pbh.gov.br)

Número do SIPRO: 0128015-1170/2016-5	Número do SIGED: 00118168-1501-2016	Descrição: ENVELOPE FECHADO	Solicitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO	Data e hora do protocolo: 08/06/2016 - 10:30	Nome do atendente: ARISTOTELES SANTOS	Destinatário: SEMAD/GABINETE/CHEF-GAB
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site <a href="http://www.planejamento.mg.gov.br">www.planejamento.mg.gov.br</a> e consultar no SIGED-WEB						

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - TNDQPEBE628

SERGIO SIEBLER GOMES



Ofício GAB-SMMA/EXTER n.º 1560/15

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015.

Assunto: Ofício SUCFIS. SEMAD. SISEMA 79/15

Prezado Senhor(a),

Acusamos o recebimento do ofício em referência com solicitação de informações sobre a recuperação da área degradada executada pela Empresa de Mineração Pau Branco – EMPABRA.

Consta na SMMA o processo administrativo nº 01-124854/03-49, referente à avaliação da área degradada onde foi apresentado um Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, solicitado pelo Ministério Público. O referido PRAD foi analisado e aprovado pela SMMA.

A seguir são transcritos os quesitos do ofício e as respectivas respostas.

#### **1 – Detalhamento da concepção do processo de recuperação de área degradada.**

**R:** Trata-se do cumprimento das determinações originadas da Transação Civil efetuada nos autos do processo judicial nº 0024.05778262-5 da 9ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte com participação do Ministério Público Estadual. A referida transação teve por objetivo obrigar à implementação de medidas de recuperação e pagamento de indenização pelos danos ambientais irreparáveis na área da antiga Mina Fazenda Corumi.

A área foi sede da extração de minério de ferro e solo laterítico/canga para uso em pavimentação de vias até o início da década de 1990. A atividade se desenvolveu sem controle ambiental eficiente e sem uma frente de lavra bem definida. Ao centro foi disposta uma grande pilha de finos que à época não tinha valor econômico. Por esses motivos, após várias autuações, a atividade foi embargada pela PBH. A paralisação das atividades de forma não planejada acarretou problemas de natureza ambiental, pois a pilha de finos começou a se desfazer pela ação das intempéries, assoreando a calha de drenagem. Em associação, inúmeros processos erosivos se instalaram nas áreas decapadas, contribuindo para a desestruturação do

ecossistema local e para o assoreamento a jusante. Assim, ao longo de pouco mais de uma década, surgiu o aspecto lunar observado antes do início da execução do PRAD.

Pela grande extensão da área e de seu passivo, o proprietário sempre alegou falta de recursos para implementar as ações corretivas. O assunto foi levado ao Ministério Público que instaurou Inquérito Civil e posteriormente ajuizou ação judicial. Ao longo de vários anos o MP tentou intermediar soluções possíveis que financiassem a recuperação da área.

Em 2003, a EMPABRA, dentro do Inquérito Civil, protocolou requerimento em que foram descritas a situação da área e a seguinte proposta da empresa: a comercialização do fino do minério de ferro retirado no processo de recuperação da área, a fim de formar o capital para a execução da revitalização ambiental do terreno. A partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 03/06/2004, entre a EMPABRA e o MPMG, com interveniência da SMMA, a concepção da recuperação da área, incluindo a permissão para venda de certa quantidade de fino de minério de ferro, materializou-se como forma de financiar as medidas de restauração da área. Nesse documento, a EMPABRA obrigou-se a preparar o PRAD, a ser submetido ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

Em seguida, foi homologado Termo de Transação Civil entre o Ministério Público, EMPABRA e SMMA, em 04/07/2006, no qual a EMPABRA obrigou-se a implantar obras emergenciais descritas nesse Termo e a promover a recuperação da área degradada através das medidas reunidas no PRAD, o qual foi apresentado à SMMA em 19/07/2006. Esse Termo de Transação Civil manteve a concepção mencionada acima (recuperação da área degradada mediante a capitalização da empresa responsável com a venda da fração do minério existente necessária para tal). A retirada e comercialização do minério é obrigatoriamente concomitante aos trabalhos de recuperação da área. O PRAD passou por revisões de forma a atender aos questionamentos técnicos da SMMA e foi aprovado em dezembro/2008 pelo COMAM.

Em 06 de março de 2009, houve aditivo ao Termo de Transação, incluindo na cláusula 3ª a possibilidade de retirada e comercialização do minério necessário ao retaludamento e reconformação da área.

## **2 – Estudos apresentados para obtenção do Certificado de Autorização nº 128/2008**

**R:** O PRAD apresentado contempla a revegetação em toda área, o projeto da estrada para o escoamento do minério, a retirada do próprio minério da antiga Mina Fazenda Corumi e a

terraplanagem para correção das erosões e desníveis topográficos acentuados.

Foi prevista a apresentação semestral de relatórios de acompanhamento do PRAD, além da devida prestação de contas das medidas realizadas, conforme estabelecido no Termo de Transação Civil. Esses relatórios têm sido apresentados mensalmente à SMMA e, pelo que consta, ao MPMG.

Dentre outras condicionantes, foi ainda estabelecida a apresentação da conformação definitiva da área, com o sistema de drenagem, considerando a necessidade de estudos geológico-geotécnicos de detalhe para desenvolvimento desses projetos, o que foi exaustivamente discutido com a SMMA, no sentido de minimizar os impactos na paisagem das próprias medidas de reabilitação, como por exemplo, estruturas de drenagem, frente às Normas Técnicas vigentes.

**3 – Autorização/licença de operação com as respectivas condicionantes para a atividade de extração de minério de ferro. Se não possuir a Autorização/Licença, apresentar justificativa.**

**R:** O COMAM deliberou pela autorização para execução do plano de recuperação da área degradada, em cumprimento ao Termo de Transação Civil firmado no âmbito do processo judicial 0024.05778262-5 do TJMG.

**4 – Cópia dos autos de fiscalização, vistoria e infração se houver.**

**R:** Não há registros de autos de infração vinculados à execução do PRAD. Houve o devido acompanhamento com realização de vistorias e emissão de pareceres técnicos de monitoramento da execução do PRAD.

**5 – Anuência do órgão gestor do Parque Estadual da Baleia e demais Unidades de Conservação.**

**R:** Por se tratar da implantação de um PRAD não foram solicitadas anuência do órgão gestor do Parque Estadual da Baleia ou de demais Unidades de Conservação,

**6 – Avaliação do impacto sobre os sistemas viários de Belo Horizonte e demais municípios afetados.**

**R:** Não há impacto sobre o sistema viário de Belo Horizonte, visto que os caminhões não utilizam

esse sistema viário.

Quando da autorização concedida pelo COMAM, o escoamento do minério seria feito pelo sistema viário existente do município de Sabará, o que foi devidamente acertado com essa municipalidade, a qual exigiu as devidas compensações e melhorias nos acessos.

Para nova rota, definida posteriormente, que passa também pelos municípios de Nova Lima e Raposos a SMMA não participou deste processo. A definição e as licenças de transporte e demais exigências foram acertadas entre as partes interessadas e o Ministério Público, sem participação da SMMA.

**7 - Certificado de outorga para captação de água utilizada no empreendimento (umidificação das vias e no processo produtivo).**

**R:** A empresa autorizada a executar o PRAD, EMPABRA, não declarou a necessidade da captação de água. Para umidificação do local, a água não potável chega através de caminhões pipas.

Por fim, em anexo ao presente ofício, encaminhamos cópia digital (mídia DVD) do processo nº 01-124854/03-49, contendo os documentos referidos nesta resposta.

Sendo o que se apresenta no momento, colocamo-nos.

Atenciosamente,

*Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni – BM. 74.173-X*  
**Gerente da Gerência De Licenciamento Ambiental De Empreendimentos De Impacto**

*Délio de Jesus Malheiros – BM. 104.586-6*  
**Secretário Municipal do Meio Ambiente**

**Ao Sr.**  
**Marcelo da Fonseca**  
Subsecretário de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada  
Subsecretaria de Controle e Fiscalização Integrada  
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais – **Edifício Minas, 2º andar**  
Rodovia Prefeito Américo Gianetti – Bairro Serra Verde - CEP: 31.630-900 / Belo Horizonte – MG





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ASSINATURA DIGITAL  
PBH

Seguindo a orientação dos governos de simplificar os procedimentos administrativos, imprimir maior qualidade e produtividade, bem como de assegurar o direito de acesso pleno à informação pelo usuário do serviço público, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal de Arquivos n.º 8.159/1991 e do Decreto Municipal n.º 15.746/14, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH, com a intenção de simplificar e agilizar a tramitação de seus processos, iniciou a utilização da Assinatura Digital.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - TNDQPEBE6Z8JAGU  
Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SERGIO SIEBLER GOMES



**OFÍCIO GAB-SMMA/EXTERNO nº 1235/18**

Belo Horizonte, 08 de Maio de 2018.

Prezado Sr.,

**Ref.: Mineração Corumi EMPABRA**

**Processo SMMA: 01-124.854/03-49**

O Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal n.º 4.253, de 04 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto n.º 16.529/16, na Lei Municipal n.º 7.166/96, na Lei Municipal n.º 7.277 de 17 de janeiro de 1997, em análise do Processo Administrativo em epígrafe, que trata do licenciamento ambiental do empreendimento **“PRAD – Mineração Corumi”** do empreendedor **“Empresa de Mineração Pau Branco Ltda – EMPABRA”** – CNPJ 17.157.082/0001-85, procedida na reunião ordinária do dia 03/05/2017, **deliberou:**

- Pela convocação da empresa EMPABRA para que apresente ao plenário deste conselho as atividades que vem desenvolvendo no local e as licenças cabíveis para tanto;

Desse modo, solicitamos que a empresa entre em contato com a Gerência Executiva do COMAM (tel: 3246-0596 / e-mail: comam@pbh.gov.br) para orientações.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

Respeitosamente,

Mário de Lacerda Werneck Neto

**Secretário Municipal de Meio Ambiente**

**Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**

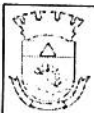
**A**

**Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.**

A/c André Mauricio Ferreira

Rua Desembargador Jorge Fontana, 50 – conj. 807 – 8º andar  
Bairro Belvedere – B. Horizonte / CEP 30320-670





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ASSINATURA DIGITAL  
PBH

Seguindo a orientação dos governos de simplificar os procedimentos administrativos, imprimir maior qualidade e produtividade, bem como de assegurar o direito de acesso pleno à informação pelo usuário do serviço público, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal de Arquivos n.º 8.159/1991 e do Decreto Municipal n.º 15.746/14, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH, com a intenção de simplificar e agilizar a tramitação de seus processos, iniciou a utilização da Assinatura Digital.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - UTESVN3VJ5PS87Q  
Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SERGIO SIEBLER GOMES





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 107359

/20 19 Folha 2/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☐ IEF 03 ☐ IGAM Hora: 15 : 00 Dia: 12 Mês: 06 Ano: 2019

3. Motivação: ☐ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☒ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade  
FEAM: ☐ Condicionantes ☒ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☐ Outros  
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros  
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação  
01. Atividade Pilhas de Rejeito / Estéril 02. Código A-05-04-5 03. Classe 3 04. Porte M  
05. Processo nº 28047/2014/003/2015 06. Órgão: 07. ☐ Não possui processo  
08. ☐ Nome do Fiscalizado EMPABRA - Mineração Pau Branco LTDA 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ 17.157.082/0003-47  
11. RG. 12. CNH-UF 13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral  
14. Placa do veículo - UF 15. RENAVAM 16. Nº e tipo do documento ambiental  
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) EMPABRA - Mineração Pau Branco LTDA 18. Inscrição Estadual - UF  
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia Rua Paul Bouthilier 20. Nº. / KM 37 21. Complemento  
22. Bairro/Logradouro Mangabeiras 22. Município Belo Horizonte 24. UF MG  
25. CEP 310.311-50110 26. Cx Postal 27. Fone: 28. E-mail

6. Local da Fiscalização  
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc. Rua João Custódio da Veiga - Granja Corumi  
02. Nº. / KM 03. Complemento Serra do Curral 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade Taguari  
05. Município Belo Horizonte 06. CEP 310.285-650 07. Fone  
08. Referência do local  
Geográficas DATUM WGS 84  
[ ] SAD 69 Latitude Grau Minuto Segundo  
[ ] Córrego Alegre Longitude Grau Minuto Segundo  
Planas UTM FUSO 22 23 K 24 X= 616891 (6 dígitos) Y= 7795440 (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador João Custódio da Veiga RSV 02. Assinatura do Fiscalizado enviado por correio.









No dia 06/06/2019 foi realizada vistoria no empreendimento Mina Granja Corumi pertencente a Empabra Mineração Ltda., localizada na porção leste do município de Belo Horizonte (Imagem 01). A vistoria foi acompanhada pelo Sr. Philipe Gomes Araújo, representante da mineradora, e na ocasião foi observado e ou informado o que segue:

A vistoria conjunta foi solicitada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) por meio do Vereador Gilson Reis, para verificação das condições de taludes e de erosões na mina. Após a mineradora negar a entrada para a equipe da CMBH, os técnicos da Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana (Supram-CM) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) continuaram a fiscalização sem o acompanhamento dos demais participantes.

Trata-se de mina de minério de ferro situada na Área de Proteção Ambiental (APA) Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A área da mineração está situada na Serra do Curral, na zona de amortecimento do Parque Estadual Serra do Rola Moça (PESRM), nos limites do Parque Estadual da Baleia. Quando da extração do minério na área, o beneficiamento foi realizado a seco, portanto não há barragens ou tecnologias de disposição de material a úmido.

A mina possui sistema de drenagem superficial composto por quatro bacias de contenção de sedimentos dispostas em série. A Bacia 1 situa-se próxima a portaria da mina. A Bacia 2, localizada próxima à Bacia 3, que está localizada aproximadamente no perímetro mediano da mina e da Unidade de Tratamento de Minérios (UTM). A última bacia (Bacia 4), ocorre no final da cava e em cota inferior dentro da própria estrutura. ( Imagem 2)

Foi observado em vistoria que as quatro bacias não estavam assoreadas/saturadas de sedimentos. Embora as atividades de lavra e beneficiamento estejam paralisadas, ressalta-se que as medidas de controle ambiental (como aspersão, manutenção de drenagem dos taludes, desassoreamento das bacias de contenção de sedimentos e demais atividades de controle) a serem realizadas na mina, são medidas obrigatórias, de responsabilidade do empreendedor e devem ser realizadas. Inclusive a realização das obras emergenciais e de manutenção já foram solicitadas, oficialmente, por mais de uma vez, pela Supram-CM, conforme Relatório Técnico Conjunto SEMAD/IEF nº 01/2018, ofício nº 1867/2018 e ofício nº 02/2019.

No início da vistoria, foi possível verificar a saída de caminhões rodoviários carregados de minério, escoando minério pela estrada rural que liga o município de Belo Horizonte a Sabará. Segundo informado pelo representante do empreendedor, os caminhões estavam retirando material já beneficiado que estava estocado em pátio. Ainda foi possível observar a utilização de caminhão pipa realizando aspersão de água para controle de material particulado proveniente nas vias internas da mina.

Servidor Credenciado (Nome Legível):	MASP / N.º PM	Assinatura
1. Rodrigo Soares Val	1.148.246-0	<i>Rodrigo Soares Val</i>
Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG		
2. Lília Aparecida de Castro	1.389.247-6	<i>Lília Aparecida de Castro</i>
Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG		
3. Thais Dias de Paula	1.366.746-4	<i>Thais Dias de Paula</i>
Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG		
4. Roberto Junio Gomes	1.364.474-5	<i>Roberto Junio Gomes</i>
Órgão/Entidade: ( ) SEMAD (X) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG		
5. Thiago Higino Lopes da Silva	1.309.428-9	<i>Thiago Higino Lopes da Silva</i>
Órgão/Entidade: ( ) SEMAD (X) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG		

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

Fiscalizado / Representante do Fiscalizado: Philipe Gomes Araújo

Função/Vínculo com o empreendimento: analista ambiental Assinatura:





2. RELATÓRIO SUCINTO - CONTINUAÇÃO

Em relação à situação ambiental da mina, entende-se que a mesma apresenta três situações distintas, elencadas conforme referências de localização:

1: na área próxima à portaria, no entorno do *sump* 1, foram desenvolvidos taludes para reabilitação que apresentam geometria final definida, com plantio e instalação de sistema de drenagem superficial. Foi observada a presença de vegetação nativa em início de regeneração, porém mais desenvolvida do lado direito à portaria. O plantio deste local, conforme informado pelo representante do empreendedor, foi realizada por meio de convênio da empresa com FUNDEP/UFGM (projeto da professora Dra. Maria Rita Muzzi), o qual foi utilizado espécies nativas do cerrado e de campo rupestre (como por exemplo aroeira, copaíba, candeia, ipê amarelo, mimosa, pequi) selecionadas pelo porte e pela arquitetura radicular, bem como espécies agrônômicas, como feijão guandu, girassol, *Crotalaria sp.*, sendo que as espécies agrônômicas são utilizadas visando a estabilização das áreas nuas dos taludes e controle de erosão, cujas sementes são estéreis, objetivando, portanto, a formação de biomassa do solo (aporte de matéria orgânica). Vide fotos 01, 02 e 09.

2: área continua aos taludes da situação anterior, no entorno dos *sumps* 2 e 3. Observa-se uma fase intermediária de reabilitação da mina, tendo sido verificada a exposição de solo nos taludes, com início de processo de revegetação, em alguns pontos. Ainda pode ser observada a presença de ravinamentos/erosões e ausência de sistema definitivo de drenagem, inclusive com rompimento de drenagem. Vide fotos 03 e 04, 07, 08 e 10.

3: área no entorno do *sump* 4, ao final da mina (extremidade sudoeste). Nessa área ocorreu lava, segundo informado pelo representante do empreendedor, durante a vigência dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), sendo que não foram verificados vestígios de lava recente. No entorno dessa área houve formação de taludes definitivos. Os taludes do lado direito são limitrofes ao Parque Estadual da Baleia. Na maior parte desta área não foram implantadas ações de recuperação, tendo sido observada a presença de ravinamentos e ausência de drenagem no local, o que, se não corrigido pelo empreendedor, podem acarretar prejuízos ambientais, principalmente às áreas do parque. O representante do empreendedor informou que não está sendo realizada a recuperação/manutenção na área pela falta de licença/autorização ambiental. A equipe da Supram-CM esclareceu que a implantação e manutenção das medidas de controles ambientais são obrigatórias, de responsabilidade do empreendedor e devem ser realizadas independentes de licenciamento/autorização ambiental, conforme diretrizes estabelecidas pela Deliberação Normativa COPAM 220/2018 e demais normas ambientais. Reforçamos que esta determinação já ocorreu conforme exposto acima. Vide fotos 5 e 6.

A estrada que leva da área da cava, próxima ao *sump* 4, aos taludes nos limites do parque também se encontra bastante erodida. Foi verificada a presença de uma manilha que coleta as águas pluviais a montante da estrada/berma, que direciona a drenagem diretamente na estrada, sem estruturas de dissipação de energia, o que tem provocado o carreamento de solo e formação de processos erosivos. Vide foto 11.

3. ASSINATURAS

Servidor Credenciado (Nome Legível):

MASP / N.º PM

Assinatura

1. Rodrigo Soares Val

1.148.246-0

*Rodrigo Soares Val*

Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

2. Lilia Aparecida de Castro

1.389.247-6

*Lilia*

Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

3. Thais Dias de Paula

1.366.746-4

*Thais D Paula*

Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

4. Roberto Júnio Gomes

1.364.474-5

*Roberto*

Órgão/Entidade: ( ) SEMAD (X) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

5. Thiago Higino Lopes da Silva

1.309.428-9

*Thiago*

Órgão/Entidade: ( ) SEMAD (X) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

Fiscalizado / Representante do Fiscalizado:

Philippe Gomes Araújo

Função/Vínculo com o empreendimento: analista ambiental

Assinatura:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

POLÍCIA MILITAR *feam*

IEF

Auto de Fiscalização

N.º 107267/2019

Folha 04/04

Conforme informado pelo representante que acompanhou a vistoria, o convênio com a FUNDEP/UFMG encontra-se paralisado e o plantio para revegetação da área tem sido realizado por empresa contratada, sendo utilizada a mesma listagem de espécies do projeto da UFMG e o monitoramento desse plantio é realizado por dois profissionais contratados pela Empabre, sendo observado grande presença de *Crotalaria sp.* (chocalho de cascavel) nas áreas que foram realizados plantios, além de algumas mudas de espécies nativas em início de desenvolvimento, embora tenha sido observado em toda a área a presença de gramínea exótica, principalmente o capim braquiária.

Ainda foi informado pelo mesmo representante não haver necessidade de supressão para o recondicionamento das áreas impactadas.

Considerando que o Ofício 02/2019 SUPRAM de 08 de janeiro de 2019, recebido pelo empreendedor em 10 de janeiro de 2019, o qual defere com condicionantes o pedido do empreendedor para movimentação e comercialização do material já lavrado e beneficiado, que se encontra estocado e impõe como uma das condições que o transporte seja limitado aos volumes, horários, horas e dias (51 dias úteis) de escoamento propostos na memória de cálculo apresentada pelo empreendedor, sendo que o prazo para escoamento do material já teria expirado, conforme mesmo documento;

Considerando que ficou constatado o escoamento de produto na data da vistoria;

Considerando que ficou constatado que o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) foi cumprido apenas parcialmente, sendo conferido por meio de observações de taludes descobertos por vegetação, com visível presença de diversos pontos de ravinamento desencadeados por processos erosivos, bem como ausência ou deficiência de drenagem superficial em diferentes pontos;

Considerando que o empreendedor não cumpriu as condicionantes impostas pelo ofício 02/2019 SUPRAM de 08 de janeiro de 2019, inclusive sem apresentar nem um relatório mensal;

Determina-se a suspensão da retirada de produtos da unidade minerária, bem como de qualquer outra atividade, com exceção daquelas necessárias ao controle ambiental e determina-se a retomada imediata das obras emergenciais, visando a rápida recuperação e manutenção das áreas requeridas no PRAD e constantes nos autos, no qual já houve reiterações, em especial ao quadrante referente as áreas limítrofes ao Parque da Baleia.

Diante do exposto acima, foi lavrado o Auto de Infração 129404/19.

Servidor Credenciado (Nome Legível):

MAASP / N.º PM

Assinatura

1. Rodrigo Soares Val

1.148.246-0

*Rodrigo Soares Val*

Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

2. Lília Aparecida de Castro

1.389.247-6

*Lília Aparecida de Castro*

Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

3. Thais Dias de Paula

1.366.746-4

*Thais Dias de Paula*

Órgão/Entidade: (X) SEMAD ( ) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

4. Roberto Junio Gomes

1.364.474-5

*Roberto Junio Gomes*

Órgão/Entidade: ( ) SEMAD (X) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

5. Thiago Higino Lopes da Silva

1.309.428-9

*Thiago Higino Lopes da Silva*

Órgão/Entidade: ( ) SEMAD (X) FEAM ( ) IEF ( ) IGAM ( ) PMMG

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

Fiscalizado / Representante do Fiscalizado:

Philippe Gomes Araújo

Função/Vínculo com o empreendimento: analista ambiental

Assinatura:

2. RELATÓRIO SUCINTO - CONTINUAÇÃO

3. ASSINATURAS







**Anexo Fotográfico Auto de Fiscalização 107359/2019**

**(Mina Corumi - EMPABRA Mineração SA)**



**Imagem 01.** Localização da Mina Corumi (EMPABRA Mineração Ltda), na Serra do Curral, bairro Taquaril, município de Belo Horizonte.



**Imagem 02.** Detalhe da imagem anterior demonstrando os 4 sumps (S1, S2, S3 e S4) observados em vistoria, utilizados no sistema de drenagem da mina.

*Secretaria*





Foto 01. Vista da entrada da mina com Sump 1 em primeiro plano e taludamento esquerdo.



Foto 02. Vista do taludamento no flanco direito, apontando revegetação realizada UFMG.



Foto 03. Vista dos taludes próximos à UTM, apontando a presença de ravinamentos.



Foto 04. Continuação da imagem anterior, demonstrando taludes e UTM.

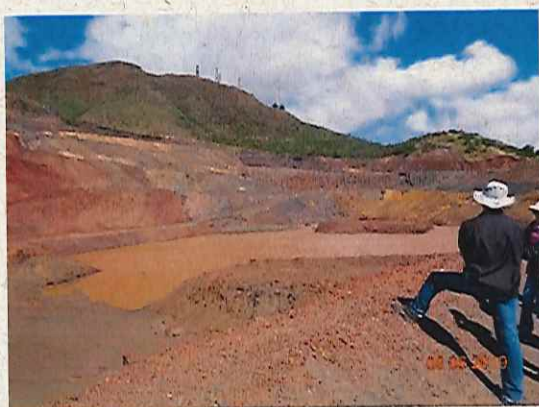


Foto 05. Vista da Cava, sump 4 e taludes de entorno.



Foto 06. Continuação da imagem anterior, demonstrando o final da mina.

*Scotus*





Foto 07. Vista do *sump* 3, próximo à UTM e a montante do *sump* 2 (em segundo plano).



Foto 08. Vista do *sump* 2, a jusante do *sump* 3.



Foto 09. Vista do canal do vertedouro do *sump* 1, próximo à portaria da mina.



Foto 10. Vista do canal (sistema de drenagem da mina) próximo ao *sump* 2.



Foto 09. Vista da situação dos taludes no final da mina (cava).



Foto 10. Idem foto 09, demonstrando erosões no final da mina.



Foto 11: vista da estrada próxima ao *sump* 4

*Sanit*









GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 129406 / 2019

Lavrado em Substituição ao AI nº: 129404 / 2019

Vinculado ao: ☒ Auto de Fiscalização nº 107359 de 14/06/2019  
☐ Boletim de Ocorrência nº:

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:  
☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☒ SGRAI ☐ SUCFIS ☐ PMMG

Local: Belo Horizonte

Dia: 12 / junho / 2019 Hora: 15:30

Nome do Autuado/ Empreendimento: EMPABRA - Mineração Paul Branco LTDA

Data Nascimento: Nome da Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ: 17.157.082/0003-47 ☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Nº. / km: Complemento:

Rua Paul Bouthillier 37  
Bairro/Logradouro: Mangabeiras Município: Belo Horizonte UF: MG

CEP: 30315-010 Cx Postal: Fone: ( ) E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vinculo com o AI Nº:

Nome do 2º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vinculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração

Descumprir determinação de agente credenciado. Movimentar e comercializar material já lavrado e beneficiado, estocado no empreendimento, após prazo acordado com a SUPRAM CM e deixar de apresentar relatórios mensais das atividades realizadas e comprovação do integral cumprimento das obrigações impostas no ofício nº 02/2019.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas: DATUM: ☒ WGS 84 ☐ SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min Seg Longitude: Grau Min Seg  
Planas: UTM FUSO 22 23 K 24 X= 61 68 91 (6 dígitos) Y= 77 95 44 0 (7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
112	I	102	-	-	47.383/18	772/80	-	-	-	-

9. Atenuantes /Agravantes

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
01	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	2.250 UFEMG		2.250 UFEMG
ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:					
Valor total das multas: 2.250 UFEMG (duas mil e duzentas e cinquenta unidades fiscais do Estado de Minas Gerais)					
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$					

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações

Auto de infração lavrado com suspensão de atividades, exceto das medidas de controle ambiental do empreendimento e da implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.

13. Depositário

Nome Completo: ☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:  
Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município:  
UF: CEP: Fone: Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA SUPRAM CM, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rua Espírito Santo, 495 - Centro - Belo Horizonte / MG CEP 30.160-030

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível) MASP: Assinatura do servidor:  
Liliana Aparecida de Castro 1.389.267-6  
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Função/Vinculo com Autuado: Assinatura do Autuado/Representante Legal





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO - SUFIS

#### RELATÓRIO FISCAL

**ASSUNTO:** VISTORIA CONJUNTA COM EQUIPE TÉCNICA DA SEMAD NA EMPABRA – EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO – MINA CORUMI

**ENDEREÇO:** RUA PROFESSOR NAVANTINO ALVES, Nº 868, CIDADE JARDIM TAQUARIL

**DATA:** 29/04/2021

A SUFIS e SMMA.

Prezados,

Conforme solicitado foi efetuada vistoria conjunta na EMPABRA entre a SUFIS-Subsecretaria de Fiscalização da PBH e equipe técnica da SEMAD sendo pela SUFIS o Diretor de Fiscalização Leste, Augusto Carlos Papini e Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental da SUFIS/GAAPO, Simone Barbosa Marques, pela SEMAD estavam presentes, Camila Andrade SUPRAM/SEMAD; Elisangela Aparecida Tonon de Oliveira – Núcleo de apoio técnico SUFIS/SEMAD; Anderson Henrique Borges Mendes – Gestor Ambiental – SUPRAM/SEMAD.

Acompanhando a vistoria estava o empreendedor responsável pela mineradora Sr. Luiz Fernando; o Diretor Administrativo Sr. Leonardo Ferreira e o advogado Sr. Bruno Tobias.

A vistoria iniciou às 09h00minhs do dia 29/04/2021 sendo que primeiramente o empreendedor realizou uma explanação sobre a história da mina, pontuando sobre os termos do aditivo de compromisso de ajustamento de conduta com a SEMAD e dos pontos que ele considerou importante.

Os membros presentes da SEMAD participaram e cada um dentro de sua especialidade e atribuição pontuaram também sobre os aspectos principais de importância para o Estado.

Após esta breve reunião foi realizada vistoria a pé de todo o espaço da Mineradora objetivando conferir a situação existente e condições de recuperação dos espaços envolvendo: taludes, contenção de águas pluviais pelos sumps, o local que foi utilizado para lavra, bem como o local da queda de talude.

Na reunião do dia 28/04 a SMMA esclareceu que por ação do MP o licenciamento foi avocado pelo Estado e que a lavratura de documento pela fiscalização municipal dependeria de avaliação dos relatórios de vistoria. Foi alinhado entre os órgãos que a SUFIS iria realizar a vistoria juntamente com a SEMAD, e que esta iria emitir documento cabível e encaminhá-lo posteriormente à SMMA e SUFIS.

Durante o processo de vistoria a Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental procurou conferir os itens que foram elencados pela SMMA durante a reunião.

Situações constatadas durante a vistoria:

**RETIRADA DOS FINOS:** Consta no local uma grande quantidade de material armazenado que segundo eles seriam os rejeitos, informaram que o responsável técnico não estava na mineradora e, portanto, não souberam passar mais detalhes acerca da retirada de todo o fino.

### **SITUAÇÃO DOS SUMPS**

No espaço ocupado pelo empreendimento foram observados 04(quatro) Sumps estando eles com águas provenientes das chuvas e retenção de particulados oriundos das pilhas de rejeitos.

Logo na entrada da mina consta o primeiro SUMP e o mesmo apresentava com baixo volume de água e não foi constatado escoamento de resíduos para fora da mina.

O 2º (segundo) Sump apresentava volume maior de água e retenção dos rejeitos.

O 3º (terceiro) Sump estava com volume menor de água, mas com maior quantidade de resíduos provenientes das pilhas de rejeitos.

O 4º (quarto) Sump está localizado na cava da lavra que no momento da vistoria estava paralisada

Este último dispositivo de retenção apresentava volume significativo de água, havendo sinais de carreamento de resíduos os quais eram provenientes dos taludes do entorno.

Segundo informação obtida no local, os Sumps 1, 2 e 3 são conectados por tubulações para o devido escoamento das águas, já o 4º(quarto) Sump, as águas ficam retidas neste espaço e a retirada somente é possível via bombeamento e transporte por caminhões pipa.

### **RECUPERAÇÃO DOS TALUDES PRÓXIMO A CAVA DA LAVRA.**

Questionando o empreendedor sobre a recuperação dos taludes da encosta de divisa com os parques Baleia e Mangabeiras ele relatou que devido ao embargo Estadual, a recuperação ainda não foi realizada, pois somente algumas atividades na mina estariam liberadas.

Foi observado que os taludes no entorno da cava se encontram em processo de erosão (ver fotos 35,36,37 e 37A)

### **RECUPERAÇÃO DOS TALUDES DAS PILHAS DE REJEITOS**

Em relação a vistoria efetuada em 2018, foi observado que os taludes das antigas pilhas de rejeitos constam agora com vegetação em desenvolvimento, apesar de ainda existir muitos pontos com falhas. (ver fotos 10,11 e 12)

Segundo o empreendedor eles encontraram algumas dificuldades para recuperar a

vegetação com o plantio direto e adotaram o sistema de semeadura automática.

### **RECUPERAÇÃO DO TALUDES DA ENCOSTA DE DIVISA COM OS PARQUES DA BALEIA E MANGABEIRAS**

Os taludes afastados da cava de lavra foram os primeiros a passar pelo processo de recuperação da vegetação. Na atual vistoria foi observado que havia uma quantidade significativa de vegetação em desenvolvimento, apesar da existência de pontos com falhas e exposição do solo às intempéries podendo surgir ravinamento com posterior evolução para voçorocas. (fotos 03,05,06,07 e 08)

### **PILHAS DE REJEITOS**

Verificando outros espaços da mina, foram constatadas pilhas de rejeitos bem próximas ao paredão, havendo no local uma máquina (pá carregadeira) alinhando as pilhas. Visualmente não foi possível constatar efetivamente se haveria alguma intervenção neste paredão. A situação também foi verificada pelos técnicos da SEMAD.

Além deste local foram constatadas outras pilhas de rejeitos mais recentes e outros resíduos remanescentes, os quais estavam armazenados nos mesmos espaços verificados na vistoria de 2018. (fotos 20 a 25)

Foram visualizadas outras máquinas que constavam desligadas. ( Fotos 29,30 e 31)

### **CRISTA DO PAREDÃO DE DIVISA COM O PARQUE DA BALEIA.**

Percorrendo o espaço da mina nos deslocamos para as proximidades da área de lavra (que estava paralisada) onde foi observado que aos fundos constava o talude de divisa com o parque da Baleia, havendo indicativo de queda da crista do talude.

Toda a encosta próxima a área da lavra ainda se encontra sem nenhuma recuperação da vegetação conforme pode ser visualizado nas fotos 35;36 ;37 e 37A. Além disso, as imagens mostram erosões da encosta com formação de ravinas e possível início de voçoroca.

Novamente o empreendedor argumentou que devido ao embargo não poderiam fazer nenhuma intervenção no local. Diante disso, questionei-o sobre o envio dos relatórios à SMMA acerca do cumprimento do PRAD municipal.

O Sr. Luiz Fernando revelou que não estaria enviando relatórios a SMMA alegando que por terem sido embargados pelo Estado eles estavam seguindo as determinações do órgão Estadual. Sendo assim, esclareci que a SMMA é também o órgão ambiental, só que municipal, e as informações acerca do cumprimento do PRAD municipal deveriam ter sido encaminhadas ao órgão ambiental da PBH, uma vez que há tombamento da Serra do Curral.

Neste momento ele questionou se poderia enviar os relatórios, informei que os pontos observados durante a vistoria seriam repassados à SMMA para análise da situação e a decisão quanto ao descumprimento do PRAD municipal seria avaliado pela SMMA.



## **FUNDO DO PARQUE DA BALEIA.**

Foi constatado aos fundos do parque da Baleia que o deslizamento de encosta anteriormente constatado no ano de 2018, (fotos 41 e 42) apresenta com as mesmas características, não havendo indicativo de aumento das falhas (fotos 43,44,45 e 46). Entretanto, saliento que este ponto observado não é o mesmo onde houve a queda da crista do talude, conforme pode ser observado nas imagens obtidas no Google Maps. Foram efetuadas outras imagens externas da parte de trás deste ponto onde é possível ver uma pequena falha que devido à distância não foi possível precisar se

Encerramos a vistoria às 12:21min, onde a equipe da SEMAD informou ao responsável que iria emitir um auto de fiscalização e nos comunicou que posteriormente o documento nos seria enviado.

Tendo isso posto, finalizo o presente relatório e deixo à douta SMMA a análise dos fatos, bem como das imagens para posterior decisão.

Atenciosamente.

Simone Barbosa Marques BM.117431-0

Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental

Gerência de Apoio Operacional da Fiscalização - GAPO

Subsecretaria de Fiscalização - SUFIS

Av. Álvares Cabral, 217 | 12º Andar | Centro | BH/MG/Tel.: 3246-0118

## IMAGENS DO LOCAL

FOTOS 01 E 02 - 1º SUMP COM PRESENÇA DE ÁGUA DAS CHUVAS.



02 -



**RESERVATÓRIO DE ÁGUA, VISTA PARCIAL DO TALUDE DE DIVISA COM O PARQUE DA BALEIA E PRIMEIRO SUMP. (ENTRADA DA MINERADORA)**

**Foto 03 E 04**



**04**





**VISTA DO TALUDE DIVISA COM PARQUE DA BALEIA, VEGETAÇÃO EM CRESCIMENTO, MAS CONSTAM AINDA ALGUNS PONTOS COM FALHAS COM RISCO DE EROSÃO.**

**FOTO 05 ,06,07**



**06**





07



08



**TALUDES EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO. FOTOS 09 a 12**

**09 - IMAGEM DE 2018**



**10 - IMAGEM DE 2021**



11



12





**PÁTIO DE ESPERA DE RESÍDUOS, CONSTAVA VAZIO NO MOMENTO DA VISITA.**

**FOTOS 13 e 14**







FOTO 15 - 2º SUMP COM ÁGUA DE CHUVA



FOTO 16 - 3º SUMP COM ÁGUA DAS CHUVAS



**PILHAS DE REJEITOS COM INÍCIO DE RAVINAS, RESÍDUOS FORAM PARA OS SUMPS.**

**FOTOS 17; 18 e 19**







19



## PILHAS DE REJEITOS

FOTOS 20; 21;22;23;24 e 25







22



23



24







ÁREA DE REJEITO NA ENCOSTA DO PAREDÃO.

FOTOS 26;27 e 28



27



28



MÁQUINAS NÃO CONSTAVAM EM ATIVIDADE.



FOTOS 29;30 e 31



30



31



AREA FINAL DA MINA DIVISA DE MUNICÍPIOS

FOTOS 32;33;34





34





ÁREA DE LAVRA CONSTANDO INATIVA NO MOMENTO DA VISTORIA E SUMP COM VOLUME RAZOÁVEL DE ÁGUA PROVENIENTE DAS CHUVAS.

FOTOS 35 e 36



36





**TALUDES DE DIVISA COM OS PARQUES DA BALEIA E MANGABEIRAS APRESENTANDO AINDA SEM RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO. CRISTA DO TALUDE COM INDICATIVO DE DESLIZAMENTO PARA O LADO DO PARQUE DA BALEIA.**

**FOTO 37**



**DETALHE DA FALHA.**

**Foto 37A**



OUTRA PARTE DA CRISTA NA DIVISA COM O PARQUE A BALEIA– ESTA É MAIS ANTIGA (JÁ CONSTAVA NA VISTORIA DE 2018)

FOTO 38



FOTO 39





**VIA DE ACESSO AO TOPO DA CRISTA DO TALUDE DE DIVISA. ( ÁREA AFASTADA DO LOCAL ONDE OCORREU A QUEDA DA CRISTA)**

**FOTO 40**



**VOÇOROCAS NA ÁREA DE DIVISA COM O PARQUE DA BALEIA, PERMANECEM NAS MESMAS CONDIÇÕES ANTERIORMENTE OBSERVADAS EM 2018 (Segue imagens comparativas)**

**FOTO 41 e 42 - IMAGEM DA VISTORIA EM 2018**





FOTO 42



IMAGENS OBTIDAS NA VISTORIA DE 29/04/2021

FOTOS 43;44;45 e 46





44



45





VISTA DA PARTE DE TRÁS DO MORRO ONDE CONSTA A VOÇOROCA INDICANDO UMA FALHA. NÃO FOI POSSIVEL ACESSAR O LOCAL. (imagens obtidas ao nível da rua no bairro mais próximo)

FOTO 47 e 48



FOTO 48





FIGURA EM 3D OBTIDA NO GOOGLE MAPS, CONSULTA REALIZADA EM 30/04/2021

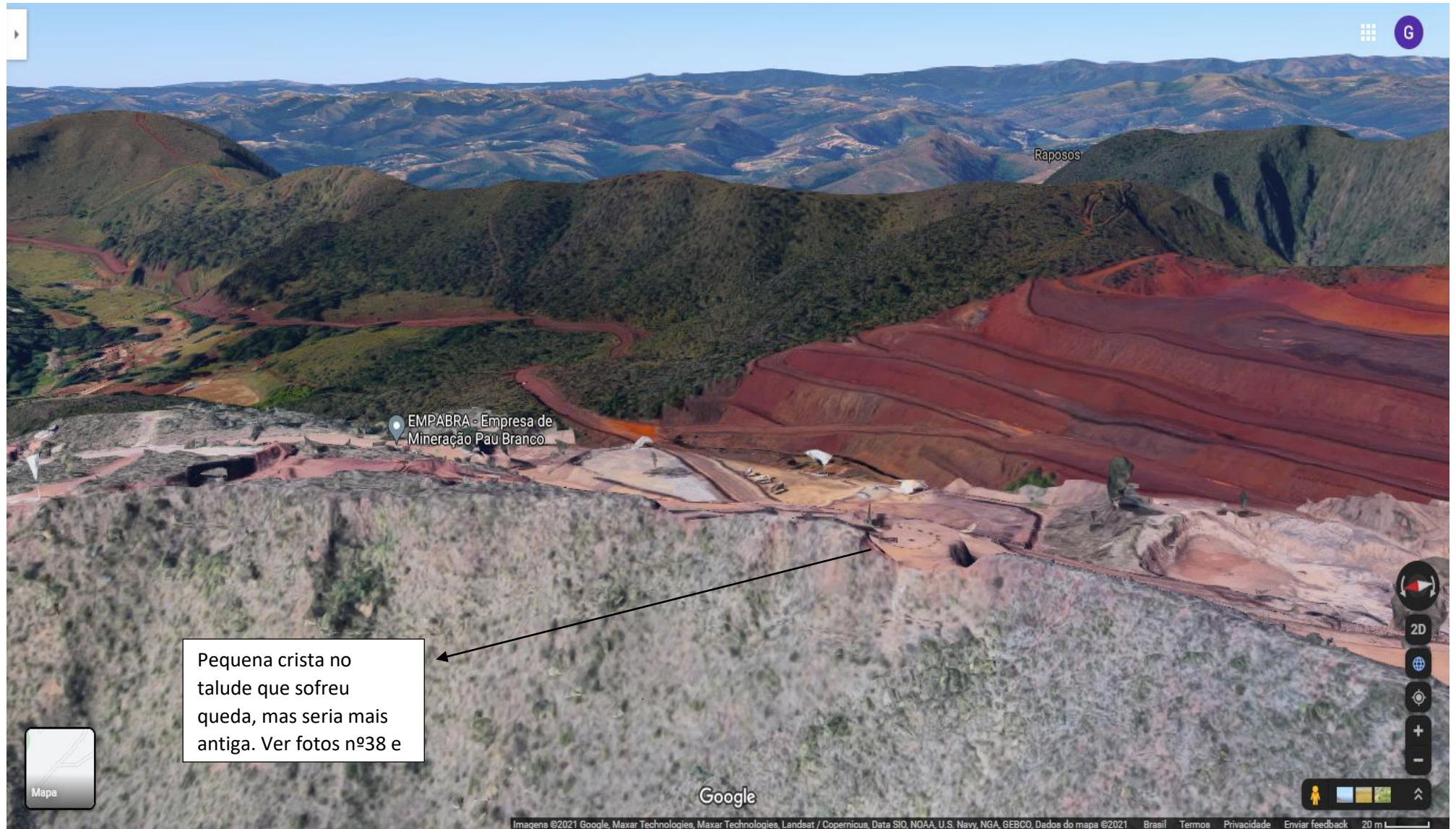




FIGURA EM 3D OBTIDA NO GOOGLE MAPS, CONSULTA REALIZADA EM 30/04/2021

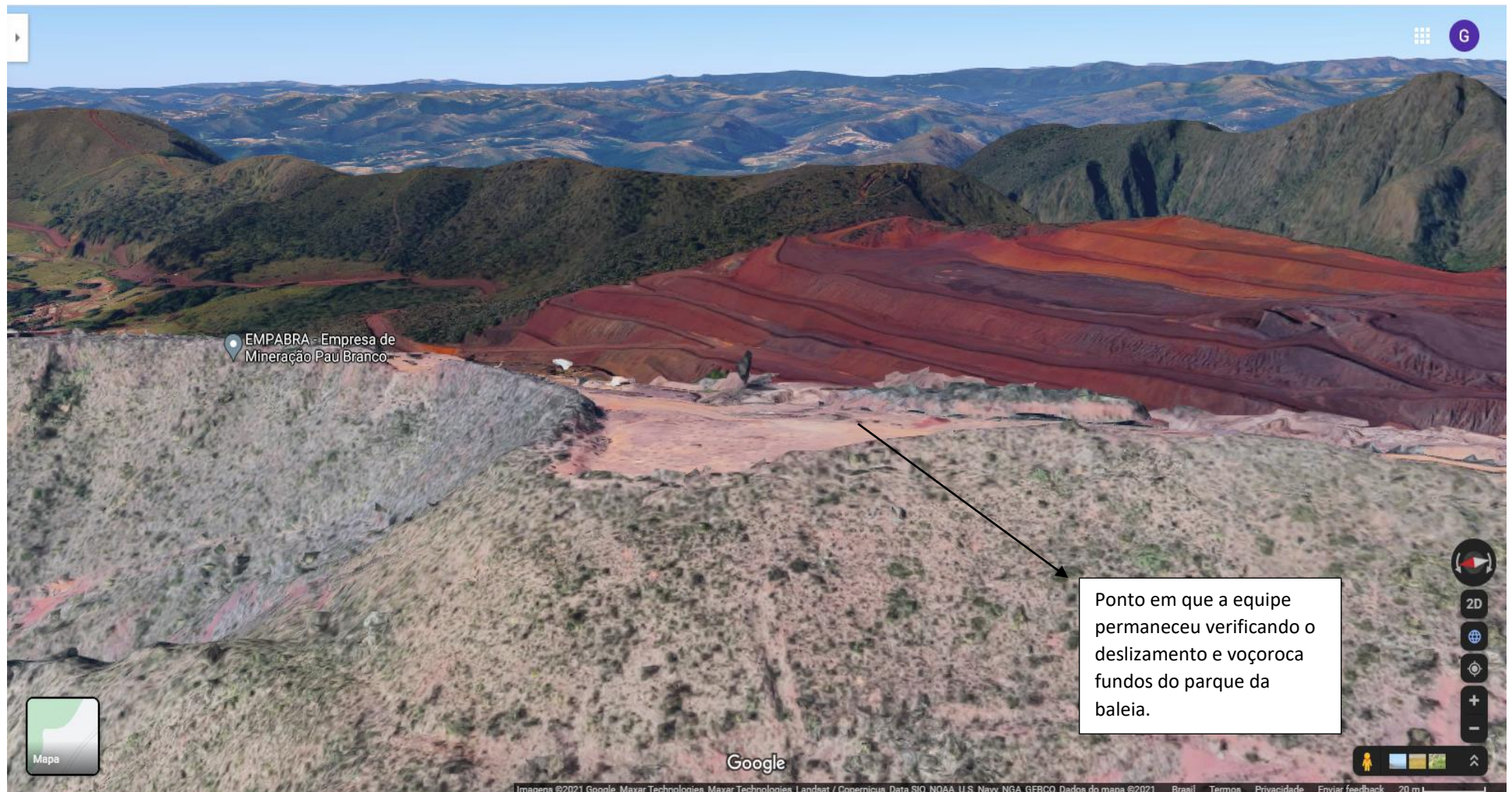




FIGURA EM 3D OBTIDA NO GOOGLE MAPS, CONSULTA REALIZADA EM 30/04/2021 -

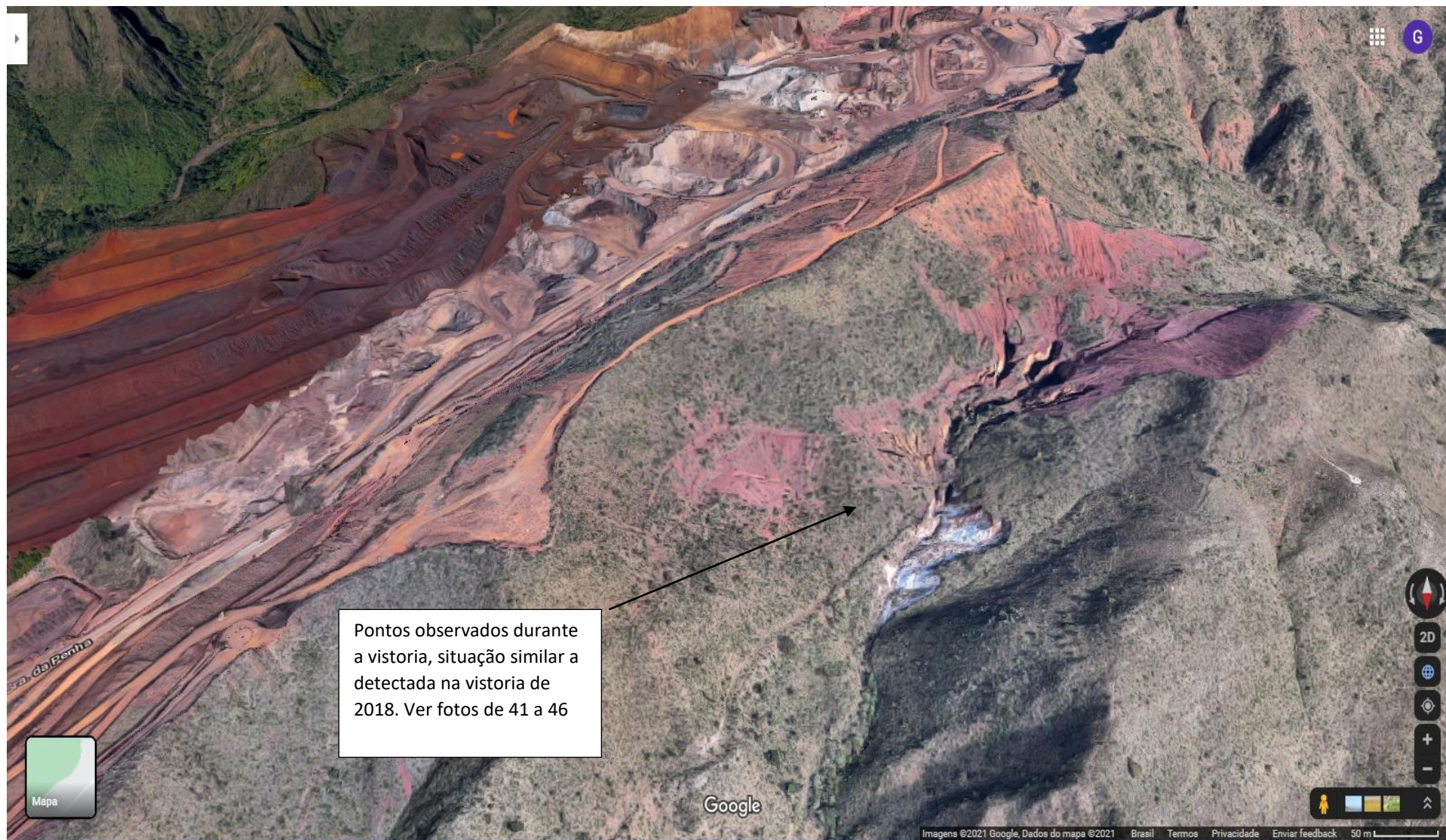


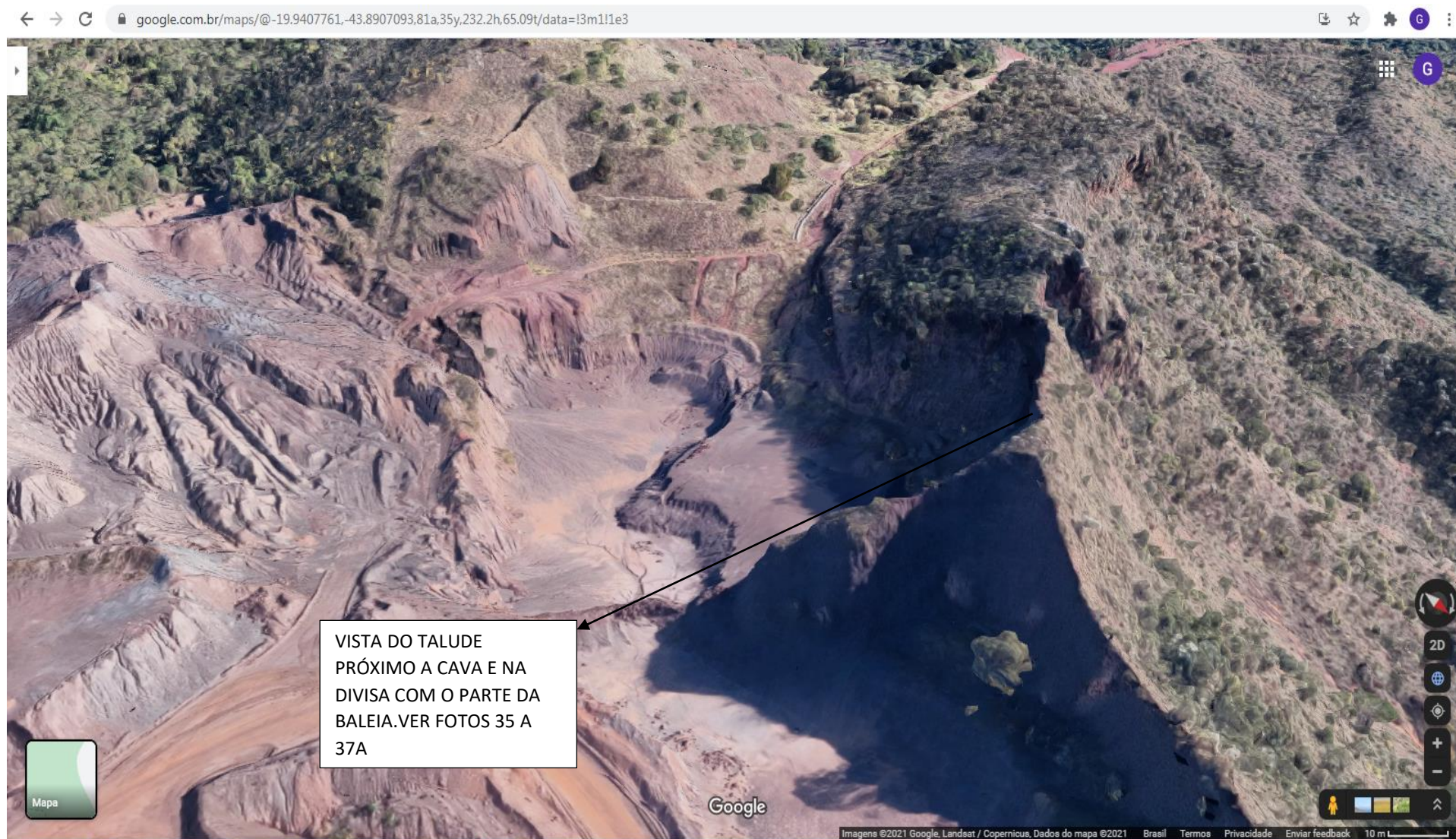


FIGURA EM 3D OBTIDA NO GOOGLE MAPS, CONSULTA REALIZADA EM 30/04/2021 -





**FIGURA EM 3D OBTIDA NO GOOGLE MAPS, VISUALIZANDO TALUDE PROXIMO A CAVA E COM DIVISA PARA O PARQUE DA BALEIA. CONSULTA REALIZADA EM 30/04/2021 -**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



Auto de Fiscalização No. 208375/2021		Chave de Acesso 20210429125804	Termo de Cientificação 312195	Página No.: 1
Data lavratura 29/04/2021		Hora lavratura 13:16:00	Data fiscalização 29/04/2021	
Operação 000 - NÃO HÁ OPERAÇÃO VINCULADA				
Vinculada ao REDS No.		Data do REDS		
Local da lavratura BELO HORIZONTE			Local da fiscalização BELO HORIZONTE	
Tipo de Demanda				
FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA				
Demandante Gabinete SEMAD			ID. Demanda 0000	
Observações EM 29 DE ABRIL DE 2021 A EQUIPE DA SEMAD REALIZOU VISTORIA CONJUNTA. COM A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE NO EMPREENDIMENTO EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO - EMPABRA, CONFORME SOLICITADO PELA PREFEITURA, PARA VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA. ACOMPANHARAM A VISTORIA PELA PBH: SIMONE BARBOSA, AUGUSTO CARLOS PAPINI E RÔMULO MÁRCIO; PELA SEMAD: CAMILA ANDRADE, ELISÂNGELA TONON E ANDERSON MENDES; PELA EMPABRA: BRUNO TOBIAS, LUIZ FERNANDO E LEONARDO FERREIRA.				
Fiscalizado				
Nome EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO		CPF/CNPJ 17157082000185	Outro documento	Data nascimento
Nome da mãe				CEP 30.285-746
Endereço RUA PROFESSOR NAVANTINO ALVES		KM 868	Complemento	
Bairro TAQUARIL		UF MG	Município BELO HORIZONTE	
Caixa postal	Telefone	Celular (31)9 9877-7766	Função	
e-mail leonardo.ferreira@empabra.com.br				

Nome (fiscalizado) EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO	CPF/CNPJ 17157082000185	
Nome (equipe) ELISANGELA APARECIDA TONON DE OLIVEIRA	Matrícula 11479698	
Nome (equipe) ANDERSON HENRIQUE BORGES MENDES	Matrícula 13727680	

Auto de Fiscalização No. 208375/2021		Cientificação: 20210429125804		Página No.: 2	
Responsável					
Nome LEONARDO ALMEIDA FERREIRA		CPF/CNPJ 84689960682		Outro documento MG 7965703	
Data nascimento 24/11/1978				Nome da mãe	
CEP 30.130-174					
Endereço RUA SERGIPE		KM 1440		Complemento SÉTIMO ANDAR	
Bairro SAVASSI		UF MG		Município BELO HORIZONTE	
Caixa postal	Telefone	Celular (31)9 9877-7766		Função DIRETOR	
e-mail leonardo.ferreira@empabra.com.br					
Assinatura					
Atividades					
Atividade (1) (DN217) NP-01 Não passível de licenciamento					
Latitude -19.933383	Longitude -43.88247	Infração? NÃO		Vazão	Unidade
Porte NÃO DEFINIDO	Classe Não Definido	Tamanho da área			
Informações O EMPREENDIMENTO NÃO ESTAVA OPERANDO ATIVIDADE DE LAVRA E BENEFICIAMENTO DE MINÉRIO DE FERRO. OBSERVOU-SE QUE NÃO HOUVE ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO RECENTE. HÁ SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E TALUDES. CONTUDO FORAM OBSERVADOS PROCESSOS EROSIVOS EM ALGUNS TALUDES QUE NECESSITAM SER RECONFORMADOS. HÁ SISTEMA DE DRENAGEM INSTALADO COMPOSTO POR SUMPS, ESCADAS DE DISSIPÇÃO DE ENERGIA E CANALETAS. CONFORME INFORMADO A ATIVIDADE DE RECONFORMAÇÃO NOS QUADRANTES 3 E 4 FORAM SUSPENSAS POR UM AUTO DE INFRAÇÃO. FORAM OBSERVADAS DUAS PILHAS DE MATERIAL ESTOCADO QUE CONFORME INFORMADO TOTALIZAM 170.000 TONELADAS.					

Nome (fiscalizado) EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO	CPF/CNPJ 17157082000185	
Nome (equipe) ELISANGELA APARECIDA TONON DE OLIVEIRA	Matrícula 11479698	
Nome (equipe) ANDERSON HENRIQUE BORGES MENDES	Matrícula 13727680	

**DEMAIS INFORMAÇÕES**

Fica Vossa Senhoria cientificado(a) de todo o conteúdo deste documento. A visualização deste poderá ocorrer mediante acesso ao sítio eletrônico <http://sisfai.semاد.mg.gov.br/semاد/protocolo>, na internet, utilizando o protocolo virtual citado supra, sendo considerado vista processual

A autoria e integralidade deste documento gerado em forma eletrônica foram validadas em consonância com o artigo 6º §1º, do Decreto 47.222/2017, mediante acesso ao sistema com nome de usuário e senha.

Nome (fiscalizado) EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO	CPF/CNPJ 17157082000185	
Nome (equipe) ELISANGELA APARECIDA TONON DE OLIVEIRA	Matrícula 11479698	
Nome (equipe) ANDERSON HENRIQUE BORGES MENDES	Matrícula 13727680	

**Ofício GAB-SMMA/SEMAD nº 1854/2021**

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2021.

**Assunto:** Ofício nº 119/2021 – Câmara dos Deputados

**Solicitação SMMA nº:** 1011/21

**Cadastro SMMA nº:** 08133/21

Prezada Secretária,

Com nossos cordiais cumprimentos, informamos que recebemos o ofício em epígrafe, com solicitação de informações sobre a tramitação de processos de licenciamento ambiental na região da Serra do Curral e seu entorno, bem como eventuais processos de fiscalização e embargo de empreendimentos na região.

À vista da presente demanda, submetemos o Ofício nº 119/21 à avaliação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, solicitando ao órgão estadual a remessa das informações pertinentes, com vistas a subsidiar a resposta do município, em especial, em relação aos empreendimentos “Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST” e “Empabra Mineração Pau Branco Ltda”.

No ensejo, solicitamos reunião de alinhamento para discutir acerca da conjugação de esforços no sentido de compreender os processos de regularização ambiental das minerações existentes na Serra do Curral (território de Belo Horizonte), de modo a garantir a preservação do patrimônio cultural e ambiental da capital do Estado de Minas Gerais.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

Atenciosamente,

**Mário de Lacerda Werneck Neto – BM: 114.235-4**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Ilma. Sra.

Marília Carvalho de Melo

Secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada **Áurea Carolina** - PSOL/MG

OF. nº 119/2021

Brasília/DF, 17 de setembro de 2021

**À Prefeitura de Belo Horizonte**

**Ao Exmo. Sr. Alexandre Kalil**

**[gabpref@pbh.gov.br](mailto:gabpref@pbh.gov.br)**

**À Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

**Ao Exmo. Sr. Márcio Werneck**

**[mma@pbh.gov.br](mailto:mma@pbh.gov.br)**

**Assunto: pedido de informações sobre empreendimentos que estejam sendo realizados na região da Serra do Curral**

O mandato da Deputada Federal Áurea Carolina vem sendo procurado por cidadãos, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada todos muito receosos quanto aos danos decorrentes da degradação ambiental provocados pela atividade humana na Serra do Curral - patrimônio histórico e cultural, marco paisagístico e geográfico mais imponente da região metropolitana de Belo Horizonte. Como é de conhecimento público, o tombamento da Serra ainda é objeto de discussão, tendo em vista que, a despeito da previsão de tombamento nos âmbitos municipal e federal, no Estado de Minas Gerais o processo ainda se encontra em estágio provisório. **Nesse cenário, tem havido contínuo avanço de empreendimentos que vêm descaracterizando os elementos paisagísticos, naturais e culturais da Serra, especialmente por parte de iniciativas privadas de caráter imobiliário e minerário.**

É preciso salientar que a Serra do Curral é um único e indivisível sinclinal natural, compartilhado com vários municípios do ponto de vista de sua divisão administrativa, incidindo sobre ela legislações distintas, o que torna desafiadora a efetivação de diretrizes básicas do regime jurídico nacional no sentido de sua adequada preservação. Sendo assim, o compromisso de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, em



conjunto com o Estado de Minas Gerais, é imprescindível para a defesa desse importante patrimônio coletivo.



Tem-se que o tombamento estadual é a ferramenta eficaz na preservação da cultura, da paisagem e da história da capital mineira. Também ele é a ferramenta adequada para a proteção do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida. Impõe-se à coletividade, nesse sentido, o dever de defender e preservar a Serra do Curral para as presentes e futuras gerações. Ocorre que temos



observado excessiva demora do Poder Público estadual no cumprimento de sua obrigação de proteção da Serra como ela se encontra hoje, motivo pelo qual temos recebido denúncias acerca do recrudescimento do avanço de empreendimentos altamente destrutivos sobre a Serra, aproveitando-se desse momento de negligência que antecede o potencial e desejável tombamento.

**O processo de destruição deste patrimônio de valor imensurável é algo que já constitui uma inegável ameaça ao presente e ao futuro de centenas de milhares de pessoas.** As fotos dos danos já causados não deixam dúvidas acerca da gravidade da situação:







A Serra do Curral funciona como reserva de grande parte dos recursos hídricos que abastecem a região metropolitana de Belo Horizonte, funcionando como verdadeira caixa d'água para a capital mineira e região metropolitana. Sejam os topos de morros, áreas vegetadas ou as reservas abaixo do solo, todos esses elementos, assim como os biomas do Cerrado e Mata Atlântica que os permeiam, são fundamentais para o equilíbrio ecológico de nosso estado albergando habitats de espécies endêmicas, tal como o Lobo-guará, bem como grande parte da memória histórica e cultural da região. Isso, somado ao grave momento de crise hídrica que vivemos em todo o Brasil, mas principalmente na região sudeste do país, é elemento suficiente para que sejam somados esforços na promoção de ações concretas para impedir o avanço ilegal de empreendimentos sobre a região, evitando assim a consolidação de situações fáticas que priorizam o interesse privado em detrimento do público.

Diante de todo o exposto, requeremos sejam remetidos ao mandato informações sobre os processos de licenciamento ambiental que estejam em tramitação e se dêem na região da Serra do Curral e seu entorno, bem como quaisquer processos existentes de fiscalização e embargo de empreendimentos na região.





**Áurea Carolina**  
**Deputada Federal - PSOL/MG**

Para validar acesse <http://snma.pbh.gov.br/sigdocos> e informe: 2182RGRGH748JHK. Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec. Municipal 16.720/17. Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, e outros..





### **Histórico – EMPABRA Mineração Pau Branco Ltda**

A área foi sede da extração de minério de ferro e solo laterítico/canga para uso em pavimentação de vias até o início da década de 1990. A atividade se desenvolveu sem controle ambiental eficiente e sem uma frente de lavra bem definida. Ao centro foi disposta uma grande pilha de finos que à época não tinha valor econômico. Por esses motivos, após várias autuações, a atividade foi embargada pela PBH. A paralisação das atividades de forma não planejada acarretou problemas de natureza ambiental, pois a pilha de finos começou a se desfazer pela ação das intempéries, assoreando a calha de drenagem. Em associação, inúmeros processos erosivos se instalaram nas áreas decapadas, contribuindo para a desestruturação do ecossistema local e para o assoreamento a jusante. Assim, ao longo de pouco mais de uma década, surgiu o aspecto lunar observado antes do início da execução do PRAD.

Pela grande extensão da área e de seu passivo, o proprietário sempre alegou falta de recursos para implementar as ações corretivas. O assunto foi levado ao Ministério Público que instaurou Inquérito Civil e posteriormente ajuizou ação judicial. Ao longo de vários anos o MP tentou intermediar soluções possíveis que financiassem a recuperação da área.

Em 2003, a EMPABRA, dentro do Inquérito Civil, protocolou requerimento em que foram descritas a situação da área e a seguinte proposta da empresa: a comercialização do fino do minério de ferro retirado no processo de recuperação da área, a fim de formar o capital para a execução da revitalização ambiental do terreno. A partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 03/06/2004, entre a EMPABRA e o MPMG, com interveniência da SMMA, a concepção da recuperação da área, incluindo a permissão para venda de certa quantidade de fino de minério de ferro, materializou-se como forma de financiar as medidas de restauração da área. Nesse documento, a EMPABRA obrigou-se a preparar o PRAD, a ser submetido ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

Em seguida, foi homologado Termo de Transação Civil entre o Ministério Público, EMPABRA e SMMA, em 04/07/2006, no qual a EMPABRA obrigou-se a implantar obras emergenciais descritas nesse Termo e a promover a recuperação da área degradada através das medidas reunidas no PRAD, o qual foi apresentado à SMMA em 19/07/2006. Esse Termo de Transação Civil manteve a concepção mencionada acima (recuperação da área degradada mediante a capitalização da



empresa responsável com a venda da fração do minério existente necessária para tal). A retirada e comercialização do minério é obrigatoriamente concomitante aos trabalhos de recuperação da área. O PRAD passou por revisões de forma a atender aos questionamentos técnicos da SMMA e foi aprovado em dezembro/2008 pelo COMAM.

Em 06 de março de 2009, houve aditivo ao Termo de Transação, incluindo na cláusula 3ª a possibilidade de retirada e comercialização do minério necessário ao retaludamento e reconformação da área. Foi estabelecido o limite de extração de 4.000.000,00 de toneladas de minério para recuperação da área.

Desde a aprovação do PRAD pelo COMAM a SMMA vinha acompanhando a sua execução.

Em 2015, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD interpretou que a atividade desenvolvida pelo empreendedor (PRAD) era passível de licenciamento ambiental e, por estar em divisa de municípios, a competência seria do Estado. Desse modo, avocou para si o licenciamento e celebrou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em dezembro de 2015 com o empreendedor para que ele pudesse continuar suas atividades até que as devidas licenças forem expedidas.

Contudo, o mencionado TAC não contemplou os limites de extração de minério estabelecidos no acordo firmado com o município e demais órgãos e tampouco considerou tratar-se a área como tombada pelo patrimônio municipal.

Conforme informações constantes no processo administrativo nº 01-124.854/03-49, parecer técnico nº 1000/16 o interessado, em fevereiro de 2016, já havia extraído 3.615.687,86 toneladas de minério, equivalendo a aproximadamente 90% do montante de 4.000.000,00 aprovado no acordo e refletido no PRAD. Todavia, o TAC permitiu em sua cláusula segunda, na medida nº 21, que a produção bruta anual não deve exceder a 1.500.000,00 toneladas/ano, podendo ser renovado por mais um ano. Uma vez que, na ótica do PRAD, só restavam aproximadamente 400.000,00 toneladas de minério a serem retirados, o TAC contraria o objetivo inicial de recuperação da área observando o limite estabelecido.

Além disso a gleba supracitada encontra-se inserida, parcialmente, na área polarizadora da Subárea 4: Taquaril, classificada como Área de Recuperação 1 (ARe1), estando sujeita portanto,



às diretrizes de proteção estabelecidas na Deliberação nº 26/2002 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM/BH. A outra porção da área esta localizada no perímetro de entorno da mesma subárea, classificada como Área de Recuperação 6 (ARe6) que se encontra sujeita às diretrizes de proteção estabelecidas na Deliberação nº 147/2003, devendo também serem observadas as demais deliberações do CDPCM/BH que dispõem sobre Serra do Curral.

Em 03 de junho de 2016 o ofício GAB-SMMA/DIPC-FMC/EXTER nº 1849-16 (**anexo IV**) foi encaminhado à SEMAD para que fossem tomadas providências em virtude do TAC celebrado ter desrespeitados as diretrizes de recuperação da área.

Em 09 de setembro de 2016 foi enviado o ofício GAB-SMMA/EXTER/3183-16 (**anexo V**) à Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Bacia do Rio das Velhas e Paraopeba e à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural.

Não houve resposta aos referidos ofício tanto pela SEMAD quanto pelo Ministério Público Estadual.

Em dezembro de 2016 o TAC firmado entre empreendedor foi renovado e em dezembro de 2017 houve aditivo prorrogando sua validade até dezembro de 2018 (**anexo II**).

Em 03/05/18 foi protocolizado na SMMA (cadastro 08752-18 – **anexo VI**) solicitação da EMPABRA de Declaração de Conformidade de Uso do Solo por parte do município de Belo Horizonte para formalização do processo de licenciamento para obtenção de Licença de Operação Corretiva – LOC PARA O Projeto Mina Corumi (EMPABRA).

Ainda, em 03/05/18, na reunião ordinária do COMAM, em virtude de denúncias de atividade minerária não licenciada na mineração corumi, o colegiado aprovou o envio de solicitação à SEMAD reiterando os ofícios GAB-SMMA/DIPC-FMC/EXTER nº 1849-16 (ver ofício GAB-SMMA/EXTERNO nº 1230/18 – **anexo VII**), a convocação da EMPABRA para prestar esclarecimentos ao COMAM (ver ofício GAB-SMMA/EXTERNO nº 1235/18 – **anexo VIII**) e a fiscalização municipal na área da mineração.





Em 15/05/2018, a SMMA, juntamente com fiscais da Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS, realizou vistoria no local e constatou a realização de atividade minerária. Conforme informado por representante da empresa, a mineração está ocorrendo apenas na poligonal DNPM 72271957 e no restante da área está sendo executado o PRAD. Na vistoria, não foi possível verificar se o PRAD está sendo executado conforme aprovado pelo município e se a mineração está ocorrendo apenas na referida poligonal DNPM.

Em 12/06/2019, a partir de solicitação da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da CMBH foi realizada vistoria na mineração pela SEMAD. Foram lavrados o Auto de Fiscalização nº 107359 (**anexo IX**) e o Auto de Infração nº 129406 (**anexo X**), determinando a suspensão das atividades da mineração, exceto das medidas de controle ambiental do empreendimento e da implantação do PRAD.

Em 29/04/2021 foi realizada vistoria conjunta ente a SUFIS - Subsecretaria de Fiscalização da PBH e equipe técnica da SEMAD. Foram lavrados relatório fiscal pela SUFIS (**anexo XI**) e o Auto de Fiscalização nº 208375/2021 (**anexo XII**) pela SEMAD. Constatou-se que o empreendimento não estava operando atividade de lavra e beneficiamento de minério de ferro e que não houve atividade de extração recente.

Em 27/09/2021 a SMMA encaminhou o ofício GAB-SMMA/SEMAD nº 1854/2021 (**anexo XIII**) à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, solicitando informações sobre o empreendimento e reunião de alinhamento para ação conjunta de proteção e preservação do patrimônio cultural e ambiental da capital do Estado de Minas Gerais.

*Histórico atualizado em 30/09/2021*

*Diretoria de Licenciamento Ambiental – SMMA*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **1912/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, o Sr. Fuad Noman, pedido de informação a respeito do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI), inscrita no CNPJ nº 17.157.082/0003-47, a qual formalizou o processo processo de licenciamento ambiental nº 2928/2022 junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), na modalidade Licenciamento Ambiental Simplificado com a apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (LAS RAS) para a obtenção de Licença Ambiental Concomitante (Licença Prévia (LP) + Licença de Instalação (LI) + Licença de Operação (LO) para a atividade A-05-08-4 - Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito de até 2.000.000 t/ano (dois milhões de toneladas ano).

Cabe destacar que a área pleiteada pela empresa para a implantação do empreendimento é a mesma que foi minerada por ela de forma ilegal.

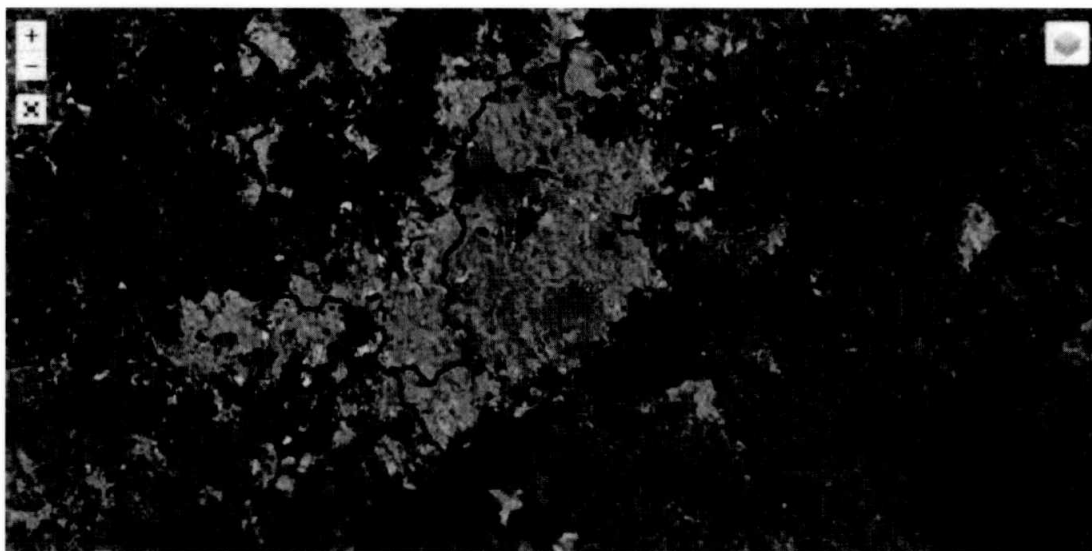


Figura 1 - Detalhe em vermelho da área pleiteada pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) para implantação do empreendimento.

PR: COPIADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 21.11.22  
HORA 16:53:34



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Figura 2 - Detalhe em vermelho da área pleiteada pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) para implantação do empreendimento.

Diante disso solicitamos as seguintes informações:

1. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), já tinha ciência da formalização deste processo de licenciamento ambiental?
2. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, realizou nos últimos 12 meses alguma reunião, encontro, debate a respeito da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), seja como o empreendedor, governos municipais, estaduais ou federal, ministérios públicos, polícias, institutos, empresas, ONGs, em suma, qualquer pessoa físicas ou jurídica? Em caso positivo, apresentar as atas das reuniões, bem como detalhar, no mínimo: data da realização, os participantes, assuntos tratados, definições, encaminhamentos, documentos apresentados e quais outros pontos a respeito da mineradora que foram tratados na reunião.
3. Já foi requerido à PBH suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, nos últimos 12 meses, pelo Governo do Estado de MG, Governo Federal, Ministérios Públicos, Polícias ou pelo empreendedor a emissão de algum documento, declaração, certidão, dados, informação ou qualquer ato no âmbito do referido processo de licenciamento ambiental ou a respeito de qualquer um dos CNPJs da mineradora EMPABRA? Se sim, apresentar mais informações sobre o pleito, bem como informar se os documentos foram ou não emitidos e apresentar cópia dos mesmos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4. Diante da criação do corredor ecológico Espinhaço-Serra do Curral, o empreendimento que está inserido nessa área de abrangência é compatível com a preservação objetivada pela criação do corredor ecológico?
5. Frente a legislação vigente no município, a implantação deste tipo de atividade naquele local é permitida?
6. Um dos documentos necessários para a continuidade do processo de licenciamento ambiental é a Declaração de Conformidade Locacional do empreendimento frente às regulamentações do Plano Diretor Municipal, a qual é emitida pelo Poder Executivo Municipal. Já foi solicitada ou emitida tal declaração por parte da PBH, suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, a respeito do empreendimento?
7. Caso ainda não tenha sido solicitada, mas o empreendedor o faça, a Prefeitura de Belo Horizonte como se manifestará a PBH a respeito do pedido para a implantação do empreendimento?
8. A PBH tem ciência da realização de qualquer atividade operacional por parte da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa no referido local? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas?
9. Está sendo realizado pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), alguma atividade de recuperação de áreas degradadas na área em que foi pleiteado o processo de licenciamento ambiental? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas e quais as medidas de controle e fiscalização estão sendo realizadas pela PBH?
10. Qual a situação tributária e fiscal da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), em relação ao município de Belo Horizonte? Existe alguma dívida da empresa em relação aos impostos municipais, em especial quanto ao IPTU da área ou ao ISS (Imposto Sobre Serviços) de todos os CNPJs relacionados a mineradora? Caso exista qualquer débito da empresa com a Prefeitura de Belo Horizonte, apresentar listagem detalhada dos valores.
11. Qual a situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área degradada pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47)? Apresentar relação detalhada da situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área em questão.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

12. Tendo em vista que a recuperação da área em questão se arrasta por diversos anos, tendo inclusive sendo alvo de uma CPI junto a esta Câmara Municipal, quais ações práticas a Prefeitura de Belo Horizonte está empreendendo para garantir que a área seja restaurada?

13. Caso a implantação de um empreendimento desta natureza naquele local esteja em desacordo com a legislação vigente no município de Belo Horizonte, quais ações serão empreendidas pela PBH para que o processo de licenciamento ambiental não tenha continuidade?

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2022.

DUDA SALABERT  
ROSA:04967383645

Assinado de forma digital  
por DUDA SALABERT  
ROSA:04967383645  
Dados: 2022.11.21  
16:02:46 -03'00'

Vereadora Duda Salabert

Ao Senhor

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 21/11/2022 19:55:35 UTC  
Versão do software 2.10

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 001\_Requerimento\_Informacoes\_Gute\_Schit\_Rev000.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 8cb2addfc1d154eae84fb15ad30fda9d690e3028a409c7a774167bf57015b5eb  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

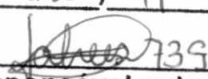
▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:\*\*\*673836\*\*, OU=Certificado PF A3,  
OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura November 21, 2022 at 7:02:46 PM UTC  
Status dos atributos Aprovados

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
22 / 11 / 2022  
  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

**Ofício GAB-SMMA/DALE nº 2810/22**

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.

**Assunto:** TAG: 354015

**Processo SMMA nº:** 01-124.854/03-49

**Cadastro SMMA nº:** 11192/22

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, acusamos recebimento do ofício em epígrafe que encaminha o o Requerimento de Comissão nº 1912/2022, de autoria da Vereadora Duda Salabert que solicita as seguintes informações com questionamentos sobre do possível retorno das atividades de exploração mineral na Serra do Curral pela empresa EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI), inscrita no CNPJ nº 17.157.082/0003-47, a qual formalizou o processo de licenciamento ambiental nº 2928/2022 junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). Na sequência, encaminhamos as respectivas respostas.

**1) A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), já tinha ciência da formalização deste processo de licenciamento ambiental?**

**Resposta:**

Sim, a SMMA tinha ciência em relação à formalização deste processo de licenciamento ambiental.

**Prezada Luana Magalhães**  
**DALE – Diretoria de Acompanhamento Legislativo**  
Avenida Afonso Pena, 1212, 5º andar, Centro-BH  
CEP 30130908  
e-mail: magalhaes.luana@pbh.gov.br

Avenida Afonso Pena, 342, Centro, CEP: 30130-009  
Belo Horizonte – MG – Telefone (31) 3246.0583, email: smma@pbh.gov.br



2) A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, realizou nos últimos 12 meses alguma reunião, encontro, debate a respeito da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), seja como o empreendedor, governos municipais, estaduais ou federal, ministérios públicos, polícias, institutos, empresas, ONGs, em suma, qualquer pessoa físicas ou jurídica? Em caso positivo, apresentar as atas das reuniões, bem como detalhar, no mínimo: data da realização, os participantes, assuntos tratados, definições, encaminhamentos, documentos apresentados e quais outros pontos a respeito da mineradora que foram tratados na reunião.

**Resposta:**

A SMMA participou da sessão conciliatória, referente ao processo judicial n. 1.0024.05.778262-5/002, que ocorreu no dia **26/10/2022, às 14:00 horas**, na sala de reuniões das Vice-Presidências do TJMG. Segue abaixo um resumo do caso Ministério Público de MG x EMBRAPA:

*Nos autos do cumprimento de sentença 0024.05.778262-5, houve a celebração de um termo de transação civil, entre o MPMG e a EMBRAPA, cujo objeto é a implementação de medidas de recuperação e de medidas emergenciais, além do pagamento de indenização pelos danos ambientais irreparáveis causados na área da Fazenda Corumi, localidade do Taquaril.*

*Em seguida, houve a pactuação de um aditivo nos termos do qual a empresa poderia retirar e comercializar o minério necessário ao retaludamento e reconformação da área, até o limite de 4 milhões de toneladas. Em 2017, a SMMA enviou ofício ao MPMG noticiando o descumprimento, por parte da empresa, da mencionada transação civil, consistente no desrespeito ao limite (4 milhões de toneladas) de extração permitido e na desconsideração do fato de que a área é tombada.*

*A empresa alegou que, após a transação civil feita com o MPMG, firmou TAC em 2015 com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), o qual teria substituído integralmente o acordo assinado com o MPMG, mediante o estabelecimento de obrigações distintas, inclusive no que diz respeito ao limite de extração permitido (superior a 4 milhões de toneladas).*

*O MPMG pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência, a qual foi indeferida em primeira instância. Interposto agravo de instrumento, não foi concedido o pedido de tutela liminar recursal.*





*O agravo de instrumento foi remetido ao CEJUSC Ambiental, onde já ocorreram várias tentativas de conciliação entre as partes, sendo que a próxima ocorreu em 26/10/2022, às 14:00.*

Nesta audiência de conciliação participaram representantes do MPMG, da SEMAD, do empreendedor, da PGM e da SMMA. Nessa ocasião, a SMMA se manifestou indicando ser favorável à concepção de novo PRAD mas que isso não implique diretamente no exercício da atividade no local. Ainda foi feita a ressalva de que a área possui polígnos que são tombados pelo município. Por fim, foi informado o reagendamento de nova audiência conciliatória para avaliação do Termo de Compromisso quer vem sendo discutido entre as partes para apresentação de Plano de Recuperação de Área Degradada pelo empreendedor, para o dia 25/01/2023, às 14h00.

**3) Já foi requerido à PBH suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, nos últimos 12 meses, pelo Governo do Estado de MG, Governo Federal, Ministérios Públicos, Polícias ou pelo empreendedor a emissão de algum documento, declaração, certidão, dados, informação ou qualquer ato no âmbito do referido processo de licenciamento ambiental ou a respeito de qualquer um dos CNPJs da mineradora EMPABRA? Se sim, apresentar mais informações sobre o pleito, bem como informar se os documentos foram ou não emitidos e apresentar cópia dos mesmos?**

**Resposta:**

Em pesquisa ao processo SMMA nº 01-124.854/03-49 (processo que avaliou o PRAD do empreendimento), nos últimos 12 meses não foi requerido à SMMA a emissão dos documentos referidos na pergunta.

**4) Diante da criação do corredor ecológico Espinhaço-Serra do Curral, o empreendimento que está inserido nessa área de abrangência é compatível com a preservação objetivada pela criação do corredor ecológico?**

**Resposta:**

O empreendimento não é compatível com a preservação objetivada pela criação do corredor ecológico Espinhaço-Serra do Curral.

**5) Frente a legislação vigente no município, a implantação deste tipo de atividade naquele local é permitida?**

**Resposta:**



A implantação do empreendimento não é permitida pela legislação municipal em virtude das restrições relativas ao patrimônio histórico municipal.

**6) Um dos documentos necessários para a continuidade do processo de licenciamento ambiental é a Declaração de Conformidade Locacional do empreendimento frente às regulamentações do Plano Diretor Municipal, a qual é emitida pelo Poder Executivo Municipal. Já foi solicitada ou emitida tal declaração por parte da PBH, suas Secretarias, Fundações ou qualquer órgão da PBH, em especial a SMMA, a respeito do empreendimento?**

**Resposta:**

A SMMA não emitiu Declaração de Conformidade Locacional do empreendimento.

**7) Caso ainda não tenha sido solicitada, mas o empreendedor o faça, a Prefeitura de Belo Horizonte como se manifestará a PBH a respeito do pedido para a implantação do empreendimento?**

**Resposta:**

A SMMA entende que a área deve ser recuperada em virtude das restrições legais existentes e da sua importância ambiental e cultural para o Município.

**8) A PBH tem ciência da realização de qualquer atividade operacional por parte da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa no referido local? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas?**

**Resposta:**

A SMMA, juntamente com a SUFIS, realizou vistoria hoje na Mineração e não constatou atividade operacional, somente manutenção do sistema de drenagem. Resposta mais detalhada será encaminhada pela SUFIS.

**9) Está sendo realizado pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), alguma atividade de recuperação de áreas degradadas na área em que foi pleiteado o**



**processo de licenciamento ambiental? Se sim, quais atividades estão sendo realizadas e quais as medidas de controle e fiscalização estão sendo realizadas pela PBH?**

**Resposta:**

A SMMA, juntamente com a SUFIS, realizou vistoria hoje na Mineração e não constatou atividade operacional, somente manutenção do sistema de drenagem. Resposta mais detalhada será encaminhada pela SUFIS.

**10) Qual a situação tributária e fiscal da EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47), em relação ao município de Belo Horizonte? Existe alguma dívida da empresa em relação aos impostos municipais, em especial quanto ao IPTU da área ou ao ISS (Imposto Sobre Serviços) de todos os CNPJs relacionados a mineradora? Caso exista qualquer débito da empresa com a Prefeitura de Belo Horizonte, apresentar listagem detalhada dos valores.**

**Resposta:**

A resposta a essa pergunta deve ser fornecida pela SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda.

**11) Qual a situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área degradada pela EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO SA (EMPABRA - GRANJA CORUMI) ou de qualquer outra empresa ligada a mineradora, como a EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA (CNPJ 17.157.082/0003-47)? Apresentar relação detalhada da situação tributária e fiscal do terreno onde está localizada a área em questão.**

**Resposta:**

A resposta a essa pergunta deve ser fornecida pela SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda.

**12) Tendo em vista que a recuperação da área em questão se arrasta por diversos anos, tendo inclusive sendo alvo de uma CPI junto a esta Câmara Municipal, quais ações práticas a Prefeitura de Belo Horizonte está empreendendo para garantir que a área seja restaurada?**

**Resposta:**



Até o ano de 2015, a SMMA vinha acompanhando a recuperação da área minerada. A partir desse ano, por requisição do MPMG, o processo foi encaminhado para SEMAD que firmou TAC com o empreendedor. Em 2016, a SMMA oficiou a SEMAD e o MPMG para que fosse tomadas providências, considerando que o TAC possibilitava a retirada de minério em quantidade superior ao que havia sido definido pelo COMAM. Em anexo segue histórico com detalhamento.

**13) Caso a implantação de um empreendimento desta natureza naquele local esteja em desacordo com a legislação vigente no município de Belo Horizonte, quais ações serão empreendidas pela PBH para que o processo de licenciamento ambiental não tenha continuidade?**

**Resposta:**

Como a Área Diretamente Afetada – ADA está inteiramente no município de Belo Horizonte, o licenciamento ambiental estadual não pode ser concluído sem a Certidão de Conformidade municipal. A SMMA entende que não é possível emitir essa certidão, pois contraria a legislação do município.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

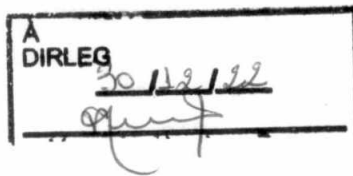
Atenciosamente,

**Mário de Lacerda Werneck Neto – BM: 114.235-4**

Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente







Meio Ambiente



Belo Horizonte/MG, 29 de dezembro de 2022.

**Para:**

Sra. Vereadora **Nelly Aquino**

Av. dos Andradas, 3.100  
Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte/MG  
CEP 30.260-900  
Brasil

**Ref.: Resposta ao Ofício Dirleg n. 5.650/22.**

Prezada Sra. **Vereadora Nelly Aquino**,

**Katz Construções e Participações Ltda.**, respeitosa e tempestivamente, em atenção ao ofício acima indicado e que encaminhou o **Requerimento de Comissão de n. 1.922/2.022**, oferta as suas considerações acerca dos questionamentos formulados.

Antes da apresentação das respostas, contudo, entende a peticionante ser absolutamente relevante destacar que diversos dos questionamentos encaminhados são despropositados, haja vista que a definição do empreendimento em sua completude está intrinsecamente ligada à análise e aprovação da iniciativa da construtora, o que somente se dará em outro momento.

Portanto, roga-se a esta d. Casa que, em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre as respostas adiante, ou mesmo sobre o empreendimento em questão, entre em contato com a empresa.

Por fim e não menos importante, uma vez que adaptações e modificações no conceito e projetos apresentados para o empreendimento poderão ser realizadas para atender à Administração, a empresa se reserva no direito de revisar as suas respostas.

Rua Desembargador Jorge Fontana, 408 / 1402 -Bairro Belvedere - CEP: 30.320-670 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: 3243-1001 / site: [www.katz.eng.br](http://www.katz.eng.br) e-mail: [relacionamento@katz.eng.br](mailto:relacionamento@katz.eng.br)

RECEBIMENTO

30-Dez-2022-13:09-001406-1/3

1-1/95900-11:14:11-008567-1  
CHRG DIRLEG-03/jan/23-10:14:11-008567-1

Handwritten signature.



---

A **Katz** há mais de 40 (quarenta) anos, dentro da sua área e atuação, contribui com o desenvolvimento da cidade e assim espera continuar a fazer.

Certos de sua compreensão e com a expectativa de ter satisfeito às expectativas de V. Sas., firma-se.

**Katz Construções e Participações Ltda.**

**I. Do Ofício Dirleg 5.650/22.**

A empresa peticionante recebeu o ofício acima que, em resumo, encaminha o **Requerimento de Comissão de n. 1.922/2.022**, de autoria da Vereadora Duda Salabert Rosa.

Referido requerimento faz diversas considerações sobre um empreendimento proposto pela empresa para o bairro Luxemburgo, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Segundo assevera o requerimento, trata-se de empreendimento, denominado "Luxemburgo", consistente na *"edificação de Instituição de Longa Permanência para Idosos, com complementação de três blocos de 4 andares, espaços comuns de convivência e área verde"*, sendo ainda, na porção do terreno, instituído um *"bloco com cinco lojas, ao qual estará adjacente o setor administrativo e de funcionários"*

O empreendimento foi apresentado por meio do processo administrativo de n. 01-014.776/20-97 pela peticionante, juntamente com a sua assessoria, a Uma Gestão de Projetos.

**II. Do empreendimento idealizado e do seu processo de aprovação.**

**II.I. Da necessidade de empreendimentos como o proposto.**

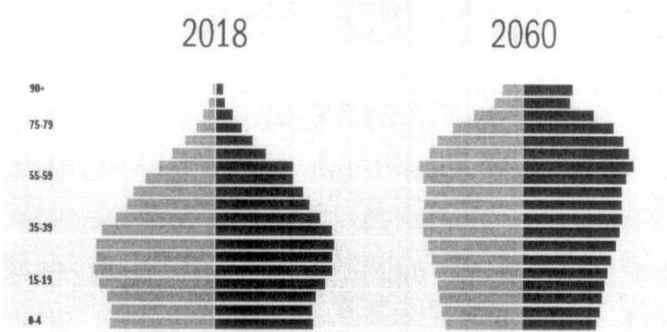
A **KATZ** é uma empresa que há mais de quatro décadas se destaca no setor da construção civil com seus empreendimentos, idealizados e destinados tanto para à moradia quanto para a utilização comercial.

Como cediço, com o avanço da medicina e dos fármacos, a idade da população cada vez mais se alonga, sendo necessário se adequar à essa nova realidade. Nesse sentido é que se vislumbrou a construção de uma edificação adaptada para a moradia (permanente ou temporária) de pessoas idosas (60 anos ou mais).

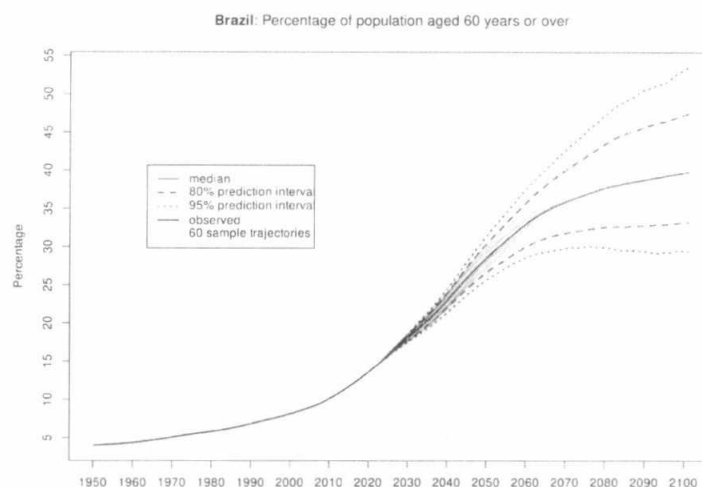
Trata-se de um tipo de edificação não apenas necessário, mas, sim, de um tipo de empreendimento que será cada vez mais comum face à realidade decorrente do envelhecimento da população como um todo.



É o que vem sendo constantemente constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abaixo, ilustrativamente, a projeção do IBGE para 2060, e que demonstra um expressivo incremento de idosos na projeção populacional do Brasil:



O mesmo comportamento demográfico foi detectado em um outro estudo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), disponível em seu site<sup>1</sup>:



Não se trata, portanto, de apenas mais um empreendimento. Trata-se de um empreendimento diferenciado, voltado para o atendimento das necessidades da população

<sup>1</sup> <https://population.un.org/wpp/> (acesso em 16 de dezembro de 2022, 11h20)

*Handwritten signature*



idosa, e que certamente irá agregar melhor qualidade de vida aos Belo Horizontinos, e valorizar o bairro Luxemburgo.

## **II.II. Do empreendimento idealizado.**

Trata-se de empreendimento não-residencial, que será edificado para atender as necessidades da população idosa.

O projeto em análise encontra-se aprovado pela GELED – Gerencia de Licenciamento de Edificações e de Obras, conforme despacho de 20.06.22, no SIASP 0129151-005/0302, com **parecer favorável da SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente** (Parecer PT 1043/22), para intervenção em ZPAM – Zona de Proteção Ambiental.

O projeto foi submetido ao COMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente para análise e aprovação da intervenção em APP – Área de Proteção Permanente.

**Embora o projeto esteja sendo aprovado com fulcro na Lei 7.166/96, ele igualmente atende aos parâmetros ambientais impostos pela legislação superveniente, qual seja, a Lei 11.181/19.**

### **II.II.I. Da adequação do empreendimento para a localidade.**

Em que pese existir aparente dúvida quanto à viabilidade e possibilidade de um empreendimento como o proposto para a região, não há qualquer óbice legal ou de qualquer natureza para sua implementação.

É que para além da aderência legal e o parecer favorável emitido pela SMMA, o empreendimento se encontra em área na qual se permite a instalação de atividade conforme previsto no documento de Informação Básica do Imóvel e nos Anexos XIII e XIV da Lei 11.181/19. Explica-se:

As vias nas quais o empreendimento será instalado são classificadas, quanto à permissibilidade de uso, como “VR”, ou seja, “Vias Preferencialmente Residenciais”. Veja-se:



Frentes						
Cód.	Logradouro	Dimensão	Classif. Viária	Perm. de Uso	Largura Via	Larg. Final
104511	RUA LUIZ SOARES DA ROCHA (OFICIAL)	38,56m	LOCAL	VR - Vias Preferencialmente Residenciais	10m <= LARGURA DA VIA < 15m	-
30983	RUA GENTIOS (OFICIAL)	46,72m	COLETORA	VR - Vias Preferencialmente Residenciais	LARGURA DA VIA < 10 m	15m

Em vias de características como as acima, tem-se que a Administração permite a instalação de atividades de “usos não-residenciais”, para o “Grupo I” (Anexo XIV):

ANEXO XIV – LOCALIZAÇÃO DOS USOS NÃO RESIDENCIAIS				
PERMISSIVIDADE DE USOS	USOS NÃO RESIDENCIAIS			
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV
VR	A	AC	NA	NA
VM	A	AC	AC	NA
VNR	A	AC	AC	AC

A = Admitido  
AC = Admitido sob condições  
NA = Não admitido

As atividades dos diferentes grupos estão descritas no Anexo XIII da referida Lei, estando os CNAEs propostos devidamente identificado. Mais uma vez:

ANEXO XIII USOS NÃO RESIDENCIAIS. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES, REPERCUSSÕES NEGATIVAS E MEDIDAS MITIGADORAS																				
CÓDIGO DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	LICENÇA-REQUERIMENTO URBANÍSTICO EM	ALTO RISCO AMBIENTAL	ALTO RISCO DE SEGURANÇA	ADMISSÃO EM CONFORME ART. 177	ZONA	ADMISSÃO EM REVERTER E REVERTEREM SE	ADE PAMPULHA				ADE CEADE JARDIM		ADE SANTA TEREZA	CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES - REGRA GERAL				REPERCUSSÕES NEGATIVAS	MEDIDAS MITIGADORAS
								ADMISSÃO EM PELA A	ADMISSÃO EM PELA B	ADMISSÃO EM PELA C	ADMISSÃO EM PELA D	ADMISSÃO EM PELA E	ADMISSÃO EM PELA F		ADMISSÃO EM PELA G	ADMISSÃO EM PELA H	ADMISSÃO EM PELA I	ADMISSÃO EM PELA J		
0101010	Manutenção de jardins de paisagem		x																	
0101020	Manutenção de jardins de paisagem, exceto jardins		x																	
0101030	Manutenção de jardins de paisagem		x																	
0101040	Manutenção de jardins de paisagem, exceto jardins		x																	
0101050	Manutenção de jardins de paisagem		x																	
0101060	Manutenção de jardins de paisagem, exceto jardins		x																	
0101070	Manutenção de jardins de paisagem		x																	
0101080	Manutenção de jardins de paisagem, exceto jardins		x																	
0101090	Manutenção de jardins de paisagem		x																	
0101100	Manutenção de jardins de paisagem, exceto jardins		x																	
SUBCATEGORIA: SERVIÇOS DE USO COLETIVO																				
Tipologia: Assistência social																				
0101110	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101120	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101130	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101140	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101150	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101160	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101170	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101180	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101190	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101200	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101210	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101220	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101230	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101240	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101250	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101260	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101270	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101280	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101290	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101300	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101310	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101320	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101330	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101340	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101350	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101360	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101370	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101380	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101390	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101400	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101410	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101420	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101430	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101440	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101450	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101460	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101470	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101480	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101490	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101500	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101510	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101520	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101530	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101540	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101550	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101560	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101570	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101580	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101590	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101600	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101610	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101620	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101630	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101640	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101650	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101660	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101670	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101680	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101690	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101700	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101710	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101720	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101730	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101740	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101750	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101760	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101770	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101780	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101790	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101800	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101810	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101820	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101830	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101840	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101850	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101860	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101870	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101880	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101890	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101900	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101910	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101920	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101930	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101940	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101950	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101960	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101970	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101980	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0101990	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							
0102000	Atividade de assistência a deficientes físicos					x	x	x					x							

Portanto, o que se verifica é que não há qualquer razão e/ou dúvidas quanto à adequação do empreendimento proposto para a área.

### III. Respostas aos questionamentos formulados.

Feitas as considerações e assentadas as premissas anteriores, passa-se às respostas aos questionamentos formulados pela Vereadora.

Perguntas formuladas	Respostas
1. O empreendimento foi classificado como de interesse social ou de utilidade pública? Em caso positivo, apresentar os motivos que levaram a tal fato.	Não.
2. Segundo o Parecer Técnico n. 1.043/22 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e diversos documentos apresentados pelo empreendedor, o empreendimento está enquadrado como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), na atividade econômica (CNAE 871150200). O sítio eletrônico da PBH define ILPI como: <i>"Acolhe idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, em situação de violação de direitos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, após esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Tem com objetivo assegurar espaço de moradia e desenvolver condições para a independência e o auto-cuidado promovendo o acesso a renda e o restabelecimento de vínculos comunitários e sociais."</i> O empreendimento cumpre integralmente a definição de ILPI apresentado no sítio da prefeitura?	Observou-se, para os estudos e elaboração do projeto, a definição da ANVISA para Instituição de Longa Permanência de Idosos <sup>2</sup> .
3. Qual é, exatamente, a dinâmica do negócio e como funcionará a operação do empreendimento?	<p>O negócio da peticionante é a incorporação e/ou construção de empreendimentos imobiliários, para constituição de acervo próprio e/ou comercialização.</p> <p>A operação do empreendimento será definida oportunamente pelo proprietário, devendo este observar todas as regras e legislação pertinentes.</p>

<sup>2</sup> RDC 502/21: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdc0502\\_27\\_05\\_2021.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdc0502_27_05_2021.pdf)

- |  |   |
|--|---|
| <p>4. Em relação às unidades habitacionais que serão comercializadas pelo empreendedor: Cada unidade terá matrícula própria?</p>   | <p>As unidades habitacionais poderão ter matrícula individualizada, embora isto não esteja definido desta fase de aprovação de projetos.</p>  |
| <p>5. O idoso celebrará um contrato de compra e venda dessa unidade com o empreendedor ou será um contrato de prestação de serviços?</p>   | <p>Para execução de eventuais serviços de atendimento ao idoso, conforme determina o inciso I do art. 50, deverá ser celebrado um contrato de prestação de serviços.</p> <p>A eventual alienação de unidade autônoma – ou mesmo do empreendimento como um todo – poderá se dar para qualquer interessado.</p>   |
| <p>6. Idosos em situação de vulnerabilidade e que não tenham recursos ou não tenham a quem recorrer poderão usufruir do empreendimento?</p>  | <p>A finalidade do empreendimento não é de interesse social e o acesso, forma de prestação de serviços – se houver – e demais atividades realizadas no empreendimento deverão ser oportunamente definidas pelo(s) seu(s) proprietário(s) e/ou operador.</p>   |
| <p>7. O empreendimento terá inscrição perante o órgão competente da Vigilância Sanitária e o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, na forma do artigo 48, parágrafo único do Estatuto do Idoso?</p>                              | <p>O empreendimento terá todas as autorizações e registros necessários para o seu devido funcionamento, conforme atividades que lá forem desenvolvidas.</p>   |
| <p>8. O empreendimento consegue comprovar, específica e fundamentadamente, que está apto a cumprir os princípios e requisitos previstos nos arts. 49 e 50 do Estatuto do Idoso? Em caso positivo, apresentar comprovações.</p> | <p>Nesta fase de aprovação, na qual inexistente qualquer operação – sequer há início de construção – não há que se falar em cumprimento de requisitos dos artigos 49 e 50 do Estatuto do Idoso e ou de qualquer outra legislação ou regra, exceto pelas aplicáveis ao procedimento de aprovação do projeto proposto.</p>                                  |
| <p>9. De que maneira o empreendimento:</p> <p>a. Oferecerá auxílio religioso a quem desejar?</p> <p>b. Desenvolverá estudo social e pessoal de cada idoso?</p> <p>c. Fornecerá vestuário e alimentação adequados?</p>          | <p>Nesta fase de aprovação, na qual inexistente qualquer operação – sequer há início de construção – não há que se falar em cumprimento de requisitos dos artigos previstos no Estatuto do Idoso.</p> <p>A atividade a ser efetivamente desenvolvida no local depende de uma série de fatores, inclusive de aprovação do empreendimento, quando serão</p> |



d. Fornecerá atendimento personalizado?	avaliadas eventuais necessidades de adequação, revisão de projetos etc.
e. Proporcionará cuidados à saúde?	Ademais, a empreendedora é mera incorporadora/construtora, não desempenhando qualquer atividade de prestação de serviços do questionamento de n. 9.
f. Haverá contratação de profissionais para cada uma dessas atividades?	
	Nesta fase de aprovação, na qual inexistente qualquer operação – sequer há início de construção – não há que se falar em cumprimento de requisitos dos artigos previstos no Estatuto do Idoso.
10. Caso ocorra situação de urgência/emergência, o empreendimento disponibilizará algum serviço ou estrutura para atendimento ao idoso? Detalhar como isso ocorrerá.	A atividade a ser efetivamente desenvolvida no local depende de uma série de fatores, inclusive de aprovação do empreendimento, quando serão avaliadas eventuais necessidades de adequação, revisão de projetos etc.  Ademais, a empreendedora é mera incorporadora/construtora, não podendo responder o questionamento formulado (n. 10), por não saber, neste momento, o que será desenvolvido no local, ou mesmo por quem.
11. Qual é o modelo de negócio do empreendimento? Quem irá operá-lo, uma vez que os empreendedores alegam que é de uso coletivo?	As atividades desenvolvidas pela empreendedora são de construção e/ou incorporação, conforme o caso. Não se confundem, pois, com a atividade que será eventualmente desenvolvida no empreendimento.  Neste momento não há definição quanto ao operador ou gestor do empreendimento e suas atividades futuras.  A aprovação do projeto certamente proporcionará maior interesse de pessoas no empreendimento e na sua exploração.
12. Por qual motivo os empreendedores, ao dar declarações sobre o empreendimento, o caracterizam como de interesse social?	O empreendimento não é caracterizado como de interesse social.

- Eventual declaração com esses termos pode ter sido mal interpretada.
- O empreendimento pretendido busca atender ao interesse de parte da sociedade, que hoje se encontra desprovida de tais locais/serviços.
13. Qual o público alvo do empreendimento, em termos de renda e de situação familiar?
- O público-alvo do empreendedor são investidores (pessoa jurídica ou física), operadores de clínicas geriátricas, de ILPI, etc.
14. Um idoso em situação de vulnerabilidade social poderá se habilitar para adquirir uma unidade? A prefeitura irá patrocinar essa atividade segundo sua própria definição de interesse social para o CNAE apontado?
- As atividades desenvolvidas pela empreendedora são de construção e/ou incorporação, conforme o caso. Não se confundem, pois, com a atividade que será eventualmente desenvolvida no empreendimento.
- Eventual patrocínio pela prefeitura, até o momento não foi cogitado, não obstante não haver qualquer impedimento por parte da empreendedora para uma eventual negociação.
- Recobra-se que no Formulário de Caracterização de Empreendimento de Impacto (FCEI) foram apresentados 03 (três) CNAEs, não sendo certo que será instituído um ILPI no local.
15. Como os ocupantes usufruirão das unidades habitacionais? Terão a propriedade, posse, autonomia e liberdade para delas dispor como se fosse sua moradia de fato?
- As atividades desenvolvidas pela empreendedora são de construção e/ou incorporação, conforme o caso. Não se confundem, pois, com a atividade que será eventualmente desenvolvida no empreendimento.
- O empreendimento está sendo licenciado para os usos permitidos no local. Assim sendo, o seu eventual ocupante poderá usar e usufruir da maneira que for permitida.
16. Quem será o dono das unidades residenciais que serão construídas no empreendimento: os empreendedores que pretendem construir o empreendimento, os moradores/residentes, ou terceiros? Detalhar como será a relação
- As atividades desenvolvidas pela empreendedora são de construção e/ou incorporação, conforme o caso. Não se confundem, pois, com a atividade que será eventualmente desenvolvida no empreendimento.



comercial entre os donos do empreendimento e os moradores/residentes.	O empreendimento está sendo licenciado para os usos permitidos no local. A depender da sua aprovação, o empreendimento poderá ser comercializado com terceiros e/ou poderá ser eventualmente explorado dentro dos limites legais.
17. Qual o tipo de serviço que será oferecido aos moradores? Serão eles de caráter comercial ou assistencial?	Atualmente não se sabe quem serão os proprietários do empreendimento, pois sequer há autorização para sua edificação.  As atividades desenvolvidas pela empreendedora são de construção e/ou incorporação, conforme o caso. Não se confundem, pois, com a atividade que será eventualmente desenvolvida no empreendimento.  Espera-se que as atividades que forem desenvolvidas no empreendimento sejam condizentes e complementares à sua destinação, a depender do que lá será instalado futuramente.
18. Como ocorrerá o uso das cinco unidades comerciais: abertas ao público em geral, somente aos moradores, ou de outra forma?	As atividades desenvolvidas pela empreendedora são de construção e/ou incorporação, conforme o caso. Não se confundem, pois, com a atividade que será eventualmente desenvolvida no empreendimento.  Imagina-se que as unidades comerciais desempenhem atividades de apoio às atividades do empreendimento, atendendo ao público local.

#### IV. Considerações finais e conclusão.

A **KATZ** reitera a sua posição de sempre contribuir com o desenvolvimento da cidade e com o progresso no seu setor de atuação, assim como de prestar todos os esclarecimentos necessários acerca de sua atuação e de seus empreendimentos.

É importante destacar que quanto ao empreendimento "Luxemburgo", todas as medidas necessárias e exigidas para sua aprovação estão sendo atendidos, de modo que se espera uma conclusão célere e satisfatória para todos os envolvidos.



Espera-se que as respostas ora ofertadas consigam esclarecer as dúvidas e retificar conceitos equivocados acerca do empreendimento e a sua localização, de modo que fique claro que não se pretende nada além de agregar à região do bairro Luxemburgo um inovador e desejado ILPI.

Por derradeiro, a peticionante reitera que os pedidos e requerimentos necessários para dar início à aprovação do projeto representam uma ideia de empreendimento, de negócio, e que pode ser alterada conforme as exigências e demandas da Administração, pelo que se reserva no direito de, oportunamente, revisar e alterar o seu entendimento com relação ao empreendimento e as respostas apresentadas.

Sendo que nos resta para o momento, firmamo-nos.

Atenciosamente,



Katz Construções e Empreendimentos Ltda.





Mao Amb

OF. SMGO/DALE Nº 027 /2023

Belo Horizonte, 20 /01 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.959/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira– encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.739/22, de 05/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.959/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a Vila Mariquinhas.

Consultada, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do ofício 497/2022/URBEL/GP-DTEL conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo

Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

CMBH\_DIRLEG-24/jan/23-14:29:01-000142-1



---

**OFÍCIO 497/2022/URBEL/GP-DTEL**

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2022.

**Assunto: TAG 354124 – Requerimento de Comissão nº 1959/2022**

Prezados Senhores,

Referimo-nos ao pedido constante no Requerimento de Comissão nº 1.959/22 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal, para o envio detalhado do Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR, cuja existência teria sido informada na visita técnica realizada no dia 07/07/2022 no Bairro Mariquinhas, bem como o encaminhamento dos custos envolvidos e do projeto.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Visita Técnica mencionada, objeto do Requerimento de Comissão nº 1.167/22, contou com a participação do engenheiro da Urbel, George Lelis Peixoto, que informou aos presentes naquela oportunidade que a Urbel possui um estudo de intervenções na Vila Mariquinha consistente no Plano Global Específico – PGE, contudo, pontuou não existir obras previstas especificamente para o local da visita técnica no âmbito da Companhia.

Vale destacar que o instrumento do PGE está previsto na Resolução LII do Conselho Municipal de Habitação – CMH, que no art. 23, § 6º conceitua o PGE como “*um instrumento de planejamento dos processos de urbanização e regularização fundiária que consiste em um estudo aprofundado da realidade de cada Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, que abrange as Vilas/Favelas e os Loteamentos implantados pelo Poder Público, e daquelas áreas que venham a ser declaradas de interesse social pelo Poder Público*”.

O inciso I do mesmo §6º estabelece a mesma condição prevista no art. 267 do Plano Diretor Municipal, Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, de que as intervenções em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS estão condicionadas à elaboração de PGE.

À

**DIRETORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA – DTEL**

Gabinete do Prefeito – GP

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais



Desse modo, a Urbel envia anexo o PGE da Vila Mariquinhas, concluído em 2012 e informa que desconhece o que seria o Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR, mencionado na solicitação.

Observamos que no momento da conclusão do PGE foram apontados os custos estimados para a realização das intervenções previstas no Plano.

Por fim, a Diretoria de Planejamento – DPL da Urbel informa que para a Vila Mariquinhas estão previstas intervenções na Rua Caciolândia e Beco Barretos, consistentes na elaboração de projetos, execução de obras, indenização e desapropriação, correspondente ao empreendimento 2654-N1-U-INF-20 do Plano de Obras, o qual foi aprovado na Resolução do Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA de Belo Horizonte em 06/04/2021, com previsão de publicação da licitação para contratação de projetos em março/2023.

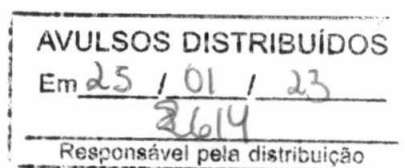
Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINICIUS LEITE  
PEREIRA  
(47733497604)  
AC VALID RFB v5  
Em Sexta-feira, 30 de Dezembro  
de 2022 às 11:12



**Claudius Vinicius Leite Pereira**  
Diretor-Presidente





**OF. SMGO/DALE Nº 045 /2023**

Belo Horizonte, 31/01/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.971/22** – Autoria das Vereadoras Macaé Evaristo e Bella Gonçalves – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.741/22, de 06/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.971/22, de autoria das Vereadoras Macaé Evaristo e Bella Gonçalves, que solicita informações e documentos sobre a requalificação da Av. Afonso Pena.

Consultada, a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício SUMOB/SMGO N.º 007/2023, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



**Ofício SUMOB/SMGO N° 007/2023**

**Ref.:** Requerimento de Comissão 1971/2022.

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2023.

Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, trata-se de Requerimento de Comissão n° 1971/2022, de autoria das Vereadoras Macaé Evaristo e Bella Gonçalves e do Vereador Pedro Patrus, solicitando informações sobre o projeto de revitalização da Avenida Afonso Pena.

Em resposta ao Requerimento, encaminhamos as informações abaixo, considerando os questionamentos recebidos:

**1. Cópia do projeto de engenharia da obra.**

O projeto executivo da Avenida Afonso Pena pode ser encontrado no link da consulta pública:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/projeto-executivo-afonso-pena-ciclovias-alteradas.pdf>

**2. Cópia de estudos de impacto ambiental.**

Por se tratar de uma obra de revitalização o impacto mais significativo é a supressão de algumas árvores existentes, a serem devidamente compensadas, de acordo com os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental n° 008/22 e 014/22.

Ilmo. Sr.

**Josué Costa Valadão**

Secretário Municipal de Governo - SMGO

Está prevista a supressão de 64 elementos arbóreos: sendo 22 árvores de pequeno porte, 8 árvores médio porte, 10 árvores de grande porte e 24 arbustos/plantas ornamentais, nas seguintes localizações e quantidades (entre parênteses): Entre a Ave. Amazonas e Rua Espírito Santo (corte na calçada) (1); Esquina Rua dos Tupis (2); Canteiro central próximo a Rua da Bahia (1); próximo a Av. Álvares Cabral (corte calçada) (1); Canteiro Central próximo ao Palácio das Artes (2); Esquina Av. Brasil (7); Esquina Rua Rio Grande do Norte (1); Esquina Av. Getúlio Vargas (5); Canteiro Central Getúlio Vargas próximo a Rua Piauí (1); Rua Piauí (8); Esquina Getúlio Vargas (28); Ave. Afonso Pena com Piauí (1); Canteiro Central Ave. Afonso Pena próximo a Rua Maranhão (1); Esquina com Ave. do Contorno (4); Entre Rua Cobre e Rua Ouro Fino (1).

De acordo com os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental nº 008/22 e 014/22 deverão ser plantadas 182 mudas para fins de compensação.

Também está previsto no projeto paisagístico o plantio de 52 árvores, sendo 3 jequitibás rosa nas interseções com a Av. Brasil; Av. Getúlio Vargas e Av. do Contorno.

### **3. Justificativa para execução da obra.**

Frente ao desafio enfrentado para melhorar substancialmente o serviço público de transporte coletivo de passageiros, a Prefeitura de Belo Horizonte, entre as várias diretrizes e ações, pretende atuar sobre diversos corredores com medidas objetivas de priorização do atendimento ao ônibus.

Foram avaliados 70 km de corredores de transporte coletivo para estudar os ganhos específicos da priorização contrapondo com os impactos que esta medida tem sobre o sistema de transporte e tráfego como um todo, com o objetivo de escolher a melhor alternativa para o conjunto de usuários da via. A seleção da melhor alternativa baseou-se na redução do tempo de viagem para o passageiro do transporte coletivo e para o pedestre, em sua maioria também passageiros de ônibus.

Por outro lado, não se pode desconhecer o impacto da alternativa no tráfego geral, pois o mal desempenho deste interfere fortemente no desempenho do ônibus, que ficará preso no congestionamento antes de acessar o corredor com prioridade.



Para a confrontação de alternativas, utilizou-se o Manual do BRT, publicado pelo Ministério das Cidades, que oferece instrumentos iniciais para considerar o todo – pedestres, passageiros de ônibus e ocupantes de automóveis –, saindo das questões políticas que envolvem a questão modal (autos versus ônibus) e entrando no mundo dos usuários, na medida humana da mobilidade.

Portanto, verificou-se quantas pessoas estavam sendo atendidas e em que condições operacionais. E neste percurso, ao se incluir os pedestres, normalmente fora das considerações de escolha, passou-se a contar com uma informação relevante para a tomada de decisão, não só porque o indivíduo que, em determinado momento, está na condição de pedestre, pode ter sido um passageiro de ônibus ou motorista de automóvel, complementando a sua viagem a pé, mas porque este usuário tem a sua importância específica, grande e cada vez maior, dentro do sistema de mobilidade urbana.

Justifica-se a prioridade do transporte coletivo porque o volume de ônibus que circula na Av. Afonso Pena, no trecho entre Praça da Rodoviária é de cerca de 474 ônibus/ hora pico manhã, sendo que no trecho entre Rua Tamoios e Av. Carandai, este volume chega a 260 ônibus por sentido. No trecho entre as ruas Rio Grande do Norte e Professor Moraes circulam um grande número de linhas metropolitanas. Praticamente todas as linhas metropolitanas que atendem o corredor ligam o hipercentro ao município de Nova Lima, Raposos, etc. com acessos por essas vias.

No trecho compreendido entre a Av. Getúlio Vargas e Praça da Bandeira, o volume de ônibus é reduzido embora seja o trecho onde circulam as linhas do MOVE, que precisam especialmente manter regularidade para não impactar no funcionamento do sistema. Acima da Av. Getúlio Vargas a faixa passa a ser preferencial com poucas intervenções em relação à situação atual.

A outra justificativa para intervir na Av. Afonso Pena a favor dos ônibus é a velocidade média do transporte coletivo. Em novembro de 2019, quando foram feitas as pesquisas de trânsito, a velocidade média dos ônibus no sentido Bairro> Centro era 9,1 km/h e no sentido centro>bairro era 14,3 km/h. Em toda a rede estudada, que envolve além da Av. Afonso Pena as vias transversais, a velocidade era de 8,7 km/h.



O resultado das intervenções propostas obtidas em simulação é:

- Velocidade média dos ônibus no sentido Bairro>Centro = 13,4 km/h
- Velocidade média no sentido Centro>Bairro = 15,8 km/h
- Velocidade média na rede simulação = 10 km/h
- Velocidade do tráfego geral = 17,6 km/h

#### **4. Cronograma de execução com data de início previsto e 5. Cronograma financeiro**

O projeto executivo foi concluído em fevereiro de 2022, entretanto, em função de demandas apresentadas no âmbito das reuniões com a sociedade civil, alguns trechos do projeto estão em revisão. Em paralelo, a Prefeitura de Belo Horizonte continua com o diálogo aberto com representantes da sociedade civil com o intuito de apresentar o projeto, dirimir dúvidas, colher sugestões e, eventualmente, adequar pontos específicos, incluindo o cronograma das obras.

O processo licitatório para execução das obras não foi iniciado e o prazo estimado para execução das obras é de 12 (doze) meses.

O projeto executivo da Avenida Afonso Pena e de outras vias que deverão receber projetos de priorização do transporte público podem ser encontrados no link da consulta pública:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/licitacao/consulta-publica-001-2022>.

Apenas após a revisão do projeto será possível proceder com o orçamento e restabelecer um cronograma de execução e financeiro.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

**André Dantas**  
**Superintendente de Mobilidade**  
**SUMOB**

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 07 / 02 / 2023
PC 713
Responsável pela distribuição





OF. SMGO/DALE Nº 052/2023

Belo Horizonte, 31 / 01 / 2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 2.023/22** – Autoria da Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.643/22, de 20/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.023/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações a respeito de eventos que estão sendo realizados no Palácio das Mangabeiras, antiga residência oficial do governador, localizada no bairro Mangabeiras, em área localizada ao lado do Parque das Mangabeiras e do Mirante das Mangabeiras.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiram respostas por meio do Ofício GAB-SMMA/SMGO-DALE nº 0096/23 e do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 001/2023 e do Ofício , respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



**OFÍCIO GAB-SMMA/SMGO-DALE nº 0096/23**

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2023.

**Solicitação nº: 0086/23**  
**Documento nº: 00642/23**

**Assunto:** TAG354342 - Requerimento de comissão 2023/2022 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Prezada,

Com meus cordiais cumprimentos, acusamos o recebimento da TAG em epígrafe que solicita a esta SMMA informações a respeito de eventos que estão sendo realizados no Palácio das Mangabeiras, antiga residência oficial do governador, localizada no bairro Mangabeiras, em área localizada ao lado do Parque das Mangabeiras e do Mirante das Mangabeiras.

A seguir, seguem as respostas:

**Pergunta 1** – A área onde está inserido o terreno, em relação ao Plano Diretor de BH, permite a realização deste tipo de atividades? **Resposta:** Conforme consulta ao BH Map, o imóvel encontra-se no zoneamento PA-1, na ADE Mirantes, com registro da existência de bem cultural imóvel com processo de tombamento em aberto. Para mais informações, sugerimos que a SMPU seja consultada.

**Pergunta 2** – A empresa que está realizando eventos no local possui alvará de funcionamento específico para as atividades que estão sendo realizadas no local? **Resposta:** Até onde é de conhecimento desta SMMA, o acordo (contrato, convênio, alvará, etc.) foi realizado pela Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), a quem sugere-se seja formulada consulta.

**Pergunta 3** – Tendo em vista a ocorrência de eventos com grande público no local, foi realizado algum estudo de impacto de trânsito da região, em especial o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)? **Resposta:** A SMMA não tem conhecimento da realização de EIV.

**Pergunta 4** – A implementação do empreendimento naquele espaço foi alvo de algum processo de licenciamento junto às secretarias da Prefeitura? **Resposta:** Não houve licenciamento na SMMA.

**Pergunta 5** – Foi realizado EIA ou algum outro estudo ambiental para avaliar a implantação de um empreendimento deste tipo naquela região? **Resposta:** A SMMA não tem conhecimento da realização de EIA.

**Pergunta 6** – Foi realizado algum estudo do impacto na fauna e flora do local, considerando o volume de pessoas no local e volume sonoro nos shows? **Resposta:** Os eventos são licenciados seguindo os procedimentos da Lei Municipal nº 9.063/2005. A priori, a legislação não enquadra os eventos como empreendimentos de impacto e por esse motivo não são exigidos estudos específicos. Para maiores detalhes sugerimos consultar a SMPU e a FPMZB.

**Pergunta 7** – A Prefeitura já realizou alguma fiscalização para averiguar o grau de poluição sonora oriunda do empreendimento em dias de eventos? Se sim, os valores medidos estavam em conformidade com os parâmetros legais estabelecidos para aquela região, em especial quanto as normas da ABNT para região hospitalar? **Resposta:** Sugerimos que a SUFIS seja consultada

**Prezada Luana Magalhães de Araújo Cunha**  
**Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE**  
**Secretaria Municipal de Governo – SMGO**  
Av. Afonso Pena, 1212, 5º andar  
Centro, Belo Horizonte, CEP 30130-908





**Pergunta 8** – Por se tratar de estabelecimento vizinho ao Parque das Mangabeiras e Parque da Serra do Curral há autorização da Fundação de Parques para os eventos? **Resposta:** Sugerimos que a FPMZB seja consultada.

**Pergunta 9** – Considerando que o atual Plano Diretor de BH define aquela área como sendo para usos exclusivamente residenciais, é permitido a instalação de um estabelecimento comercial na área? **Resposta:** Sugerimos que a SMPU/SUREG seja consultada.

**Pergunta 10** – Por se tratar de eventos que recebem mais de 2.000 pessoas, o empreendimento possui todas as licenças aplicáveis, em especial a do Corpo de Bombeiros para tais eventos desse porte? **Resposta:** Até onde é de conhecimento desta SMMA, o acordo (contrato, convênio, alvará, etc.) foi realizado pela Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), a quem sugere-se seja formulada consulta.

**Pergunta 11** – Há algum tipo de tratamento acústico no local para os shows de maior porte como o que estão sendo realizados no local, em especial o denominado “Palácio da Copa”? **Resposta:** A SMMA não tem conhecimento sobre a existência de isolamento acústico no local.

**Pergunta 12** – Como a região recebe aproximadamente 2.000 pessoas nos dias de show, há algum planejamento da BHTrans para o local, considerando que os eventos atuais tem gerado grandes engarrafamentos na região? **Resposta:** Sugerimos que a BHTrans e Guarda Municipal sejam consultadas.

**Pergunta 13** – Estão agendados vários eventos para o ano de 2023 no local, os eventos seguem as normas e exigências acima relacionadas ou já possuem alguma autorização emitida pela PBH? **Resposta:** Sugerimos que a SMPU/SUREG seja consultada.

**Pergunta 14** – A comunidade tem denúncia que diversos animais estão aparecendo mortos após os eventos, com diversos episódios de atropelamentos. A prefeitura tem ciência de tal fato? Quais medidas estão sendo tomadas para evitar que isto ocorra? **Resposta:** A SMMA não tem conhecimento desses acontecimentos e solicita que as denúncias sejam enviadas para < [smma@pbh.gov.br](mailto:smma@pbh.gov.br) >

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

**Mário de Lacerda Werneck – BM 114.235-4**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente





**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 001/2023**

**Ref.:** Demanda TAG nº 354342 – Requerimento de Comissão nº 2.023/22

**Autoria:** Vereadora Duda Salabert

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2023.

Prezada Diretora,

Trata-se de demanda TAG 354342, por meio do Requerimento de Comissão nº 2.023/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações acerca de eventos que estão sendo realizados no Palácio das Mangabeiras, antiga residência oficial do Governador, localizada no Bairro Mangabeiras, em área localizada ao lado do Parque das Mangabeiras e do Mirante das Mangabeiras.

Em resposta, informamos no que compete à esta Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU):

*1. A área onde está inserido o terreno, em relação ao Plano Diretor de Belo Horizonte, permite a realização deste tipo de atividade?*

Conforme Lei 11.181/2019, o Palácio das Mangabeiras está inserido no zoneamento Proteção Ambiental 1 (PA-1), e em duas áreas de diretrizes especiais (ADEs): a ADE Mirantes (setor 2) e a ADE Serra do Curral. A Rua Professor Djalma Guimarães é uma rua local, classificada como PEM-1 para os lotes inseridos na ADE Mangabeiras e como via preferencialmente residencial (VR), para os lotes que estão fora da ADE Mangabeiras. Como o Palácio das Mangabeiras está fora dos limites da ADE Mangabeiras, a classificação a ser adotada para a permissividade de uso da Rua Professor Djalma Guimarães é a VR.

Nas vias demarcadas como VR, são admitidas atividades do Grupo 1 e também atividades do Grupo 2 com condicionantes.

A ADE Mirantes e a ADE Serra do Curral não estabelecem vedações específicas ao exercício de atividades.

**Ilma. Sra.**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE**

**Secretaria Municipal de Governo**

**Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro**





No entanto, em relação ao zoneamento PA-1, conforme §3 do artigo 176, do Plano Diretor, as porções territoriais de propriedade pública classificadas como PA-1 podem receber edificações destinadas exclusivamente a: I - serviço de apoio e manutenção das áreas; II - equipamentos de cultura, lazer, esportes; III - equipamentos destinados a práticas ambientais.

Portanto, são admitidas no local aquelas atividades relacionadas a serviços de apoio e manutenção das áreas de preservação, além daquelas relacionadas à cultura, lazer, esporte, e práticas ambientais.

*2. A empresa que está realizando eventos no local possui alvará de funcionamento específico para as atividades que estão sendo realizadas no local?*

Em consulta aos nossos sistemas, foi constatado que não existe Alvará de Localização e Funcionamento (ALF) válido para o empreendimento em questão.

*3. Tendo em vista a ocorrência de eventos com grande público no local, foi realizado algum estudo de impacto no trânsito da região, em especial o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV?*

As atividades autorizadas recentemente no local são eventuais, licenciadas como Evento, conforme resposta do item 10, tendo sido atendidas todas as determinações da legislação para emissão das licenças de evento.

*4. A implementação do empreendimento naquele espaço foi alvo de algum processo de licenciamento junto às secretarias da Prefeitura?*

Sim, conforme esclarecido anteriormente, as atividades autorizadas no local são eventuais licenciadas como Evento, tendo sido atendidas todas as determinações da legislação.

*5. Foi realizado estudo de impacto ambiental (EIA) ou algum outro estudo ambiental para avaliar a implantação de um empreendimento deste tipo naquela região?*

*6. Foi realizado algum estudo do impacto na fauna e flora do local, considerando o volume de pessoas no local e volume sonoro nos shows?*

Os itens 5 e 6 não tratam de questionamentos a serem respondidos pela SMPU.



*7. A Prefeitura já realizou alguma fiscalização para averiguar o grau da poluição sonora oriunda do empreendimento em dias de eventos? Se sim, os valores medidos estavam em conformidade com os parâmetros legais estabelecidos para aquela região, em especial quanto às normas da ABNT para região hospitalar?*

Em relação ao evento ocorrido em 2019 - Casa Cor Minas Gerais 2019, foi realizada vistoria fiscal no local, referente ao acondicionamento de resíduos para coleta da SLU, sendo emitido o auto de notificação 20190139335AN.

Em relação ao evento Festival de Gastronomia e Arte (FIGA), foi realizada vistoria no local, e não foram encontradas irregularidades, ainda assim, o promotor foi orientado em relação à poluição sonora.

Em relação ao evento Parque da Copa foram registrados, entre os dias 25/11/2022 e 14/12/2022, onze protocolos de reclamação para o serviço Poluição Sonora - Fiscalização e cinco protocolos de reclamação para o serviço Comércio, Indústria ou Serviço com Risco à Segurança de Pessoas e Bens - Fiscalização. Em atendimento às reclamações referentes à poluição sonora, caracterizadas como pronto atendimento, a medição dos níveis de pressão sonora foi dispensada pelo interessado em virtude de o incômodo já ter cessado.

*8. Por se tratar de estabelecimento vizinho ao Parque das Mangabeiras e Parque da Serra do Curral há autorização da Fundação de Parques para os eventos?*

Não se trata de questionamento a ser respondido pela SMPU.

*9. Considerando que o atual Plano Diretor de Belo Horizonte define aquela área como sendo para usos exclusivamente residenciais, é permitido a instalação de um estabelecimento comercial na área?*

O Plano Diretor não define a área como sendo exclusivamente residencial (ver resposta ao item 1).

*10. Por se tratar de eventos que recebem mais de 2.000 pessoas, o empreendimento possui todas as licenças aplicáveis, em especial a do Corpo de Bombeiros para tais eventos desse porte?*



Foram autorizados sete eventos no Palácio das Mangabeiras conforme planilha a seguir, que atenderam todas as determinações da legislação. Os eventos com público superior a 250 pessoas apresentaram a aprovação do Corpo de Bombeiros como determina a normativa vigente.

### **PALÁCIO DAS MANGABEIRAS**

Rua Professor Djalma Guimarães, 161/ Engenheiro Bady Salum, 115 - Mangabeiras/ CENTRO  
SUL

Nº	EVENTO	DATA Inicial	DATA Final	HORÁRIO Início	HORÁRIO Fim	PROMOTOR	PÚBLICO	PROTOCOLO	STATUS
1	Casacor Minas Gerais 2019	01/09/19	13/10/19	12:00	22:00	Multicult Promoções LTDA.	250	0343871-001/1515	Licenciado
2	CasaCor Minas	12/09/21	31/10/21	11:00	22:00	Multicult Promoções LTDA	250	EFE2021R02283	Licenciado
3	Cidade de Natal	04/12/21	23/12/21	11:00	22:00	NASALA EVENTOS LTDA	800	EFE2021R03223	Licenciado
4	Centenário Amílcar de Castro: 1920 - 2020	27/04/22	12/06/22	08:00	18:00	Multicult Promoções LTDA	250	EFE2022R05392	Licenciado
5	FIGA - Festival de Gastronomia e Arte	16/06/22	18/06/22	12:00	22:00	LABEL 12 ORGANIZACAO DE EVENTOS E PARTICIPACOES LTDA	1.500	EFE2022R06853	Licenciado
6	Casacor Minas 2022	05/08/22	25/09/22	14:00	22:00	Multicult Promoções LTDA	250	EFE2022R08431	Licenciado
7	Parque da Copa (dias de jogos do Brasil na Copa e finais de semana)	24/11/22	18/12/22	10:00	22:00	LABEL 12 ORGANIZACAO DE EVENTOS E PARTICIPACOES LTDA	2.000	EFE2022R11185	Licenciado

11. Há algum tipo de tratamento acústico no local para os shows de maior porte como os que estão sendo realizados no local, em especial o denominado "Palácio da Copa"?

Como pode ser observado na planilha acima, os eventos autorizados no Palácio das Mangabeiras ocorreram até às 22:00, com a ressalva (ver em trecho de autorização a seguir) de que devem atender aos limites de ruído previstos na legislação. Não é exigido tratamento acústico em atividades eventuais, mas os promotores dos eventos se comprometem a obedecer os limites de ruídos, sob pena de ação fiscal, multa e interdição do evento, caso sejam constatados níveis de ruído acima dos permitidos.



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Informações Gerais

A emissão de ruídos, sons e vibrações deverá obedecer aos seguintes níveis máximos, fixados pela Lei 9505/08: em período diurno: 70 dB(A); em período vespertino: 60 dB(A); em período noturno: 50 dB(A) até às 23:59h, e 45 dB(A), a partir da 0:00h. Às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, será admitido, até às 23:00h, o nível correspondente ao período vespertino. As medições dos níveis de emissões seguem os critérios estabelecidos pelo artigo 4º da Lei 9.505/08.

*12. Como a região recebe aproximadamente 2.000 pessoas nos dias de show, há algum planejamento da BHtrans para o local, considerando que os eventos atuais tem gerado grandes engarrafamentos na região?*

No processo de autorização de todos os eventos, independentemente do público estimado ou se o evento será realizado em logradouro público ou em propriedade, é exigida a manifestação favorável da BHTRANS. E em alguns casos, dependendo do impacto gerado é aprovado o DOT - Documento Operacional de Trânsito pela BHTRANS.

Sugerimos consulta a este órgão para mais informações e esclarecimentos.

*13. Estão agendados vários eventos para o ano de 2023 no local, os eventos seguem as normas e exigências acima relacionados ou já possuem alguma autorização emitida pela Prefeitura?*

Não recebemos ainda nenhum evento para agendamento em 2023 no Palácio das Mangabeiras.

*14. A comunidade tem denúncia que diversos animais estão aparecendo mortos após os eventos, com diversos episódios de atropelamentos. A Prefeitura tem ciência de tal fato? Quais medidas estão sendo tomadas para evitar que isto ocorra?*

Não se trata de questionamento a ser respondido pela SMPU.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**





Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

**Fwd: TAG 354342 - PARA DESPACHAR**

**Subsecretaria de Regulação Urbana** <sureg@pbh.gov.br>  
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

20 de janeiro de 2023 às 11:08

Prezada Cida,

Gentileza inserir resposta no sistema, TAG 354342.

Atenciosamente,  
Bruna Miranda Caravelli  
Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG  
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG  
(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

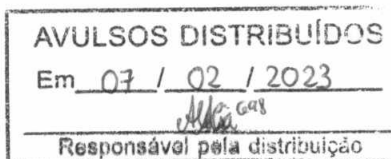
De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**  
Date: sex., 20 de jan. de 2023 às 11:06  
Subject: Re: TAG 354342 - PARA DESPACHAR  
To: Gabinete da SUREG <sureg@pbh.gov.br>

De acordo.

**João Fleury**  
**Secretário Municipal de Política Urbana**  
Avenida Álvares Cabral, 217 - 6º Andar  
32460090



**OF. 001-2023 - DEMANDA TAG Nº 354342 - VER. DUDA SALABERT (rev02).pdf**  
169K





OF. SMGO/DALE Nº 065/2023

Belo Horizonte, 08/02/2023

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 2.023/22** – Autoria da Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.643/22, de 20/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.023/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações a respeito de eventos que estão sendo realizados no Palácio das Mangabeiras, antiga residência oficial do governador, localizada no bairro Mangabeiras, em área localizada ao lado do Parque das Mangabeiras e do Mirante das Mangabeiras.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiram respostas por meio do Ofício GAB-SMMA/SMGO-DALE nº 0096/23 e do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 001/2023, já remetidos a essa Câmara Municipal por meio do ofício SMGO/DALE Nº 052/2023, de 31/01/2023.

Em complementação à referida resposta, segue anexa a manifestação Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, conforme ofício BHTRANS-DPR/DIRLEG Nº 104/2023.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**BHTRANS - Empresa de Transportes  
e Trânsito de Belo Horizonte**

BHTRANS-DPR/ DIRLEG Nº 104 / 2023

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2023

Assunto: Requerimento de Comissão 2023/2022

Senhora Diretora,

Com cordiais cumprimentos e, em resposta ao Requerimento de Comissão 2023/2022, de autoria da então Vereadora Duda Salabert, que solicita esclarecimentos sobre eventos no Palácio das Mangabeiras, encaminhamos, anexo, o Parecer Técnico DRO/GEACE nº 035/2023, de 01 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

  
Júlia Costa Gallo

Presidente Substituta - DPR

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS

À Senhora  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO

c/c: Dirlaine Machado  
Gerência Técnico-Consultiva - GETC

  
Deusirte Matos Pereira de Assis - BT00140  
Diretora de Ação Regional e Operação  
DRO/BHTRANS

**PARECER TÉCNICO/BHTRANS/DRO/GEACE Nº 035/2023,  
DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023**

**Assunto:** Informações e esclarecimentos sobre eventos no Palácio das Mangabeiras.

**Referência:** Requerimento de Comissão (ofício) nº 2.023/2.022 de 12/12/2022

**Interessado:** Comissão de Defesa de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Em resposta ao assunto e itens 12 e 13 do ofício em epígrafe, referente aos eventos ocorridos no Palácio das Mangabeiras, a Empresa de Transportes e Trânsito S/A-BHTRANS informa:

**Esclarecimento ao Item 12:**

Para o primeiro evento realizado no Palácio em setembro de 2019, “Casa Cor Minas Gerais”, foram realizados estudos e levantamentos no sistema viário de entorno do Palácio, tais como capacidade das vias de chegada e saída, existência de espaço destinado à faixa de acumulação de veículos para acesso ao estacionamento interno, vagas de estacionamento nos logradouros públicos adjacentes, áreas para embarque e desembarque, áreas para ponto de táxi, atendimento do transporte coletivo e locais críticos onde pudessem haver retenções no fluxo de veículos.

Com base nos dados obtidos, considerando que o público, em sua maioria, se desloca para o local do evento em veículo particular de uso privado e que o público previsto para esse primeiro evento seria de 250 pessoas por dia, a BHTRANS concluiu que o local atenderia a realização do evento sem comprometer a mobilidade no entorno do Palácio, podendo, ainda, comportar um público de até 2.000 pessoas/dia.

O evento “Casa Cor Minas Gerais” ocorreu nos anos de 2019, 2021 e 2022 sem que fosse necessário alterar a regulamentação viária ou reforçar a sinalização. Nessas três versões do evento, não houve comprometimento da mobilidade local.

O mesmo estudo foi aplicado para o Evento “Casa da Copa”, realizado para transmitir os jogos durante a copa do mundo de 2022, com público previsto de 2000 pessoas. As áreas disponíveis no sistema viário foram compatíveis com o público informado pelos organizadores.

Durante a realização desses eventos, o local foi monitorado e não houve registro de ocorrências ou reclamações de retenções no trânsito, estacionamento em local proibido, obstrução de vias ou qualquer outra situação de impedimento à mobilidade

**Esclarecimento ao Item 13:**

Para o ano de 2023 a BHTRANS recebeu solicitação de Operação Especial de Trânsito para realização do evento “Love Wine”, com previsão de até 1.500 pessoas ao longo do dia, a ser realizado em 28/01/2023 (sábado).

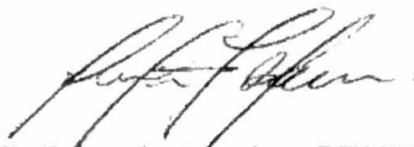


continuação do Parecer Técnico BHTRANS/DRO/GEACE nº 035/2023

Apesar da previsão de público ser de 1.500 pessoas, foi exigido ao promotor do evento a apresentação de Documento Operacional de Trânsito - DOT, com medidas especiais de alteração na regulamentação viária, de forma a definir pontos de embarque e desembarque de passageiros, ponto de táxi e reforço de sinalização em áreas onde o estacionamento é proibido. Além disso, foram instaladas faixas indicando os acessos ao evento.

A BHTRANS emitiu para a Prefeitura um parecer favorável à realização do evento, pois no DOT apresentado foram previstas medidas mitigadoras aos possíveis fatos geradores de perturbação à mobilidade na região. A autorização para o evento é emitida pela Prefeitura.

O local foi monitorado pela equipe operacional da BHTRANS. Não apresentou problemas na mobilidade.

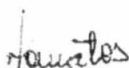


Julio Fernandes Mercier – BT001918  
Analista de Transportes e Trânsito - GEACE  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

De acordo:



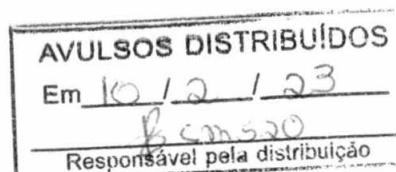
Luiz Fernando Libânio de Menezes – BT00333  
Gerente de Ação Regional Centro-Sul – GEACE  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS



Maria Odila de Matos – BT000653  
Superintendente de Ação Regional – SARE  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS



Deusuete Matos Pereira de Assis – BT000140  
Diretora de Ação Regional e Operação – DRO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS



Fl. 2/2



OF. SMGO/DALE Nº 053 /2023

Belo Horizonte, 31/01/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 2.026/22** – Autoria da Vereadora Macaé Evaristo – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.916/22, de 20/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.026/22, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, que solicita informações sobre o Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva, localizado no bairro Jatobá.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer emitiram respostas por meio do ofício SMOBI Nº 60/2023 e do Ofício SMEL/SMGO Nº 013/2023, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 60/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

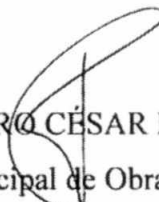
Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2023.

**REF.: TAG 354340**

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 2026/2022, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, que apresenta pedido de informações sobre a situação de falta de reforma e investimento no Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva, localizado no: lote 001, do quarteirão 019B, Bairro: Jatobá, na Vila Santa Rita, regional: Barreiro, segue Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI nº 005/2023, da Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos, da SUDECAP.

Atenciosamente,

  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



**Ofício SMEL/SMGO Nº 013/2023**

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2023.

Assunto: Demanda TAG 354340 – Requerimento de Comissão 2.026/22.

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me no presente para apresentar resposta aos questionamentos trazidos pelo Requerimento de Comissão nº 2.026/22, Demanda TAG 354340, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, que solicita informações sobre o Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva, localizado no bairro Jatobá, a saber:

**1) Houve recurso liberado pela União para a execução das obras nos locais de prática de esporte em Belo Horizonte? Qual o valor?**

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) informa que a União destinou R\$ 7.079.487,21 (sete milhões setenta e nove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos) para a execução de obras nos locais de prática esportiva em Belo Horizonte, dos quais R\$ 5.481.533,70 foram executados, conforme planilha descritiva anexa.

**2) Desse valor qual o investimento em campos na região do Barreiro?**

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) informa que do valor total informado acima, R\$ 658.292,81 (seiscentos e cinquenta e oito mil reais duzentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos) foram destinados para do campo de futebol Palmeiras do Jatobá (conhecido como "Campo do Real"), localizado na Rua José Moreira da Silva, s/n, bairro Vale do Jatobá, dos quais R\$ 605.919,44 (seiscentos e cinco mil novecentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos) foram executados.

**3) Há estudo técnico para a execução de reforma do Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva?**

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) esclarece que celebrou Termo de Uso (documento anexo) do referido equipamento com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), autorizando o uso e gestão do Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva, também conhecido como "Campo do Santinha", para aquela Secretaria.

**Ilustríssimo Senhor  
Josué Costa Valadão  
Secretário Municipal de Governo  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO**





Conforme informado pela SMED, o equipamento será destinado para uso da Rede Municipal de Educação, preferencialmente pelo programa Escola Integrada, tendo aquela Secretaria se comprometido a criar e manter grade de horário permanente para a utilização de associações e equipes locais que já utilizavam o espaço, assim como a manutenção dos horários de utilização de eventuais programas e eventos da SMEL.

À época da celebração do referido Termo de Uso, a SMED declarou sua intenção de reformar o equipamento esportivo em questão, prevendo a instalação de grama sintética, reforma dos vestiários e outras intervenções.

Desta forma, sugiro o encaminhamento do presente questionamento para a SMED, para apuração junto à Secretaria Municipal de Governo (SMGO), a fim de que esta possa esclarecer se há estudo técnico para a execução da reforma pretendida no “Campo do Santinha” e as informações complementares que julgar pertinente.

**4) Caso exista esse estudo, quais são os estudos técnicos realizados e o cronograma de implantação das obras necessárias para a solução da questão? Por favor, envie-nos cópia do projeto com a programação de execução caso houver?**

Conforme resposta apresentada para o item anterior, sugiro o encaminhamento do presente questionamento para a SMED, para que esta possa esclarecer se há estudo técnico para a execução da reforma pretendida no “Campo do Santinha” e apresentar o cronograma de implantação da mesma

Sem mais para o momento. Renovo votos de estima e consideração.

Cordialmente,

ADRIANA BRANCO  
CERQUEIRA:60498811620

Assinado de forma digital por  
ADRIANA BRANCO  
CERQUEIRA:60498811620  
Dados: 2023.01.30 20:22:07 -03'00'

**Adriana Branco Cerqueira**  
Secretária Municipal de Esportes e Lazer



Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 005/2023

SIPROT 245149

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2023.

À Senhora

Renata Lúcia de Oliveira e Silva

Gabinete da SMOBI

Rua dos Guajajaras 1107, 18º andar, Lourdes – Belo Horizonte – MG

Assunto: TAG 354340 - Requerimento de Comissão nº 2026/2022 – Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva.

Prezada Chefe de Gabinete,

O Requerimento de Comissão em epígrafe requer informações sobre a situação de falta de reforma e investimento no Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva, localizado no lote 001, do quarteirão 019B, na Vila Santa Rita, Bairro Jatobá, conforme a seguir:

- 1- Houve recurso liberado pela União para a execução das obras nos locais de prática de esporte em Belo Horizonte? Qual o valor?
- 2- Desse valor qual o investimento em campos na região do Barreiro?
- 3- Há estudo técnico para execução de reforma Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva?
- 4- Caso exista esse estudo. Quais são os estudos técnicos realizados e o cronograma de implantação das obras necessárias para a solução da questão? Por favor, envie-nos cópia do projeto com a programação de execução caso houver.

Em resposta, informamos que, após consulta ao Plano de Obras do Município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos – GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos – GECEM-SD, não foram localizadas



fl. 2/2 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 005/2023

demandas para o Complexo Esportivo Marco Antônio da Silva.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a disposição para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Roberto da Silva Horta – ST2612-4  
Gerencia de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

De acordo,

Reinaldo da Silva Lucas – ST2690-6  
Gerente de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Ricardo Cezar Duarte – ST2455-5  
Gerente do Departamento de Informações e Procedimentos Técnicos – DPIT/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Trícia Mota Zandim  
Diretora de Planejamento e Controle de Empreendimentos – DPLC-SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Nº Instrumento	Link Externo	Modalidade	Emenda	Objeto	Situação	Órgão Concedente	Início Vigência	Fim Vigência	Valor Liberado	Total em Movimentações
712827	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=122533&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=122533&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	NÃO	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO CAMPO DO CACHOEIRINHA	Prestação de Contas Aprovada	MINISTERIO DA CIDADANIA	31/12/2009	31/05/2013	106.195,70	95.485,60
852879	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1268338&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1268338&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	NÃO	Construção, ampliação e modernização da infraestrutura de um centro esportivo com quadra de futebol society, no município de Belo Horizonte (Brasilina).	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DA CIDADANIA	19/12/2017	31/01/2021	523.417,31	523.417,31
896813	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1424062&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1424062&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Recuperação de campo de futebol Palmeiras do Jatobá IV (Campo do Real), localizado na Rua José Moreira da Silva, s/n, Bairro Vale do Jatobá, Belo Horizonte - MG, CEP 30664-200, coordenadas geográficas 20° 0' 13.09 S 44° 2' 15.50 W.	Aguardando Prestação de Contas	MINISTERIO DA CIDADANIA	31/12/2019	30/12/2022	358.815,49	311.530,71
746016	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=216575&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=216575&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	NÃO	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE BELO HORIZONTE (quadra da Pça Saudade, campo do Sta Mônica e campo do Tupinambás)	Prestação de Contas Aprovada	MINISTERIO DO ESPORTE	16/12/2010	21/10/2015	1.361.552,70	1.210.346,72
759173	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=507316&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=507316&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	NÃO	Implantação de academias ao ar livre.	Prestação de Contas Aprovada	MINISTERIO DO ESPORTE	28/12/2011	30/06/2016	211.956,52	142.999,94
778369	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=583940&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=583940&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	NÃO	reforma, ampliação e melhorias na quadra aiuruoca	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	28/12/2012	30/04/2018	291.531,13	277.713,99
770881	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=605731&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=605731&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Implantação, Modernização e Ampliação, na área de abrangência do parque ecológico Telê Santana, em Belo Horizonte.	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas	MINISTERIO DO ESPORTE	06/11/2012	30/10/2017	439.550,74	76.985,63
778427	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=648807&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=648807&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Reforma, revitalização, ampliação e melhorias no campo de futebol do Santa Mônica, em Belo Horizonte.	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	28/12/2012	30/06/2019	683.290,52	9.881,41
794738	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=780743&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=780743&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Implantação e modernização de infraestrutura esportiva do campo de futebol do Real, no Jatobá IV, em Belo Horizonte.	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	30/12/2013	30/12/2021	299.477,32	294.388,73
794743	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=781040&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=781040&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Implantação e modernização de infraestrutura do campo de futebol do leblon, em Belo Horizonte.	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	30/12/2013	30/04/2018	252.721,52	231.207,83



794748	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=781060&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=781060&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Implantação e modernização de infraestrutura do campo de futebol do jardim felicidade, em Belo Horizonte.	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	30/12/2013	30/12/2021	299.944,81	285.855,87
818536	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=986970&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=986970&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e Lazer em Belo Horizonte (quadra da EM Acadêmico Vivaldi- regional N).	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	15/12/2015	29/12/2019	664.538,89	539.604,31
835721	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1061290&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1061290&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Aquisição e instalação de playground em logradouros de Belo Horizonte.	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	12/09/2016	30/06/2021	528.831,52	483.762,00
831677	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1061551&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1061551&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Aquisição e implantação de playground em logradouros de Belo Horizonte.	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	12/09/2016	30/06/2021	528.831,52	483.853,65
831244	<a href="https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1062032&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest">https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=1062032&amp;Usr=guest&amp;Pwd=guest</a>	CONTRATO DE REPASSE	SIM	Aquisição e implantação de academias ao a livre em logradouros de Belo Horizonte/MG	Prestação de Contas Concluída	MINISTERIO DO ESPORTE	12/09/2016	30/06/2019	528.831,52	514.500,00
<b>TOTAL</b>									<b>7.079.487,21</b>	<b>5.481.533,70</b>

AVULSOS DISTRIBUÍDOS  
Em 07 / 02 / 2023  
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 069 /2023

Belo Horizonte, 08/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 2.048/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.990/22, de 27/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.048/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a obra de canalização da rede de esgoto no bairro Belmonte.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 95/2023, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 95/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2023.

**REF.: TAG 354404**

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 2048/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a obra de canalização da rede de esgoto no bairro Belmonte, acerca da visita técnica realizada em 30/11/2022, informo que referida visita técnica teve o ponto de encontro na rua Dom Cabral, 350, no bairro Belmonte.

No local existe um curso d'água, que não foi cadastrado pelo Plano Diretor de Drenagem de Belo Horizonte (PDDU-BH), mas que é denominado por "córrego Mariquinhas" pela população local.

Estiveram presentes na visita representantes da comunidade, COPASA, Administração Municipal e assessoria do vereador Nikolas Ferreira.

A equipe técnica da COPASA presente no dia da visita, informou que o projeto para implantação da rede coletora de esgotos no local está licitado. A COPASA aguarda apenas decisão judicial relativa a um imóvel para o início das obras.

Sobre o tratamento do fundo de vale, foi feita consulta à equipe da SUDECAP, que informou não existir empreendimento específico para o curso d'água em questão, mas sim em suas proximidades. Neste projeto, estão sendo estudadas alternativas para o Ribeirão da Onça que podem contribuir para a redução da mancha de inundação nas proximidades do córrego Mariquinhas.

Atenciosamente,

LEANDRO CÉSAR PEREIRA

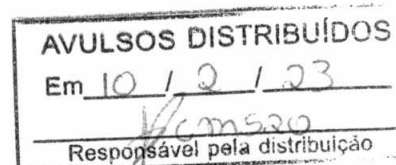
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 198/22

*, digo Of. Dirleg nº 198/23 417*


Belo Horizonte, 9 de fevereiro de 2023

Senhor Presidente,

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 72/23, de autoria do vereador Cleiton Xavier, convida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana para **Audiência Pública que se realizará em 28/2/23, às 10 horas, no Plenário Amyntas de Barros**, para que seja feita a Prestação de Contas pelos poderes Executivo e Legislativo referente ao 3º quadrimestre de 2022.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 72/23.

Atenciosamente,

  
Vereador Cleiton Xavier  
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana  
Câmara Municipal de Belo Horizonte